

**RELATÓRIO TÉCNICO-CIENTÍFICO PARA IDENTIFICAÇÃO
DE FAMÍLIAS TRADICIONAIS PRESENTES NO PARQUE ESTADUAL DA ILHA
DO CARDOSO**

**Elaborado pelas antropólogas Maria Celina Pereira de Carvalho e
Alessandra Schmitt, março de 2012.**



Relatório Técnico-Científico elaborado em atendimento ao termo de referência (TDR) emitido pela Diretoria de Assistência Técnica da Fundação Florestal em agosto de 2011 para a contratação de serviços para elaboração de **laudo histórico e antropológico** para identificação de famílias tradicionais e da aldeia indígena Guarani presentes no Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

São Paulo, março de 2012.

Maria Celina Pereira de Carvalho

Alessandra Schmitt

1. Apresentação

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) foi criado pelo Decreto Estadual 40.319 de 03/07/1962. Localiza-se entre as coordenadas 25°05' e 25°15' de latitude sul e 47°53' e 48°06' de longitude oeste, fazendo divisa com o Paraná. Pertencente ao município de Cananéia e com uma área de aproximadamente 151 km², a ilha do Cardoso faz parte do chamado CELIP, Complexo Estuarino Lagunar Iguape – Cananéia – Paranaguá.

A exemplo de vários outros casos de Unidades de Conservação, havia uma quantidade considerável de moradores na Ilha do Cardoso, em sua absoluta maioria, famílias que já ocupavam o lugar há, pelo menos, dois séculos, constituindo um grupo populacional denominado caiçara, o que será explanado adiante. O contexto político da época não favorecia a observância de direitos territoriais das pessoas que habitavam naquele território. Apenas no ano 2000, com a Lei Federal 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, se previu a criação de *unidades de conservação da natureza específicas para a proteção do patrimônio cultural do qual as comunidades tradicionais são depositárias.*

Ao longo deste laudo¹, conseguimos demonstrar, a partir de uma perspectiva histórica, que a grande maioria das famílias presentes na Ilha do Cardoso, no momento em que esta foi transformada em Parque Estadual, já habitavam ali, pelo menos, desde a primeira metade do século XIX.

Apresentamos a história de conflitos entre o governo do Estado de São Paulo e as populações tradicionais da Ilha do Cardoso em torno do direito de ocupação do território e do uso dos recursos naturais para a agricultura e extração de matérias primas para o artesanato, inclusive os materiais para a confecção de cercos e canoas. A imposição de leis restritivas do uso do ambiente forçou a saída da maioria dos habitantes da Ilha.

Jerusha M. Câmara já havia registrado o fato de que a maioria das Unidades de Conservação hoje existentes no Brasil foi criada ainda na vigência do regime militar, o que explica o a ausência de diálogo com os moradores locais. Aliás, foram exatamente os casos

¹ Esta pesquisa contou com o apoio da antropóloga Maria Elena Mirandadurante o trabalho de campo realizado na comunidade do Marujá e também na revisão final do laudo antropológico.

gritantes de desconsideração dos direitos territoriais de populações tradicionais que motivaram os debates em torno desta questão na década de 1980 (Câmara, 2009).

Mesmo assim, no ano de 2012 cadastramos a presença de 389 moradores tradicionais, em 140 unidades habitacionais². Os ocupantes não tradicionais, todos veranistas, já vêm cumprindo os mandatos de despejo, e aqueles que haviam se instalado antes de 1962 aguardam indenizações. Este estudo também abrangeu a situação da Aldeia Guarani *Ypaum Ivyty*, constituída na Ilha em 1992.

O objetivo subjacente ao trabalho antropológico voltado para os processos de garantia de direitos sociais, neste caso, direitos territoriais, é o de garantir que as vozes dos atores sociais sejam ouvidas e compreendidas pelos agentes institucionais e pela sociedade envolvente. Assim, esperamos deixar claro quais são as perspectivas que estes atores sociais têm sobre os fundamentos e a configuração prática destes direitos. Esta compreensão do compromisso ético do trabalho antropológico vem sendo reiterada em fóruns de discussão promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia - ABA (Silva *et alli*, 1994, O'Dwyer, 2010; Leite, 2005).

Este Relatório Técnico Científico se insere no contexto de reelaboração do plano de manejo daquela Unidade de Conservação, processo no qual o Parque deve adequar-se às dimensões institucionais e legais vigentes. Considerando a existência dos moradores, procede-se ao cumprimento do parágrafo 1º do artigo 4º da Resolução SMA 29/2010, o qual trata dos estudos necessários para mudança de categoria de Unidades de Conservação no âmbito da elaboração de seu plano de manejo e suas revisões.

Artigo 4º - A identificação e caracterização de comunidades tradicionais conforme indicado no artigo 4º, inciso XXVII, da Lei Estadual nº 13.798, de 09 de novembro de 2009, [...], deverá ser constituída por laudo histórico e laudo antropológico, que confirmem o histórico de sua relação de dependência dos recursos naturais da respectiva unidade de conservação para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

§ 1º - A caracterização das comunidades tradicionais deverá estar amparada em histórico de ocupação da área específica da Unidade de Conservação, apresentando peculiaridades culturais e atividades produtivas diferenciadas ou artesanais, bem como formas de manejo do meio apoiadas no conhecimento tradicional.

² Existem casos de unidades habitacionais com mais de um núcleo familiar. Portanto, o número de casas não coincide com o número de famílias.

Assim, ao tratarmos das formas atuais de trabalho desenvolvidas pelos moradores tradicionais, apresentamos elementos que deverão subsidiar as discussões a respeito da criação de RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis ou RESEX – Reservas Extrativistas, que venham a legalizar seus direitos territoriais.

De acordo com o Termo de Referência para a contratação dos serviços ora apresentados, identificamos todas as famílias de moradores tradicionais residentes na Ilha do Cardoso, de todas as localidades, distribuídas pelos seguintes setores:

- Na área norte da Ilha: Itacuruçá e Pererinha,
- Na orla oceânica da Ilha: Foles e Cambriú.
- Ao sul da ilha, na área de restinga: Marujá, Enseada da Baleia, Vila Rápida e Pontal do Leste.
- Na área oeste: Sítios Isolados.

Este relatório se constitui de duas peças:

A primeira é o LAUDO HISTÓRICO ANTROPOLÓGICO SOBRE FAMÍLIAS TRADICIONAIS E ALDEIA GUARANI NA ILHA DO CARDOSO, a qual contém:

a) o posicionamento teórico metodológico, incluindo a discussão sobre conceitos chave: população tradicional, identidade caiçara;

b) o histórico geral da ocupação da Ilha do Cardoso e os dados de cada um dos setores referentes à ocupação histórica das localidades, seguido de uma explanação sobre os processos de territorialidade.

c) informações sobre as formas de trabalho, a partir de uma perspectiva histórica, bem como as praticadas atualmente em cada uma das localidades.

d) considerações sobre a gestão participativa do PEIC e discussões sobre a elaboração de critérios locais de tradicionalidade para regulamentar e autorizar o acesso aos recursos naturais da Ilha do Cardoso.

e) considerações a respeito da aldeia indígena Guarani existente na Ilha do Cardoso.

A segunda parte deste relatório técnico científico constitui-se no **CADASTRO GERAL DOS MORADORES TRADICIONAIS DA ILHA DO CARDOSO**. Para cada uma das localidades foram confeccionadas tabelas contendo todos os núcleos familiares de moradores tradicionais.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	2
2. ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA	9
3. OS PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA.....	14
4. OCUPAÇÃO HUMANA NA ILHA DO CARDOSO DO SÉCULO XIX AOS DIAS ATUAIS.	28
<i>CAMBORIU, FOLES E LAGE.....</i>	35
<i>O MARUJÁ.....</i>	81
<i>PONTAL DE LESTE</i>	92
<i>ENSEADA DA BALEIA E VILA RÁPIDA.....</i>	99
<i>SÍTIOS ISOLADOS.....</i>	105
<i>OS SÍTIOS CACHOEIRA GRANDE E CACHOEIRINHA</i>	107
<i>O SÍTIO PEDRO LUIS.....</i>	116
<i>OS SÍTIOS BARREIRO GRANDE E BARREIRINHO</i>	121
<i>O SÍTIO JACARIÚ</i>	132
<i>O SÍTIO CANUDAL E A ILHA DO FILHOTE</i>	135
<i>O SÍTIO TAJUVA.....</i>	137
<i>O SÍTIO TRAPANDÉ.....</i>	138
<i>O SÍTIO ANDRADE</i>	142
<i>O SÍTIO SANTA CRUZ.....</i>	153
<i>O SÍTIO SALVA TERRA</i>	162
<i>O SÍTIO GRANDE</i>	165
<i>OS SÍTIOS PEREIRINHA, ITACURUÇÁ E IPANEMA.....</i>	165
5. TERRITORIALIDADE	179
6. AS FORMAS DO TRABALHO	186
<i>A AGRICULTURA</i>	186
<i>COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS</i>	200
<i>A PESCA.....</i>	203
<i>O TURISMO</i>	210
<i>CULTURA MATERIAL.....</i>	216
7.A DECRETAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO.....	222
8.A GESTÃO PARTICIPATIVA NO PEIC	234
9.A ÁREA INDÍGENA GUARANI-MBYÁ YPAUM IVYTY (ALDEIA SANTA CRUZ) NA DA ILHA DO CARDOSO/ CANANÉIA/SP.....	240
<i>QUESTÃO UM: A LEGITIMIDADE DA FORMAÇÃO DE UMA ALDEIA GUARANI NA ILHA DO CARDOSO, UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO</i>	241
<i>QUESTÃO DOIS: A CONCILIAÇÃO ENTRE OS INTERESSES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PEIC E OS DIREITOS INDÍGENAS DE FAZER USO DOS RECURSOS NATURAIS DE SEUS TERRITÓRIOS</i>	254
<i>QUESTÃO TRÊS: A CONCILIAÇÃO ENTRE OS DIREITOS INDÍGENAS E O INTERESSES DE MORADORES TRADICIONAIS QUE REIVINDICAM O DIREITO DE MANTER OS DIREITOS TERRITORIAIS NOS SÍTIOS</i>	261
10. CONCLUSÕES	263
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	278
ANEXO: DOCUMENTOS	283

ÍNCIDE DE FIGURAS

FIGURA 1. SAMBAQUI ÀS MARGENS DO RIO DA TAPERA	20
FIGURA 2. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA –FOLHA 118- JESOINO MENDES (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	36
FIGURA 3. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA –FOLHA 177 – JOSÉ JOAQUIM MENDES (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA, AUTOR DA ANOTAÇÃO A LÁPIS, NO CANTO SUPERIOR DIREITO).	37
FIGURA 4. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA – FOLHA 196 – ANTONIO MENDES; (TRANSCRITO PELO PADRE JOÃO 30, ACERVO DO MESMO).	38
FIGURA 5. MANUSCRITO DE JOÃO TRINTA	39
FIGURA 6. CERTIDÃO DE ÓBITO DE FRANCISCA DAS NEVES (CEDIDA PELA FAMÍLIA).	41
FIGURA 7. CERTIDÃO DE ÓBITO DE JOÃO MÁXIMO MENDES (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	43
FIGURA 8. CERTIDÃO DE ÓBITO DE MARIA MENDES (CEDIDA PELA FAMÍLIA).	44
FIGURA 9. CERTIDÃO DE ÓBITO DE NORBERTO DAS NEVES (ACERVO DE JOÃO TRINTA).	45
FIGURA 10. CERTIDÃO DE CASAMENTO ARLINDO MENDES E BENEDITA CUBAS (CEDIDA POR BENEDITA CUBAS MENDES).	48
FIGURA 11. BENEDITA CUBAS MENDES, DESCENDENTE DE FRANCISCA DAS NEVES (A); E MARIA JOSÉ DAS NEVES, DESCENDENTE DE FRANCISCA DAS NEVES E DE BALDOINO MENDES (B). (SETEMBRO DE 2012).	49
FIGURA 12. CERTIDÃO DE ÓBITO DE JULIA CUBAS (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	51
FIGURA 13. CERTIDÃO DE ÓBITO DE MANOEL GENEROSO (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	53
FIGURA 14. CERTIDÃO DE ÓBITO DE MANOEL PEDRO CARDOSO. LAGE/MARUJÁ (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	55
FIGURA 15. ANOTAÇÕES DE JOÃO TRINTA SOBRE A FAMÍLIA CARDOSO NA PRAIA DA LAGE (ACERVO DO MESMO).	56
FIGURA 16. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA –FOLHA 166 – RITA FRANCISCA GARDINA (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	58
FIGURA 17. PRAIA DA LAGE (SETEMBRO DE 2011).	59
FIGURA 18. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA –FOLHA 321- JOAQUINA ANGÉLICA ROIS (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	61
FIGURA 19. PRAIA DO CAMBORIU (A) E PRAIA DO FOLES (B).	62
FIGURA 20. PORTO DA CASA DE ANTONIO DAS NEVES (1), E QUINTAL DA CASA (B) (FOTOS EM SETEMBRO DE 2011.	69
FIGURA 21. ANTONIO DAS NEVES LEVANDO CESTOS DE CIPÓ PARA VENDER NO MARUJÁ (A) (IMAGEM CEDIDA PELA FAMÍLIA), E SUA CASA NA LAGE (B), HOJE UM RANCHO DE PESCA (FOTO DE DEZEMBRO DE 2011).	72
FIGURA 22. RECORTE DE DCLARAÇÃO DE ANÍBAL CUBAS, DE 1984 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	76
FIGURA 23. AUGUSTA DAS NEVES , NO CAMBORIU (A) EM DEZEMBRO DE 2011; ATALINO CUBAS E VANILDE DAS NEVES, NO FOLES (B), EM SETEMBRO DE 2011.	78
FIGURA 24. RAFAEL E ROSIANE, EM SUA CASA NO FOLES, AO LADO DA CASA DE ATALINO (A), EM SETEMBRO DE 2011; E AS CASAS DE GERSON E DE SUA MÃE, BENEDITA, NO FOLES (B), EM DEZEMBRO DE 2011.	79
FIGURA 25. MARINÉIA E O FILHO AMAURI, NO CAMBORIU (A), EM SETEMBRO DE 2011; E CARLOS LACERDA NO CAMBORIU (B), EM SETEMBRO DE 2011.	80
FIGURA 26. LUCINÉIA CUBAS NEVES E A FILHA LUCIMARE NO CAMBORIU.	81
FIGURA 27. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA – THEODORO JOSÉ BARBOZA – FOLHA 111 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA; FOTO DE APARECIDA RANGEL).....	82
FIGURA 28. CERTIDÕES DE ÓBITO DE JOÃO JOSÉ RODRIGUES (A) E DE MARIA CORREA (B) (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA). ..	84
FIGURA 29. OS RODRIGUES NA PRAIA DO MEIO	85
FIGURA 30. MANUSCRITO DO PADRE JOÃO TRINTA SOBRE AS FAMÍLIAS XAVIER, PIRES E CUNHA NO PONTAL DE LESTE.....	94
FIGURA 31. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA – FOLHA 98 – ANTONIO FRANCISCO XAVIER (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA) ...	110
FIGURA 32. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE ZULMIRA XAVIER (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	113
FIGURA 33. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE TEOTONIO MATHEUS DE ALMEIDA (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	114
FIGURA 34. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MARIA XAVIER (ACERVO CO PADRE JOÃO TRINTA)	118
FIGURA 35. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA -- JOSÉ JOAQUIM DELFINO DE OLIVEIRA – FOLHA 64 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	119
FIGURA 36. ANOTAÇÕES DO PADRE JOAO TRINTA SOBRE OS IRMÃOS LAURINDO DE ALMEIDA E JOÃO DE ALMEIDA, DO SÍTIO PEDRO LUIS.	121
FIGURA 37. NOTIFICAÇÃO DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL, DE PEDRO JOSÉ DIAS, DO SÍTIO BARREIRINHO (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	129
FIGURA 38. LIVOR PAROQUIAL DE TERRAS DE CANANÉIA -- FRANCISCO ANTONIO ALVES – FOLHA 37 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA)	133
FIGURA 39. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA –LEONOR GOMES PENICHE—SÍTIO ANDRADE (CEDIDA PELA FAMÍLIA)	143

FIGURA 40. ANTONIA RODRIGUES BARBOSA	148
FIGURA 41. MARIA FLORENTINA E ANTONIO COSTA (A); PILAR DO ANTIGO CASARÃO NO SÍTIO ANDRADE (B).....	152
FIGURA 42. DECLARAÇÃO DE MORADORES DO SÍTIO SANTA CRUZ EM 1921 (CEDIDA PELA FAMÍLIA)	157
FIGURA 43. JOÃO CARDOSO EM SUA PEQUENINA ROÇA (A) E A FILHA ZILDA CARDOSO (B).....	161
FIGURA 44. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE ARISITDES ALVES CORDEIRO (CEDIDA POR ELE).....	163
FIGURA 45. ANOTAÇÕES DO PADRE JOÃO TRINTA SOBRE JOÃO AGOSTINHO RANGEL.....	168
FIGURA 46. MARIA RANGEL NEVES E O FILHO MANOEL OSÓRIO NEVES JR (A); BARRA DO RIO PEREQUÊ, MAR DE DENTRO E MORO DE SÃO JOÃO, EM CANANÉIA (B).....	170
FIGURA 47. FAMÍLIA DE IVO CARLOS NEVES, EM FRENTE À SUA CASA, NO ITACURUÇÁ (A); RIO PEREQUÊ (B).....	171
FIGURA 48. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA. FOLHA 306 –MANOEL MUNIS (A) E FOLHA 336 – JOSÉ MUNIS (B) (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	173
FIGURA 49. CARLINHOS, ROGÉRIO E REGINALDO COLOCAM A CANOA NA ÁGUA PARA A PESCA DE ARRASTO PRÓXIMO À COSTA (A); NESSE DIA, O RESULTADO DA PESCA, QUE ESTÁ NO CHÃO, AO LADO DA REDE, FOI RUIM (B).....	209
FIGURA 50. GRUPOS DE FANDANGO <i>FAMÍLIA NEVES</i> , DO MARUJÁ (A) E <i>SÃO PAULO BAGRE</i> , DE CANANÉIA (B) TOCAM NA FESTA DE SANTO ANDRÉ, NO ITACURUÇÁ, EM 2011.....	215
FIGURA 51. ANTONIO RODRIGUES (A) E MANUEL DAS NEVES (B), MORADORES DO MARUJÁ, SÃO FAMOSOS PARA CONFECCIONAR CESTOS DE CIPÓ.....	217
FIGURA 52. “BURRO” PRENSANDO O TIPITI (A) E GAMELA USADA SOB A RODA, NA CASA DE FARINHA, PARA APARAR A MASSA DE MANDIOCA RALADA.....	218
FIGURA 53. CANOA NO MARUJÁ, FOTOGRAFADA EM SETEMBRO DE 2011.....	219
FIGURA 54. VALDEMAR XAVIER E A ESPOSA ROSÁRIA (A); E OS INSTRUMENTOS FABRICADOS POR ELE (B).....	220
FIGURA 55. ROSA PIRES RAMOS E O ESPOSO SINÍZIO (A); E O ARTESANATO FEITO POR ELA (B).....	220
FIGURA 56. GERSON CUBAS MENDES (PRAIA DO FOLE) E O ARTESANATO FEITO POR ELE.....	221
FIGURA 57. CAPA E CONTRA CAPA DO CD DO GRUPO DE FANDANGO <i>FAMÍLIA NEVES</i> , DO MARUJÁ.....	239
FIGURA 58. PROFESSOR VILI E ALUNOS DA ESCOLA DA ALDEIA YPAUM IVYTY, CASA DO PROFESSOR AO FUNDO (A); CRIANÇAS EM FRENTE À CASA DE ZÉLIA, IRMÃ DO CACIQUE TIAGO DE FRANQUE (B).....	260
FIGURA 59. VISTA DA ÁREA DAS CASAS NO MORRO (A); ÁREA DE COZINHA COLETIVA. RAMON TRABALHANDO ACABAMENTO EM ESCULTURA (B).....	261
FIGURA 60. VISTA DA BAÍA DE CANANÉIA (A); MORADORES DA ALDEIA GUARANI E SR. JOÃO CARDOSO DO SÍTIO SANTA CRUZ (B).....	261
FIGURA 61. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE JOÃO MATHEUS DE ALMEIDA.....	284
FIGURA 62. DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA ONDE APARECEM LUIS CUBAS, SALVADOR DAS NEVES E AMBROSIO DAS NEVES (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	285
FIGURA 63. LIVRO DE TERRAS DE CANANÉIA –MANOEL MATHEUS DE ALMEIDA REGISTRA TERRAS NO SÍTIO PEDRO LUIS E BARREIRINHO –FOLHA 49 - (A) E NO SÍTIO ANDRADE –FOLHA 300 - (B) (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	286
FIGURA 64. CERTIDÕES DE CASAMENTO (A) E DE ÓBITO (B) DE ZULMIRA XAVIER DE ALMEIDA (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	287
FIGURA 65. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA – SÍTIO TRAPANDÉ – FOLHA 1 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	288
FIGURA 66. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA – SÍTIO TRAPANDÉ – FOLHA 2 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	289
FIGURA 67. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA – SÍTIO TRAPANDÉ – FOLHA 3 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	290
FIGURA 68. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA – SÍTIO TRAPANDÉ – FOLHA 4 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	291
FIGURA 69. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE ANTONIO MARTINS DA GUIA E MARIA MADALENA (A) E CERTIDÃO DE ÓBITO DE MARIA MADALENA (B) (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	292
FIGURA 70. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE ANTONIO MARTINS DA GUIA E RITA GODOI (A); CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE ÍZABEL MARTINS (B) (DOCUMENTOS CEDIDOS PELA FAMÍLIA).....	293
FIGURA 71. CERTIDÃO DE CASAMENTO DE PEDRO PACÍFICO E ÍZABEL ROSA (A); CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE MARIA ÍSABEL RODRIGUES (B) (DOCUMENTOS CEDIDOS PELA FAMÍLIA).....	294
FIGURA 72. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO SÍTIO SANTA CRUZ – ALEXANDRE CARDOSO (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	295
FIGURA 73. INVENTÁRIO DE ALEXANDRE CARDOSO E ANNA NARDES – FOLHA 1 – (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	296
FIGURA 74. INVENTÁRIO DE ALEXANDRE CARDOSO E ANNA NARDES – FOLHA 2 – (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	297
FIGURA 75. INVENTÁRIO DE ALEXANDRE CARDOSO E ANNA NARDES – FOLHA 3 – (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	298
FIGURA 76. INVENTÁRIO DE ALEXANDRE CARDOSO E ANNA NARDES – FOLHA 4 – (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).....	299

FIGURA 77. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA ENTRE OS IRMÃOS JOÃO E ALÍPIO CARDOSO –FOLHA 1 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	300
FIGURA 78. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA ENTRE OS IRMÃOS JOÃO E ALÍPIO CARDOSO –FOLHA 2 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	301
FIGURA 79. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA ENTRE OS IRMÃOS JOÃO E ALÍPIO CARDOSO –FOLHA 3 (ACERVO DO PADRE JOÃO TRINTA).	302
FIGURA 80. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE JOÃO CARDOSO.	303
FIGURA 81. CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE LUIZ CARLOS MOURA (CEDIDA PELO MESMO).	304
FIGURA 82. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO SÍTO SALVA TERRA – FOLHA 1 (CEDIDA PELA FAMÍLIA)	305
FIGURA 83. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO SÍTO SALVA TERRA – FOLHA 2 (CEDIDA PELA FAMÍLIA).....	306
FIGURA 84. ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO SÍTO SALVA TERRA – FOLHA 3 (CEDIDA PELA FAMÍLIA).....	307

2. ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA

Populações litorâneas do sudeste brasileiro são chamadas de **caiçaras**, as quais, segundo autores como **Mussolini (1966) são resultado de mistura étnica e cultural entre portugueses e indígenas brasileiros. Para Diegues (1997a), a cultura caiçara é mistura de elementos negros, indígenas e portugueses.**

Luchiari (1977) considera que o caiçara surgiu a partir daqueles segmentos desprivilegiados (índios e negros) que se somaram aos agentes da ocupação colonial (europeus) e utiliza-se da definição de Kilsa Setti (1985), que considera o caiçara como uma população que tem um **tipo de vida e cultura que lhe é característico**, e não como uma etnia.

Com base em estudos de comunidades litorâneas do sul e sudeste brasileiro, Willems e Mussolini, em meados do século XX, encontram poucas variações nas formas culturais, registrando uma certa homogeneidade no modo de vida dos diversos grupos caiçaras estudados:

A cultura caiçara do litoral sul revelou-se surpreendentemente homogênea, e depois de nossas primeiras experiências em campo, conseguíamos prever, com razoável acuidade, que elementos culturais seriam encontrados nas regiões vizinhas. À medida que essas experiências se desenvolviam, as variações se apresentavam mais como adições a uma reserva comum de elementos básicos do que como desvios dos modelos fundamentais (Willems e Mussolini, 2003 [1952], p. 14).

Contudo, nas últimas décadas do século XX, uma série de fatores econômicos, políticos e sociais têm sistematicamente contribuído para uma aceleração das mudanças nas práticas culturais das chamadas populações tradicionais. E as conceituações teóricas acompanham essas mudanças, dentro do ritmo em que se transforma a própria ciência.

Aprendemos, com essas mudanças, que as práticas substantivas não podem servir estritamente como definidoras da cultura. Mesmo porque essas práticas, atualmente, mostram-se variadas e transformadas. Por exemplo, Diegues (1983), classifica a pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil em dois subtipos: a) a

produção familiar dos pescadores-lavradores; b) a pequena produção dos pescadores artesanais. No entanto, nos dias de hoje, na ilha do Cardoso, encontramos variadas formas de obtenção dos meios de vida. **A agricultura combinada à pesca, atividade predominante por uma infinidade de décadas, já não existe mais, dadas as restrições impostas pela legislação ambiental. A pequena produção dos pescadores artesanais apresenta-se, quase sempre, combinada às diversas atividades ligadas ao turismo, tais como hospedagem, transporte de turistas, fornecimento de refeições. Estas atividades turísticas, em alguns casos, se tornaram atividades econômicas exclusivas para algumas famílias.** Teriam estas deixado de ser caiçaras, caracterizando-se como “aculturadas”? Uma resposta positiva a essa pergunta mostrar-se-ia, acima de tudo, preconceituosa.

Como diz Marcus (1991), a identidade de alguém, ou de algum grupo se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos agentes diferentes que têm em vista muitas finalidades diferentes. Giddens afirma que *“poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes”* (Giddens, 1997, p. 74).

Boaventura de Souza Santos considera que perguntar pela identidade é colocar-se em posição de carência e subordinação: “É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados” (2000, p. 135).

O que se interroga não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas. Assim sendo, podemos pensar a identidade como um processo, como composição histórica e, ao mesmo tempo, estratégia política de composição de sujeitos sociais. Tomando emprestadas as palavras de Stuart Hall, a identidade é “definida historicamente”, de modo que “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (Hall, 2001, p. 13).

A ideia de estratégia política identitária nos remete ao conceito weberiano de pertencimento étnico relacionado a uma crença subjetiva na afinidade de origem, no qual a etnicidade implica em instrumento político (Weber, 2004). Barth (2000) traz essa ideia de etnicidade para contextos atuais, mostrando que o pertencimento étnico implica em

processos de exclusão e de incorporação. Ou seja, **a identidade é continuamente construída e reconstruída no interior das trocas e interações sociais.**

O fenômeno da identidade étnica, portanto, “demarca as fronteiras entre grupos que funcionam como grupos políticos e/ou econômicos” em comunicação num contexto social (Carneiro da Cunha, 1987:102). O que temos observado é que a reivindicação de identidades tais como de “índios”, “quilombolas”, “caiçaras”, “seringueiros”, entre outros, tem sido sinônimo da reivindicação de direitos fundiários e de cidadania.

O instrumental teórico e analítico de que dispõem as ciências sociais, e em particular a antropologia, não consideram que a identidade esteja estritamente ligada a um determinado modo de vida. Os modos de vida, assim como a cultura, estão em constante reconstrução. As identidades são constituídas por processos de identificação, são identificações em curso (Santos, 2000).

Nesse sentido, há uma distância entre as discussões teóricas que embasam a pesquisa antropológica e o viés legal que subjaz ao reconhecimento institucional de “populações tradicionais”.

Dentre os produtos que nos foram solicitados neste Relatório Técnico-Científico, o item III do Termo de Referência menciona a identificação dos moradores tradicionais e seus respectivos laços genealógicos, uma vez que **o direito de permanecer ocupando uma unidade de conservação do tipo RDS está reservado às populações tradicionais e há tratamento legal distinto a estas populações, quando ocupantes de unidades de conservação de proteção integral.**

A legislação em geral refere-se ao direito dos ocupantes tradicionais. De acordo com o Termo de Referência, para a definição das famílias tradicionais devem ser considerados os conceitos legais constantes dos seguintes instrumentos:

-Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, DOU 08.02.2007

Art. 3º, Parágrafo I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

-Lei Federal nº 11.428 de 22 de Dezembro de 2006

II - população tradicional: população vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental;

-Lei Estadual nº 13798 de 16 de novembro de 2009

Art 4º, Parágrafo XXVII: definição de população tradicional idêntica à da lei federal 11.428.

Percebe-se nestas definições legais de **população tradicional** a ênfase no aspecto de que a reprodução sócio-cultural do grupo depende do **uso dos recursos naturais do seu território e de que este uso tenha baixo impacto ambiental**.

Em uma palestra, Manuela Carneiro da Cunha³ define como populações tradicionais aquelas que utilizam o meio ambiente com impacto ambiental mínimo. Esta definição, dada a sua amplitude, pode perfeitamente abarcar diversas populações e suas diferentes necessidades de uso da mata e/ou do mar. Contudo, a noção de “população que exerce baixo impacto sobre o ambiente” faz parte de uma identidade que está sendo construída. (Ela corresponde aproximadamente à noção de “grupo que exerce atividades sustentáveis”; cf. Almeida, 1994).

Por outro lado, a ideia de que existem pessoas vivendo “em estreita relação com o ambiente natural”, em situação de total dependência dos recursos naturais, teoricamente naturaliza o homem, restringe as pessoas ao campo da natureza, afastando-as da sociedade e da cultura. Em qualquer lugar onde haja grupos sociais, a construção de identidades ocorre num contexto de multiplicidade de tempos e espaços sobrepostos, o que nos remete às ideias de “campos de atividade”, como define Vincent (1987) e de “rede social”, conforme define Barnes (1987). Quando pensamos em campos de atividade, a unidade territorial pode ser retida, dispensando a ideia de uma estrutura social invariante e contida em fronteiras geográficas. A ideia de “fluxo organizado”, de Vincent (1987), nos permite pensar no fluxo de pessoas que entram e saem do território (Almeida, 2007, p. 179).

Nos termos de Barnes, o padrão resultante das relações sociais mostra-se semelhante a uma “malha intrincada”. Este autor ainda nos diz que a noção de rede social tem “*em vista*

³ Comunicação oral.

a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias” (Barnes, 1987, p. 163).

Assim, podemos considerar que a auto-identificação enquanto “populações tradicionais” é uma identidade contrastiva que diferencia o grupo dentro do sistema nacional e, sobretudo, estratégia política para a reivindicação de direito territoriais. Como define Almeida (2007), a “comunidade local” mostra-se como uma categoria política, e não um conceito teórico.

3. OS PRIMÓRDIOS DA HISTÓRIA

A ilha do Cardoso localiza-se no extremo sul do litoral paulista, área contida na região do Vale do Ribeira. Abaixo, algumas maneiras como a região foi descrita, segundo sua localização e os atores nela presentes:

É preciso lembrar que quando se considera o Vale do Ribeira no seu todo, ele é bastante maior do que aparece cifrado em vários estudos. (...) é possível visualizá-lo, ao enfocar o olhar sobre o Paraná, começando apenas pouco aquém de Curitiba (para quem o vê desde um ponto de vista paulista). De igual maneira, olhando em direção oposta, ele termina (ou começa?) muito perto da Grande São Paulo (Brandão *et alli*, 1998, p. 9).

Localizado entre Paraná e São Paulo, numa faixa que abrange desde municípios próximos à capital paulista até quase as cercanias de Curitiba, e no litoral desde proximidades de Peruíbe, no ponto mais ao norte, até quase chegar em Paranaguá, no ponto mais ao sul, o Vale do Ribeira comporta uma multiplicidade de tempos e espaços simultâneos, representações dos vários sujeitos que vivem ou atuam lá (Carvalho, 2006, p. 9).

O rio Ribeira de Iguape nasce no planalto do Paraná indo desaguar no litoral sul do estado de São Paulo, próximo à cidade de Iguape, constituindo o principal coletor dos rios que descem a serra de Paranapiacaba e seus contrafortes. Nessa região a Serra do Mar afasta-se do oceano e forma um grande arco até a fronteira com o Paraná. Este território delimitado entre a serra e o oceano constitui o vale do rio Ribeira (Scatamacchia, 2004, p. 92).

Convivem nesta região posseiros, pequenos proprietários, companhias mineradoras, reflorestadoras, agroindústrias, barragens, reservas florestais, terras não discriminadas (devolutas), “trabalho escravo”, comunidades negras (remanescentes de quilombos), entre outras (Paiva, 1993, p. 3).

A Ilha do Cardoso é de origem continental, com uma porção montanhosa no lado norte, onde se aproxima das ilhas Comprida e de Cananéia, complementada, na parte sul, por uma restina de aproximadamente 8 quilômetros de comprimento por, em média, 400 metros de largura. A leste, está o Oceano Atlântico, localmente chamado de Mar Grosso, e a oeste, o estuário, também conhecido por Mar Pequeno, Mar de Dentro ou, como dizem os moradores da área, simplesmente “rio”. Fazem parte do estuário, a baía de Trapandé, na altura da parte montanhosa, e o Mar de Arapira, que acompanha a área de restinga. A parte montanhosa possui uma intrincada rede hídrica, com uma infinidade de nascentes e

córregos que deságuam em rios maiores, que por sua vez,, formam belas cachoeiras e deságuam, em parte, no oceano Atlântico, e a maioria no Mar de Dentro.

Antonio Paulino de Almeida, em meados da década de 1940, descreve a ilha do Cardoso:

Cardoso, a ilha bela montanhosa, bem cortada de mananciais, fica situada entre o oceano, a baía de Trapandé e o canal de Ararapira, sendo de aspecto majestoso, quer seja contemplada do mar largo ou do continente.

Os seus cimos altaneiros, muitas vezes pela manhã se apresentam coroados de nuvens, o que para o povo, representa mau presságio ou sinal de próximas borrascas.

(...)

Cortada por numerosos regatos e possuindo uma infinidade de reentrâncias e de saliências, torna-se mais imponente quando pela manhã e à tarde se lhe destacam os penhascos e socavões, ao embate da luz do sol.

Bordada de lindas praias ou guarnecida por cordões de rochas que se alteiam na face oriental batida pelas águas do Atlântico, — na parte interna é limitada por vastos manguezais, onde penetram as águas do mar, principalmente no espaço compreendido entre a ponta da Parada, à entrada do Canal e o rio da Tapera, onde os morros desaparecem, dando lugar à língua de terra que vai formar o extremo sul do território paulista, na divisa com o Paraná. É esta a região dos sambaquis existente na ilha.

Com exceção dos pontais, em que se observam extensas partes arenosas e planas, a face leste se apresenta às vezes abrupta, dificultando até mesmo a passagem de pedestres, ou então, orlada por lindas praias de areias brancas, interrompidas aqui e ali por grandes rochas de granitos negros.

(...)

Para o lado da baía de Trapandé e canal de Ararapira, em muitos pontos recuam os morros, dando lugar a pequenas porções de vargedos, sendo em certas propriedades tão suaves os declives que podem ser percorridos em pequenas distâncias por veículos puxados à tração animal.

(...)

Os Morros *do Cardoso*, como dizem uns, ou as Serras *do Cardoso*, como querem outros, nada mais são do que uma serra de onde partem numerosos contrafortes que se lançam em todas as direções, tomando cada um desses ramos denominações de acordo com os acidentes locais.

Daí os nomes de morros do *Itacuruçá*, do *Cambaria*, do *Rasgão*, *Santa Cruz*, *do Andrade*, *da Parada*, *Jacareú*, *Cardoso*, *Canudal*, *Barreiro*, *Cachoeira-Grande*, *Sambaqui*, além de muitos outros.

Entretanto, inteiramente separados desse conjunto, destacam-se alguns, como sejam os morros do *Campestre*, para o lado de fora, dos *Outeirinhos*, à entrada da barra de Cananéia, morro do Andrade, Morrete, e finalmente, o morro da Tapera, no extremo sul da ilha.

A grande abundância de águas na ilha do Cardoso é devida a uma infinidade de cachoeiras que se precipitam do alto da morraria, dando lugar a um

elevado número de rios que deságuam em sua maior parte no canal de Ararapira.

Apesar da rápida elevação do lado do oceano, onde, em muitos lugares a serra é quase a pique, não pequeno é o número de cachoeiras que aí se apresentam, cujas águas correm diretamente para o Atlântico (Almeida, 2005 [1946], p. 61-63).



A ilha do Cardoso já era habitada à época da chegada de portugueses e espanhóis, nos primeiros anos de 1500. Scatamacchia descreve o meio físico onde, há cerca de seis mil anos, se instalaram os primeiros habitantes da ilha de que se tem notícia através do estudo dos inúmeros sambaquis presentes na faixa litorânea abrangida pelo Vale do Ribeira:

Há cerca de 5.000 anos o mar avançava vários quilômetros em direção ao interior, atingindo o sopé da Serra do Mar. A atual planície era um imenso mar raso, mas à medida que certas acomodações foram ocorrendo na crosta, o nível do mar foi descendo até chegar ao nível atual.

(...)

A faixa litorânea que estamos considerando é uma extensa área sedimentar, formada por sedimentos arenosos marinhos, cuja topografia é marcada por restingas com dunas e manguezais. As restingas mais antigas assim como as mais recentes tiveram origem nos cordões litorâneos paralelos à linha costeira, e a sua fusão, por sedimentação e assoreamento, originou a planície de restinga que hoje constitui a região costeira estudada.

Desse modo, o processo de povoamento acompanhou a sedimentação da área lagunar, cuja distribuição ajuda a visualizar a antiga linha da costa. As restingas mais antigas estão atualmente situadas no interior e a uma altura de até dez metros acima do nível do mar. A elas estão associadas as primeiras ocupações humanas na faixa litorânea do baixo Vale do Ribeira. (Scatamacchia, 2004, p. 92-93).

Deixemos a autora discorrer também sobre as populações responsáveis pela formação dos sambaquis, num período que vai de seis mil a mil anos antes do momento atual:

Os primeiros habitantes identificados na região foram grupos que viviam da pesca e da coleta de recursos marítimos, principalmente de moluscos, e o registro arqueológico desta ocupação pode ser comprovado pela presença de sítios arqueológicos caracterizados por estruturas construídas pelo acúmulo destes resíduos faunísticos.

Entre eles, os mais conhecidos são os "sambaquis". Morfológicamente eles se assemelham a um monte de conchas, cuja altura média varia de 2 a 10 metros de altura, existindo alguns que chegam a atingir 30 metros. A sua construção foi feita com os resíduos das espécies faunísticas utilizadas, como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Outros produtos de coleta também podem ser reconhecidos como caroços de frutos e sementes.

(...)

Na região de Iguape-Cananéia encontram-se uma das maiores concentrações destes vestígios.

As ocupações mais antigas datadas até o momento na área estão em torno de 6.000 anos antes do presente e os mais recentes estariam a cerca de 1.000 anos atrás.

(...)

A análise deste tipo de sítio mostra a presença de artefatos relacionados às estratégias de obtenção e processamento dos recursos necessários para a subsistência do grupo. Entre os artefatos que estão presentes, os mais comuns são os de pedra, de osso e concha. Entre os primeiros, as peças mais constantes na região são as produzidas por lascamento e que serviram para raspar, cortar e furar. Podemos mencionar também alguns artefatos de conchas, que na área estão relacionados a ornamentos: colares e pingentes (Scatamacchia, 2004, p. 94-96).

Moradores entrevistados durante nossa pesquisa, e também com quem estivemos conversando no final da década de 1980, falaram sobre objetos encontrados nos sambaquis quando trabalharam numa fábrica que moia conchas para a fabricação adubo e ração animal, que havia no sítio Cahoeira Grande. Em dezembro de 2011, comentei com um antigo morador do Sítio Cachoeirinha que, há cerca de vinte anos atrás, Antonio das Neves, morador da Praia da Lage, falecido em 2009, havia me dito que encontraram vários “machados de bugre”:

Pesquisadora: Vocês encontravam alguma coisa diferente ali no meio das ostras?

Morador: Ossos, crânio fechado de gente. Tinha perna, braço, tudo já se desfazendo.

Pesquisadora: Seu Antonio das Neves me falou que achavam machado de bugre lá.

Valdemar: Achava, achava muitas coisas lá. Com certeza, era de índio, tinha machadinho bem afiado, era uma pedra especial, não é qualquer pedra, é uma pedra preta, uma pedra forte, dava pra fazer até corte, eles usavam pra cortar madeira.

Figura 1. Sambaqui às margens do rio da Tapera



Os relatos históricos revelam que os europeus encontraram ocupando a costa sul e de São Paulo apenas grupos Tupi-Guarani, embora também registrem o encontro de outros grupos, falantes de distintas línguas.

Os cronistas de época citados por Stacamacchia revelam que **Cananéia era o limite entre a ocupação dos Tupi, ao norte, e a dos Guarani, ao sul, que são agrupados num único grupo lingüístico e numa mesma tradição arqueológica de cultura material.** Os textos de época revelam que ambos grupos falavam línguas muito assemelhadas, dois dialetos da mesma língua, que seria o Tupi-guarani, aquela “que os portugueses entendiam” (Stacamacchia, 2004:91-92). Há alguma divergência na denominação dos grupos encontrados ao norte de Cananéia, mas temos um consenso na literatura de que **os Guarani foram chamados Carijós e seu território se localizava de Cananéia até o Rio Grande do Sul.**

Paulino de Almeida e Young concordam que **o primeiro núcleo de ocupação européia formou-se na Ilha do Cardoso ainda nos primeiros anos de 1500, com a chegada do bacharel português degredado, trazido na expedição de Américo Vespúcio, em 1502, e de um grupo de sete castelhanos que ficaram perdidos na ilha após a passagem da expedição de Vicente Yañez Pinzão e Juan de Solís, que partiu da Espanha em 1508.** Nas palavras dos autores:

Não é lícito duvidar que foi na ilha do Cardoso o local onde deixaram o bacharel desterrado, por causa da descrição da localidade e posição da ilha, que os primeiros navegantes chamavam "ilha de Cananéia", mas que hoje é

conhecida pelo nome de "ilha do Abrigo" e, mais ainda, por causa do "padrão" de pedra, erigido na mesma ocasião de ser ele posto em terra, cujo "padrão" mais tarde foi levado para o Rio de Janeiro por Afonso Botelho de Sampaio; como também pelo que está escrito no *Diário da Navegação* de Martim Afonso de Sousa.

Em 1508, partiu de Espanha uma frota comandada por Vicente Yáñez Pinzão e Juan de Solís, para explorar a costa desta terra da "Vera Cruz" e, chegando em viagem à latitude $23\frac{1}{4}$ Sul, portaram em terra, ficando aí perdidos sete Castelhanos; e o comandante, por esse fato, pôs o nome de "Rio dos Inocentes" neste lugar.

Algumas pessoas podem duvidar que esse lugar, onde ficaram perdidos os sete Castelhanos, fosse a barra de Cananéia, por causa da diferença de latitude; porém, reconhecida, como é hoje, a inexatidão das posições notadas pelos cosmógrafos daquele tempo, e notando a combinação dos fatos ocorridos posteriormente em relação a este lugar, temos razão para acreditar que o "Rio dos Inocentes", de Juan de Solís, era a barra do "rio de Cananéia" de Américo Vespúcio e de Martim Afonso de Sousa, cujo lugar incontestavelmente é a barra de Cananéia de hoje.

Em fins de 1526 ou em princípio de 1527, Diogo Garcia chegou a esta costa e, numa baía chamada "Rio dos Inocentes", encontrou um bacharel português que lhe forneceu carne, peixe, etc., e deu-lhe um genro seu que lhe serviu de intérprete. Prova isto que Diogo Garcia, pelas cartas cosmográficas, reconhecia o lugar chamado "Rio dos Inocentes". Provavelmente a dita baía é o espaço compreendido entre as ilhas do Abrigo, Cardoso, Comprida e de Castilho, cujo espaço podia bem ser tomado por uma baía pelos navegantes daquela época.

Em 12 de agosto de 1531, Martim Afonso de Sousa chegou e fundeu suas embarcações próximas à ilha de Cananéia e, como diz no diário escrito pelo seu irmão Pêro Lopes de Sousa "entre ela e a terra", combinando a descrição que ele dá desta localidade perfeitamente com a configuração da ilha do Abrigo e do lugar onde hoje é o ancoradouro dos navios.

Martim Afonso daí mandou, em uma embarcação, Pedro Anes Piloto para ver se podia ter comunicação com os indígenas e, no dia 17 do mesmo mês, voltou "Pedro Anes Piloto no bargantim e com ele viu Francisco de Chaves e o Bacharel e cinco ou seis castelhanos. Este bacharel havia trinta anos que estava degradado nesta terra, e o Francisco de Chaves era mui grande língua desta terra".

Até agora a história dos diversos fatos citados combina perfeitamente, e não podemos duvidar que, tanto o bacharel como os espanhóis que existiam durante o espaço de muitos anos, convivendo com os indígenas, como podemos deduzir do fato de Francisco de Chaves ser "grande língua desta terra", tinham todos formado famílias, tanto mais que o bacharel, em 1526, forneceu um genro seu para servir de intérprete ao Diogo Garcia (Young, 2005 [1903], p.77-78).

Reza antiga lenda que o famoso bacharel encontrado em Cananéia em 1531, por Martim Afonso de Sousa e que ali vivia há trinta anos, fora degradado na ilha do Bom Abrigo, da qual, construindo uma rudimentar jangada, tempo depois conseguia transportar-se às praias da ilha Comprida, para daí passar-se mais tarde para a de Cananéia.

Entretanto, é mais provável que o houvessem deixado na ilha do Cardoso, — considerada ainda muitos anos após, por diversos escritores, como continente ou terra firme.

E acreditamos que, tanto ele como o português Francisco de Chaves e mais os cinco ou seis castelhanos encontrados nesse ponto da costa paulista, teriam sido abandonados nas praias da mesma ilha, dada a abundância de água que aí existe e a facilidade dos meios de subsistência que a Natureza lhes oferecia nesse local, o que não se dava na ilha de Cananéia ou na ilha Comprida, em que raramente se encontrava água potável.

Assim, teriam sido eles os primeiros colonos europeus habitantes da grande ilha do litoral paulista, no decorrer do século XVI (Almeida, 2005 [1946], p. 73-74).

Paulino de Almeida também nos fala da presença da família Andrade, já no século XVII, habitando a Ilha do Cardoso. O nome dessa família faz parte da toponímia do lugar e, nos dias de hoje, um sítio permanece com o nome Andrade. O autor também expõe dados sobre a ocupação de portugueses e seus descendentes nos séculos XVII e XVIII:

Diz A. Vieira dos Santos, que nos fins do século XVII entre os primeiros povoadores de Curitiba encontravam-se o Capitão Lourenço Rodrigues de Andrade, que, com sua família já residia na face norte da ilha do Cardoso, no lugar ainda hoje conhecido pela denominação de — morro do Andrade, junto à ponta da Parada.

O seu nome, portanto, deve ser incluído entre o dos primeiros que aí se localizaram.

Antes, porém, outras pessoas naturalmente já deviam ter-se apossado de terras na referida ilha, e entre eles DOMINGOS CARDOSO, que mais ou menos nessa época já ali habitava e era senhor de uma propriedade, trocada mais tarde pelos seus herdeiros por outra situada no continente.

O certo é que do ano de 1650 em diante, diversas famílias se estabeleceram na ilha, buscando de preferência as proximidades da barra de Cananéia, talvez pela abundância de pescado nessa região.

Essa preferência pela ilha do Cardoso era perfeitamente justificada, não só, como já dissemos, pela abundância de peixes nos mares que a circundam, como também pela fertilidade das suas terras e riquezas da flora e da fauna.

Em princípios do século XVIII já se espalhavam numerosas famílias pelas encostas da ilha, principalmente pela margem do canal cujas águas vão desaguar na barra de Arapira, cuja povoação foi elevada em Freguesia no ano de 1767.

No decurso do mesmo século várias sesmarias foram aí concedidas, como as do *Camboriú*, a Antônio de Aquino Pereira e do *Barreiro*, para Antônio dos Ouros. Dessa época em diante muitos outros foram se apossando de terras ao longo do canal, ultrapassando os seus limites, estendendo-se para além do povoado de Ararapira, como é fácil de ver-se pelo recenseamento da população de Cananéia, do ano de 1765 em diante (Almeida, 2005 [1946], p. 74).

O Vale do Ribeira, passa, inicialmente, pelo ciclo do ouro, que movimentou a região durante o século XVII⁴, até a descoberta das “Gerais”, na passagem do século XVII para o XVIII. Mas, enquanto um contingente de mineradores com seus trabalhadores escravizados partiam para o interior do vale, os núcleos litorâneos (Iguape e Cananéia) permaneceram ligados à pesca e à produção agrícola, conforme nos explica Zan:

O litoral da Baixada do Ribeira foi visitado por exploradores e colonizadores, já no início do século XVI. Em agosto de 1531, por aí passou Martim Afonso de Souza que organizou uma expedição de 80 homens com a finalidade de explorar o interior em busca de ouro e prata.

Essa porção do litoral paulista, com suas barras, ilhas e canais, mostrou-se favorável à navegação, atraindo inúmeras pessoas que chegaram do velho continente, com objetivos os mais diversos. Por isso, ainda durante o século XVI, aí surgiram dois núcleos embrionários de povoamento que acabaram dando origem às cidades de Iguape e Cananéia.

Inicialmente, a população estabelecida nessas localidades dedicava-se à lavoura de subsistência e alguma atividade pesqueira. A distância razoável que separava a zona litorânea do planalto, deve ter contribuído para a situação de isolamento em que tais núcleos permaneceram em relação ao interior da capitania.

A presença da foz do Ribeira, não muito distante de Iguape, acabou atraindo povoadores que começaram a avançar pelo interior da Baixada. Na primeira metade do século XVII, foram encontradas minas de ouro em terra firme, o que intensificou as incursões de exploradores para o interior, sempre seguindo os cursos do Ribeira de Iguape e de seus afluentes.

O desenvolvimento da mineração contribuiu para a intensificação da ocupação regional, levando, ainda nesse século, à fundação de Xiririca (atual Eldorado), primeiro núcleo de povoamento do interior.

Apesar da mineração ter contribuído para o desenvolvimento de alguma atividade comercial, especialmente nos núcleos litorâneos, não foi

⁴ Albertino Moreira nos esclarece que, durante todo o século XVI, era proibido adentrar o interior: “a entrada para o planalto, durante anos e anos, por mais de século era aventura proibida. Tomé de Souza, quando veio para o Brasil, trazia o regulamento sobre isso”. Terra firme adentro só poderia ir quem portasse uma licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real (Moreira, 1943, p. 65).

suficiente para alterar o caráter disperso do povoamento. Primeiro porque a exploração do ouro deve ter atraído boa parte da população de Iguape para o interior e, além disso, muitos dos que ficaram na zona litorânea permaneceram ligados à agricultura de subsistência, preferindo morar junto de suas lavouras a se estabelecerem nos “núcleos urbanos”. (Zan, 1986:20 e 21)

Se, como nos diz Zan, a zona litorânea permaneceu ligada à agricultura, a vocação agrícola da Ilha do Cardoso revela-se já nos primórdios da colonização. Ao contrário da Ilha de Cananéia, a Ilha do Cardoso possui solo fértil e abundância hídrica, fato que a tornou, nas palavras de Paulino de Almeida (2005 [1946], p.62), “um dos melhores celeiros do município”. A policultura de alimentos, calcada no sistema de subsistência, estava associada à produção de mandioca, em maior escala, para o fabrico de farinha. Com base em dados históricos levantados por Paulino de Almeida e compilados por Maria Regina da Cunha Rodrigues, Mourão (2003) fala em um período de fartura ocorrido nas primeiras décadas do século XVIII, e que perdurou até 1787. Nesse ano, o capitão-geral da capitania de São Paulo proíbe a venda direta de uma série de produtos aos portos do Rio de Janeiro, onde os produtos paulistas obtinham melhores preços. A comercialização, então, passou a ser feita obrigatoriamente no porto de Santos, onde se pagava até menos da metade dos valores que seriam recebidos no Rio de Janeiro. Esse fato provoca a decadência das demais zonas portuárias da capitania de São Paulo, e uma queda significativa na produção agrícola. Situação que se inverte apenas após as primeiras décadas do século XIX, quando a medida de 1787 começa a entrar em desuso, período que coincide com a abertura de um novo ciclo econômico na região do Vale do Ribeira, a produção intensiva de arroz. (Mourão, , 2003).

A Ilha do Cardoso participou do ciclo do arroz, o qual se estendeu por todo o Vale do Ribeira, tendo seu auge em meados do século XIX e perdurando até o início do século XX. Foi a época do famoso “arroz de Iguape” destinado, sobretudo, à exportação. Ao contrário do que se poderia imaginar a respeito de um ciclo econômico agrícola – sabemos que esses ciclos geralmente apoiam-se exclusivamente no binômio latifúndio/mão-de-obra escravizada –, pequenos lavradores de todo o vale estiveram envolvidos nessa produção. A partir do interior da região, a produção escoava desde afluentes do rio Ribeira de Iguape e, através do mesmo, chegava ao porto da Ribeira, sendo transportado, a princípio, por terra, até o porto de Iguape. Mais tarde, a partir de 1827, foi aberto o Valo Grande, um canal ligando esses dois portos, fato que, ao final do século XIX apresentava resultados

desastrosos com o assoreamento das barras do Ribeira e de Icapara, por onde se tem acesso ao porto de Iguape (Mourão, 2003).

Nos diz Mourão (2003) que o arroz surge ao lado de produtos tradicionais. Isso significa que, ao lado das fazendas dedicadas à produção de arroz, os pequenos lavradores seguiram com suas roças de policultura (milho, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, tubérculos, entre outros) com ênfase nos excedentes de arroz⁵.

Paulino de Almeida, em sua linguagem poética, descreve o cenário da Ilha do Cardoso à época do ciclo do arroz:

O interior da ilha é em geral montanhoso, apresentando vales profundos e grotões enormes, entre os quais surgem partes mais ou menos acidentadas, de que se utilizam os lavradores para as suas diferentes espécies de cultura.

As encostas são geralmente aproveitadas para o plantio do arroz, da mandioca e da cana-de-açúcar.

A falda oriental é apenas ocupada junto aos pontais das barras de Cananéia e de Ararapira.

Nos tempos provinciais era a ilha do Cardoso um dos lugares mais habitados do município, não só pela fertilidade de suas terras e abundância de peixes em todos os seus recôncavos, rios e parcéis, como também pela facilidade dos meios de transportes, que eram feitos sobre água, em grandes canoas e até mesmo em lanchas e iates.

Era então considerada como dos melhores celeiros do município, onde se erguiam as mais prósperas fazendas com seus engenhos de pilar arroz, fábrica de aguardente, olarias e até do mesmo um estaleiro de construção naval situado à entrada do canal, defronte do lugar ainda hoje conhecido por Japajá.

Bastante pitoresco era então o aspecto que apresentava, de preferência na encosta sobre a baía de Trapandé, quando, de encontro ao verde da montanha se destacava refletindo nas águas tranqüilas, a casaria branca das fazendas aí localizadas.

Eram sobrados construídos de pedra e cal, cujos pilares ainda hoje, como sentinelas mudas, surgem em meio das matas trondosas.

Não poucos eram os agricultores abastados que, senhores de grande escravatura, residiam na extensão do canal, à borda do qual se encontravam as propriedades do *Cardoso*, *Marrete*, *Canudal*, *Jacareú*, *Barreiro*, *Pedro Luiz*, *Cachoeirinha*, *Cachoeira-Grande*, e tantas outras de que atualmente não restam mais vestígios, enquanto que de algumas ainda podem ser vistos os longos paredões das casas do engenho, do tráfico, dos paióis ou mesmo o velho forno da olaria (Almeida, 2005 [1946], p. 62-63).

⁵ Sobre excedentes agrícolas, diz Martins: “Não se trata de que o agricultor assegure para si e para sua casa a subsistência e só depois venda o que sobrou. Trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quanto plantar e até onde plantar está organizado a partir da ideia de que do que se planta uma parte deveria ser produzida para troca ou comércio” (1997, p.190; grifos do autor).

Uma combinação de fatores contribuiu para o declínio do ciclo do arroz no Vale do Ribeira. A começar pela abolição da escravatura, na passagem para a última década do século XIX. Entretanto, o fator mais importante foi o assoreamento da barra de Icapara, resultante da abertura do Valo Grande, cuja largura a princípio, era de apenas 4,40 metros, e que chegou a mais de 200 metros. Esse fator impediu o acesso dos navios que faziam o transporte de mercadorias ao porto de Iguape. Ainda nas últimas décadas do século XIX, a construção da malha ferroviária ligando o interior do estado ao porto de Santos, visando o escoamento da produção de café, contribuiu para a gradativa redução da importância econômica do porto de Iguape. Finalmente, o incremento da produção rizícola na região do Vale do Paraíba, passou a fornecer o produto com preços mais atraentes para São Paulo e Rio de Janeiro. Ainda assim, o porto de Cananéia, que atendia apenas as áreas mais próximas do estuário, continuou escoando o arroz (Mourão, 2003, p. 43).

Mourão ainda nos explica que, ao final da primeira década do século XX, já se fazia a passagem para a pesca comercial, que viria a se tornar o eixo econômico da região:

A passagem à pesca registra-se no decorrer de 1910, quando barcos de Santos, as "Briosas", adentraram o porto de Cananéia, para propor a compra de pescado. A pesca, até então, era atividade meramente supletiva, destinada à complementação de dieta. A única exceção era a pesca da tainha: no tempo frio, durante um período de um mês e meio, parte da população local capturava esse peixe utilizando cercos de pesca feitos de taquara e redes. A tainha, depois de escalada e seca, era guardada como reserva alimentar e o excedente era trocado nos armazéns da cidade, juntamente com o resultado das colheitas. Portanto, fora da pesca da tainha que, além de reserva alimentar, contribuía para aumentar a renda familiar, o restante da pesca se limitava de fato a uma posição de mero complemento da dieta. As técnicas utilizadas lembram a tradição indígena e lusitana, esta última pelo tipo de rede. Os covos que encontramos, principalmente ao longo do canal de Varadouro, são um exemplo dessa reminiscência indígena. Hans Staden dá uma série de informações a respeito quando descreve a pesca do parati.

Além das de Hans Staden, outras descrições da época²⁶ indicam técnicas utilizadas pelos índios nas pescarias e sobretudo aspecto de coleta que tal faina tomava, fato que ocorreu durante muito tempo. O uso do timbó, também de origem indígena, recurso que a população ribeirinha utilizou, foi proibido pela Câmara Municipal de Cananéia, em sua sessão de 5/4/1830.

Da herança lusitana, além de técnicas, registramos o próprio nome que dão à faina pesqueira, "matar peixe", expressão portuguesa antiga, que oferece bem a conotação da pesca à época, isto é, uma atividade coletora, tal como a caça, com significação, portanto, diferente da que atribuímos hoje à pesca.

O quadro social, no início do século XX, caracterizava-se por uma população rural que vivia, principalmente, em torno de uma economia de troca, a qual, como já vimos, era apenas atividade supletiva de reforço da dieta, ou então representava complemento da renda, como no caso da tainha.

A oferta de numerário possibilitada pelo pescado e a possibilidade de se receber dinheiro logo após a pescaria, em vez de ter de se aguardar o amadurecimento da pequena colheita que, no mercado de troca, atingia pequeno valor, determinaram a passagem para a pesca, como meio de subsistência, de cerca de cinquenta famílias que ou venderam ou abandonaram seus sítios para se instalarem na cidade de Cananéia, onde formaram o bairro do Carijo, junto do morro de São João.²⁷ Na época, começam a aparecer bares pela cidade e o dinheiro em espécie passa a ter maior circulação. Na cidade, continua-se a viver do comércio, da prestação de serviços e do porto. A pesca, que a princípio apenas atraiu meia centena de famílias, aos poucos passou a atrair maiores contingentes, não só pela facilidade de à primeira vista lhes surgir a possibilidade de dispor de numerário, como ainda pela dificuldade de comercialização dos produtos da lavoura. Parte da população rural foi aos poucos transferindo-se para a zona urbana, criando os bairros do Carijo, Araraú e, mais tarde, passando a se transladar de preferência para o Rocio (Mourão, 2005, p. 50-52).

Em relação especificamente à Ilha do Cardoso, com base nas entrevistas com moradores, podemos dizer que a agricultura continuou sendo de vital importância para os moradores por muitas décadas no decorrer do século XIX, até o início da década de 1960, que assistiu a criação do Parque Estadual e a conseqüente interdição da agricultura tradicional de coivara. Na orla do Atlântico, ela continuou tendo a mesma importância que a pesca. Esta última, dedicada, sobretudo, à captura da tainha nos meses de inverno, de maio a agosto. Nesse caso, o peixe era escalado e salgado para ser vendido em Cananéia. No resto do ano, a agricultura seguiu sendo praticada, com base no sistema de ajuda mútua, e ênfase no cultivo de mandioca para o fabrico de farinha, vendida na vila do Ariri e em Cananéia. Quase todas as famílias tinham o seu tráfico de farinha e, quem não tinha, usava o tráfico do vizinho.

Na orla estuarina do conjunto de morros, a produção agrícola era ainda mais intensa, com considerável produção de arroz, que até a fundação do moinho central de Cananéia, na década de 1950, ainda era beneficiado em alguns dos engenhos de pilar arroz, movido pela força das cachoeiras, que sobreviveram à crise do “arroz de Iguape” no início do século XX. Em alguns casos, até o início dos anos de 1960, nessa área interna da ilha, mesmo a tainha, ainda que em grandes quantidades, era pescada, escalada e salgada exclusivamente para o consumo nos sítios, sendo a produção agrícola e, eventualmente, a produção de

artesanato, como chapéus e cestos de cipós, e fabricação de canoas, os únicos meios de obtenção de renda. Retomaremos mais detalhadamente este assunto adiante, na seção “As formas do trabalho”.

4. Ocupação humana na Ilha do Cardoso do século XIX aos dias atuais.

Esta seção não tem a intenção de ser uma exaustiva pesquisa sobre quem foram os moradores da ilha nos últimos 200 anos. E sim de investigar os nexos de parentesco entre os atuais moradores e os antepassados mais antigos que viveram na ilha, presentes nas memórias desses moradores.

Entre meados da década de 1980 e 1994, uma das autoras deste trabalho, Maria Celina Pereira de Carvalho, fez diversas viagens à Ilha do Cardoso, onde às vezes, chegava a permanecer por períodos de até um mês. Foram todas viagens a passeio, que se iniciaram na época dos estudos de graduação, sendo que todas as vezes, permanecia na casa da família de Antonio das Neves, na praia da Lage. Neste trabalho, são feitas várias observações com base nas experiências vividas pela pesquisadora, durante essas viagens.

Parte considerável da história e da genealogia dessas famílias, pôde ser investigada a partir de documentos pessoais, como certidões de nascimento, casamento e óbito, além de diversos documentos sobre terras. Parte desses documentos, foram a nós cedidos por moradores que entrevistamos. Mas a maior parte deles, cerca de 70%, faz parte de um acervo levantado pelo padre João Trinta entre 1979 e os primeiros anos da década de 1980. O motivo foi a necessidade de preparar juridicamente a defesa das famílias que estavam na ilha, perante uma ameaça, do Ministério da Marinha, de desalojar os moradores.

O texto a seguir fala sobre o assunto:

No ano de 1979, havia rumores de instalação de uma Usina Nuclear na Ilha do Cardoso, mas não parecia ser apenas rumores, havia realmente algo acontecendo por debaixo dos panos. Não era a toa que a Marinha queria a qualquer custo expulsar mais de 80 famílias de pescadores, mais de 400 pessoas do Marujá, uma pequena comunidade de Cananéia, para a construção de uma central de energia

nuclear que mudaria completamente a vida pacata dos moradores da cidade a partir de então.

Diante deste triste processo que iria ocorrer, despejo de famílias inteiras de suas terras, poucas pessoas tiveram a coragem de levantar alguma bandeira se opondo, porém lá estava JOÃO TRINTA preocupado com o meio ambiente e com o povo que estava prestes a ser literalmente despejado do seu aconchego. No ano de 1983 Pe. João organiza uma grande manifestação, preparando assim a manifestação do povo de forma legal. **No processo foram juntados documentos diversos como "procurações, atestado de pobreza, declarações de posse, certidões de casamento e nascimento, documentos do livro da terra da Paróquia a partir de 1856 entre outros"** O resultado sabemos, aqueles que decidiram ficar na ilha, la estão até hoje... (grifos nossos)⁶.

No acervo do padre João Trinta, encontramos um recorte de jornal, com uma matéria assinada por jornalista Paulo do Valle, sobre a intenção da Marinha de expulsar os moradores da ilha. Nesse recorte, infelizmente, não aparece o nome do jornal. A seguir, reproduzimos um trecho da matéria, datada de 26 de setembro de 1979:

A expulsão de 80 famílias de pescadores, totalizando mais de 400 pessoas que moram na Ilha do Cardoso em Cananéia, no Vale do Ribeira, pelo Ministério da Marinha, foi motivo de reunião feita ontem, nesta cidade, entre representantes da Igreja, da Capitania dos Portos de Iguape, advogados da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e uma comissão de moradores, cujos ascendentes – índios e catarinenses – se instalaram na ilha há mais de dois séculos.

Durante o encontro de ontem, no salão paroquial de Cananéia, o tenente Nelson Sebastião, da Capitania dos Portos, acabou admitindo a intenção do Ministério da Marinha em ocupar a ilha e conseqüentemente expulsar os posseiros, moradores com títulos e proprietários com casas de veraneio. Bastante cauteloso em suas afirmações, o tenente disse que há menos de um mês recebeu um telegrama do Ministério da Marinha mostrando interesse pela Ilha do Cardoso.

(...) No pequeno município de Cananéia, os boatos que circulam sobre a ocupação ou não da Ilha do Cardoso são os mais variados, indo desde a possibilidade de instalação de uma central de urânio, ou então a ocupação da Marinha para fazer um campo de tiro.

O padre João Trinta faleceu em 2008. Tivemos acesso a parte desse importante acervo através de sua antiga secretária, Aparecida Rangel. Junto com os documentos,

⁶ <http://nomeiodopovo.blogspot.com/2011/06/usina-nuclear-em-cananeia-na-ilha-do.html>

também tivemos acesso a uma série de anotações, manuscritas pelo padre, com nomes de grupos familiares da ilha, remontando ao início do século XIX, assim como esboços de genealogia. E ainda há uma série de questionários aplicados aos moradores da Ilha do Cardoso em 1979. Soubemos que o **padre João Trinta contratou algumas pessoas para fazer essa espécie de senso para conhecer melhor as famílias com o intuito de ajuda-las na defesa contra a Marinha e de também reorganizar a colônia de pescadores artesanais de Cananéia.** Quando tivemos acesso a esse acervo, já havíamos elaborado gráficos de genealogia a partir de depoimentos e documentos que obtivemos junto aos moradores durante o trabalho de campo, e já havíamos conseguido chegar a alguns antepassados nascidos no século XIX. Todas as informações que levantamos sobre gerações mais antigas, coincidiram com informações presentes no acervo de João Trinta. O exame desses documentos nos ajudou a elucidar dúvidas e confirmar pistas que já tínhamos sobre quais seriam os vínculos de parentesco entre determinadas pessoas, assim como inserir em nossos gráficos de genealogia, antepassados que aparecem em documentos mais antigos, de meados do século XIX, ou em outros documentos pessoais. Dessa forma, pudemos ampliar o rol de antepassados e, em alguns casos, entender melhor a origem de determinados grupos de parentesco e as conexões entre território e parentesco.

No entanto, é preciso deixar claro que o conjunto de dados nos permite constituir fragmentos da rede de parentesco que abrangeu e ainda abrange a ilha e o seu entorno. Embora, no caso de grupos de parentesco que permaneceram vivendo na ilha, seja possível reconstruirmos fragmentos maiores, é praticamente impossível sabermos de todos os grupos de parentesco que viveram na ilha, mesmo considerando um período de tempo de até 50 anos atrás. Muitas vezes, encontramos fragmentos soltos. Por exemplo, um de nossos entrevistados no sítio Andrade nos diz que sua mãe era da família Cardoso da Lage. De fato, sabemos que a família Cardoso está na Lage desde, pelo menos, meados do século XIX, mas não conseguimos identificar as relações de parentesco entre a mãe desse morador do sítio Andrade, e os últimos moradores da família Cardoso que moraram na Lage.

Felizmente, a impossível tarefa de reconstituir o quadro de todas as famílias que moraram na área não é necessária para entendermos o modo de apropriação e uso do ambiente pela população caiçara da Ilha do Cardoso. A seguir, a partir dos “fragmentos” levantados, apresentamos a análise de alguns grupos de parentesco que estiveram presentes

no lugar desde o século XIX, e de outros que chegaram à ilha no início do século XX, sendo que parte considerável desses grupos lá permanecem até os dias de hoje.

A respeito das propriedades situadas na ilha, Paulino de Almeida nos diz que

Apesar de as ilhas pertencerem ao domínio da União, o território da ilha do Cardoso está distribuído entre particulares, que dele se apossaram desde os tempos coloniais e que, de certo tempo para cá, vêm pagando o laudêmio ou taxa de ocupação nos termos da lei em vigor (Almeida, 2005 [1946], p.68).

Vimos, páginas atrás, esse mesmo autor mencionar as duas Cartas de Sesmaria concedidas, no último quartel do século XVIII, a Antonio de Aquino Pereira e a Antonio dos Ouros, respectivamente, das “paragens” de *Camborupu* –atual Camboriú – e Barreiro. Considerando a história da Ilha do Cardoso enquanto “celeiro” de Cananéia desde princípios do período colonial, sabemos que, além desses dois sesmeiros, nessa mesma época já havia dezenas de outros moradores vivendo com suas famílias nos diversos sítios distribuídos em toda a orla da parte montanhosa e ao longo da restinga. Todos posseiros, muitas vezes sem nenhum tipo de documento da terra, algumas vezes portadores de títulos precários de compra e venda. Por exemplo, à folha 400 do livro de terras de Cananéia, Alexandre José de Souza declara que “por falecimento de seus pais, ficou de posse sem título algum, do estabelecimento de lavoura na paragem denominada Sambaqui, no bairro de Trapandé”. A respeito desses moradores sem títulos, escreve Paulino de Almeida:

Quantos aos demais posseiros, deixaram-se ficar nas terras em que moravam, sem se preocuparem com quaisquer títulos, a não serem escrituras de compra e venda, transmitindo-as aos seus herdeiros ou sucessores ou passando-as a pessoas estanhas, sem que houvesse solução de continuidade até o presente, como é fácil de ver-se pelos autos de inventários existentes nos cartórios, tombamento de 1856 e livros de escrituras dos séculos XVIII e XIX.

Quanto às demais propriedades da ilha, a começar pela sesmaria do Camborupu, junto à *barra*, são elas as seguintes:

Camborupu ou Camboriú, como querem outros, Ipanema, Itacuruçá, Outeirinhos ou Pereirinha, como dizem atualmente, Barra do Perequê, Japaguareú ou Sítio do Rasgão, Salvaterra, Santa Cruz, Andrade, Tajuva, Limoeiro, Jacareú, Açungui-açu, ou sítio do Cardoso, Canudal, Japavá, Cangioca, Barreiro, Barreirinho, Pedro Luís, Cachoeirinha, Boipeva, Cachoeira das Pedras, Cachoeira Grande, Sambaqui, Tapera, Bopuca, Ribeirão do Saibro, Indaiaeiro, e finalmente, os sítios Vigia e Lage, que já se acham sobre a costa do mar grosso.

Entretanto, na restinga ou pontal, existem vários pequenos sítios conhecidos somente pelos nomes dos moradores, como sejam Tobias, Rodrigues, etc (Almeida, 2005 [1946], p. 68-69).

Os moradores e ex-moradores mais idosos da ilha do Cardoso, lembram de muitos sítios que, até cerca de 50 anos atrás, eram habitados por diversas famílias, como é o caso de Joaquim Pires, que nasceu no sítio Barreirinho:

Joaquim: *É, ali era tudo sítio de pescador e lavrador, plantava e pescava. Depois passava por Pereirinha, Salvaterra, Trincheira, ali era muito habitado, era cheio de gente. O Santa Cruz, ali o Sítio Grande, o sítio de João Cardoso, o Salvaterra, aí tinha o Andrade, depois que passava o Andrade, do outro lado, de trás do Andrade era o Tajuva, depois do Tajuva tinha o sítio Jacariú, que ainda tem pessoa que mora lá, tem o Chiquinho. A entrada do sítio é o Tajuva, depois tem o Jacariú, depois tem o Cardoso, depois tem o Santa Cruz, depois tem o Canudal, depois tem o Trapandré, depois tem a Tapera, depois tem o Andrade, depois tem o Morrete Grande, depois tem o Morretinho.*

Pesquisadora: *Isso lá na Lage? Porque o Morretinho e o Morrete Grande na Lage...*

Joaquim: *E tem do lado de cá também. Aí no Morretinho, pega o rio Canjioca, do Canjioca faz divisa com o Barreiro Grande, o Barreiro Grande faz divisa como Barreirinho, o Barreirinho faz divisa com o Pedro Luis, o Pedro Luis faz divisa com o Sambaqui, o Sambaqui faz divisa com Cachoeirinha, Cachoeirinha faz divisa com Boipeva, o Boipeva faz divisa com Cachoeira Grande, a Cachoeira Grande faz divisa com a Tapera, a Tapera faz divisa com o Marujá, o Marujá, a Vila Rápida, a Vila Rápida, a Enseada da Baleia vai até o Pontal, que é lá onde o Feliciano mora. **Lugar de sítios e lugar de encontrar aquelas ruínas, do tempo dos escravos. Todos esses sítios tinha muros de pedra, aquelas ruínas antigas que era dos escravos, que os escravos fizeram, os donos dos escravos. E tinha Canudal, ainda tem, deve ter. Canudal é sítio também, fica entre o Cardoso e o Trapandé. Tudo isso é nome de sítio, e cada sítio desse tinha 30, 40 pessoas que moravam lá na época que chegou o Parque. Então a gente vivia em mutirão, fazia mutirão** (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).*

Conversar com moradores ou ex-moradores sobre os nomes dos sítios, parece quase sempre um jogo de memória, sobretudo quando se trata dos mais velhos, que viveram a história do lugar. Quase todos, assim como o faz Joaquim Pires, vão tentando se lembrar dos nomes numa seqüência que se inicia a partir da barra de Cananéia, no Itacuruçá ou Pereirinha e, nomeando um a um, passam pelo Marujá em direção ao Pontal de Leste, e depois vão falando dos sítios no lado do mar aberto. O “jogo” é lembrar na seqüência o nome do sítio que faz divisa com o anterior. Diversos moradores e ex-moradores com quem

conversamos, estiveram nos informando os nomes dos inúmeros sítios da ilha, tanto na face voltada para o estuário quanto na face voltada para o mar aberto. Cruzando esses dados com outros presentes em documentos, como o Livro de Terras de Cananéia, o acervo de João Trinta, os documentos cedidos por moradores, e também na bibliografia sobre a ilha (Gadelha, 2008; Almeida, 2005 [1946]), obtivemos uma lista de 46 sítios, sendo que parte dos mesmos não existe mais. **Estamos considerando que grande parte desses sítios existe desde o período colonial, sendo que alguns formaram-se posteriormente, já nos tempos do Império, período que coincide com o ciclo rizicultor no Vale do Ribeira. Senão todos, pelo menos a grande maioria estiveram habitados até o início dos anos de 1960, quando a criação do PEIC⁷ desarticula essa rede de vizinhança e parentesco, cuja vida tinha o seu significado pautado pelo trabalho na lavoura, que passou a ser proibido.** Na lista a seguir, os nomes desses sítios está em ordem alfabética:

1. Algodal
2. Andrade
3. Barreirinho,
4. Barreiro Grande
5. Bopeva
6. Cachoeira do Campestre (voltado para o mar aberto)
7. Cachoeira Grande (voltado para o estuário)
8. Cachoeira Grande (voltado para o mar aberto)
9. Camboriu
10. Camguary
11. Canjióca
12. Canudal
13. Cardoso
14. Enseada da Baleia
15. Fazenda
16. Foles Grandes
17. Grande
18. Ilha da Casca,
19. Ilha do Filhote
20. Indaiaeiro [Tapera da lage]
21. Ipanema
22. Itacuruçá
23. Jacariú
24. Lage
25. Limoeiro

⁷ No decorrer deste trabalho, estaremos nos referindo ao Parque Estadual da Ilha do Cardoso pela sigla PEIC.

26. Morrete (voltado para o estuário)
27. Morrete Grande (praia da Lage)
28. Morretinho (Praia da Lage)
29. Morretinho (voltado para o estuário)
30. Paneminha,
31. Pedro Luis
32. Pereirinha
33. Perequê
34. Pirizal
35. Rio das Pedras
36. Rio Grande
37. Saco
38. Salvaterra
39. Sambaqui Mirim
40. Santa Cruz
41. Tajuva
42. Tapera
43. Tapera
44. Timbopeva
45. Trapandé
46. Vitorino Pires (de frente para o Iririu)

Vimos o entrevistado acima mencionar a localidade Trincheira, que se localiza no extremo sul da Ilha Comprida. Trata-se de lugar com muita afinidade com os sítios Ipanema, Itacuruçá e Pereirinha, na Ilha do Cardoso. Moradores nos dizem que era comum as famílias dessas duas pontas das ilhas Comprida e do Cardoso atravessarem a barra de Cananéia para participarem dos mutirões umas das outras. Inclusive, a barra era mais estreita e, portanto a distância entre a ponta sul da Ilha Comprida e o extremo norte da Ilha do Cardoso, era menor do que é hoje.

Os sítios Morrete e Morretinho, na lista acima, têm o mesmo nome de sítios localizados na praia da Lage, mas se trata de lugares diferentes, pois estes são voltados para o estuário. Já o sítio Tapera, é o mesmo cuja frente está voltada para o mar aberto, na praia da Lage, porém optamos por mantê-lo nessa lista porque ele tem os fundos voltados para um braço do estuário. As pessoas, quando falam dos nomes dos sítios, também situam o sítio Tapera entre Cachoeira Grande e Marujá.

Camboriu, Foles e Lage.

Todos os moradores atuais de Camboriu e Foles, assim como os homens que mantêm rancho de pesca na praia da Lage, e parte dos moradores do Marujá e do Itacuruçá descendem das famílias Mendes, Cubas, Neves, Rosa de Oliveira, Athanázio, Generoso, Barbosa. Alianças por casamento entre essas famílias repetiram-se no tempo, povoando microlocalidades nos sítios das praias de Ipamena, Camboriu, Foles e Lage.

A análise do conjunto de documentos e depoimentos nos mostra que os Mendes estavam na Lage em meados do século XIX. No Livro de Terras de Cananéia, Jesoino Mendes aparece registrando terras em 25 de maio de 1856 à folha nº 118; José Joaquim Mendes aparece registrando terras à folha nº 177, em 25 de maio de 1856; Antonio Mendes aparece registrando terras à folha nº 196, em 31 de maio de 1856. Vejamos cópias desses documentos e suas respectivas transcrições:

Jesoino Mendes abaixo assignado declara que se acha estabelecido com lavoura no Lugar denominado Lagem cujo estabelecimento se acha com casa de vivenda e plantações frutíferas dividindo-se pela parte do norte com terras de Joaquina Angélica e pela parte do sul com Joaquim Alves Dias e os fundos confina com terras devolutas cuja extensão não é conhecida.

Cananéia, 25 de maio de 1856. A rogo de Jesoino Mendes,

Franço Pess^a.

Nº 312 192

O Vigro encomendo João M^{ef} da Rosa

Registro § 640 [figura 2].

figura 2. Livro de Terras de Cananéia –folha 118- Jesoino Mendes (acervo do padre João Trinta).

J. 118

Rafael !!

Jesoino Mendes abaixo assinado e assignado de
 clara q^{ta} se acha estabelecido com lavoura
 no lugar de nominado Lagem
 cujo estabelecimento se acha com casa
 de vivenda e plantações frutíferas
 divisando a p^{te} do este com
 terras de Joaquim e Angelica e a par-
 te do sul com João de Deus e os
 fundos confina com terras de Antonio
 Mendes cuja extensão não é conhecida
 Cananéia a 25 de Maio de 1856 a p^{te} de
 Jesoino Mendes
 José Joaquim Mendes

Nº 312 192
 Apresentado no dia 31 de maio de 1856.
 O Vigro Encomendado João M^{el} da Rosa
 Registro 680

F177

José Joaquim Mendes abaixo assinado declara que se acha estabelecido com lavoura no lugar denominado Lagem cujo estabelecimento se acha com casa de morada e plantações divisando pela parte do Sudeste e Noroeste com João Deonísio e pela parte do Norte do rumo de Sudeste e Noroeste com Antonio Mendes e os fundos confina com terra de volutas e a frente de este estabelecimento é para o mar grosso ou Oceano. Cananéia 25 de maio de 1856.
 A rogo de José Joaquim Mendes

Franco Pacota.

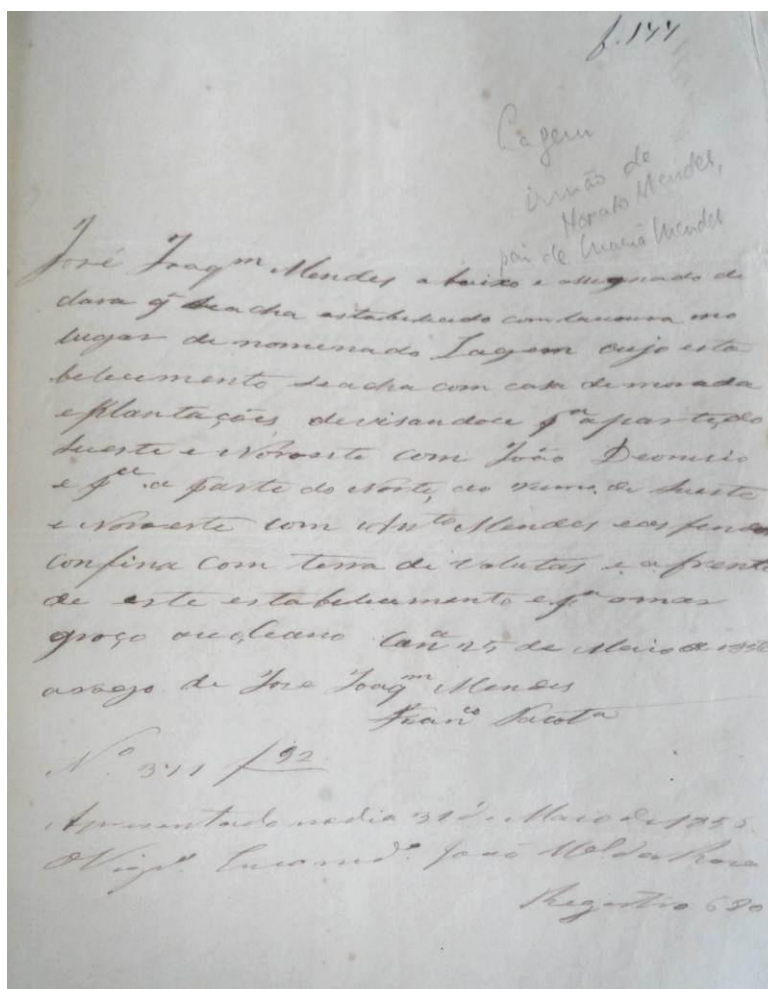
Nº 371 192

Apresentado no dia 31 de maio de 1856

O Vigro Encomendado João M^{el} da Rosa

Registro 680 [figura 3].

figura 3. livro de Terras de Cananéia –folha 177 – José Joaquim Mendes (acervo do padre João Trinta, autor da anotação a lápis, no canto superior direito).



Revendo o Livro das Terras da Paróquia de São João Batista de Cananéia, encontrei sob nº 196 a seguinte escritura:

“Antonio Mendes abaixo assignado declara que se acha estabelecido no lugar denominado Lagem cujo estabelecimento se acha com casa de morada e arvores frutíferas divisando-se pela parte do sul com José Mendes e pela parte do Norte com Joaquim Cardoso e os fundos confina com terras de volutas cuja extensão não é conhecida. Cananéia 25 de maio de 1856. A rogo de Antonio Mendes.

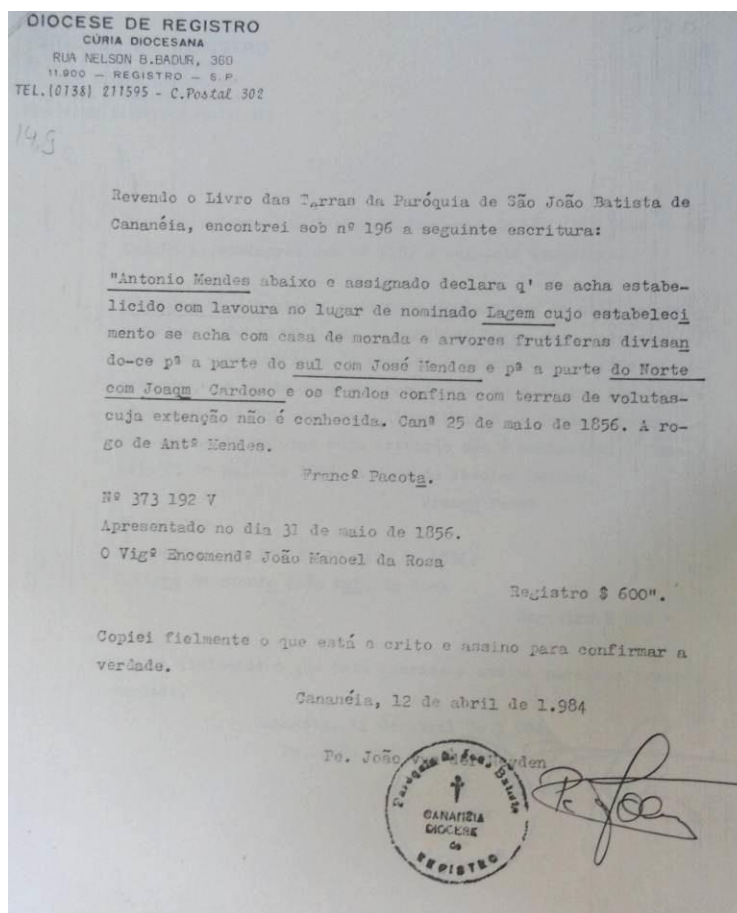
Franco Pacota.

Apresentado no dia 31 de maio de 1856

O Vigº Encomendº João Manoel da Rosa.

Registro \$ 600”.
Copiei fielmente o que está escrito e assino para confirmar a verdade.
Cananéia, 12 de abril de 1984.
Padre João Van Der Heyden [figura 4]

**figura 4. Livro de Terras de Cananéia – Folha 196 – Antonio Mendes;
 (transcrito pelo padre João 30, acervo do mesmo).**



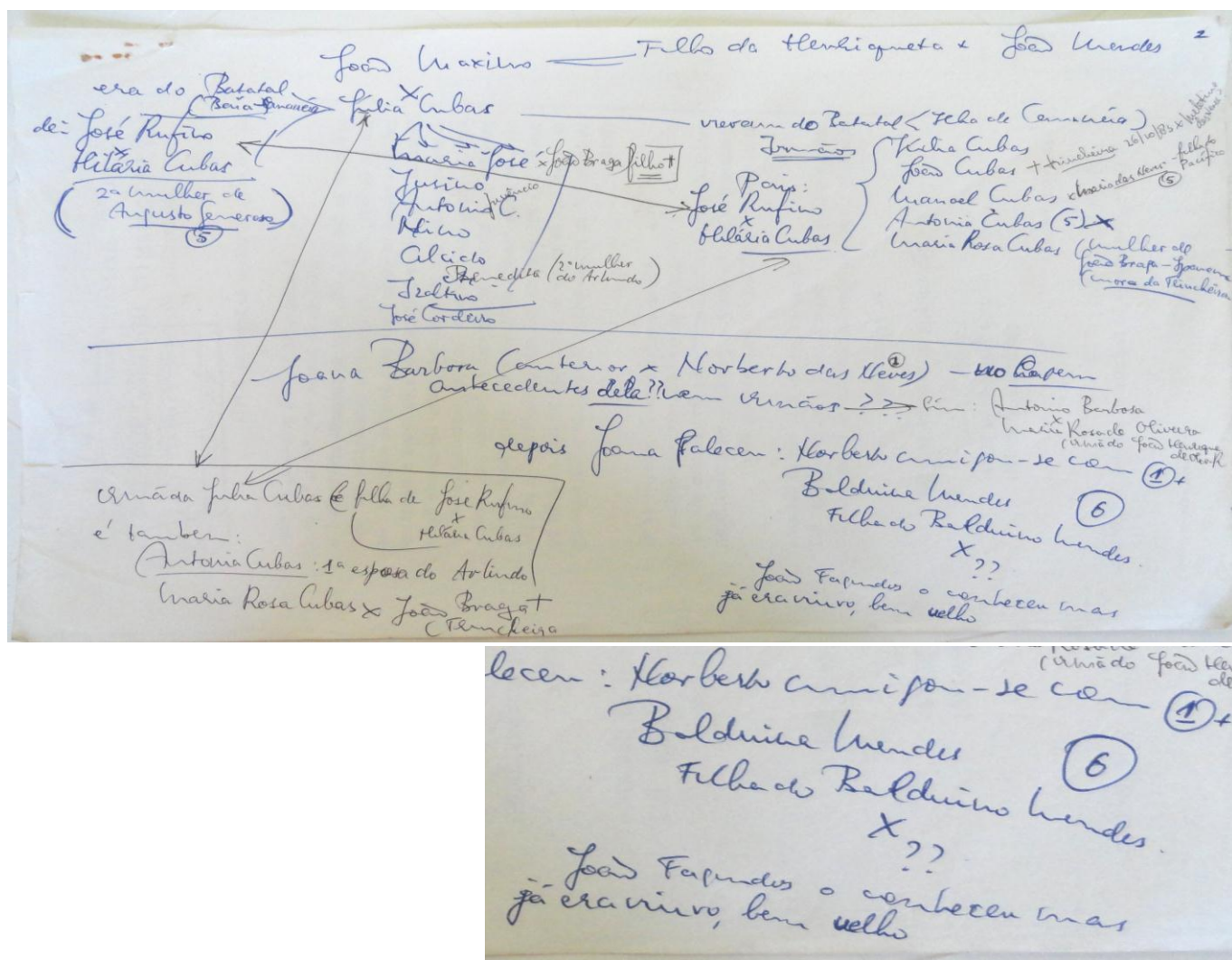
José Joaquim, Antonio e Jesoino Mendes são vizinhos e parentes. Não fica claro, nesses registros, qual é o parentesco entre eles. Existem registros paroquiais que fazem referência a parentes que moram em áreas confrontantes, principalmente pais e irmãos, mas não é o caso de nenhum dos três registros acima.

Encontramos, entre os manuscritos e esboços de genealogias de João Trinta, anotações de entrevistas feitas com moradores entre 1979 e 1984. Um dos entrevistados é João Fagundes, neto de um dos irmãos de José Joaquim Mendes, chamado Honorato Mendes. Uma anotação, nesses manuscritos, diz que fazem parte do rol de irmãos de José

Joaquim Mendes: Amália, Norato e Balduino. Neste caso, “Norato” era o modo como os moradores se referiam a Honorato.

Entre os documentos reunidos por João Trinta, encontramos uma certidão de nascimento de João Fagundes, cujo nome aparece apenas como Fagundes. Ele nasceu em 27 de novembro de 1908, em “Lages”, sendo filho de Maria Josefa de Souza, e os avós maternos eram Honorato Mendes e Francisca Barbosa. O declarante foi Augusto Manoel Generoso. Num dos rascunhos, está que João Fagundes (hoje falecido) conheceu Balduino quando o mesmo já era viúvo e bem velho, como aparece no canto inferior direito da figura a seguir⁸.

figura 5. Manuscrito de João Trinta .



⁸ À época em que João Trinta fez as entrevistas e elaborou os documentos que analisamos, entre 1979 e 1984, entrevistou também um neto de Balduino, Arlindo Mendes, filho de Balduino Mendes, que estava morando com esposa e filhos na praia do Foles.

Nos registros de terras, os Mendes mencionam vizinhos cujas terras faziam divisa com as suas: João Deonísio, Joaquina Angélica, Joaquim Alves Dias, e Rita Francisca Galdina, na localidade Tapera Grande. Esta última é uma das microlocalidades pelas quais moradores designam os lugares onde moram ou moravam. Nessas microlocalidades, moraram outras famílias que ou já estavam nessa área em meados do século XIX, ou que foram chegando posteriormente.

É o caso, por exemplo, dos Neves, ligados ao Morretinho na praia da Lage. Descendentes de Francisca das Neves nos mostraram uma certidão de óbito sua, a qual mostra que ela faleceu na Lage, aos cem anos de idade, no dia 9 de janeiro de 1914 (figura nº 6). De dois filhos dela, Norberto das Neves e Henriqueta das Neves, descendem pessoas que moram hoje na orla entre a praia de Camboriu e o Marujá. Descendentes desses dois filhos dela nos dizem que eles eram procedentes da Praia Deserta, localidade do estuário ao norte do Paraná. Moradores do Pontal de Leste, ao sul da Ilha do Cardoso, os irmãos Pires, nos dizem que a mãe deles, Antonia das Neves, já falecida, era também procedente da Praia Deserta e tinha parentesco com os Neves da Lage. Essa mesma anotação de que os Neves da Lage procedem da Praia Deserta e têm parentesco com a Antonia das Neves que era moradora do Pontal de Leste igualmente aparece nos manuscritos de João Trinta.

figura 6. Certidão de óbito de Francisca das Neves (cedida pela família).

República Federativa do Brasil
ESTADO DE Pirana COMARCA DE Antonina MUNICIPIO DE Quaraquara DISTRITO DE Quaraquara

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Maria Sílvia Maria Mendes
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º 1 às fls. 60v do livro n.º ed de registros de Óbito, encontra-se o assento de Francisca das Neves, falecida dia 19 de Janaro de 1914 às 13 horas em Lage deste distrito do sexo feminino, de cor branca profissão lavradora natural de deste distrito com cem (100) anos de idade, estado civil solteira filha de _____ e de _____ Foi declarante João Maximo Atestado de óbito firmado por sem assistência medica que deu como _____ e o sepultamento foi realizado no Cemitério deste distrito O registro foi efetuado no dia 20 de Janaro de 1914 Observações: segunda via

O referido é verdade e dou fé

Quaraquara 20 de Outubro de 1919

Maria Sílvia Maria Mendes
OFICIAL

Maria Sílvia Maria Mendes
OFFICIAL DO REGISTRO CIVIL
ARARAQUARA
ESTADO DE SÃO PAULO
Ordem 507

Nesses manuscritos, vemos que o marido de Francisca das Neves era Antonio Mendes. Mesmo considerando a hipótese de que Francisca das Neves tenha chegado à Lage depois de casada, não podemos descartar a possibilidade de que Antonio Mendes tivesse laços de parentesco com os Mendes que já estavam na Lage, e que esses possíveis laços tenham atraído Francisca da Neves e o marido para lá. O casal tinha, pelo menos, três filhos: Norberto das Neves, Francisca das Neves e Henriqueta das Neves. Francisca não teria tido filhos. Henriqueta casou-se com João Mendes. Norberto casou-se com Joanna Barbosa, enviuvou e casou-se pela segunda vez com Balduino Mendes.

Maria José das Neves, de 83 anos de idade, que é neta de Norberto e bisneta de Henriqueta, lembra-se de sua bisavó morando na Lage:

A Henriqueta era mãe da Teodora, avó do Arcelino, do Manuel. A Henriqueta, ela era avó do nascimento do meu irmão, do Jorvelino. Foi ela quem cuidou da minha mãe, quando minha mãe ganhou o meu irmão. (...) Henriqueta, que era mãe da Teodora, vó do Marcelino, era vó de nascimento de meu irmão Jorvelino, parteira, ela que tratou de minha mãe (Maria José das Neves, Marujá, entrevista em setembro de 2011).

Os filhos de João Mendes e Henriqueta foram Ana das Neves, que se casou com Manoel Mendes e posteriormente com Mercíades (filho de Honorato Mendes); Maria Tomasa das Neves; Teodora das Neves, que se casou com Joaquim José Cardoso; Josefa das Neves; João Máximo Mendes, que se casou com Julia Cubas; Maria Mendes, que se casou com Alexandre Rosa de Oliveira; e Maria Rita Mendes, que teria sido a segunda esposa de Alexandre Rosa de Oliveira. Encontram-se hoje, na área, descendentes de Teodora, de João Máximo, de Maria Mendes e de Maria Rita. Temos certidões de óbito de João Máximo Mendes e de Maria Mendes. ambos filhos de Henriqueta das Neves. Vemos que João Máximo Mendes faleceu em 28 de março de 1969, aos 79 anos, no Caburiú, era de cor parda, lavrador, e filho de Henriqueta Neves.

Figura 7. Certidão de óbito de João Máximo Mendes
(acervo do padre João Trinta).

República Federativa do Brasil

ESTADO DE São Paulo MUNICÍPIO DE Cananéia
COMARCA DE Jacupiranga DISTRITO DE ARIRI

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Urbano Coelho Filho
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais
DISTRITO DE ARIRI
MUN. DE CANANÉIA
ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º 434 as fls. 199 do livro n.º C-1
de registros de Óbito, encontra-se o assento de João Máximo Mendes
falecido dia 28 de Março de 1. 969
às 02 horas em Camburiú deste distrito
do sexo masculino, de cor parda profissão lavrador
natural de este município
com (79) setenta e nove anos de idade, estado civil solteiro
filho de Henriqueta Neves
e Manoel das Neves
Foi declarante Manoel das Neves
Atestado de óbito firmado por duas pessoas
que deu como causa de morte doença ignorada
Cemitério de Ararapira, Estado do Paraná; e o sepultamento foi realizado no
O registro foi efetuado no dia 28 de Março de 1. 969
Observações: Selos pagos por Verbas

O referido é verdade e dou fé
Ariri de Outubro de 19 79

Urbano Coelho Filho
OFICIAL
MUN. DE CANANÉIA
ESTADO DE SÃO PAULO

Cartório de Registro Civil
Linha Municipal de Cananéia
Comarca de Jacupiranga - Est. São Paulo
Reconheço e reconheço a (s) firma (s)
Urbano Coelho Filho
Cantada, de 1979
Em testemunho da verdade
de 1979
Ordem 507

Na certidão de óbito de Maria Mendes não aparece a filiação dela, mas mostra que ela era natural da Cananéia, lavradora, solteira, faleceu em 21 de junho de 1913 aos 30 anos de idade, na Lage, tendo deixado os filhos Maria, Paulina, Eugenia e Brasiliano. A causa

foi proveniente de parto. O declarante foi Alexandre Rosa de Oliveira que, embora não apareça no documento, sabemos que era o marido de Maria Mendes⁹.

figura 8. certidão de óbito de Maria Mendes (cedida pela família).

República Federativa do Brasil

ESTADO DE Paraná MUNICÍPIO DE Guarapuava

COMARCA DE Antonina DISTRITO DE Charapira

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Maria Sílvia Muniz Mendes
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º 10 às fls. 63v do livro n.º 01
de registros de Óbito, encontra-se o assento de Maria Mendes
falecida dia 21 de Junho de 1913
às duas (2) horas em Soage, deste distrito
do sexo feminino, de cor branca profissão lavradora
natural de deste distrito
com trinta anos de idade, estado civil solteira
filh(a) de _____
e de _____
Foi declarante Alexandre Rosa de Oliveira
Atestado de óbito firmado por o declarante
que deu como causa da morte ser proveniente parto
e o sepultamento foi realizado no _____
Cemitério municipal deste distrito
O registro foi efetuado no dia 22 de Junho de 1913
Observações: deixou os filhos seguintes Maria, Paulina e
Eugenia - Brasileiros,
segunda via

O referido é verdade e dou fé

Charapira 20 de Outubro de 1913
Maria Sílvia Muniz Mendes
OFICIAL

Maria Sílvia Muniz Mendes
OFFICIAL DO REGISTRO CIVIL
Ordem 507

⁹ Em muitas certidões de nascimento que estivemos examinando, só aparece o nome da mãe. Isso ocorre porque, se os pais não fossem casados legalmente, o nome do pai não poderia constar nas certidões de nascimento dos filhos, mesmo que fosse ele a registrar o nascimento das crianças. Desse modo, encontramos diversas certidões de nascimento nas quais o campo reservado para o nome do pai aparece em branco, sendo que o mesmo aparece apenas como “declarante”. Como os dados das certidões de nascimento são a base para a elaboração de outros documentos, encontramos certidões de casamento nas quais só aparecem os nomes das mães dos cônjuges, e certidões de óbito nas quais aparece apenas o nome da mãe da pessoa falecida. E encontramos também certidões de óbito nas quais não aparece nenhum dado sobre pais, cônjuge ou filhos da pessoa falecida.

Encontramos, no acervo de João Trinta, uma certidão de óbito de Norberto das Neves, o filho de Francisca das Neves mencionado acima, na qual vemos que ele faleceu na Lage em 1º de fevereiro de 1933, aos 70 anos, e que era natural de Cananéia, sendo que o declarante foi o filho Lindolfo Mendes.

figura 9. Certidão de óbito de Norberto das Neves (acervo de João Trinta).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraná
 COMARCA DE Antonina
 MUNICÍPIO DE Guarapuava
 DISTRITO DE Charapira

Maria Sílvia Muniz Mendes
 Oficial do Registro Civil

Certidão de Óbito

CERTIFICO que, em data de 02 de Junho de 19 33, no Livro Nº C 02, à fls. 14, sob o Nº 03, foi feito o Registro de óbito de Norberto das Neves falecido em 01 de Junho de 1933, às quince (15) horas, neste lugar denominado Lage, deste distrito do sexo masculino de cor marrom profissão lavador natural de Cananéia, Estado de São Paulo domiciliado e residente no lugar denominado Lage, Estado de São Paulo com setenta anos de idade, estado civil solteiro, filho de

tendo sido declarante Lindolfo Mendes e o óbito atestado pelo Dr. Magalhães assistente de medicina que deu como causa da morte: se foi dado pelo declarante como morte natural proveniente paralisia e o sepultamento foi feito no cemitério de este distrito.

Observações: segunda via

O referido é verdade e dou fé.

Charapira 06 de Junho de 19 34
Maria Sílvia Muniz Mendes
 Oficial

T. S. D. S/A - Ord. 25

A princípio, a ideia de que Norberto tenha nascido em 1863, quando sua mãe, Francisca das Neves, já tinha 49 anos de idade (vimos, na certidão de óbito, que ela teria nascido em 1814), pode parecer estranha. No entanto, sabemos que é possível ser mãe aos 49, 50 anos de idade ou até mais. Durante os trabalhos de campo, por exemplo, encontramos na praia do Camboriu uma mulher com mais de 50 anos de idade que estava com uma filha de 8 meses de idade. Parece que Norberto era o filho caçula. João Fagundes disse a João Trinta que Norberto, Chica e Henriqueta das Neves chegaram à Lage antes de ele nascer, e quando os conheceu, “Norberto era novo, Chica já era velha e Henriqueta já tinha boa idade”.

Norberto uniu-se, primeiramente, a Joanna Barbosa¹⁰, de quem os atuais moradores com os quais conversei não se lembram, nem mesmo os netos dela. Possivelmente, ela faleceu moça, deixando filhos pequenos. Os descendentes mais velhos de hoje lembram-se apenas da segunda esposa de Norberto, Balduina, filha de Balduino Mendes. A princípio, havíamos encontrado referências a Joanna Barbosa na certidão de nascimento de sua neta, Eulesia das Neves, onde ela aparece como sendo avó materna, sendo que a mãe é Anna Evarista das Neves. E também na certidão de nascimento de uma outra neta, Glória das Neves (irmã de Eulésia), na qual a mãe é Ana Evarista das Neves, e os avós maternos são Norberto Neves e Joana Barbosa.

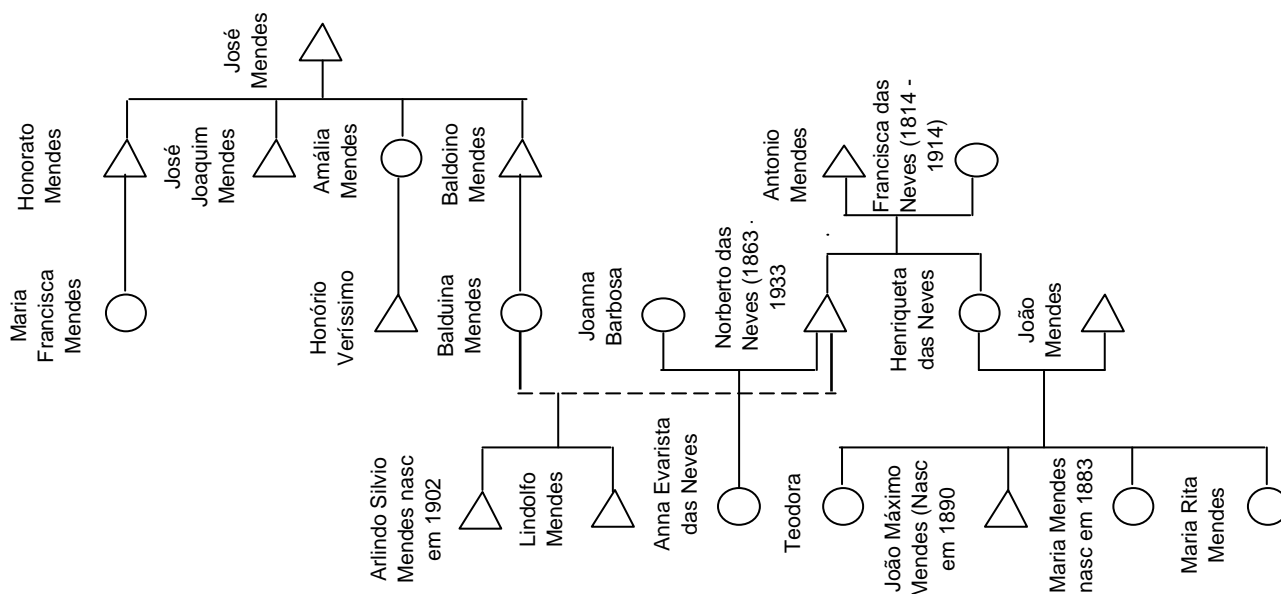
Posteriormente, encontramos nos esboços de genealogia de João Trinta, os nomes dos demais filhos de Norberto e Joanna, assim como dos filhos do Segundo casamento de Norberto. Observamos aqui que Arlindo Silvio Mendes, nascido em 1902, filho de Norberto e Balduina, que à época morava na praia do Foles, foi um dos informantes de João Trinta. Os filhos do primeiro casamento de Norberto eram: Ana Evarista das Neves (também chamada de Ana Barbosa); Maria Julia, que se casou com José Mendes; Maria Francisca Barbosa, que se casou com João Vicente Rosa de Oliveira; e João Barbosa, que se casou com Isabel Pereira.

No caso dos filhos de Norberto e Balduina, a princípio, havíamos obtido informações sobre aqueles que têm descendentes hoje na área, que são Arlindo Silvio Mendes, que se casou com Antonia Cubas e, posteriormente, com Benedita Cubas; e

¹⁰ Consideramos a hipótese de que Joanna Barbosa e seu irmão Antonio Barbosa, que também se casou na Lage, sejam da família Barbosa que, nessa época, aparece no livro paroquial registrando terras na Praia do Meio.

Lindolfo das Neves, que se casou com Paulina Rosa de Oliveira. Mas aparecem outros filhos de Norberto e Balduina no esboço de genealogia de João Trinta: Laudelina Mendes, Cesariano Mendes, Manoel Mendes, Leonilda Mendes e Melentina (ou Leontina) Mendes. No gráfico a seguir, estão representados apenas os filhos de Norberto e os filhos de Henriqueta, dos quais encontramos descendentes vivendo hoje na Ilha do Cardoso.

gráfico 1. Os Mendes e os Neves na Lage.



A certidão de casamento de Arlindo Silvío Mendes e Benedita Cubas nos diz que ele era filho de Balduina Mendes, mas não aparece o nome de seu pai. A certidão de nascimento de Antonio das Neves, filho de Lindolfo das Neves (ou Lindolfo Mendes), nos diz que seus avós paternos eram Norberto das Neves e Balduina Mendes.

figura 10. Certidão de casamento Arlindo Mendes e Benedita Cubas (cedida por Benedita Cubas Mendes).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo.-
 COMARCA DE Cananéia.-
 MUNICÍPIO DE Cananéia.-
 DISTRITO DE ARIRI.-

Antonio Carlos de Oliveira
 Escrivão interino do Registro Civil

Certidão de Casamento

CERTIFICO que, sob o n.º 124 as fls. 121y9 do livro n.º B-1 de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 15 de março de 1979 se fez o casamento de "ARLINDO SILVIO MENDES e BENEDITA CUBAS" contraído perante Juiz Ar. Petronilho da Silva.- e as testemunhas as constantes do termo.-

Ela, nascida neste distrito.-
 aos 02 de outubro de 1910
 profissão lavrador.- residente e domiciliado
neste distrito.- filho de
Balduina Mendes.-

Ela, nascida neste distrito.-
 aos 10 de dezembro de 1932
 profissão lavradora.- residente e domiciliada
neste distrito.- filha de
Julia Cubas.-

e qual passou esse "BENEDITA CUBAS MENDES"

Foram apresentados documentos a que se refere o art. 180 Nos. 1, 2 e 4 do Código Civil.

Observações: *Casamento realizado pelo regime de comunhão universal de bens.-

O referido é verdade e dou fé.

ARIRI 16 de novembro de 1979

ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA
 ESCRIVÃO DESIGNADO

SELOS PAGOS POR VERBA

ARQUIVO REG. CIVIL E ANEXOS
 DISTRITO DE ARIRI
 e Comarca de Cananéia - SP.
 ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA
 Escrivão Interino

O fato de Norberto ter casado com Balduina Mendes reforça nossas suspeitas de que sua irmã, Henriqueta, tenha se unido a um parente dos demais Mendes que estavam na Lage. Ou seja, reforça a hipótese de que as alianças por casamento entre os Mendes e os Neves já vinham ocorrendo antes do casamento de Norberto e Balduina, em gerações anteriores. E continuam a ocorrer nas gerações seguintes.

figura 11. Benedita Cubas Mendes, descendente de Francisca das Neves (a); e Maria José das Neves, descendente de Francisca das Neves e de Baldoino Mendes (b). (setembro de 2012).



A família Oliveira também estava na área desde, pelo menos, meados do século XIX. Joaquim de Oliveira aparece registrando terras à folha 85 do livro de terras de Cananéia. João Trinta escreve em suas anotações que este Joaquim é o pai dos irmãos Alexandre Rosa de Oliveira, João Henrique Rosa de Oliveira, Frederico Rosa de Oliveira e Meire Rosa de Oliveira. Esta última casou-se com Antonio Barbosa, irmão de Joanna Barbosa. Alexandre Rosa de Oliveira, uniu-se a Maria Mendes, filha de Henriqueta e neta de Francisca das Neves. Tendo ficado viúvo, ele uniu-se a Rita, ou Maria Rita que, conforme nos relata Maria Jose das Neves, era irmã de Maria Mendes:

Maria José: Foram três filhas que ela deixou quando ela morreu, a mãe da minha mãe Maria Paulina, Maria Alicia e Eugenia, ele ficou com três filhas quando ele enviuvou, que são as três irmãs da minha mãe, da primeira. Depois

que a mulher morreu, aí ele pegou a cunhada, a minha avó que criou eles. Ela criou as três moças, ela criou, depois ele pegou ela pra viver.

Pesquisadora: *Qual era o nome dela?*

María José: *Era Rita, a mulher que criou minha mãe.* (María Jose, moradora do Marujá, entrevista em setembro de 2011).

Nas anotações de João Trinta, vemos dúvidas quanto à procedência de Rita, que aparece com o sobrenome Barbosa. João Henrique Rosa de Oliveira uniu-se a Maria Athanásio, filha de Francisco Athanásio e Cecília do Espírito Santo. As anotações de João Trinta nos dão a pista de que os Athanázio, que também viveram na Lage, seriam procedentes de Juruvaúva, uma vila caiçara situada na Ilha Comprida, no lado do Mar Pequeno. Nessas mesmas anotações, temos a informação de que Hilária do Espírito Santo, outra filha de Francisco Athanasio, e o marido José Rufino Cubas teriam chegado à Lage procedentes da localidade Batatal, na ilha de Cananéia, trazendo um rol de filhos. No entanto, a certidão de óbito de José Rufino nos diz que ele nasceu na Ilha do Cardoso. Os filhos de Hilária e José Rufino casaram-se com descendentes dos Mendes, dos Neves e dos Generoso. Posteriormente, Hilária uniu-se a Augusto Generoso Pereira.

Encontramos, no acervo do padre João Trinta, a certidão de óbito de uma filha de Hilária e de José Rufino Cubas, chamada Julia Cubas. Esta, foi casada com João Máximo Mendes. O documento nos diz que ela era lavradora, faleceu aos 58 anos de idade em 28 de outubro de 1955 no Camboriú e era filha de Maria Cubas. Embora Julia Cubas apareça nesse documento como sendo filha de Maria Cubas, descendentes seus confirmaram para nós que ela era filha de Hilária.

Figura 12. Certidão de óbito de Julia Cubas (acervo do padre João Trinta).

República Federativa do Brasil

ESTADO DE *São Paulo*
COMARCA DE *Jacupiranga*

MUNICÍPIO DE *Cananéia*
DISTRITO DE *ARIRI*

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Urbano Coelho Filho
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais
Urbano Coelho Filho
CPF. 840 783 288-80

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º *326* às fls. *148* do livro n.º *C-1*
de registros de Óbito, encontra-se o assento de *Julia Cubas*
falecida a dia *28* de *Outubro* de 1.955
às *11* horas em *Camburiu* deste distrito
do sexo *feminino*, de cor *branca*, profissão *lavradora*
natural de *este distrito*
com *(58) cinquenta e oito* anos de idade, estado civil *casada*
filha de *— — — — —*
de *— — — — —*
x *dona, Maria Cubas, já falecida*
Foi declarante *Manoel das Neves*
Atestado de óbito firmado por *duas pessoas*
que deu como *causa de morte doença ignorada*
e o sepultamento foi realizado no
Cemitério *de Ararapira, Estado do Paraná*
O registro foi efetuado no dia *29* de *Outubro* de 1.955
Observações: *Selos pagos por verbas*

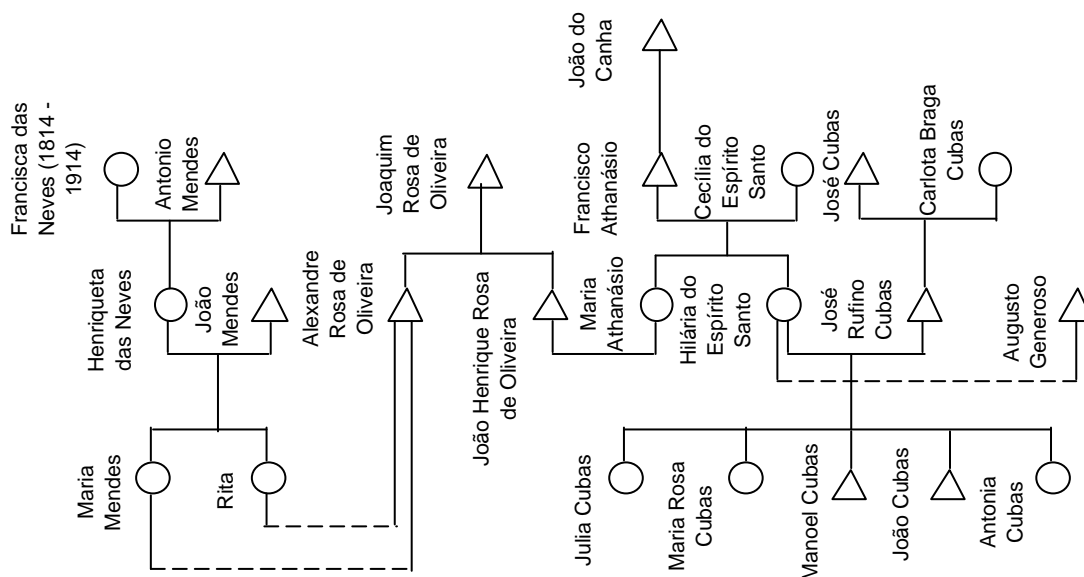
O referido é verdade e dou fé
Ariri, 29 de Outubro de 19 *59*

Urbano Coelho Filho
OFICIAL
CPF. 840 783 288-80

Urbano Coelho Filho
ESTADO DE SÃO PAULO

Comandante de Registro Civil
Em testemunha da verdade
Ordem 507

gráfico 2. As famílias Athanásio e Cubas na Lage.



Outro grupo de parentesco que chegou à área foi o dos Generoso¹¹. Nos manuscritos de João Trinta, temos a informação da chegada do pai, Manoel Generoso, e de seus quatro filhos, João Simão Generoso, Augusto Manoel Generoso [Pereira], Pacífico Generoso e Francisco Generoso Pereira. Em entrevistas a nós concedidas, seus descendentes recordam-se de que eles eram procedentes de Xiririca, atual município Eldorado. É o que nos diz, por exemplo, a sra. Laura sobre seu avô, Augusto Manoel Generoso Pereira. Augusta das Neves Cubas, filha de Pacífico, diz que seu pai era "índio puro", tupi-guarani, e era procedente de Eldorado. No entanto, a certidão de óbito de Manoel Generoso informa que ele faleceu na Lage em 9 de junho de 1928 aos 80 anos de idade, era natural da Lage, viúvo e de cor morena, sendo que o declarante foi o filho Augusto Generoso. Vemos que, enquanto o documento informa que Manoel Generoso nasceu na Lage, descendentes nos dizem que os Generoso teriam chegado de Eldorado.

¹¹ Em alguns documentos, escreve-se Generoso com "s", e em outros, com "z".

figura 13. certidão de óbito de Manoel Generoso (acervo do padre João Trinta).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Paraná
 COMARCA DE Antonina
 MUNICÍPIO DE Guarapuava
 DISTRITO DE Ararapira

Maria Sílvia Muniz Mendes
 Oficial Int. do Registro Civil

Certidão de Óbito

CERTIFICO que, em data de 10 de Junho de 1928, no Livro
 N.º C. un(61), à fl. 44, sob a N.º 57, foi feito o Registro de óbito de
Manoel Generoso
 nascido em 19 de Junho de 1928, às dez (10) horas,
 neste distrito, no lugar denominado Lage
 do sexo masculino, de cor morena, profissão laminador
 natural do lugar denominado Lage, deste distrito
 domiciliado e residente no mesmo lugar (Lage)
 com setenta (80) anos de idade, estado civil casado, filho de
mas consta no livro

tendo sido declarante Augusto Generoso
 e o óbito atestado pelo Dr. sem assistência médica
 que deu como causa da morte foi dado pelo declarante morte
natural, proveniente febre e o sepultamento foi feito no cemitério de
deste distrito

Observações: segunda via

Ararapira 30 de Dezembro de 1928
Maria Sílvia Muniz Mendes
 Oficial

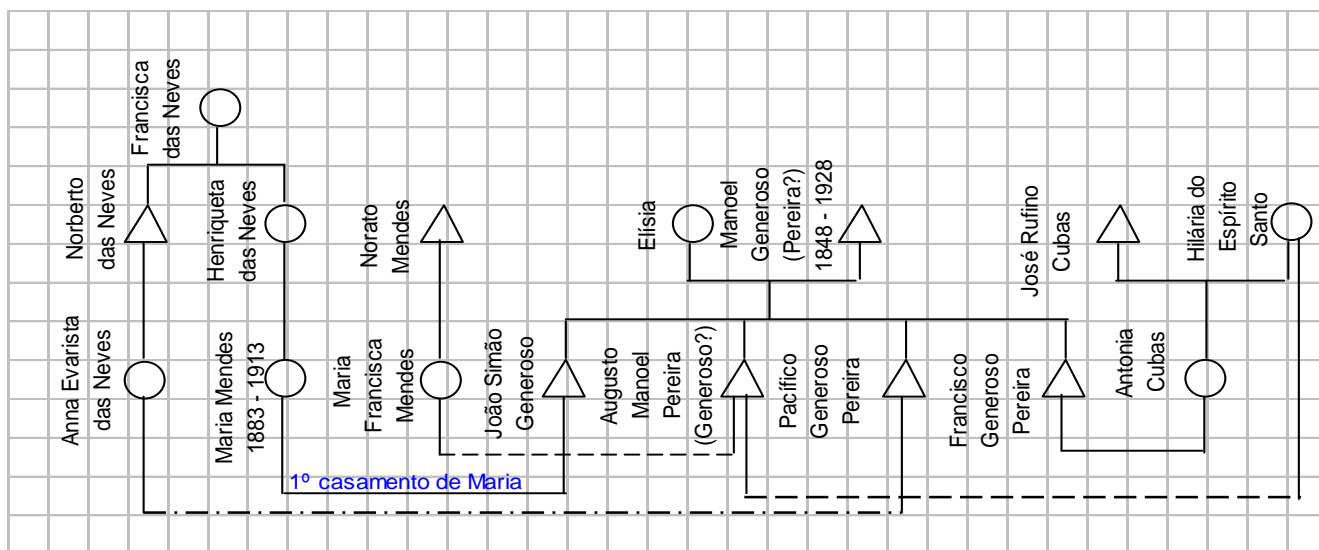
T. S. D. S/A - O-4 25

Sabemos que, em 1912, nasceu Amália, uma filha de Augusto Manoel Generoso Pereira, que era casado com Maria Francisca Mendes, filha de Honorato Mendes. A certidão de casamento religioso de Amália e João Athanásio, realizado em 20 de novembro de 1965 nos informa que ela era nascida na Lage e tinha 53 anos de idade, sendo filha de Augusto Manoel Pereira e Maria Mendes; ele tinha 52 anos de idade e era filho de João

Henrique de Oliveira e Maria Athanásio. Tivemos acesso a documentos de filhos de Pacífico Generoso, nascidos entre 1927 e 1938, e de um filho de Francisco Generoso nascido em 1920. Augusta das Neves conta que seu pai, Pacífico, conheceu sua mãe, Ana Evarista das Neves, na Ilha do Cardoso. Ele tinha uma casa em Itacuruçá e trocou-a por uma casa na praia do Camboriu, no mesmo lugar onde Augusta mora hoje.

João Simão Generoso uniu-se a Maria Mendes, outra neta de Francisca das Neves. No entanto, não temos notícias de descendentes desse casal hoje na área. Maria Mendes uniu-se mais tarde a Alexandre Rosa de Oliveira. Francisco Generoso uniu-se a Antonia Cubas, filha de Hilária do Espírito Santo e José Rufino, e tiveram cinco filhos, um deles, Luis Cubas, nasceu em 1920.

gráfico 3. Os Generoso Pereira na Lage.



Augusta também nos diz que, enquanto seu pai, Pacífico, morava no Camboriu, os irmãos dele, Augusto e Francisco moravam na Lage. Miguel Generoso e os filhos podem ter chegado à área na mesma época ou em períodos diferentes. A análise dos documentos mostra que por volta da primeira década do século XX, já haviam começado a chegar, mas podem ter chegado ainda no final do século XIX.

A família Cardoso também morava na Lage em meados do século XIX. Conforme vemos na transcrição da folha 196 (figura 4) dos registros paroquiais de terras, Antonio Mendes declara que suas terras dividem “*pela parte do Norte com Joaquim Cardoso*”. Não encontramos, hoje, descendentes dessa família na Ilha do Cardoso. Os atuais moradores nos

informam que “os mais velhos já morreram tudo”, e os filhos saíram. Os mais velhos de hoje ainda se lembram dos irmãos “Maneco” Pedro, como era chamado Manuel Pedro, e Celina, que se casou com um homem da família Rodrigues, do Marujá. A certidão de óbito de Manoel Pedro nos informa que ele faleceu em 9 de abril de 1969, aos 75 anos de idade no Marujá, era filho de Laurinda Cardoso, e nascido no município de Cananéia.

**figura 14. Certidão de óbito de Manoel Pedro Cardoso.
Lage/Marujá (acervo do padre João Trinta).**

ESTADO DE São Paulo COMARCA DE Jacupiranga MUNICIPIO DE Cananéia DISTRITO DE ARIRI

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Urbano Coelho Filho
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º 435 às fls. 199 do livro n.º C-1 de registros de Óbito, encontra-se o assento de Manoel Pedro - - - - - falecido dia 09 de Abril de 1. 969 às 7.30 horas em Marujá deste distrito - - - - - do sexo masculino de cor branca profissão lavrador natural de este município - - - - - com (75) setenta e cinco anos de idade, estado civil solteiro - - - - - filho de - - - - -
« de na Laurinda Cardoso - - - - -
Foi declarante Otto Hoffe Junior - - - - -
Atestado de óbito firmado por duas pessoas - - - - -
que deu como causa de morte doença ignorada - - - - -
e o sepultamento foi realizado no
Cemitério de Ararapira, Estado do Paraná - - - - -
O registro foi efetuado no dia 09 de Abril - - - - - de 1. 969
Observações: Selas pagas por verbas - - - - -

FECHA: 09/04/69
TABELÃO JOSE CYRILLO
SINOS DE PARANÁPIÇABA 06
CASA & PARRÓQUIA

O referido é verdade e dou fé
ARIRI de Outubro de 19 79

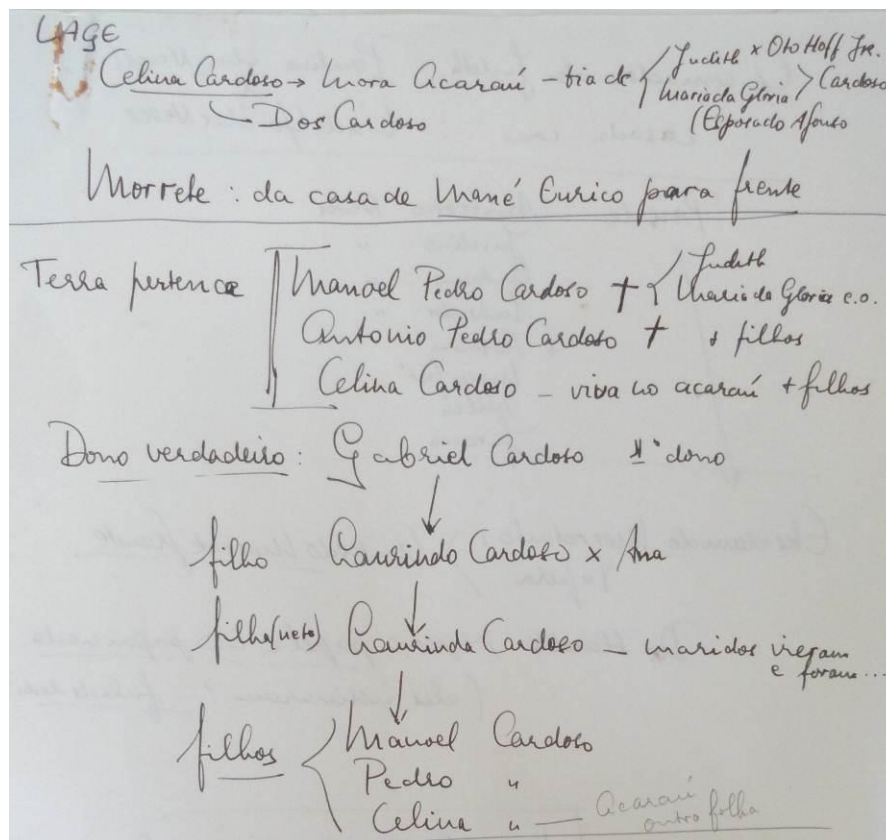
Urbano Coelho Filho
OFICIAL
Urbano Coelho Filho
492. 908.788.200-20

URBANO COELHO FILHO
OFICIAL DO
REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE ARIRI
MUN. DE CANANÉIA
ESTADO DE SÃO PAULO

REGISTRO
Ordem 507

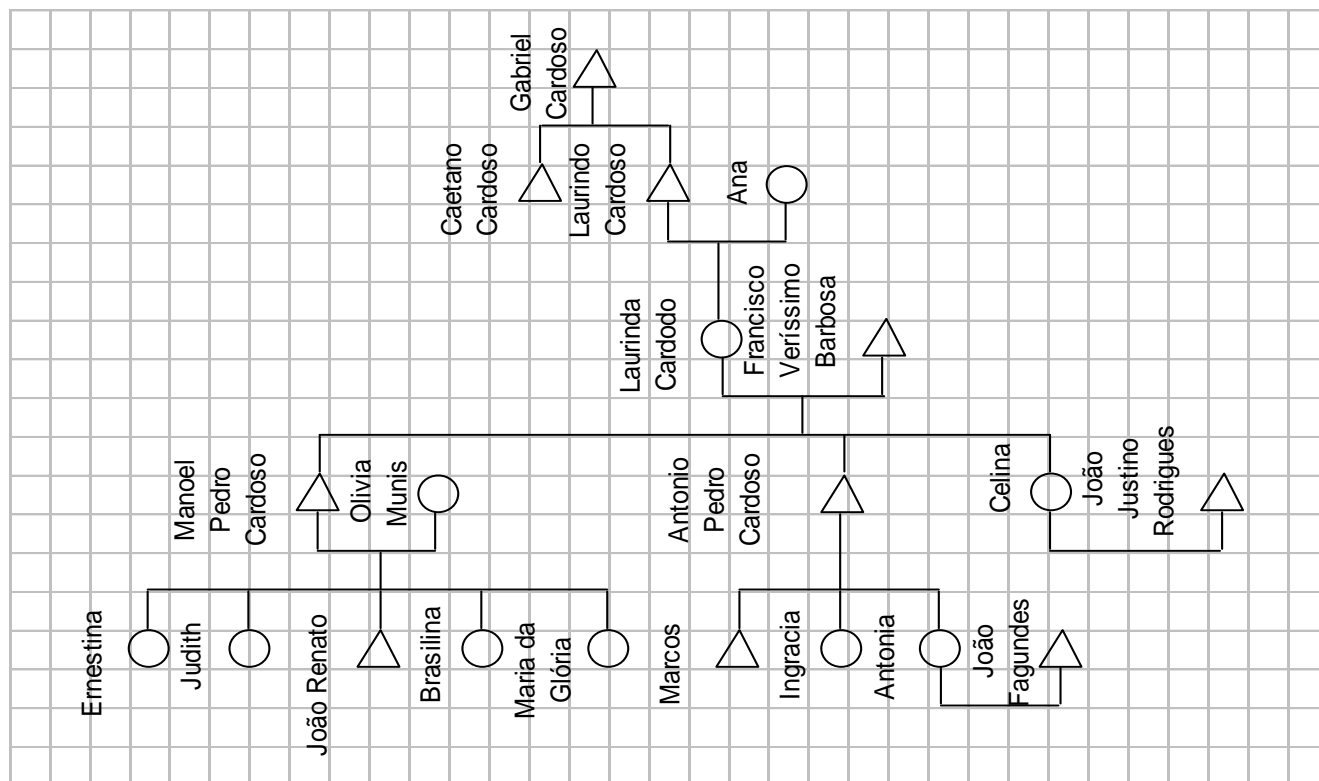
Nos manuscritos de João Trinta, observamos indicações de entrevistas com Celina Cardoso e com descendentes dos dois irmãos dela, Manoel Pedro e Antonio Pedro Cardoso, que já eram falecidos à época. Segundo essas anotações, no Morrete, “da casa de Mané Eurico para frente”, a terra pertence aos filhos dos irmãos Manoel Pedro Cardoso e Antonio Pedro Cardoso, já falecidos, e a Celina Cardoso, que estava viva, no bairro Acarau, na ilha de Cananéia. O “dono verdadeiro”, “primeiro dono” seria Gabriel Cardoso, pai de Laurindo Cardoso, avô de Laurinda Cardoso, que era mãe de Celina, Manoel Pedro e Antonio Pedro. Tivemos a oportunidade de visitar a Praia da Lage no final da década de 1980, quando Manoel Eurico havia acabado de mudar-se para o Marujá, e sua casa no Morrete Grande já estava ruindo. O próprio Manoel Eurico era filho de Teodora, uma das filhas de Henriqueta das Neves e de Joaquim Cardoso, mas não sabemos quais eram os laços de parentesco deste último com Gabriel Cardoso.

figura 15. Anotações de João Trinta sobre a família Cardoso na Praia da Lage (acervo do mesmo).



Seguindo as pistas nestas anotações acima, e em outras anotações de João Trinta, podemos representar um fragmento da configuração da família Cardoso que viveu na Lage desde meados do século XIX até a década de 1960

gráfico 4. Família Cardoso na Lage.



Celina disse a João Trinta que, depois de casada, morou durante alguns anos na Ilha do Cardoso, e depois mudou-se para o bairro do Acaraú, na ilha de Cananéia, onde já estava havia mais de vinte anos.

Havia também a família Veríssimo Barbosa na Lage. Celina, Manoel Pedro e Antonio Pedro eram filhos de Francisco Veríssimo Barbosa, que comprou terras de Caetano Cardoso, irmão de seu sogro Laurindo Cardoso. Manoel Veríssimo, na Lage, casou-se com Amália Mendes (ou, segundo aparece em um documento, “Amália Maria do Espírito

Santo”)¹², filha de Manoel Mendes. Hoje, no Marujá, existem três irmãos cujo avô paterno, Honório Veríssimo, é filho de Amália e Manoel Veríssimo.

Os registros paroquiais de terras mostram outras pessoas registrando terras nessa área, como é o caso de Rita Francisca Gardina:

figura 16. livro de Terras de Cananéia –folha 166 – Rita Francisca Gardina (acervo do padre João Trinta).

Tapera de Lago p. 166

Rita Francisca Gardina moradora nesta Ilha de Cananéia, queitta possuidora por compra que fez a Isabel Maria da Perbincula e que lhe deu de por morte de sua Mãe Catharina Pedroza das Pias das terras d'acumino de Tapera, sendo na Ilha de Cardoso, sua extensão pela frente do mar e por esse marca com o nome da Tapera, pela parte de Sul, e pela de norte com o monte, e pelo mar pequeno com o Rio da Coxueira e grande e por não saber escrever pediu a João Dias da Ilha que este por mim fizesse, e as seguintes

Por Rita Francisca Gardina
João Dias da Ilha

Apresentado na dia 2 de Novembro de 1858.
O Escri. Escrivão: João Maria Dalbosca
Registos 8900

¹² Certidão de nascimento de Rosa Veríssimo, em 4 de abril de 1939, na qual Manoel Veríssimo e Amália Maria do Espírito Santo aparecem como avós paternos.

F. 166

Rita Francisca Gardina moradora nesta vila de Cananéa é nella possuidora por compra que fez a Isabel Maria da [ilegível] sua Vó Catharina Pedroza das [ilegível] das terras denominado Tapera, sendo na Ilha do Cardoso, sua extensão pela parte do mar grosso marca com o morro da Tapera, pela parte do sul, pela do norte com morret^o, e pelo mar pequeno com o Rio da Caxueira Grande, e por não saber escrever pedi a João Dias da Silva que este por mim fisece, e assignasse.

Por Rita Fran^a Gardina

João Dias da Silva

Apresentado no dias 2 de novembro de 1854.

O Vig^o Encomd^o João Manuel da Rosa

Registro \$900.

Na imagem a seguir, vemos a praia da Lage, com seus 6 quilômetros de extensão, a partir do costão de pedra que divide com a praia do Foles.

figura 17. Praia da Lage (setembro de 2011).



O morro da Tapera, referido no documento acima, é ao sul da praia (na parte superior esquerda da figura acima). O Morretinho (referido como morret^o) fica a

aproximadamente 2,5 quilômetros do canto do morro que separa as praias da Lage e do Marujá. Cerca de quinhentos metros à frente do Morretinho, localiza-se o Morrete Grande. A Cachoeira, ou “Caxueira” Grande fica nos fundos da Tapera, em oposição ao mar aberto, na parte da ilha voltada para o mar Pequeno. O rio Cachoeira Grande faz parte da rica rede de rios que descem as montanhas da ilha do Cardoso e deságuam no mar de dentro e também no mar aberto.

No livro de terras ainda aparecem outras pessoas, seja registrando terras nessa área, seja referidos como possuidores de sítios confrontantes, dos quais hoje não encontramos descendentes. Jesoino Mendes faz referência a Joaquina Angélica e a Joaquim Alves Dias. Gregório Antunes registra terras no Indaiaeiro, na praia da Lage, e faz referência às terras de Rita Gardina, que fazem divisa com as dele. José Joaquim Mendes faz referências às terras de João Deonísio, que dividem com as dele.

Em Ipanema, José Joaquim Dias da Silva registra terras e faz referências às terras de Manoel Munis e de Joaquim Mendonça, que fazem divisa com as dele. José Munis também registra terras em Ipanema e faz referências a divisa com terras do irmão dele, Joaquim Munis. Joaquina Angelina Rois, à folha 321, registra terras no Camboriu, como vemos a seguir:

F. 321

Joaquina Angelica Róis moradora nesta V^a de Cananéia é nella possuidora de hum citio por doação que lhe fez o finado José Ramos da S^a Sacramento, cujo citio na Ilha do Cardoso no lugar denominado Camboriu, na beira do mar alto, divide p^a o sul athe a ponta do morro intitulado da Lage para o norte, com a ponta do morro da Barra do Rio do Camboriu; e por não saber escrever pedi ao sr. Antonio [ilegível] que este por mim fizesse e assinace. Can^a 14 de Novembro de 1854

*A Rogo de Joaquina Angélica Róis
Antonio [ilegível]*

*Apresentado no dia 14 de novembro de 1854
Vig^o Encomendo José M^{el} da Rosa*

Registro \$800

figura 18. Livro de Terras de Cananéia –folha 321- Joaquina Angélica Rois (acervo do padre João Trinta).

f. 321
 Camboriu
 Joaquina Angélica Rois moradora
 nesta Ilha de São João anexo, que lhe
 foi vendida de seu Citio por Doação
 que lhe fez a Finado seu marido
 da f.º sagramento cujo Citio na
 Ilha do Cardoso no lugar de na-
 menado Camboriu, no brio do
 mar alto de vida p.º o sul lhe
 afronta do allem no lado do
 Lago e p.º o norte, com afronta do
 morro da Ponta do Rio do Camboriu,
 e p.º não saber as envas
 fudi do f.º Antonio J. de Al.º
 que isto p.º min. foras e
 p.º na Ilha de Can.º 14 de Novembro
 de 1804
 a Prego de Joaquina Angélica Rois
 Antonio J. de Al.º
 Apresentado na Ilha de 24 de 91.º de 50.
 off.º de Encomenda. João de Al.º de Al.º
 Registo 99.

No documento acima, Joaquina Angélica registra nos livros paroquiais um trecho da orla voltada para o mar aberto, que abrange praticamente toda a praia do Camboriu, passa pela minúscula praia do Foles Pequeno e abrange toda a praia do Foles, até o morro que divide com a praia da Lage. Na figura a seguir vemos, à esquerda, o canto da praia do Camboriu, onde fica a barra do rio como mesmo nome, e à direita, a praia do Foles Grande

a partir do costão de pedra que divide com o Camboriu. No final da Praia do Foles, ao sul, vemos o morro que divide com a praia da Lage.

figura 19. Praia do Camboriu (a) e Praia do Foles (b).



Ao mesmo tempo em que famílias eram donas de sítios nessas praias, ou até de praias inteiras, como neste caso de Camboriu e Foles, existiam inúmeras outras famílias convivendo no mesmo espaço, sem registro das terras onde moravam. E a partir das inúmeras alianças por casamento, descendentes dessas famílias estiveram povoando o trecho da orla desde Camboriú até a Lage, sendo que as microlocalidades ficaram relacionadas a determinados grupos de parentesco. Por exemplo, Maria Rosa Cubas e o marido João Candido Braga Cubas têm o nome ligado à praia de Ipanema, onde criaram os filhos.

Enquanto os Braga e Braga Cubas aparecem mais ligados aos sítios entre as praias de Ipanema e Camboriu, os Neves e os Mendes, descendentes dos irmãos Norberto e Henriqueta, e das primas Balduina e Maria Francisca Mendes, a princípio, distribuíram-se pelos sítios localizados em toda a extensão da praia da Lage. O Morretinho está ligado principalmente aos Neves mas, antes, aparecia ligado aos Rosa Oliveira, e anteriormente aos Athanásio. Essa ligação está sempre acontecendo pela transmissão feita pela via das alianças matrimoniais. Nas anotações de João Trinta, ele observa que os irmãos Josefina Athanásio e Francisco Athanásio moraram no Morretinho, e sua filha, Maria Athanásio casou-se com João Henrique Rosa. O irmão de João Henrique, Alexandre Rosa de Oliveria, morava no Morretinho com a esposa Rita. Depois, Lindolfo das Neves, casado com

Paulina, a filha de Alexandre Rosa, “entrou na casa do sogro” (Manuscritos do padre João Trinta) .

No entanto, a imagem que os discursos de moradores e ex-moradores dessas praias nos passam é a de uma rede de parentesco em constante movimento entre as praias da Lage e Camboriu, com extensões para as praias de Ipanema e de Itacuruçá. Rede essa formada a partir da inúmeras alianças de casamento realizadas entre as diversas famílias ao longo dos séculos XIX e XX.

Por exemplo, Benedita Cubas, a neta de Henriqueta das Neves acima referida, e do casal José Rufino Cubas e Hilária Maria do Espírito Santo, cujo primeiro marido foi o primo Antonio Braga Cubas (filho de Maria Rosa Cubas e João Braga Cubas, o “Braga Velho”), nos diz que seus sogro e sogra criaram os filhos no Camboriu, mas que os filhos deles moravam em Ipanema. Manuel das Neves, de 84 anos de idade, e a esposa Antonia Cubas, de 74 anos de idade, nos dizem que os Braga Cubas moravam em Ipanema, depois mudaram para o Camboriu, e depois foram para a cachoeira do Campestre¹³, que fica no morro entre as praias de Ipanema e Camboriu.

Julia Cubas, irmã de Maria Rosa Braga Cubas, que se casou com João Máximo Mendes, filho de Henriqueta das Neves, morou na praia da Lage, onde teve, pelo menos, parte de seus filhos, como mostra a certidão de nascimento de Antonio Juvêncio Cubas. Este último nos diz que morava na praia do Camboriu, depois de casado foi para Ipanema, e depois mudou-se para Itacuruçá.

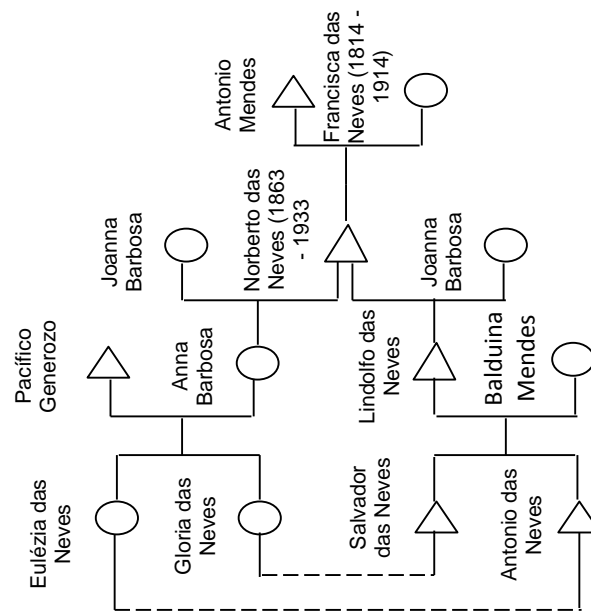
Maria José das Neves, criada no sítio Morretinho, depois de casada, foi morar na Tapera da Lage, e 18 anos depois de casada, foi morar no Marujá. Ana Evarista, filha de Norberto das Neves, casada com Pacífico Generoso, criou os filhos na Lage, no Canto do Morro, que divide com a praia do Foles. Mas vimos também que Pacífico havia comprado a casa no Camboriu.

Ao mesmo tempo em que a rede de parentesco é tecida entre os grupos de parentesco presentes na área, notamos também tendências endogâmicas dentro de grupos de parentesco. Por exemplo, notamos casos de trocas de germanos, quando irmãos de um grupo doméstico unem-se, respectivamente, a irmãos de outro grupo doméstico. Duas netas

¹³ Almeida, ao descrever os morros da Ilha do Cardoso, faz referência ao morro do Campestre, “para o lado de fora’, ou seja, voltado para o mar aberto (2005 [1946], p. 63).

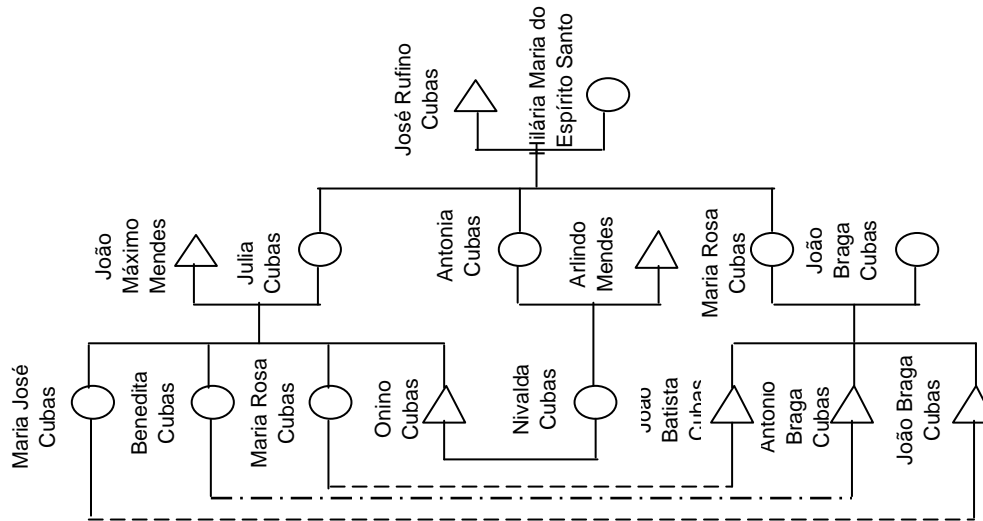
de Norberto das Neves, filhas de Anna Barbosa, casaram-se com dois netos do mesmo, filhos de Lindolfo: Antonio das Neves e Salvador das Neves casaram-se, respectivamente, com Eulésia das Neves e com Glória das Neves, conforme representamos no gráfico a seguir.

gráfico 5. Troca de germanos na família Neves.



Notamos outro caso de *troca de germanos* entre netos de Hilária do Espírito Santo e José Rufino Cubas. Três filhas de Julia Cubas (filha de Hilária), casam-se, respectivamente, com três filhos de Maria Rosa Cubas, outra filha de Hilária, e um filho de Julia Cubas casou-se com Nivalda Cubas, filha de Antonia Cubas, que também era filha de Hilária. Vejamos representação no gráfico a seguir.

gráfico 6. Troca de germanos na família Cubas.



Podemos imaginar que chegou a haver um considerável número de famílias nessa faixa da orla entre Ipanema e Lage. A sra. Maria José das Neves nos fala sobre isso:

Se tinha bastante famílias que moravam lá? Ah tinha, era tão bom, tão bonito, quando se aproximava um mutirão com fandango, aí que a gente ia ver o povo que tinha, tinha bastante. Vinha gente do Cambriú e do Foles. Do Marujá vinha alguns. Era divertido, sabe. Eu fiz um juramento mas meu juramento não deu muito certo: eu jurei que eu só ia sair dali do meu lugar depois que eu morresse. Foi a única coisa que eu falhei. Foram saindo o pessoal tudo, daí meu pai faleceu, minha mãe ficou assim meio doente. [Maria José das Neves, que morava no Morretinho, praia da Lage, entrevista em setembro de 2011, Marujá].

É muito comum ouvirmos dos tantos ex-moradores da Lage, que hoje estão morando no Marujá, que lá morava muita gente, que havia muitas famílias morando naquelas praias. Esta observação também aparece nas notas do João Trinta: “Lagem, lugar de mais gente – 24 famílias” (manuscritos de João Trinta, 1979). João Trinta referia-se a um período anterior, possivelmente por volta de meados do século XX, quando era maior o número de casais que permaneciam na ilha com seu rol de filhos.

Em 1983, como parte da defesa dos moradores da ilha no processo de desapropriação referido no início deste capítulo, foram elaboradas dezenas de declarações de residência. Com base nesses documentos, podemos calcular que havia, nessa época, sete

famílias morando na Lage: 1) Acylino Mendes, solteiro; 2) Manoel Eurico Mendes e o filho Alberico Cubas; 3) Antonio das Neves; 4) Aroldo das Neves (filho de Antonio das Neves), viúvo de Luisa Cubas das Neves (filha de Manoel Eurico); 5) Pedro das Neves (filho de Antonio das Neves) com a esposa Teresa Cubas das Neves (filha de Manoel Eurico Mendes); 6) João Fagundes Pereira casado com Antonia Luzia Cardoso Pereira; 7) José Barbosa, sendo que Manoel das Neves, irmão gêmeo de José Barbosa, morava no Marujá e ainda mantinha casa na Lage.

Vale a pena reproduzirmos os textos das três declarações referentes à Lage que encontramos.

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, João Atanásio, brasileiro, casado no religioso com Dna. Amália Pereira, pescador, morador deste Bairro do Marujá, (no momento), antigo morador da Praia da Lagem, Ilha do Cardoso, no município de Cananéia, declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que reside neste município de Cananéia, no lugar denominado Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso, onde mantém sua posse, mansa, pacífica e ininterrupta.

O acima mencionado, João Atanásio, é filho de João Enrique de Oliveira e Maria Atanásio. A última é filha de Francisco Atanásio, proprietário de uma área de terra no lugar denominado Cachoeira Grande, localizada na frente do Oceano Atlântico, divisando ao norte com o Sítio Ipanema e no sul com o sítio denominado Camboriu.

O acima mencionado João Atanásio tem sua área de terra na Lagem, que sempre foi considerado como posseiro, herdeiro de sua Sra, mãe, Maria Atanásio, tendo feito a venda desta área por manobras escusas em 1959, sendo que não foi efetuado o pagamento por parte do comprador, conforme promissória anexa.

O acima mencionado, João Atanásio, tem na referida área, a sua casa de onde saiu há poucos anos atrás por motivos de saúde dele e de sua esposa. A referida casa é de madeira, coberta de guaricana, sendo que a mesma é ocupada para escola do bairro.

O acima mencionado, João Atanásio, tem duas filhas de maior idade, já casadas e três netos, mais três bisnetos. O nome das filhas: Laura Pereira Rodrigues, casada com José Roberto Rodrigues, e Conceição Pereira Cubas, viúva de Jonas Cubas, descendente dos antigos Cubas, da Praia da Lagem.

A área acima mencionada faz divisas com João Fagundes Pereira e José Barbosa Pereira, ambos ao lado do sul, ao norte com terras vazias, ao oeste com terras vazias e ao leste com a Praia do Oceano Atlântico.

O acima mencionado, João Atanásio, ocupa atualmente, parte da escola do Marujá, de propriedade de Aroldo Lippi, morando há vários anos, tendo na mesma área uma horta de verduras, além de plantar roça e mandioca e de feijão.

Cananéia, 28 de outubro de 1983.

João Atanásio

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

Cananéia, 30 de outubro de 1983.

[abaixo, três testemunhas assinam].

(Acervo do padre João Trinta)

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados ACYLINO MENDES, brasileiro, lavrador e pescador, solteiro, MANOEL EURICO MENDES brasileiro, lavrador e pescador, casado com Maria dos Anjos Cubas, pais de 2 (dois) filhos vivos; ALBERICO JOSÉ CUBAS, digo, ALBERICO CUBAS, brasileiro, solteiro, lavrador e pescador, e sua irmã Teresa Cubas, casada esta com Pedro das Neves, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, no lugar denominado Praia da Lagem, Ilha do Cardoso, onde mantém sua posse mana, pacífica e ininterrupta há mais de 120 (cento e vinte) ano sem oposição de qualquer espécie.

Manoel Eurico Mendes e Acylyno Mendes são filhos de Teodora Mendes em casamento com Joaquim Barbosa cujos antepassados ainda ignoramos. Teodora Mendes, porém, é filha de João Mendes em casamento com Henriqueta das Neves, esta última filha de Francisca das Neves, que faleceu na Praia da Lagem em 1914 aos 100 (cem) anos de idade conforme provam os documentos. Sua filha Henriqueta é a acima mencionada, e se casou com João Mendes. Este João Mendes e seus irmãos Norato e Balduino são descendentes da família Mendes que desde a metade do século passado habitam esta mesma parte da Paraia da Lagem, onde até agora moram os abaixo assinados. Assim, concluímos que todos os antepassados dos abaixo assinados moravam neste mesmo lugar da Praia da Lagem desde o séc. passado.

Sempre viveram em casas simples de madeira, cobertas de palha guaricana, faziam suas roças nas terras baixas atrás das casas até o pé do morro do Cardoso, e pescavam no oceano Atlântico na frente do sítio, principalmente no tempo da corrida da Tainha. Especializavam-se na alga de Tainha seca e na confecção de farinha de mandioca. A extensão de área que eles ocupam ininterruptamente faz divisas ao lado sul com o sítio da família Neves, e ao lado Norte com as terras da família Barbosa.

Cananéia, 28 de outubro de 1983.

Acylyno Mendes

Manoel Eurico Mendes

Alberico Cubas

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

Cananéia, 30 de outubro de 1983.

[abaixo, três testemunhas assinam].

(Acervo do padre João Trinta).

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados ANTONIO DAS NEVES, brasileiro, pescador e lavrador, casado com Eulécia das Neves, pais de 18 (dezoito) filhos, AROLDO DAS NEVES, brasileiro, pescador, viúvo de Luiza Cubas das Neves com quem teve 4 (quatro) filhos menores e PEDRO DAS NEVES, brasileiro, pescador, casado com Tereza Cubas das Neves, irmã da acima mencionada já falecida Luiza Cubas das Neves, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, no lugar denominado Praia da Lagem, bairro Morretinho, Ilha do Cardoso, onde mantém sua posse mansa, pacífica e ininterrupta há mais de 120 (cento e vinte) anos, sem oposição de qualquer espécie.

A família das Neves veio da Praia Deserta na pessoa de Francisca das Neves, que faleceu na Praia da Lagem aos 100 (cem) anos de idade, cf. provam os documentos. O filho dela, Norberto das Neves, em 2º casamento com Balduina Mendes, filha de Balduino Mendes, irmão de João Mendes e de Norato Mendes, descendentes da família Mendes desde a metade do séc. passado moradores da praia da Lagem conforme documentos do livro das terras da paróquia de São João Batista de Cananéia comprovam. Do casamento de Balduina Mendes e Norberto das Neves nasceram entre outros filhos: Arlindo Mendes e Lindolfo das Neves. Este, Lindolfo das Neves, casou-se com Paulina Rosa de Oliveira e deste casal nasceram os seguintes filhos: Ambrósio, Jovelino, Salvador, ANTONIO, acima mencionado, Jurema, Maria José, Nilza e Rosalina.

A acima mencionada mãe Paulina Rosa de Oliveira é filha de Maria Mendes em casamento com Alexandre Rosa de Oliveira. Maria Mendes, descendente da família Mendes acima já mencionada, enquanto Alexandre Rosa de Oliveira é filho de Joaquina Rosa de Oliveira, moradores na parte sul da ilha do Cardoso desde a metade do século passado conforme o livro das terras da paróquia comprovam. Assim concluímos que todos os antepassados dos abaixo assinados moravam neste mesmo lugar da Praia da Lagem desde a metade do século passado.

Sempre viveram em casas simples de madeira, cobertas de palha guaricana, faziam suas roças nas terras baixas nos fundos das casas até o pé do morro do Cardoso, e pescavam no oceano Atlântico na frente do sítio especialmente no tempo da corrida da Tainha. A extensão da área que eles ocupam ininterruptamente fazem divisas ao lado sul com as terras do Dr. Haroldo, ao lado norte com o sítio dos Mendes, tendouma extensão de mais ou menos 1 (um) Km.

Cananéia, 28 de outubro de 1983.

ANTONIO DAS NEVES
HAROLDO DAS NEVES
PEDRO DAS NEVES

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

Cananéia, 30 de outubro de 1983.

[abaixo, três testemunhas assinam].

(Acervo do padre João Trinta).

As três declarações acima são referentes aos três núcleos de habitação que existiram por último na praia da Lage. Naquela época, quem atravessasse o costão de pedra a partir do Marujá e descesse à praia da Lage, após passar a parte denominada Tapera, que inicia logo após o costão, iria encontrar, logo à frente, o primeiro núcleo de casas no Morretinho. Pela praia, chegaria ao “porto¹⁴” das três casas da “família Neves”. A primeira casa, logo na entrada, era a de Antonio das Neves, que morava com a esposa, filhos e filhas solteiros e os netos, filhos de Aroldo das Neves, que haviam ficado órfãos de mãe. Na mesma clareira, havia as casas dos filhos Aroldo das Neves e Pedro das Neves, com esposa e filhas. Esse núcleo foi por nós observado, quando de nossas viagens àquela praia entre o final do anos de 1980 e os primeiros anos da década de 1990.

figura 20. Porto da casa de Antonio das Neves (1), e quintal da casa (b) (fotos em setembro de 2011).



Continuando pela praia, cerca de quinhentos metros à frente, no lugar chamado de Morrete Grande, havia um segundo núcleo, com as casas dos irmãos Acylino Mendes e Manoel Eurico Mendes. Este último, viúvo, era sogro dos dois filhos de Antonio das Neves, seus vizinhos. Logo à frente, em terras contíguas e mais próximo do canto do morro, estava o terceiro núcleo, o sítio dos “Barbosa”, onde havia as casas dos irmãos Manoel Neves e José Barbosa, e do sogro deste último, João Fagundes. Nessa época,

¹⁴ Porto é o caminho de entrada das casas, a partir da praia.

Manoel das Neves já morava com sua família no Marujá, mas o sítio onde seu irmão gêmeo, José Barbosa, morava com esposa e filhos, era considerado herança dos pais.

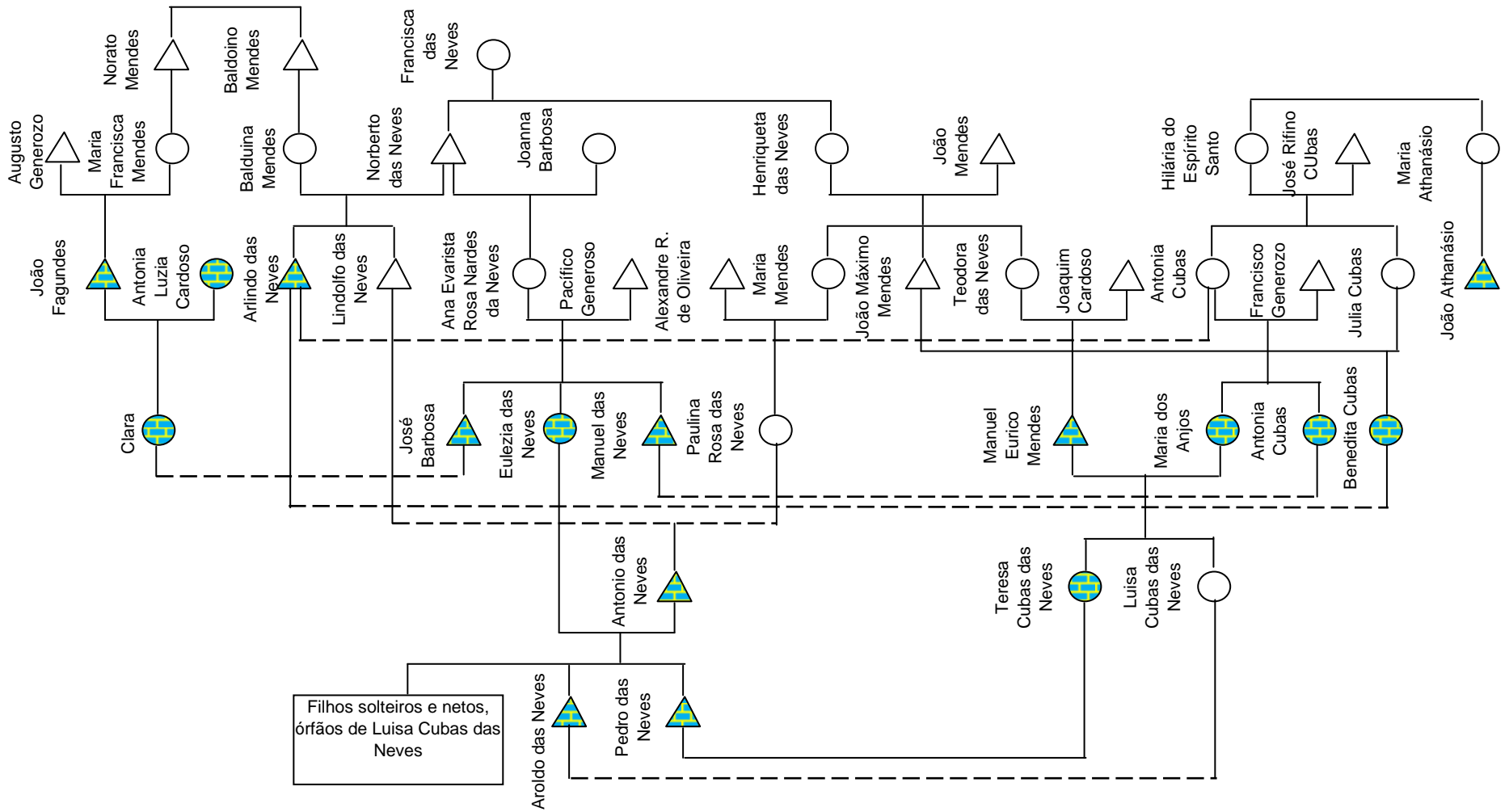
E mais ao norte, já bem perto do canto do morro, na casa de João Atanázio, havia a escola, freqüentada também pelas crianças da praia do Foles. Nesse lugar também havia uma capela. João Atanázio ainda menciona a terra de seu avô Francisco Atanázio na Cachoeira Grande. Notemos que, neste caso, não se trata da mesma Cachoeira Grande, mencionada acima, cujos sítios estão voltados para o Mar de Dentro. Trata-se de uma área voltada para o mar aberto, no morro entre Ipanema e Camboriu, próximo à Cachoeira do Campestre, onde moraram os Braga Cubas.

Todos os moradores, nesses três sítios, eram parentes. As declarações de residência mostram que as microlocalidades estão relacionadas a grupos de parentesco. O primeiro sítio, Morretinho, era dos Neves; o segundo sítio, Morrete Grande, era dos Mendes, e o terceiro sítio, no Canto do Morro, era dos Barbosa. Manoel das Neves nos diz que seus pais, Pacifico Generoso e Ana Barbosa, criaram os filhos no Canto do Morro. Já os filhos de Lindolfo das Neves, como já vimos, foram criados no Morretinho. Alguns filhos de Lindolfo, entre eles, Antonio das Neves, permaneceram no Morretinho depois de casados.

Na verdade, todos, nesses três sítios, eram descendentes de duas ou mais das famílias que estivemos descrevendo acima. Por exemplo, no sítio dos Neves, Antonio das Neves era descendente dos Mendes, dos Oliveira e dos Neves. Eulécia, a esposa de Antonio das Neves, é descendente dos Neves, dos Barbosa e dos Generoso. No sítio dos Barbosa, os irmãos Manoel das Neves e José Barbosa são também irmãos de Eulécia, enquanto que João Fagundes era descendente dos Mendes e dos Generoso. No momento das declarações de residência acima transcritas, os sítios da praia da Lage eram considerados propriedade de três grupos de parentesco e, independentemente de haver ou não documentos dessas terras, havia um direito costumeiro que regulava a transmissão da terra pela via paterna ou materna. Ao sul do Morretinho, a área da Tapera havia sido comprada por Haroldo Lippi, com finalidades especulativas, conforme veremos em secção adiante.

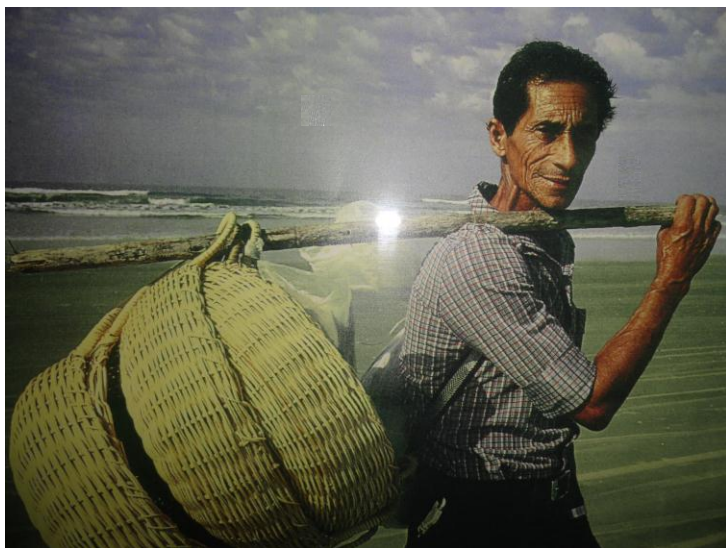
No gráfico a seguir, os moradores da Lage (marcados em verde) à época em que foram feitas as declarações de residência acima, estão representados inseridos na rede de parentesco que estamos analisando.

gráfico 7. famílias na Lage em 1983.



Quando conhecemos a praia da Lage, no final da década de 1980, apenas no Morretinho havia as três casas de Antonio das Neves e seus dois filhos. A capela e a casa onde funcionava a escola ainda eram cuidadas. Para uma pessoa de fora, era fácil encontrar vestígios de lugares onde famílias haviam morado, os localmente chamados “lugares de casa”. Antonio das Neves chegou a mostrar-nos alguns desses lugares. Próximo à sua casa, paralelamente à praia e em direção ao norte, uma trilha por dentro do mato levava a uma pequena clareira com a vegetação se recompondo. Ali havia morado um dos irmãos dele. Ele mostrou a nascente onde a família pegava água. Continuando na mesma trilha, chegava-se a outro lugar de casa, em desuso há mais tempo, onde havia morado um de seus tios. Seu Antonio nos mostrou a pedra avermelhada de onde vertia a água para o uso da família. Saindo na praia, em direção ao norte, o lugar de casa de Manoel Eurico ficava ao pé do Morrete Grande, onde havia um filete de água cristalina que enchia dois pequenos poços, como se fossem duas cubas cavadas na areia, ao lado da casa, sendo que a primeira armazenava água para beber e para fazer a comida, e a segunda, um pouco maior, era usada para o banho.

figura 21. Antonio das Neves levando cestos de cipó para vender no Marujá (a) (imagem cedida pela família), e sua casa na Lage (b), hoje um rancho de pesca (foto de dezembro de 2011).



Antonio das Neves morou no Morretinho praticamente toda a vida. Ele e a esposa, Eulésia das Neves, mudaram para a casa de um filho casado, no Marujá, poucos anos antes de sua morte, em 2009. Mesmo assim, enquanto a saúde permitiu, ele ia quase todos os dias

visitar sua casa na Lage, que hoje é usada como rancho de pesca por filhos, sobrinhos e netos que moram no Marujá.

Desde 1990, com a saída de Manoel Eurico, o sítio do Morretinho, com as casas da família de Antonio das Neves, passou a ser o único habitado na Lage. Os depoimentos são de que as pessoas foram saindo porque tornou-se difícil de se obter os meios de vida, por falta de escola para os filhos (a escola do Canto do Morro deixou de funcionar por volta de 1989), e também por causa do acesso difícil. Para se chegar até Cananéia, é preciso caminhar até o Marujá para pegar algum meio de transporte pelo Mar de Dentro, ou então fazer uma caminhada de metade de um dia para chegar em Itacuruçá, ao lado da barra de Cananéia, para pegar uma carona de barco. Manuel das Neves e Antonia Cubas falam sobre isso:

Antonia: A gente atravessava na barra de dia, ia pela praia, ia por terra tudo, ia passar pra Cananéia, pegava passagem no porto dele [no porto de Manuel – apelidado Teteco –, no sítio Pereirinha].

Manuel: Pegava a canoa de qualquer um lá no Pereirinha.

Antonia: Chegava lá. Se aproximasse uma canoa, a gente se mandava. Quantas vezes que eu fui!

Pesquisadora: Quantas horas de caminhada até o Pereirinha?

Antonia: Meio dia de viagem.

Manuel: Quando a maré quebrava, que secava, a gente [...] viagem. Depois fizeram o caminho lá no Ipanema, aí não tinha maré, não tinha nada. Pelo caminho é mais longe ainda. Tem que subir morro e descer morro. Às vezes chovia, o caminho ficava liso.

(...) Naquele tempo que morava lá pra aquele lugar, sofria, não só eu como todos lá.

Antonia: Agora, que mora aqui, quer ir para Cananéia, pega a balsa ali e se manda, e as pessoas de idade não pagam passagem.

(...)

Pesquisadora: Por quê vocês saíram de lá?

Antonia: Ah, não tinha condição. Não tinha o que ganhar, do que trabalhar, nada. Ah, mas era bonito o sítio. Saudade eu tenho até hoje, eu tenho saudade de lá.

Manuel: Não tinha ninguém morando, fiquei sozinho lá [no Canto do Morro]. Aí não tinha mais condição. Aí eu falei pra mulher: Não tem mais como nós morar aqui, vamos mudar lá pro Marujá, arrumar um lugarzinho lá.

(Entrevista em setembro de 2011)

Algumas famílias, como é o caso dos entrevistados logo acima, mudaram-se para o Marujá. Outros foram para a ilha de Cananéia, trabalhar com pesca, morando

principalmente nos bairros Carijo, Acaraú e Rocio. Outros, ainda, mudaram-se para Iguape, indo trabalhar também na pesca.

Em relação à praia do Foles, há uma declaração de residência assinada em conjunto por Atalino Cubas, José Cubas, Arlindo Mendes, Constantino das Neves e Nino Cubas (temos a informação de que o nome correto seria Onino), datada de 30 de outubro de 1983. Nessa declaração, os moradores da praia do Foles eram:

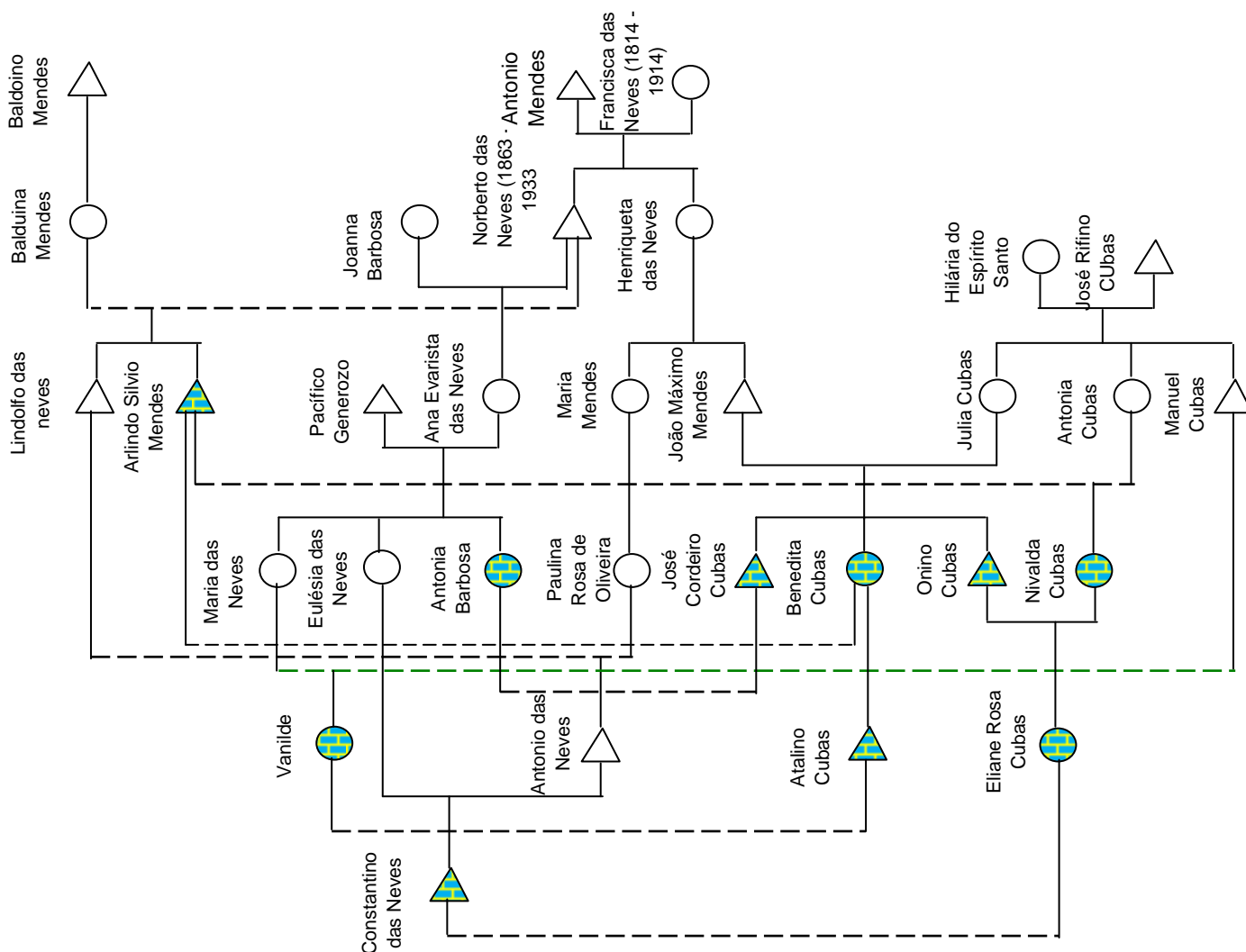
1. Atalino Cubas, casado com Vanilde Cubas
2. José Cordeiro Cubas, casado com Antonia Barbosa
3. Arlindo Mendes casado com Benedita Cubas
4. Constantino das Neves casado com Eliana Rosa Cubas (filha de Nino Cubas e Nivalda Cubas)
5. Onino Cubas e Nivalda Cubas

Vejamos a transcrição de um trecho dessa declaração:

Os abaixo assinados ATALINO CUBAS, brasileiro, pescador e lavrador, casado com Vanilde Cubas, pais de 4 (quatro) filhos, -- JOSÉ CORDEIRO CUBAS --, e ARLINDO MENDES, brasileiro, pescador e lavrador, viúvo de Antonia Cubas, com quem teve 5 (cinco) filhos, e casado agora com Benedita Cubas, viúva de Antonio Braga. Arlindo e Benedita Cubas Mendes tem também 5 (cinco) filhos. CONSTANTINO DAS NEVES, brasileiro, pescador e lavrador, casado com Eliana Rosa Cubas, pais de 1 (um) filho, filha ela de NINO CUBAS e Nivalda Cubas, pais estes de 4 (quatro) filhos, sendo Nivalda filha do acima mencionado Arlindo Mendes no seu primeiro casamento, com Antonia Cubas (...).

Conforme essa declaração de residência dos moradores da praia do Foles, em 1983 o lugar era habitado por sete famílias, representadas no gráfico a seguir:

gráfico 8. Moradores da praia do Foles em 1983.



Um outro trecho dessa declaração fala sobre a presença de João Máximo Mendes e Julia Cubas na praia do Foles:

No ano de 1920 João Máximo Mendes, filho de Henriqueta das Neves e João Mendes, ainda solteiro, mudou-se da Praia da Lagem, onde nasceu, para a Praia dos Foles grandes, logo ao norte da primeira praia. Ali casou-se com Julia Cubas, filha de José Rufino e Hilária Cubas. João Máximo Mendes e Julia Cubas tiveram aí 8 (oito) filhos vivos, todos casados. (...).

Observando o gráfico acima, vemos que as cinco famílias da praia do Foles, em 1983, eram de três filhos e dois netos de Julia Cubas e João Máximo Mendes.

Encontramos também declarações de residência da praia do Camboriu, datadas de 1983. Existe uma declaração de Aníbal das Neves, datada de 12 de abril de 1984, segundo a qual havia sete casas no Camboriu:

Do sul para o norte

1ª casa, de **Angelino Cubas**

2ª casa, de **Maria das Neves**, viúva de Manoel Cubas e mãe de **Angelino Cubas** e José Carlos das Neves e Aníbal Cubas

3ª casa, de **Aníbal Cubas**

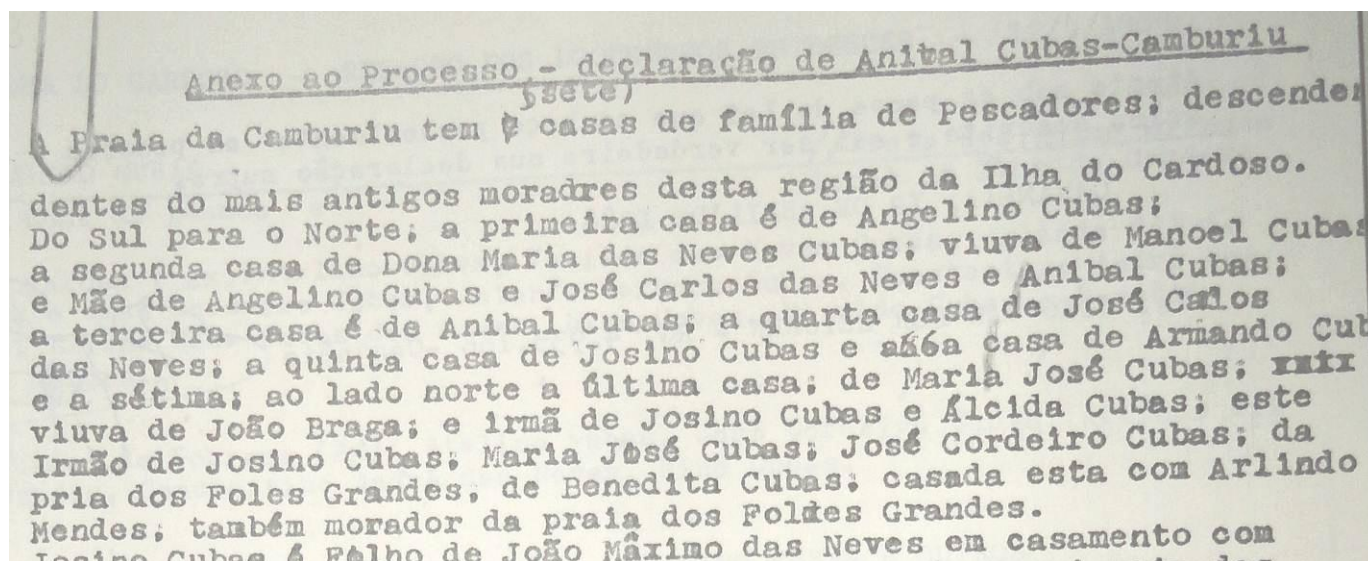
4ª casa, de **José Carlos das Neves**

5ª casa, de **Josino Cubas**

6ª casa, de **Armando Cubas**

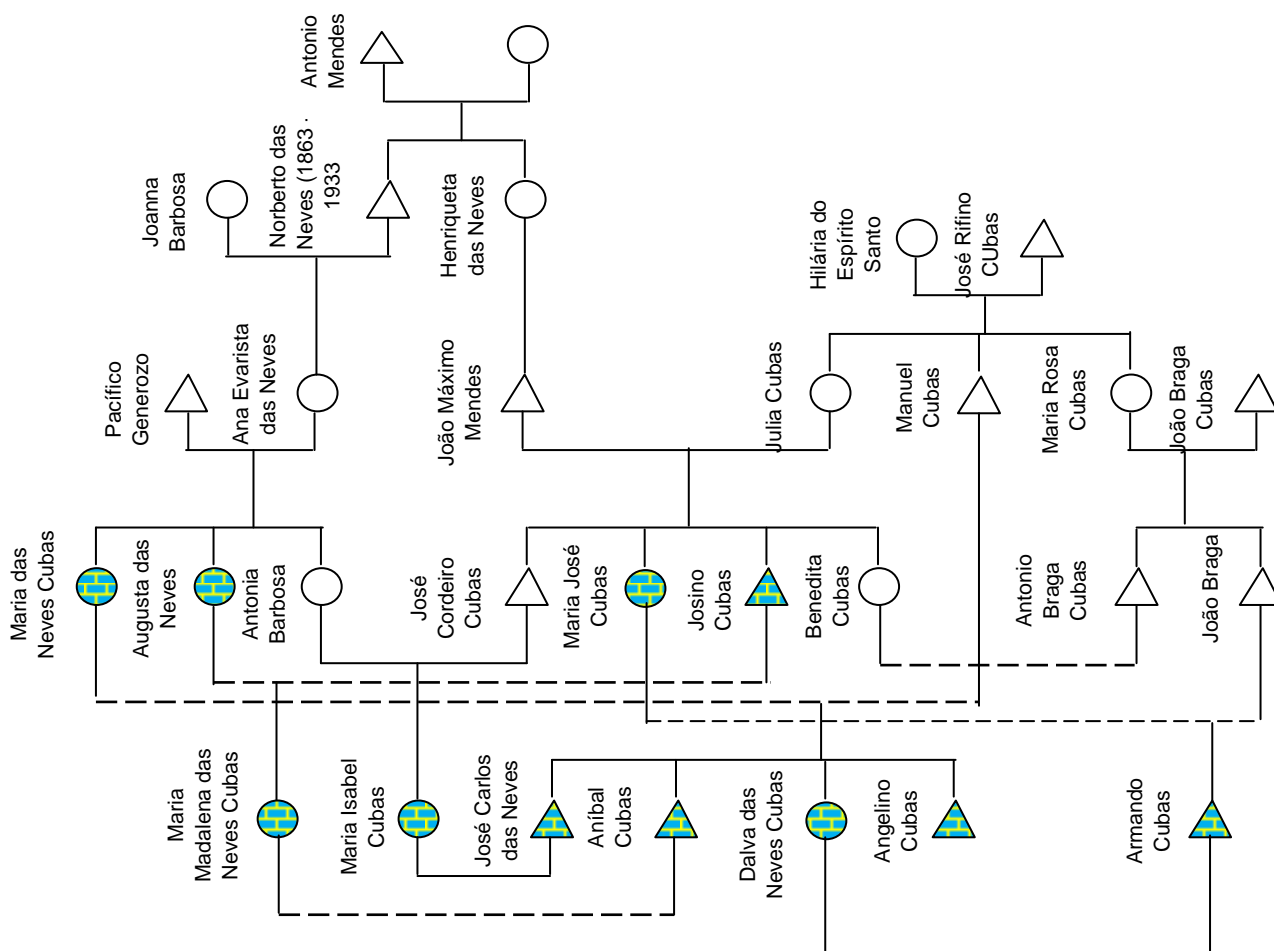
7ª e última casa ao lado norte de **Maria José Cubas**, viúva de João Braga e irmã de Josino Cubas e Alcida Cubas, este irmão de irmão de Josino Cubas, Maria José Cubas, José Cordeiro Cubas, da Praia do Foles Grandes.

figura 22. Recorte de declaração de Aníbal Cubas, de 1984 (acervo do padre João Trinta)



Considerando os dados acima, em 1984, havia na praia do Camboriu a configuração de parentesco representada abaixo:

gráfico 9. moradores no Camboriu em 1984.



Observamos que, das sete famílias que havia na praia do Camboriu em 1984, duas eram de filhos de Julia Cubas e João Máximo Mendes: Maria José Cubas, que era viúva de João Braga, e Josino Cubas, casado com Augusta das Neves. Maria das Neves Cubas, irmã de Augusta, era casada com um irmão de Julia Cubas, Manoel Cubas, já falecido. As outras quatro famílias eram de primos que se casaram com primas, todos netos de Julia Cubas e João Máximo Mendes, com exceção de um deles, que era neto de Maria Rosa Cubas, irmã de Julia Cubas. Vimos, no gráfico 9, as trocas de germanos ocorridas entre filhos das irmãs Julia Cubas e Maria Rosa Cubas, além do casamento de um filho de Julia Cubas, Onino, com uma filha de Antonia Cubas, Nivalda. Já as trocas matrimoniais exogâmicas de filhos de Julia e João Máximo, se fazem com Arlindo Mendes (filho de Norberto das Neves), no

caso do segundo casamento de Benedita Cubas; e com uma neta de Norberto das Neves, Ana Barbosa, que se casa com José Cordeiro Cubas.

figura 23. Augusta das Neves , no Camboriu (a) em dezembro de 2011; Atalino Cubas e Vanilde das Neves, no Foles (b), em setembro de 2011.



E essas trocas seguem-se no tempo. Hoje temos, na praia do Foles, oito casas:

- 1- Benedita Cubas Mendes, viúva de Arlindo Mendes mora sozinha em uma casa ao lado da casa do filho Gerson.
- 2- Gerson Cubas Mendes.
- 3- Ao lado da casa de Gerson, a de outra filha de Benedita Cubas Mendes e Arlindo Mendes, Helena Cubas, casada com Edenilson das Neves.
- 4- Atalino Cubas (filho de Benedita com o primeiro marido, Antonio Braga Cubas) e Vanilde das Neves Na casa também moram também o filho de Atalino e Vanilde, João Batista Cubas, e um agregado, Izidoro Leodoro da Neves Filho, neto de Antonio das Neves que ficou órfão de mãe quando era criança pequena.
- 5- Rafael Cubas, filho de Atalino e Vanilde, casado com Rosiane Atanásio, mora numa casa ao lado da casa dos pais.
- 6- Arcindino Martins Cubas, filho de Benedita Cubas Mendes e Arlindo Mendes, mora sozinho.

- 7- Durvalino, filho de Benedita com o primeiro marido, Antonio Braga Cubas, também mora sozinho.
- 8- Osvaldo Barbosa, filho de Antonia Barbosa, viúva de José Cordeiro Cubas e moradora na praia do Camboriu, mora sozinho.

figura 24. Rafael e Rosiane, em sua casa no Foles, ao lado da casa de Atalino (a), em setembro de 2011; e as casas de Gerson e de sua mãe, Benedita, no Foles (b), em dezembro de 2011.



No Camboriu, hoje moram ou mantém vínculo:

- 1- Augusta das Neves, viúva de Josino Cordeiro Cubas, com o filho José das Neves Cubas;
- 2- Antonia Barbosa;
- 3- Maria Madalena das Neves Cubas, filha de Antonia Barbosa e viúva de Aníbal das Neves;
- 4- Antonia Barbosa viúva de José Cordeiro Cubas;
- 5- Elzo Barbosa Cubas, a esposa Lucinéia Cubas das Neves as filhas, Lucimare, Lucielen e Elisa;
- 6- Gilberto Cubas, que é filho de Benedita Cubas e Arlindo Cubas;
- 7- Carlos Lacerda Nunes, filho de Angelino Pereira Cubas;
- 8- Fabio Nunes, irmão de Carlos Lacerda, com a esposa Ivonete Xavier e os filhos Alex Xavier Nunes e Estefani Xavier Nunes;

- 9- Marinéia Cubas das Neves com o marido Amauri das Neves e os filhos Jéferson Cubas das Neves e Amauri Cubas das Neves.

figura 25. Marinéia e o filho Amauri, no Camboriu (a), em setembro de 2011; e Carlos Lacerda no Camboriu (b), em setembro de 2011.



Notamos que nos mapas e levantamentos feitos para os estudos anteriores do plano de manejo, iniciados após 1995, essa configuração em Foles e Camboriu permanece muito parecida, com descendentes dos mesmos grupos familiares, variando apenas ligeiramente o número de casas, segundo a formação de novos casais e saídas de famílias, principalmente para Cananéia, nos bairros de Acarau e Carijó.

figura 26. Lucinéia Cubas Neves e a filha Lucimare no Camboriu.



Em Ipanema, como vimos, moravam Maria Rosa Braga Cubas (filha de José Rufino Cubas e Hilária do Espírito Santo) com o marido João Braga Cubas, assim como seus filhos, que também continuaram ali morando depois de casados. Hoje, uma parte dos descendentes, netos de Maria Rosa e João Braga, que moraram por último em Ipanema, estão morando no Pontal de Trincheira, na Ilha Comprida. Moradores de Itacuruçá nos informaram que a última casa em Ipanema que pertencia a esses descendentes, desabou, e eles solicitaram autorização ao Parque para construir uma nova casa, mas não foram atendidos. Assim sendo, hoje não existe mais nenhuma moradia nessa praia.

Portanto, as famílias que, desde meados do século XIX, estiveram vivendo nesse trecho da orla, entre as praias da Lage e Ipanema, estiveram compondo uma rede de parentesco, sendo que havia casamentos preferenciais no interior desses grupos (uniões endogâmicas em relação aos grupos de parentesco) e entre esses mesmos grupos (uniões exogâmicas em relação aos grupos de parentesco). Essa rede de parentesco, relativamente fechada do ponto de vista dos casamentos, regulava o trabalho e o uso da terra, formando também uma rede de cooperação, participando dos mutirões e ajudatórios uns dos outros.

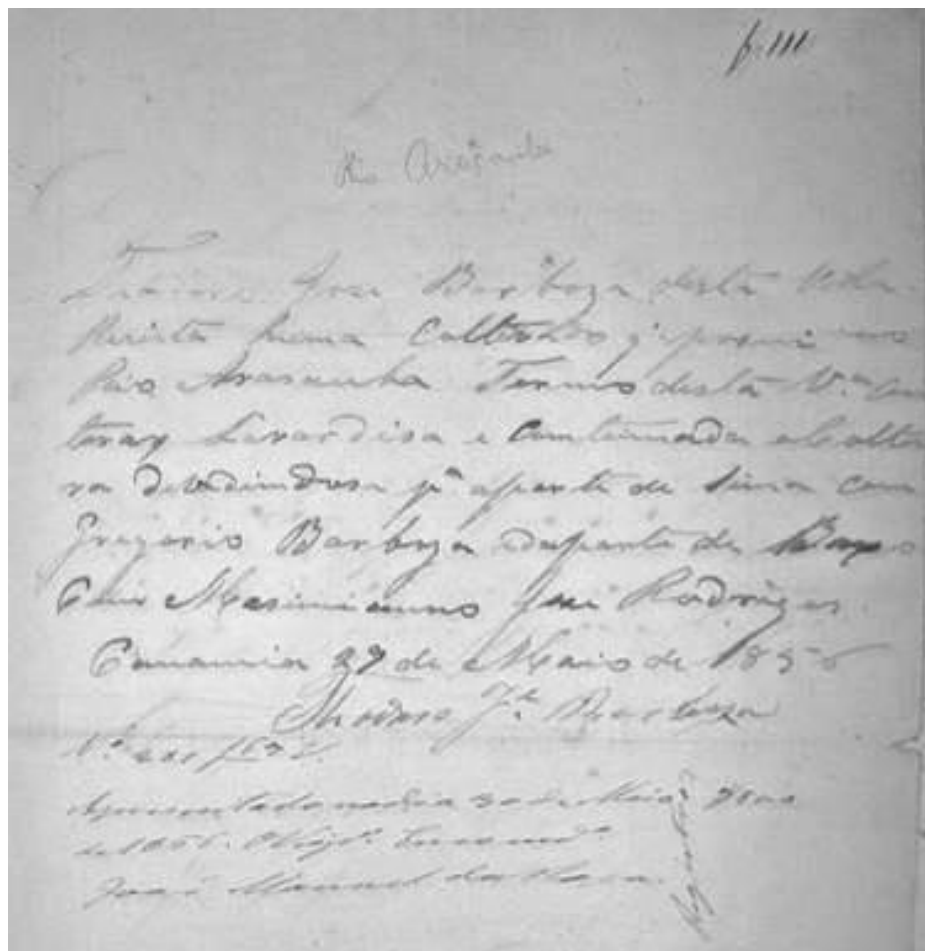
O Marujá.

Marujá é um nome recente. O nome do lugar era Praia do Meio, ou Praia do Meio de Ararapira. Marujá era o nome de um barco levado para lá pela família Lippi, por volta das décadas de 1950/60, época em que o lugar foi transformado em loteamento. O barco

tinha um motor potente demais, a ponto de, ao passar, fazer virarem as canoas dos moradores que remavam no Mar de Dentro. Por isso, o “Marujá” foi proibido de navegar no canal, tendo ficado atracado na Praia do Meio, no lado do Mar de Dentro, durante muitos anos, até desmanchar. E o lugar acabou ganhando o nome do barco, passando a ser chamado de Marujá.

Existem no livro paroquial de terras de Cananéia alguns registros na Praia do Meio, todos realizados em maio de 1856. Encontramos os registros de Custódio José Pereira, Gregório Antunes, Gregório José Barbosa, José Barbosa da Silva e Theodoro José Barboza. Todos fazendo referências a vizinhos que também registram terras no livro e a outros, como Ignácio da Silva, José Pereira, Maria Barboza e Maximiniano José Rodrigues. Deste último, descende uma parte dos moradores atuais do Marujá. Abaixo, reprodução do registro onde aparece o nome dele:

Figura 27. Livro de Terras de Cananéia – Theodoro José Barboza – folha 111 (acervo do padre João Trinta; foto de Aparecida Rangel)



Theodoro José Barboza desta Villa registra hum cultivo que possui no Rio Arasauba Termo desta V^a em terras [...] e continuada [...] dividendo-se p^a parte de cima com Gregório Braboza e da parte de Baixo com Maximiniano José Rodrigues.

Cananéia 29 de Maio de 1856

Theodoro J^e Barboza

N^o 281 f 69

*Apresentado no dia 3 de maio de 1856. O Vig^o Encomendo
João Manoel da Rosa*

Os descendentes de Maximiniano José Rodrigues contam que ele chegou com a família, procedente do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, em 1853, após terem sobrevivido a uma grande enchente. Um filho de Maximiniano, João José Rodrigues, uniu-se a Maria Correa. Eles tiveram os filhos Marcilio Rodrigues, nascido em 1897, Belmiro Rodrigues, nascido em 1890, Ezequiel Rodrigues, nascido em 1876, Antonio Rodrigues, nascido em 1894, João Justino Rodrigues, nascido em 1900, e Damásio Rodrigues. Calculamos as datas de nascimento dos netos de Maximiniano a partir das informações presentes na certidão de óbito de Maria Correa, que era a mãe deles. Ela faleceu em 14 de dezembro de 1916 na Praia do Meio, era natural de Santa Catarina e deixou os filhos Antonio Rodrigues, com 42 anos de idade; Ezequiel Rodrigues, com 40 anos de idade; Belmiro Rodrigues, com 26 anos de idade; Marcilio Rodrigues, com 19 anos de idade; e João Rodrigues, com 16 anos de idade. O declarante foi o filho mais velho, Antonio Rodrigues. A certidão de óbito de João José Rodrigues, marido de Maria Correa, nos diz que ele que ele faleceu em 9 de outubro de 1910, aos 60 anos de idade na Praia do Meio, era natural da Praia do Meio, e deixou os filhos Antonio, Ezequiel, Damazio e Belmiro. Abaixo, as certidões de óbito de Maria Correa e de João José Rodrigues.

Figura 28. Certidões de óbito de João José Rodrigues (a) e de Maria Correa (b) (acervo do padre João Trinta).

República Federativa do Brasil
ESTADO DE Paraná MUNICÍPIO DE Guarapuá
COMARCA DE Antonina DISTRITO DE Ararapira

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL


Maria Sílvia Muniz Mendes
Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º 22 às fls. 24 do livro n.º 01 de registros de Óbito, encontra-se o assento de João José Rodrigues, falecido dia 19 de Outubro de 1910 às 10 horas em o lugar denominado Praia do Meio deste distrito do sexo masculino de cor - profissão lavrador natural de o mesmo lugar, Praia do Meio, deste distrito com seenta (60) anos de idade, estado civil casado filho de - e de - Foi declarante Damazio José Rodrigues Atestado de óbito firmado pelo declarante que deu como causa da morte ser Inflamação e o sepultamento foi realizado no Cemitério deste distrito O registro foi efetuado no dia 19 de Outubro de 1910 Observações: deixando os filhos seguintes, Antonio, Iziquiel Damazio e Belmiro. Seguinte via.

O referido é verdade e dou fé Ararapira 21 de Outubro de 1919

Maria Sílvia Muniz Mendes
OFICIAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE Paraná MUNICÍPIO DE Guarapuá
COMARCA DE Antonina DISTRITO DE Ararapira

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Maria Sílvia Muniz Mendes
Oficial do Registro Civil

Certidão de Óbito


CERTIFICO que, em data de 15 de Dezembro de 1915, no Livro No 001 à fls. 86 sob o No 14 foi feito o Registro de óbito de Maria Correa de Jesus falecida em 14 de Dezembro de 1916 às oitos (8) horas, nest em Praia do Meio, deste distrito do sexo feminino de cor branca profissão lavadeira natural de Santa Catarina domiciliado e residente em lugar denominado Praia do Meio deste distrito com nao consta no livro de idade, estado civil viuva filho de nao consta no livro

tendo sido declarante Antonio Rodrigues e o óbito atestado pelo Dr. sem assistência medica que deu como causa da morte foi dada pelo declarante, morte natural. e o sepultamento foi feito no cemitério de -

Observações: deixou os seguintes filhos, Antonio Rodrigues com quarenta e dois anos, Iziquiel Rodrigues com quarenta anos, Belmiro Rodrigues com vinte e seis, Mascilio Rodrigues com dezesseis anos, e João Rodrigues com dezesseis anos de idade.

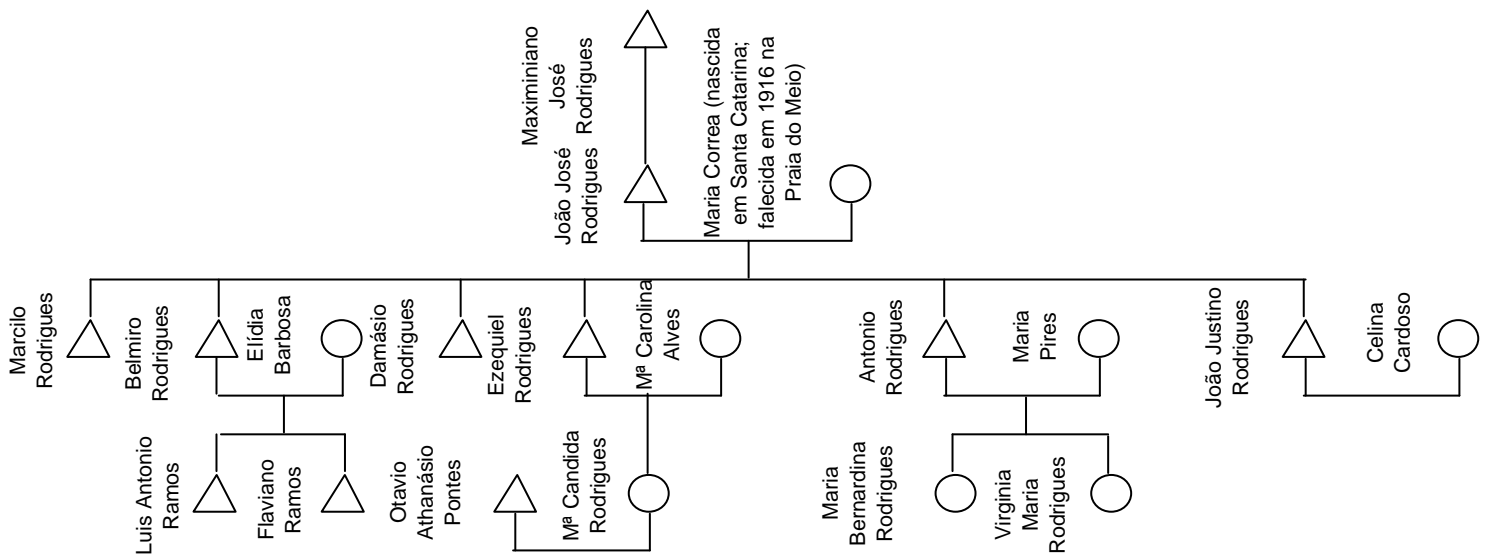
O referido é verdade e dou fé. Ararapira 31 de Dezembro de 1918

Maria Sílvia Muniz Mendes
Oficial



Marcilio Rodrigues teria ido para o Paraná ainda jovem. Belmiro casou-se com Elidia Barbosa, do Araçupeva, no Continente, próximo ao Ariri. Ezequiel Rodrigues casou-se com Maria Carolina Alves do Espírito Santo, da praia do Camboriu. Antonio Rodrigues casou-se com Maria Pires, da Barra do Arapira. João Justino Rodrigues casou-se com Celina Cardoso, da praia da Lage. De Antonio, Ezequiel e Belmiro descende parte dos moradores do Marujá nos dias de hoje.

figura 29. Os Rodrigues na Praia do Meio



Belmiro e a esposa, Elidia (procedente do litoral norte do Paraná), tiveram o filho Elísio Rodrigues, que se casou com Olívia Ramos (procedente do litoral norte do Paraná). Dois filhos do casal, com seus respectivos descendentes, estão hoje no Marujá: Luis Antonio Ramos, casado com Diva das Neves, nascida na Tapera da Lage, e Flaviano Ramos, casado com Maria Helena Cubas Ramos, nascida no Morretinho da Lage. Sendo essas duas noras de Elísio, primas entre si e descendentes dos Neves, Cubas, Oliveira e Ramos, da área entre Ipanema e Lage.

Ezequiel Rodrigues e Maria Carolina tiveram os filhos Maria de Lourdes, Maria Cândida Rodrigues, Magna, Alice e Paulo Rodrigues. Destes, apenas Maria Cândida, que se casou com Otávio Athanásio Pontes, do sítio Itapanhapina, no continente, têm descendentes no Marujá. Todos os cinco filhos desse casal têm filhos e/ou netos por lá.

Antonio Rodrigues e Maria Pires tiveram as filhas Maria Bernardina Rodrigues e Virginia Maria Rodrigues. Maria Bernardina casou-se com Salvador Rosa de Oliveira, filho de Alexandre Rosa de Oliveira, da Lage. Virginia também casou-se com gente da Lage, Honório Veríssimo, filho de Amália Mendes.

Parte dos moradores atuais do Marujá descendem da família Xavier, do sítio Cachoeirinha, presente na área desde, pelo menos, o século XIX. Zulmira Xavier, do Cachoeirinha, casou-se com Theotônio Matheus de Almeida, nascido em 18 de fevereiro de 1892, no sítio Barreirinho, na Ilha do Carodoso, como vemos em sua certidão de nascimento. Esses dois sítios estão localizados na parte montanhosa da ilha, na orla voltada para o canal. Theotônio foi morar no sítio da família de sua esposa. Um filho desse casal, João Matheus de Almeida, casou-se com Angelina Rodrigues, bisneta de Maximiliano Rodrigues. Estes, moraram no sítio Cachoeirinha, mas depois mudaram-se para o Marujá. A certidão de nascimento de João Matheus de Almeida comprova que ele nasceu no sítio Cachoeirinha (figura 61 – anexos).

João Cancio Xavier mudou-se com a família do sítio Cachoeirinha para o Marujá quando os filhos começaram a entrar em idade escolar, para que estes tivessem acesso à escola. Mesmo assim, ele continuou cultivando suas roças e fazendo farinha no antigo sítio durante alguns anos. A maior parte dos filhos de João Cancio permanece no Marujá.

Um número considerável de moradores do Marujá descende das famílias Mendes, Neves, Cubas, Generoso, etc, que estiveram povoando a orla ente Ipanema e Lage desde meados do século XIX. Temos registro das primeiras migrações de famílias inteiras nos primeiros anos da década de 1960. Por exemplo, Manuel das Neves e a esposa Antonia Cubas nos contam que se mudaram da Lage há cerca de 50 anos. Numa declaração de residência de 1983, vemos que Luis Cubas, Salvador das Neves e Ambrósio das Neves, todos procedentes da Lage, estavam no Marujá há, respectivamente, 20 anos, 10 anos e 15 anos (figura 62 – anexos). Nas declarações de residência do Marujá, todas com datas entre

27 e 30 de outubro de 1983, pudemos contar 21 famílias. Dessas, 5 eram procedentes da Lage. Abaixo, lista de moradores caiçaras no Marujá em 1983:

1. Aldamir Matheus de Almeida, a esposa Lacir e filhos;
2. Anordo Xavier
3. Antonio Rodrigues 27 de outubro
4. Benedito Rodrigues (em conjunto com Luis Cubas, Salvador das Neves e Ambrósio das Neves 27 de outubro de 1983
5. Luis Cubas, a esposa Maria José das Neves e filhos;
6. Salvador das Neves, a esposa Glória das Neves e filhos;
7. Ambrósio das Neves, casado com Maria Mendes;
8. Celestino Mendes Trudes e a esposa Maria Enir Rodrigues;
9. Elísio Barbosa, casado com Maria Olívia Ramos;
10. Ezequiel de Oliveira e a esposa Iracema das Neves de Oliveira
11. João Atanásio, casado com Amália Pereira
12. João Cancio Xavier Filho e o filho Aroldo Xavier;
13. João Cubas. Fazia 12 anos que estava no Marujá. Morava na mesma posse dos cunhados Salvador e Ambrósio das Neves (Jurema era falecida) e de Maria Bernardina Rodrigues com o filho Benedito Rodrigues.
14. João Evangelista Alves (nascido no Araçaúba: roças).
15. João Matheus de Almeida (fala sobre o sítio Cachoeirinha).
16. João Rosa Rodrigues.
17. Maria de Lurdes Rodrigues, Roseli Rodrigues Xavier, Aroldo Pires Xavier (marido da Roseli) e Roberto Carlos Rodrigues.
18. Octávio Atanásio Pontes, casado com Maria Cândida Rodrigues.
19. Paulo do Espírito Santo – ou Paulo Rodrigues. “Morava no rio Iririú para ali fazer plantação – por volta do início da década de 1950).
20. Paulo Rosa – casado com Delmira Xavier. Os dois moravam no Sítio Cachoeirinha, haviam se mudado para o Marujá havia 15 ou 20 anos.
21. Pedro Xavier de Mendonça, casado com Maria de Lurdes Mendonça (filha de Antonio Rodrigues e Angelina Davi Rodrigues).

Se, em 1984 havia no Marujá apenas cinco famílias procedentes da orla entre Ipanema e Lage, esse número aumenta à medida em que a praia da Lage esvazia, e também na medida em que também famílias do Foles e do Camboriu migram para o Marujá. Abaixo, relacionamos os núcleos de famílias caiçaras moradoras no Marujá atualmente. O número de casas não é o mesmo que o número de famílias, posto que existe um caso em que dois filhos casados moram com os pais, e outro caso em que um filho casado mora com os pais.

1) Pedro das Neves

Esposa: Maria Teresa Cubas das Neves
Filho: Vitor Hugo Cubas das Neves

2) Aldemir Carlos das Neves
esposa: Fátima Cubas das Neves
filhos: Paloma Cubas Neves, Aldemir Carlos Neves Filho

3) Zeneide Aparecida Cubas Neves
esposo: João Luis Pontes de Lara
filhos: Kawan Henrique Neves de Lara e Yasmin Cristiny Neves de Lara

4) Carolina Cubas das Neves
esposo: Cleiton Domingues
filho: Igor Domingues Cubas das Neves

5) Manuel Neves (Barbosa)
esposa: Antonia Cubas

6) Andreza Laura das Neves
esposo: Valdemir Almeida da Silva
filho: Diego Antonio das Neves Silva

7) Sérgio Vitor Rodrigues

8) Valdecir José Rodrigues

9) Roberto Carlos Rodrigues

10) Débora De Fátima Martinelli
filho: Arthur Martinelli Rodrigues

11) Renato Salvador Rodrigues
esposa: Adriana das Neves
filhos: Renato das Neves Rodrigues e Guilherme das Neves Rodrigues

12) Salvador Donato Barbosa
esposa: Joaquina Rodrigues Barbosa

13) Antonio Rodrigues
neta: Maria Lúcia Rodrigues de Mendonça
marido da neta: André das Neves

14) Márcia Rodrigues de Mendonça
esposo: Odair José da Silva

15) Patrícia Do Rosário Rodrigues
esposo: Valdemir Camargo

16) Fátima Mendonça
esposo: Tito Santana
filhos: Bruno Mendonça Santana, 22 anos; Fernanda Mendonça Santana, 19 anos; Anelise Mendonça Santana, 14 anos.

17) Iracema Mara de Oliveira
esposo: Gutemberg Antonio Martins

18) Tereza Xavier Duarte
esposo: Julemar Cáesar Duarte
filho: Douglas Duarte

19) Juliana Rodrigues Duarte
esposo: César Daniel Duarte
filha: Ágatha Rodrigues Duarte, 4 meses (em setembro de 2011).

20) José Carlos Xavier
esposa: Cláudia das Neves
filhos: Joseli, Evelin e Daiane

22) Eliane Mariete de Oliveira
esposo: Amilton Xavier
filhos: Alex de Oliveira Xavier, 20 anos, e William de Oliveira Xavier

23) Ezequiel de Oliveira
esposa: Iracema Cubas
filhos: Ezequiel de Oliveira Júnior, Ismael e Israel.

24) Rodrigo Silveira
esposa: Ana Paula Santana
filho: Lucas Silveira

25) Maria José Das Neves Cubas
neto: Marcelo de Jesus Ramos

26) Glória Neves
esposo: Salvador Marcos das Neves

27) Aroldo Neves
esposa: Elisa das Neves

enteado: Luciano Carlos Neves

28) Jessei Carla Xavier Dias
esposo: Vilson Luis da Cunha
filha: Isabelly Dias da Cunha

29) Marli Maria Xavier Dias
esposo: Ademilson Rocio Dias

30) Edflio José de Oliveira
esposa: Rita Cubas
filhos: Elaine de Oliveira e Otávio Cubas.

31) Ilton Luis de Oliveira
esposa: Marcia Luzia da Silva Pontes
filho: Ravi Pontes de Oliveira

32) Rosangela Maria das Neves
esposo: Marcos Roberto das Neves
filha: Maira Roberta das Neves

33) Aldamir Matheus da Almeida
esposa: Maria Elena Scharmann de Almeida
filho: Rodrigo Scharmann de Almeida

34) João Rosa Rodrigues
esposa: Ilda das Neves Rodrigues

35) Elma de Oliveira
esposo: Rosildo Luis de Almeida

36) Elisângela Rodrigues Trudes Pontes
esposa: Waldecir Pontes
filha: Emanuela Trudes Pontes

37) Sirley Aparecida Pires
esposo: Joanez José Pires
filhos: katarin de Jesus Pires e Nataly de Jesus Pires

38) Ademilson das Neves
esposa: Helena Aparecida das Neves
filhos: Ademir das Neves, Juliana das Neves, Ademilson das Neves, Edilaine das Neves

39) Salvador Alberto das Neves
esposa: Ana Lúcia Cubas Pereira

filhos: Jéssica Pereira das Neves, Sandro Pereira das Neves, Kauan Murilo, Marcela Vitória.

40) Lauriney Antônio Neves

esposa: Ângela de Fátima Rodrigues

filhos: Larissa Cristina Rodrigues Neves e Lauriney Antônio Neves Filho

41) Laura Pereira Rodrigues

neta: Enelice Rodrigues Trudes

bisneto: José Augusto

42) Maria Paulina das Neves Cubas

filhos: Ana Paula das Neves Cubas, João Paulo Gonçalves Cubas e Beatriz das Neves Cubas

43) Fabiano Júnior Cubas Neves

esposa: Meire Mendes das Neves

filha: Fabiane Cubas das Neves

44) Luis Carlos Batista de Paula

filhos: Leandro, Fernanda, Fabiano e Luana

45) Jorge Manoel Mendes

filhos: Emerson Roberto Mendes e Gisele Regina Pires Mendes

46) Nilton das Neves

esposa: Margarida Abrantes das Neves

filho: Henrique das Neves

47) Carmem Linda Cubas

esposo: João Otávio Mendonça

48) Aroldo Xavier

esposa: Ivalina das Neves

48) Rosélio das Neves

esposa: Claudinéia Cubas das Neves

filhos: Rogério das Neves, Rosinéia das Neves e Claudilene das Neves

49) Alessandra Machado

esposo: Edésio Ramos

filhos: Alessandro, Angélica, Elaísa e Renan

50) Diva das Neves

esposo: Luis Antonio Ramos

filho: Cleiton Luis das Neves

51) Creuza Madalena Rodrigues Xavier
esposo: Anordo Xavier

52) Izidoro Leodoro das Neves
esposa: Valdete Ferreira Ferro
filhos: Izidoro Leodoro das Neves Filho, Thais Cristina Ferreira das Neves e Caio César Ferreira das Neves

53) Margarete Rodrigues de Mendonça
esposo: Jonas Gonçalves Jr.
filhos: Gabriel Rodrigues Gonçalves, Antonio Rodrigues Gonçalves e Ana Julia Rodrigues Gonçalves

54) José Maria das Neves
esposa: Marisa Bernadete Mendonça
filhos: Gabriela Mendonça das Neves e Kauê Mendonça das Neves

55) Elza Margarida de Oliveira
esposo: Rafael Silveira
filhos: Rafaela Mara Silveira, Rafael Silveira e Roberta Mara Silveira

56) Laurentino Timóteo das Neves
esposa: Elizete Maria de Oliveira

57) Israel Assis de Oliveira
esposa: Priscila Pereira

58) Ismael de Oliveira
esposa: Fabrícia Rangel

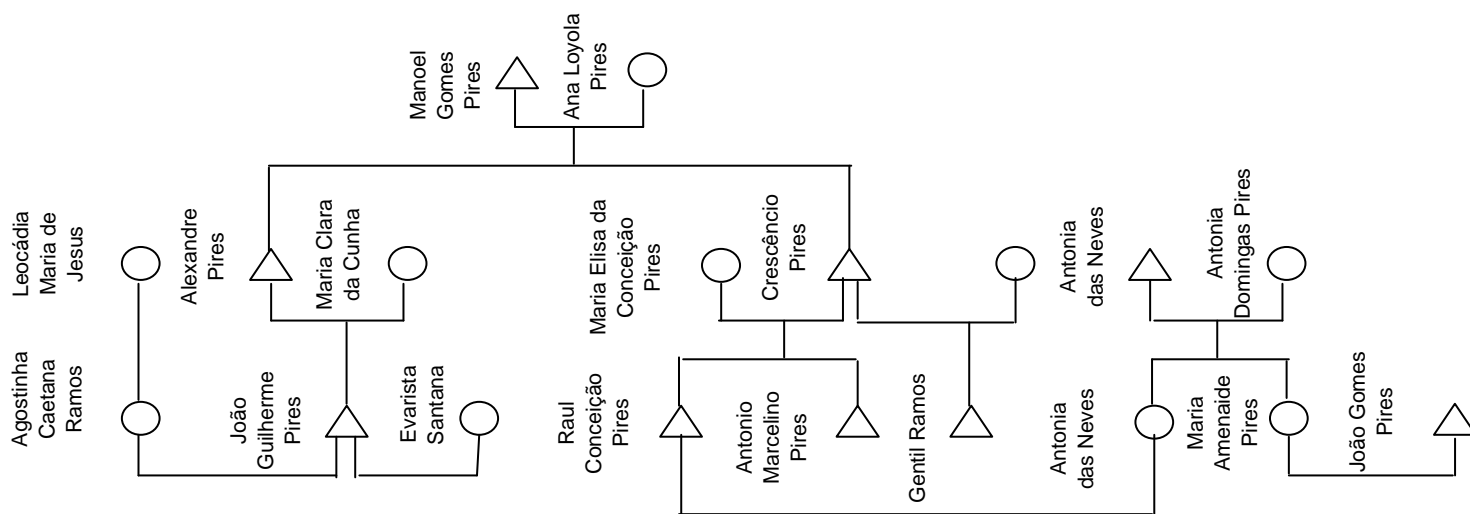
Pontal de Leste

As famílias que hoje moram no Pontal de Leste, que era chamdo de Pontal da Barra de Ararapira, descedem dos seguintes grupos de parentesco: Pires, Cunha e Ramos, que estiveram fazendo alianças por casamento entre si e com moradores de localidades do estuário no entorno.

Os Pires mais antigos de quem se lembram seus descendentes, são os irmãos Crecencio Pires e Alexandre Pires. Crecencio, casado com Maria Eliza da Conceição, teve os filhos Antonio Marcelino Pires, e Raul da Conceição Pires. Em 1925, Eliza faleceu durante o parto, conforme consta em sua certidão de óbito. Com a segunda esposa, Maria Ramos, Crecêncio Pires teve o filho Gentil Ramos.

Alexandre Pires casou-se com Maria Clara da Cunha, nascida no Pontal, com quem teve o filho João Guilherme Pires. A certidão de óbito de Alexandre Pires nos diz que ele faleceu em 04 de outubro de 1939 aos 65 anos de idade, no Varadouro Velho, era viúvo e lavrador. Os pais dele eram Manoel Gomes Pires e Ana Loyola Pires. O declarante foi o filho, João Guilherme Pires. No gráfico abaixo, representação do grupo de parentesco dos Pires no Pontal de Leste.

gráfico 10. Os Pires no Pontal de Leste



João Guilherme teve duas esposas, Agostinha Caetana Ramos e Evarista Santana. Com Agostinha, teve os filhos Sinízio Ramos, Leônidas Pires e Maria Guilherme Pires. Dos quais apenas Sinízio está vivo, morando no Pontal de Leste. Com Evarista, João Guilherme teve os filhos Almerinda, Oldivar Santana, Mário Santana e Antonio Santana. Destes, apenas Oldivar e a esposa, Rosalina Pereira da Cunha, não moram no Pontal, pois mudaram-se para a casa de filhos em Iguape para tratamento de saúde. Parte dos atuais moradores do Pontal descende de filhos de três filhos de Crescencio Ramos: Raul da Conceição Ramos, Antonio Marcelino Pires e Gentil Ramos; e de filhos de João Guilherme com suas duas esposas.

Entre os manuscritos de João Trinta, com data de 1979, encontramos anotações a respeito de uma filha de um primeiro casamento de Evarista Santana, com o italiano César Trinca, chamada Lurdes Santana, moradora da Enseada da Baleia. Lurdes, nascida em

1943, não conhecia o pai, que foi “recolhido na guerra” – certamente uma referência à Segunda Guerra Mundial. João Trinta também escreve que Lurdes Santana e Tito Santana (que atualmente mora no Marujá com a família) são irmãos. Depois que o italiano César Trinca foi recolhido, Evarista casou-se com João Guilherme Pires. Lurdes Santana estava casada com Amaral Xavier, cuja avó materna, Ana Pires, era da mesma família de João Guilherme Pires.

Figura 30. Manuscrito do padre João Trinta sobre as famílias Xavier, Pires e Cunha no Pontal de Leste.

① Amaral Xavier
 ② Lurdes Santana *

Centados no religioso - Casou-se (Escada) ²⁸⁻⁰⁴ ~~19-04~~ ¹⁹⁻⁰⁴

① Naceca Ararapira
 filha de { Antonio Ferreira Xavier - Irmão do Ezequiel Xavier
 Maria Muniz Xavier → filha de Ana Pires
 46 anos - (1975) Ana Pires - da Barra João Leocádio Muniz
 lado de São Paulo dos Pires de João Guilherme

② Naceca 36 anos - no PR - Ararapira - nos Paes
 filha de { Galvano: Cesar Trinca (não conhecia)
 Evarista X Santana recolhido na guerra
 mulher de João Guilherme
 juntos depois que o Cesar
 foi recolhido
 moravam no Arari
 Olive Rosa deve saber disso
 Titos por aqui Tito Santana (vzã B-1) - dos mesmos pais
 outros irmãos da mãe com
 João Guilherme (vzã B-1)

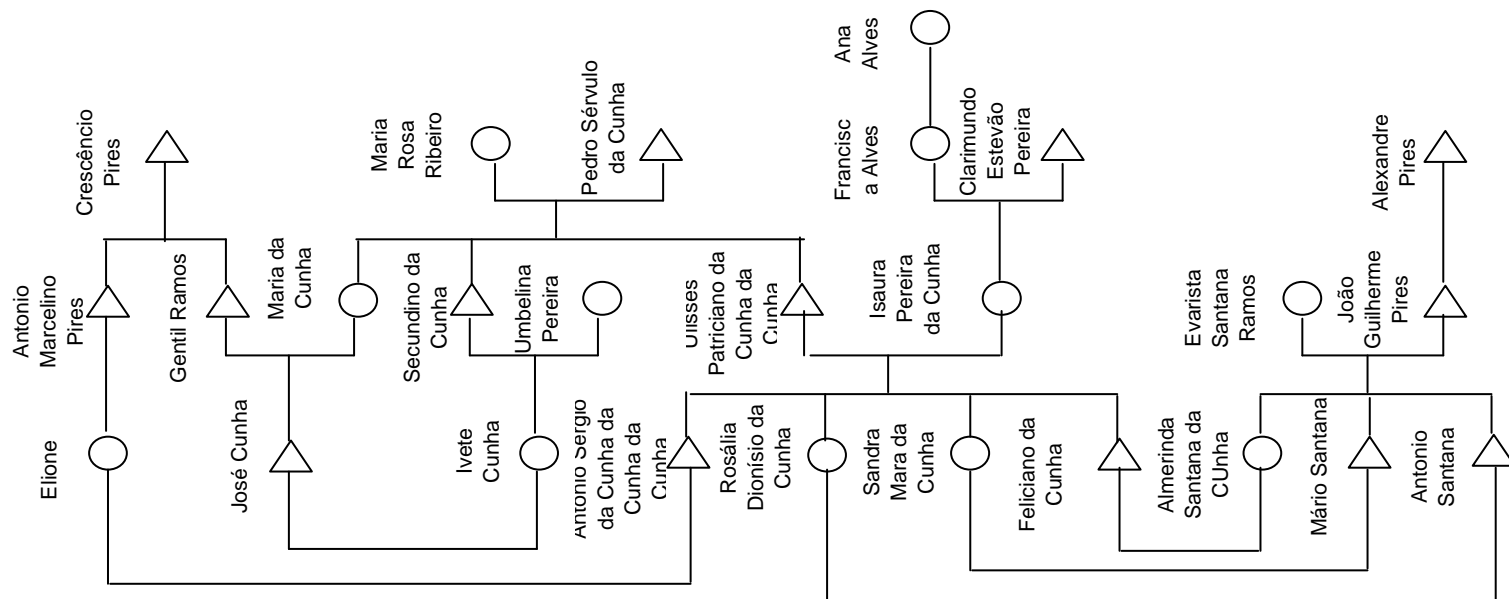
Evarista Santana
 João Santana irmão dela (85 anos)
 mora no pontal de lá
 moravam lá antigamente

* 3 filhos { Amaral 15 anos
 Maria do Carmo - 11 anos
 João Paulo José Xavier 8 meses

terra aqui: era do Pai do Amaral (600 mts) - Papel em Repitro
 c. a cunhada

Parte dos moradores do Pontal descendem da família Cunha, que morava na localidade Caixa da Linha, próxima à Enseada da Baleia.

gráfico 11. A família Cunha no Pontal de Leste



Percebemos que, na tecitura da rede de parentesco dessa área, houve alianças entre os Cunha e os Pires, incluindo uma troca de germanos tripla entre filhos de Ulisses Patriciano da Cunha e filhos de João Guilherme Pires. Nesses três casos, os filhos de Ulisses Patriciano da Cunha, da Caixa da Linha, foram morar em Pontal de Leste. Essas alianças entre os Pires e os Cunha parecem anteriores, considerando que a esposa de Alexandre Pires (mãe de João Guilherme Pires) chamava-se Maria Clara Cunha. No entanto, não foi possível levantar a relação de parentesco entre esta última e os Cunha da Caixa da Linha.

Raul da Conceição Pires, um dos filhos de Crescencio Pires, casou-se com Antonia das Neves, procedente da Praia Deserta, no Paraná, sendo que a esposa migrou para o local do marido. Como já dissemos, Antonia das Neves tem parentesco com Francisca das Neves, que foi morar na Praia da Lage no século XIX.

Encontramos, no acervo de João Trinta, cópia da primeira folha de uma declaração de residência conjunta de todos os moradores do Pontal. Embora não tenhamos encontrado a segunda folha, onde aparece a data, sabemos que o documento que foi redigido na mesma

data das demais declarações do mesmo tipo, no final de outubro de 1983. Em razão da descrição das dez famílias que habitavam o Pontal de Leste na época, vale a pena reproduzi-lo:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados JOÃO GUILHERME PIRES, viúvo de Agostinha Ramos Pires, RAUL DA CONCEIÇÃO, casado no religioso com Antonia das Neves Pires, pai de nove (09) filhos solteiros: Aires Pires, Laerte Leonildo das Neves, Lafaiete Trindade das Neves, Maria Demericia Pires, Tereza Pires, Jesuíta, Sidonia das Neves e Veronica Natividade das Neves, e ANTONIO SERGIO DA CUNHA, casado no religioso com Lione Pires, os filhos casados do acima mencionado João Guilherme Pires: Sinesio de Ramos, casado com Rosa Pires, Leônidas de Ramos, casado com Izabel Muniz, Maria Guilherme Pires, casada com Olandino Pires (este casal mora na Ilha das Peças – Estado do Paraná), Odivar Santana, casado com Rosalina da Cunha, Mário Santana, casado com Sandra Mara da Cunha, Antonio Caetano Santana, casado com Rosália da Cunha e Almerinda Santana da Cunha, casada com Feliciano da Cunha.....

E JOÃO DE SOUZA, casado com Luzia Pires, ela irmã do acima mencionada João Guilherme, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, Ilha do Cardoso, onde mantém posse mansa, pacífica e ininterrupta no lugar denominado Pontal da Barra de Ararapira, no extremo sul da acima mencionada Ilha do Cardoso desde o tempo de seus avós paternos Manoel Gomes Pires, casado com Ana Loyola Pires. Este casal teve por filhos Alexandre Gomes Pires, que casado com Maria Clara da Cunha, teve cinco (5) filhos, entre eles os acima mencionados João Guilherme Pires e Luzia pires, esposa do João Souza. Únicos dois (2) filhos do Alexandre e Maria Clara, que continuaram a posse, também através dos seus filhos acima mencionados, e outro filho, Crescêncio Gomes Pires, que casado com Maria Luiza da Conceição Pires, teve seis (6) filhos, dos quais somente o acima mencionado Raul da Conceição, com sua esposa Antonia das Neves Pires e seus nove (9) filhos, também acima mencionados, mantém a posse. O acima mencionado Antonio Sergio da Cunha e sua esposa Leone Pires tem um filho menor e a acima mencionada Luzia, casada com João Souza cria um sobrinho gravemente paralítico pela meningite, que sofreu há oito (8) anos atrás.....

Este bairro do Pontal do Ararapira é constituído de dez (10) casas de moradia, nove (9) de taboado de madeira e uma (1) de blocos de concreto, todas cobertas de telhas francesas. As dez (10) famílias que aí habitam, todas elas acima descritas, vivem da pesca e mantêm as suas roças do outro lado do canal do Ararapira, no Estado do Paraná. Elas ocupam toda a área do extremo sul restinga da ilha do Cardoso por uma extensão de 2.500 mts, comunitariamente, sem nenhuma divisa de terrenos, são de uma só família, como acima foi mostrado, parentes de todos os demais habitantes daquela região das famílias Pires, Ramos, Neves, Cunha e Santana, que fazem parte do povo caiçara que habita toda a costa desta região de Paraná e São Paulo. Em torno das casas tem criação de galinhas e cultivo de árvores frutíferas de diversas espécies.

O documento menciona algo importante sobre o modo de ocupação e uso do ambiente nas frases “vivem da pesca”, e “mantém as suas roças do outro lado do canal do Ararapira, no Estado do Paraná”. Esse modo de uso é verificado, historicamente, entre moradores das outras áreas da restinga, que eram agricultores. Enquanto que nos sítios localizados na orla da parte montanhosa da ilha, era possível fazer manejo das áreas de roça, segundo a prática da “agricultura de rodeio”, os moradores da restinga buscavam também as margens opostas do canal para abrir suas capuavas. Mesmo assim, conforme relatos, costumavam plantar mandioca também na restinga. Era costume manter duas moradias, como acontece entre agricultores de áreas de floresta, conforme tratamos em capítulo à frente.

Em suma, as dez famílias caiçaras presentes no Pontal de Leste, ou Pontal do Ararapira, como era chamado, eram, nessa época, as seguintes:

- 1) João Guilherme Pires, viúvo de Agostinha Ramos Pires,
- 2) Raul da Conceição, casado com Antonia das Neves Pires
- 3) Antonio Sérgio da Cunha, casado com Lione Pires,
- 4) Sinézio de Ramos, casado com Rosa Pires,
- 5) Leônidas de Ramos, casado com Isabel Muniz,
- 6) Odivar Santana, casado com Rosalina da Cunha,
- 7) Mario Santana, casado com Sandra Mara da Cunha,
- 8) Antonio Caetano Santana, casado com Rosália da Cunha,
- 9) Almerinda Santana da Cunha casada com Feliciano da Cunha,
- 10) João Souza, casado com Luzia Pires

Em levantamento feito entre setembro e dezembro de 2011, verificamos que moram hoje em Pontal de Leste 16 famílias:

1) Feliciano Cunha

esposa: Almerinda Santana da Cunha

Filhos: Gerson da Cunha e Luciano da Cunha

2) Antonio Santana e esposa Rosália Dionísio da Cunha

filho: Wanderlei José da Cunha

3) José da Cunha

4) Teresa Pires

irmãos: Aires Pires, Maria Pires, Zezuita Pires, Domingos Pires, Lafaiete Pires.

Sobrinho: Wellington das Neves Pires

5) Verônica da Natividade das Neves

esposo: João Martins Filho

filha: Suelen Cristina das Neves

6) Antonio Sérgio da Cunha

esposa: Elione Geralda Pires

filho: Sérgio Antonio da Cunha

7) Sinízio Ramos

esposa: Rosa Pires Ramos

8) Valdirene Maria da Cunha

esposo: Haroldo Santos Pires

filhos: Renato da Cunha Pires, casado com Angélica Ramos Rodrigues; e Tiago da Cunha Pires

9) Valdecir Donizete da Cunha

esposa: Rosa Ribeiro dos Santos

filha: Natália

neta: Maria Vitória

10) Laerte Leonildo das Neves

esposa: Terezinha de Jesus Pires

filhos: Larissa e Andrei

neto: Cauê das Neves França

11) Valdinei Luis da Cunha

esposa: Franciele

filha: Letícia das Graças Neves Cunha

12) Mario Santana

esposa: Sandra Mara da Cunha

13) Célio Luis Santana

esposa: Daiane Dias

filho: Guilherme Dias Santana

14) Juarez Carlos das Neves

esposa: Lindalva de Jesus Cunha

filha: Kátia Regina Cunha

neto: Otávio Cunha

15) Kelly Cristina das Neves

esposo Ivanildo Luis Pires

16) Antonio Domingos Pires

Das dez famílias mencionadas na declaração de residência de 1983, vemos que os casais Antonio Sergio e Lione, Sinízio (chamado de Sinézio na declaração) Ramos e Rosa Pires, Mário Santana e Sandra Mara da Cunha, Antonio Caetano Santana e Rosalia da Cunha, e Almerinda Santana e Feliciano da Cunha, continuam na área¹⁵. Todas as demais famílias presentes hoje são descendentes desses casais, menos de Sinizio e Rosa Pires, que não tiveram filhos. Apenas não descende desses três casais, Antonio Domingues Pires, cuja mãe, Jandira Pires, encontra-se no Paraná.

Enseada da Baleia e Vila Rápida

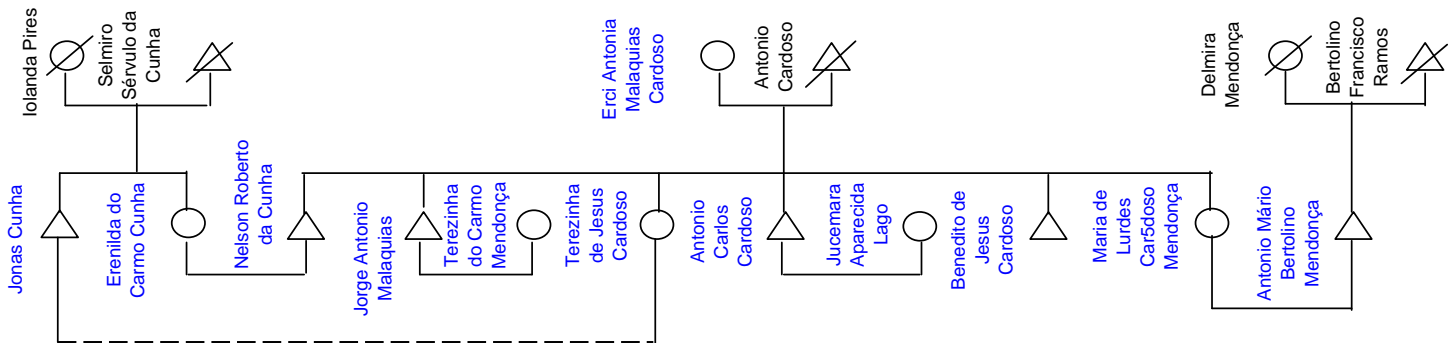
Os moradores de Enseada da Baleia descendem do casal Erci Antonia Malaquias Cardoso e Antonio Cardoso. Ambos foram adotados pelo casal Antonio Valeriano Martins e Ernestina Malaquias Martins, que moravam na Enseada da Baleia. Erci nos conta que foi para a Enseada da Baleia aos dois anos de idade, após ficar órfã de mãe, para ser criada pelo tio. Já Antonio Cardoso, foi para a Enseada da Baleia aos 8 anos de idade, após ficar órfão de pai. Na certidão de casamento de Erci e Antonio Cardoso, consta que ela, nascida em 2 de janeiro de 1939, era filha de Maria Jacinta Muniz, e ele era filho de Maria da Cunha, sendo que a data de nascimento está ilegível.

No texto da declaração de residência de Antonio Cardoso, de 27 de outubro de 1983, consta que, nos anos de 1980 os filhos legítimos de Antonio Valeriano Martins e Ernestina Malaquias Martins, ao venderem as terras que eram dos pais, cederam ao casal Erci e Antonio uma área de 50 metros de frente para o canal de Ararapira e fundo para o mar aberto. O casal permaneceu no local, onde teve os filhos Jorge Antonio Malaquias Cardoso, que se casou com Terezinha do Carmo Mendonça; Terezinha de Jesus Cardoso, que se casou com Jonas Cunha, procedente da Barra do Ararapira; Antonio Carlos Cardoso, que se casou com Jucemara Aparecida Lago; Benedito de Jesus Cardoso, que se casou com Ana Lucia Gonçalves, de Ararapira; e Maria de Lurdes Cardoso, que se casou com Antonio

¹⁵ Leônidas Pires, filho de João Guilherme Pires e Agiostinha Caetana Ramos, faleceu, e sua esposa voltou para a casa da família no Paraná. João Guilherme Pires e o casal Raul da Conceição e Antonia das Neves Pires também faleceram. Oldivar Santana, filho de João Guilherme e Evarista Santana, está morando em Iguape

Mario Bertolino Mendonça, filho de Bertolino Mendonça, da Vila Rápida. Erci e Antonio Cardoso ainda adotaram, Nelson Cunha, nascido no Pontal de Leste, filho de José da Cunha. Nelson casou-se com Enerilda do Carmo Cunha, irmã de Jonas Cunha, conforme representação no gráfico a seguir:

gráfico 12. A família Malaquias Cardoso na Enseada da Baleia.



A atual Vila Rápida, na época em que foram feitas as declarações de residência, não tinha esse nome, e o lugar era reconhecido como pertencente à Enseada da Baleia. O nome surgiu no final no final dos anos de 1980, quando, para driblar a legislação do PEIC, veranistas construíram casas com uma rapidez muito grande.

Os moradores da Vila Rápida descendem do casal João Agostinho de Ramos e Leocádia Maria de Jesus. Na declaração de residência da nora Antonia Angélica Mendonça, consta que os dois, procedentes da Praia Deserta, no Paraná, chegaram à Enseada da Baleia em 1920, onde criaram os doze filhos. Os moradores atuais de Vila Rápida descendem de dois desses doze filhos de João Agostinho de Ramos e Leocádia: Bertolino Francisco Ramos e João Sanches Ramos, ambos falecidos. Os filhos do primeiro que hoje moram no lugar são: Antonio Mario Bertolino Mendonça, que se casou, como vimos acima, com Maria de Lurdes Cardoso Mendonça; e Fátima Mendonça, que se casou com Tito Santana. Este último, enteado de João Guilherme Pires, filho do primeiro casamento de Evarista Santana, como vimos acima. Os filhos do segundo são: Lurdes Maria Mendonça dos Santos, viúva de André Bispo dos Santos; Pedro Carlos de Mendonça, que se uniu a Idalina das Neves, nascida na Lage; João Otávio de Mendonça, que se uniu a Carmem Linda Cubas, e

mora com ela no Marujá; Laurentino Alberto de Mendonça, que se uniu a Maria Eulália Pereira de Mendonça; e Luis de Jesus Mendonça, que se uniu a Neuzilene Aparecida Cunha, de Ararapira, no Paraná. Abaixo, reproduzimos o texto da declaração de residência de Antonia Angélica de Mendonça:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, Antonia Angélica de Mendonça, brasileira, casada e há sete anos e separada com João Sanches Ramos, e seus filhos José Roberto Mendonça, de 32 anos, solteiro, e Luis de Jesus Mendonça, solteiro de 20 anos, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, Ilha do Cardoso, onde mantém sua posse mansa, pacífica e ininterrupta há mais de 14 anos, sem oposição de qualquer espécie. João Sanches Ramos, acima mencionado, marido separado de Antonia Angélica de Mendonça, veio morar neste Bairro da Enseada da Baleia em 1920, vindo com seus pais João Agostinho de Ramos e Leucádia de Jesus Ramos que, vindos da Praia Deserta do Estado do Paraná, entraram neste bairro e aí criaram os seus doze filhos. João Sanches Ramos casou-se em 1949, no religioso com Dna. Antonia Angélica de Mendonça, também desta região da Praia Deserta e mais tarde, em 1969, abriram uma posse para a sua família, separadamente, da posse dos pais do João Sanches Ramos, numa área totalmente livre e desocupada. Em 1976 o casal separou-se dividindo a posse de 200 metros de frente e fundos, entre ambos.

Nos anos de 80, João Sanches Ramos vendeu sua parte para José Bastos de Jacupiranga e Dna. Antonia Angélica Mendonça vendeu a metade de sua parte para o mesmo comprador, assim que ela mantém sua posse mansa e ininterruptamente sobre uma extensão de 50 metros de frente para o Mar de Ararapira, e 50 metros igualmente de fundos para o Oceano Atlântico. Aí Antonia Angélica Mendonça habita com quatro de seus oito filhos, os dois maiores acima mencionados: José Roberto e Luis de Jesus e dois menores: João Otávio e Pedro Carlos. São pescadores, tanto no mar de dentro quanto na Praia do Mar Grosso, habitam numa casa de tábuas coberto com telhas francesas. A posse de Dna. Antonia Angélica de Mendonça de 50 metros de extensão de frente e fundos delimita-se ao lado do norte com terras do Sr. Silvino, de Curitiba e ao lado sul com terras de José Bastos de Jacupiranga.

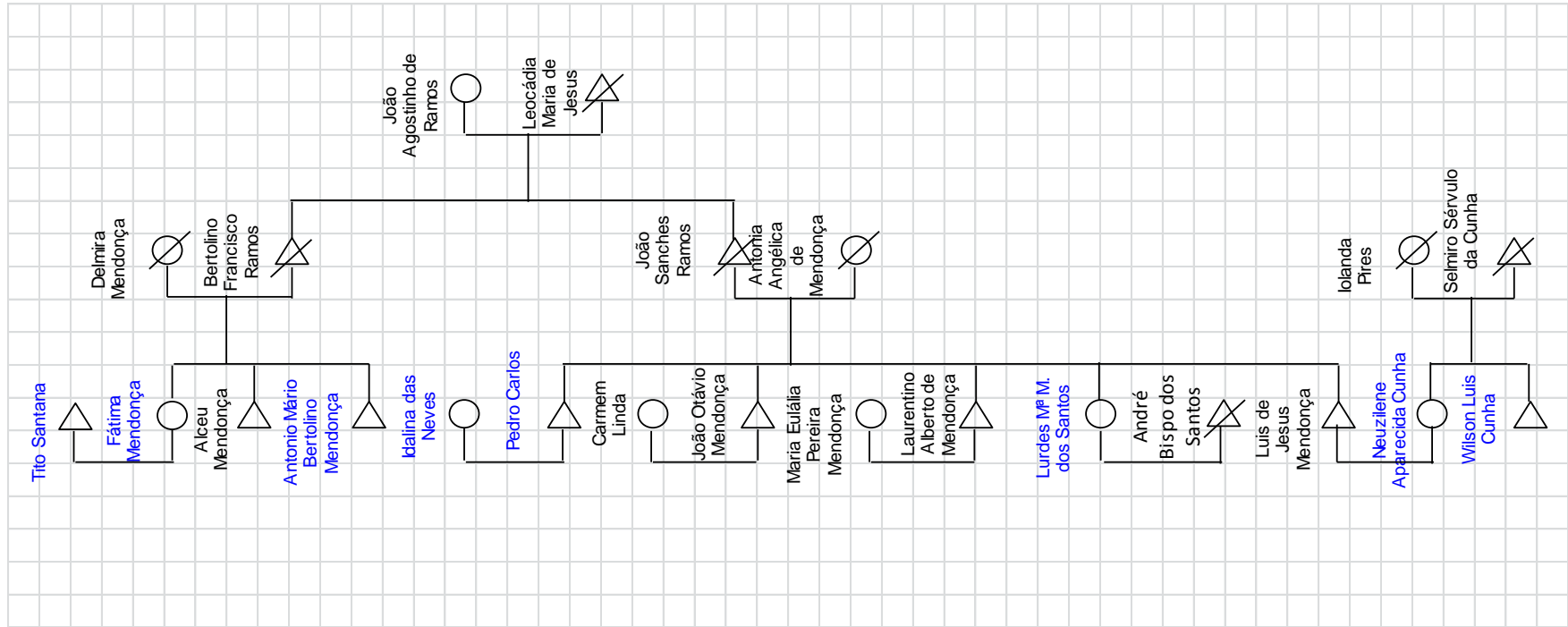
Cananéia, 27 de outubro de 1983.

Antonia Angélica Mendonça
José Roberto Mendonça
Luis de Jesus Mendonça

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

CANANÉIA, 30 de outubro de 1983
(quatro testemunhas assinam)

gráfico 13. A família Ramos/Mendonça na Vila Rápida



Um grupo de quatro irmãos, Neuzilene Aparecida Cunha, Wilson Luis da Cunha, Jonas Cunha e Enerilda do Carmo Cunha, procedentes da Barra do Ararapira, filhos de Iolanda Pires e Selmiro Sérvulo da Cunha, casaram-se com moradores da Enseada da Baleia e da Vila Rápida. Os descendentes não sabem dizer qual é o parentesco existente entre Selmiro Sérvulo da Cunha e Pedro Sérvulo da Cunha, o avô de Feliciano da Cunha que morava na Ilha do Cardoso e fazia suas roças na Ilha do Superagui. Mas a repetição dos sobrenomes não é mera coincidência, é significativa do ponto de vista da rede de alianças por casamento que se estende entre as comunidades caiçaras que vivem nessa área do estuário, entre as divisas do Paraná e São Paulo.

Encontramos, no acervo de João Trinta, cópias de quatro declarações de residência referentes à Enseada da Baleia. Uma delas, com data de 27 de outubro de 1983, é a de Antonia Angélica de Mendonça com dois de seus filhos, reproduzida acima. A segunda, Antonio Cardoso assina juntamente com o filho Jorge Antonio Malaquias Cardoso e com o genro Antonio Mário Mendonça, em 27 de outubro de 1983. A terceira, Delmira Mendonça da Cunha, viúva de Bertolino Francisco Ramos, assina sozinha. A quarta declaração é assinada por um filho e um genro deste último, Alceu Mendonça e Tito Santana. Desse modo, à essa época havia entre as localidades de Enseada da Baleia e a atual Vila Rápida, as seguintes famílias:

- 1) Antonio Cardoso e Erci Antonia Malaquias e três filhos solteiros: Antonio Carlos Cardoso, Benedito de Jesus Cardoso e Terezinha de Jesus.
- 2) Antonio Mario de Mendonça casado com Maria de Lurdes Mendonça.
- 3) Jorge Antonio Malaquias Cardoso casado com Terezinha do Carmo Mendonça Cardoso.
- 4) Antonia Angélica de Mendonça e os filhos solteiros José Roberto Mendonça e Luis de Jesus Mendonça.
- 5) Delmira Mendonça da Cunha, viúva de Bertolino Francisco Ramos.
- 6) Alceu Mendonça, casado com Aparecida Maria Mendonça
- 7) Fátima Mendonça, casada com Tito Santana.

Desde 1997, a família de João Costa, casado com Lucinez Malaquias, mudou-se para a restinga, nas proximidades da Vila Rápida, para tomar conta de um sítio de morador não tradicional. João é nascido no Varadouro, e a esposa, em Superagui. O casal têm cinco filhos. Embora não sejam nascidos na Ilha do Cardoso, são pescadores, participantes da

rede ampliada de populações tradicionais que vivem nessa área estuarina entre o litoral norte do Paraná e o litoral sul de São Paulo.

Os moradores atuais da Enseada da Baleia são os seguintes (como já dissemos, todos filhos, gemros, noras e netos de Erci Antonia Malaquias Cardoso e de Antonio Cardoso):

- 1) Erci Antonia Malaquias Cardoso
- 2) Nelson Roberto Da Cunha.
Esposa: Enerilda Carmo da Cunha
Filhos: William Roberto da Cunha e Gabrielly Aparecida da Cunha
- 3) Jorge Antonio Malaquias Cardoso
Esposa: Terezinha do Carmo Mendonça
Filhos: Tatiana, Joice e Jorge
- 4) Antonio Carlos Cardoso
Esposa: Jucemara Aparecida Lago
Filhos: Adriana Aparecida Lago Cardoso e Antônio Cardoso Neto
- 5) Jaqueline Aparecida Cardoso Marques (Moram na casa dos pais dela, Antonio Carlos Cardoso)
Esposo: Joel Marcos Santana Marques
Filha: Nicole Aparecida Cardoso Marques
- 6) Maria de Lurdes Cardoso Mendonça
Esposo: Antônio Mário Mendonça
Filhos: Daniela Cardoso Mendonça, Daiane Cardoso Mendonça e Marcos Antônio Cardoso Mendonça
- 7) Débora Cardoso de Mendonça
- 8) Terezinha de Jesus Cardoso e Jonas Cunha
- 9) Viviana Cardoso Cunha Lopes
Esposo: Odílio Lopes Correa
Filho: Guilherme

Na Vila Rápida vivem hoje cinco famílias. Quatro são de filhos de João Sanches Ramos e Antonia Angélica de Mendonça (já falecida) e a quarta é de uma neta dos mesmos:

- 1) Luis de Jesus Mendonça
Esposa: Neuzilene Aparacida Cunha
Filhos: Luis de Jesus Cunha, Luanda Luisa Cunha, Ana Flávia Cunha, Lucinéia Cunha e Cibele Aparecida Cunha
- 2) Laurentino Alberto Mendonça
Esposa: Maria Eulalia Pereira Mendonça
Filhos: Edson José Mendonça, Fábio José Mendonça e Rita de Cássia Mendonça
- 3) Pedro Carlos De Mendonça
Esposa: Idalina das Neves
Enteado: Carlos Henrique das Neves
- 4) Teresa de Jesus Mendonça
Esposo: Wilson Luis Cunha
Filhos: Cristina Tereza Cunha, Cristiano Jesus Cunha, Selmiro Sérvulo da Cunha Neto, Gustavo Mendonça Cunha e Regiane Mendonça Cunha
- 5) João Costa
Esposa: Lucinez Malaquias
Filhos: André Custódio Costa, Adriana Custódio Costa, Juliana Custódio Costa, Lidiane Custódio Costa e Silviane Custódio Costa

Sítios isolados

O conjunto de sítios localizados na orla da parte montanhosa da ilha, voltada para o estuário, estava intimamente ligado a um outro conjunto de sítios, localizado no continente, na margem oposta do estuário, na altura da Ilha da Casca. Houve um grande número de alianças por casamento entre moradores desses dois conjuntos de sítios, formando grupos de cooperação e parentesco que funcionavam de forma interdependente, no qual o todo dependia da cooperação entre as partes. Em suma, cada sítio dependia dos sítios vizinhos para que o conjunto seguisse existindo enquanto uma comunidade de lavradores e pescadores.

Com base nos dados da pesquisa, já existiram 36 sítios voltados para o estuário, desde as proximidades da barra de Cananéia até a Cachoeira Grande, próximo ao Marujá:

- | | |
|--------------------|---|
| 1. Algodal | 6. Cachoeira Grande (voltado para o estuário) |
| 2. Andrade | 7. Camguary |
| 3. Barreirinho, | 8. Canjióca |
| 4. Barreiro Grande | 9. Canudal |
| 5. Boipeva | |

- | | |
|---|--------------------|
| 10. Cardoso | 23. Pedro Luis |
| 11. Estaleirinho | 24. Pereirinha |
| 12. Fazenda | 25. Perequê |
| 13. Grande | 26. Pirizal |
| 14. Ilha da Casca, | 27. Rio das Pedras |
| 15. Ilha do Filhote | 28. Rio Grande |
| 16. Itacuruçá | 29. Saco |
| 17. Jacariú | 30. Salvaterra |
| 18. Japajá | 31. Sambaqui Mirim |
| 19. Limoeiro | 32. Santa Cruz |
| 20. Morrete (voltado para o
estuário) | 33. Tajuva |
| 21. Morretinho (voltado para o
estuário) | 34. Timbopeva |
| 22. Paneminha, | 35. Trapandé |
| | 36. Vitorino Pires |

Uma parte dos sítios na orla da parte montanhosa voltada para o estuário tem uma característica diferenciada dos demais. Nessa área estavam os casarões e os engenhos de beneficiar arroz, que estiveram empregando trabalho escravo. Em alguns casos, ainda é possível encontrarmos as ruínas dessas instalações. No livro de terras de Cananéia, além de encontrarmos registros em nomes de famílias que até hoje permanecem na ilha, ou que não perderam o vínculo com os sítios, encontramos referências aos engenhos. É o caso, por exemplo, de Manoel Matheus de Almeida, que aparece registrando terras nas áreas dos sítios Pedro Luis e Barreirinho (figura 63a – anexos), e de Caetano José Cordeiro, que registra terras no sítio Cachoeira Grande. Transcrevemos estes registros a seguir:

f. 49.

Manoel Matheus d'Almeida, morador n'este termo da Villa de Cananéia, e n'ella possuidor de um Sítio com caza e Engenho de pillar arroz e suas benfeitorias no lugar denominado =Pedro Luiz e Barreirinho = que possui por compra que fez de José de Souza Guimaraens, dividindo-se pela parte do Sul com terras de Antonio Francisco Xavier e da parte do Norte com terras de Jozé Joaquim Delfino d'Oliveira, sua frente para o Rio navegável, para a Villa e para a Povoação da Ararapira e seus fundos até águas vertentes, e Costa do mar Grosso, seus limites é de oitocentas braças na frente como consta na Escriptura de Compra. Pedi a Jozé Maria Fosquini que este por mim fizesse, e em que só me assigno. Cananéia, 11 de fevereiro de 1855.

Manoel Matheus de Almeid^a.

Apresentado no dia 11 de fev^o de 1855

O Vig^o Encomendador João Manoel da Rosa.

Registro 1\$200”.

(Manoel Matheus de Almeida também declara terras compradas no vizinho sítio Andrade).

f. 85

Caetano José Cordeiro, morador neste termo da Villa de Cananéa, é nella possuidor de um sitio e seus cultivados, com engenho de pillar arroz e mais bem feitorias, no lugar denominado Cachoeira Grande, que possui por compra que fez de Francisco Ribeiro de Souza, divide-se pela parte do sul com as terras do Sargento Mor Joaquim José d’Oliveira, e hoje pertencentes a Alexandre José de Souza e pela parte do Norte com o sitio de Joaquim dos Reis sua frente para o Rio que segue tanto para esta Villa como para a Povoação da Ararapira, e seus fundos para a Costa do mar grosso. E por não saber ler nem escrever pedi a José Maria Fosquini que este por mim fizesse e a meu rogo assignasse. Cananéa 15 de Fevereiro de 1855.

*Por Caetano José Cordeiro.
José Maria Fosquini
15 de Fevereiro de 1855*

*Apresentado no dia 15 de fevereiro de 1855
O Vig^o Encomendó José Manoel da Rosa*

Registro 1\$200

Os Sítios Cachoeira Grande e Cachoeirinha

O sítio Cachoeira Grande aparece nos documentos e na bibliografia (Almeida, 2005 [1946]) como lugar de engenho de pilar arroz e de trabalho escravizado. Na memória dos mais velhos, aparece em dois momentos. Primeiro, como sítio onde se plantava roça, perfeitamente enquadrado na rede de vizinhança e parentesco. Por exemplo, Manuel das Neves, antigo morador da praia da Lage e atual morador do Marujá, se lembra dos mutirões que aconteciam no sítio de um morador chamado José Nardes, sobre o qual não temos maiores informações, pois ele não deixou descendentes neste sítio. Em nossa pesquisa, vemos que o nome Nardes aparece referenciado ao conjunto de sítios no continente e aos sítios da Ilha do Cardoso.

No entanto, o Cachoeira Grande também aparece na memória dos mais velhos como lugar onde havia uma serraria, como lugar de moer casca de ostra, e como lugar de trabalho

assalariado, onde alguns moradores se assalariavam no negócio da moenda de casca de ostra, possivelmente no início da década de 1950. No final da década de 1980, quando tivemos a oportunidade de passar vários períodos de férias na ilha, Antonio das Neves nos falava sobre seu trabalho, décadas antes, nesse lugar – tanto que mencionou os “machados de bugre” que encontrara no sambaqui. Outros moradores, no segundo semestre de 2011, também deram seus depoimentos sobre o assunto:

Aonde eu morava lá saía de lá e chegava de noite, trabalhava lá na Cachoeira Grande, trabalhei um pouco lá na Cachoeira Grande, depois deixei de lá. Lá tinha uma fazenda de moer casca, serviço de moer casca, tinha serviço de puxar tora do mato para arrumar serraria, tinha lenha; tinha um bocado que moia casca, outro bocado que já ensacava, outro bocado carregava por barco, eu trabalhei muito lá.

Ia no sambaqui, levava casca, estendia tudo aquela casca do sambaqui, quando fazia bom tempo depois de 5 ou 6 dias, aí recolhia aquela coisarada da rua, aí tinha o barracão, já colocava dentro do barracão, já tinha a máquina para moer. Então colocava tudo lá para ficar bem enxuto. Quando ele estava bem enxuto, ela fica bem alvo aquilo lá, bem alvo. Então aquilo ia para a máquina, moia, tinha 5 parcelas de... ali, cada parcela vinha uma marca de massa: um mais grosso, outro mais fino, outro mais fino, igual farinha, tinha 5 partes ou seis partes, uma coisa assim. Então, cada parte daquele, ensacava num saco de 50 quilos. Quando era no sábado, o barco já vinha para carregar tudo aquilo ali, carregava o barco e levava lá para Cananéia, de lá pegava.... O finado Roberto, o nosso patrão era o finado Roberto, o serviço lá era dele. Então ele pegava o carro e levava lá para... não sei que cidade que ele falava, que lá tinha uma qualidade de animal que usava aquilo ali, para alimento (entrevista em setembro de 2011).

Pesquisadora: *Então tinha gente morando ali na Cachoeira Grande também...*

Entrevistado: *Tinha, ali tinha engenho de adubo, tinha serraria, casca de ostra, sabe.*

Pesquisadora: *Bastante gente ali da ilha do Cardoso trabalhava lá.*

Entrevistado: *É, trabalhava, o pessoal ali da Lage, conheci muita gente ali, eu era moleque, mas eu lembro.*

Pesquisadora: *Eles moíam casca de ostra, né?*

Entrevistado: *Esse adubo que eu falo, era casca de ostra moída. Não tem o sambaqui ali, logo na curva? Aquele sambaqui foi destruído, na época não tinha esse negócio de meio ambiente, nada. Tinha, mas não funcionava pra cá. Então nós tirávamos numa canoa de lá. Tirava lá, carregava a canoa, no remo, descarregava, espalhava tudo num pátio que tinha, pra secar, depois recolhia tudo para o galpão, e do galpão ia pro moinho (entrevista em dezembro de 2011).*

Vimos, nos registros paroquiais de terras transcritos acima, Manoel Matheus de Almeida e Caetano José Cordeiro fazerem referência ao vizinho Antonio Francisco Xavier. No acervo documental do padre João Trinta, encontramos importantes documentos relativos ao sítio Cachoeirinha, quais sejam: o registro paroquial de terras de Antonio Francisco Xavier; certidões de nascimento, casamento e óbito de Zulmira Xavier, neta deste último; certidões de casamento de pai e filho com o mesmo nome, João Cancio Xavier, respectivamente filho e neto de Antonio Francisco Xavier; uma declaração de residência, datada de 1983, com os nomes dos moradores do Cachoeirinha à época, todos descendentes de Antonio Francisco Xavier.

Vejamos transcrição e imagem do primeiro documento:

98

Nº 50 f 10 v.

Antonio Francisco Xavier morador desta Vila de Cananea é nela possuidor de hum citio, por Herança dos pais, denominado Cachoeirinha no Morro do Cardoso com frente para o Este, divide p^a o Sul com terras de Alixandre José de Souza e para o Norte com terras de Manoel Matheus de Almeida e p^a serteza de todo o referido mandei paçar o presente em que só m^{to} me assigno. Can^a 28 de Fev^o de 1855.

Antonio Franc^o Xavier

*Apresentado no dia 28 de Fever^o de 1855
O Vigr^o Encomend^o João Manoel da Rosa*

Registro \$700

figura 31. Livro de terras de Cananéia – folha 98 – Antonio Francisco Xavier (acervo do padre João Trinta)

50/26.
 Cardoso
 Cananéia !! 98
 Antonio Francisco Xavier morador da
 ilha de Cananéia e nela possui
 um sítio por herança de seu
 pai, de nome mentado Cascaerinha no
 nome do Cardoso com afronta por
 o Este sítio por o sul com terras
 de Alexandre Jose de Souza, e por
 o norte com terras de Manoel
 da Silva de Almeida e por o norte
 e de todo o referido mandei
 fazer o presente mapa de m^{te}
 nea signos. Can. 28 de Ferr.
 de 1875
 Antonio Francisco Xavier
 Apresentado no dia 28 de Fev. de 1855.
 Offiz. Lucamund. das Minas da Bahia
 Registro 1700

Como vemos na transcrição acima, Antonio Francisco Xavier herdou a área de seus pais, o que significa que a família já se encontrava na Ilha do Cardoso desde, pelo menos, as primeiras décadas do século XIX. A declaração de residência referida logo acima, nos fala um pouco da história progressa do pai de Antonio Francisco Xavier, que leva o mesmo nome do filho, e dá detalhes dos casamentos dos descendentes nas gerações seguintes, além de fazer referências à vida e ao trabalho. Abaixo, transcrição desse documento:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, EULALIA DA COSTA XAVIER, brasileira, viúva de João Cancio Xavier, e seus filhos LUIZ FELIPE XAVIER, brasileiro,

casado, pescador, AMÉRICA COSTA XAVIER, brasileira, casada, do lar, RODRIGO XAVIER, brasileiro, casado, carpinteiro, VALDEMAR XAVIER, brasileiro, casado, carpinteiro, ANTONIO XAVIER, brasileiro, casado, pescador, PAULO XAVIER, brasileiro, casado, carpinteiro, MARIA COSTA XAVIER, brasileira, casada, do lar, TEREZA COSTA XAVIER, brasileira, amasiada, com filhos, do lar, DURVAL BASILIO XAVIER, brasileiro, casado, carpinteiro, todos residentes, nascidos, digo, Eulália da Costa Xavier veio do Paraná, para casar-se com João Cancio Xavier, todos eles nascidos, e criados na Ilha do Cardoso, no Bairro da CACHOEIRINHA, onde são herdeiros, o que declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, herdeiros do sítio Cachoeirinha compradamente desde 1856 e mantêm esta propriedade mansa, pacífica e ininterruptamente, sem oposição de qualquer espécie desde aqueles tempos.

Em 1856, conforme documento anexo do Livro dos registros da Terra da Paróquia de São João Batista de Cananéia, Antonio Francisco Xavier era herdeiro deste sítio da Cachoeirinha. Por tradição oral trazemos/ digo sabemos que Antonio Francisco Xavier é filho de Antonio Francisco Xavier, o quase lendário Antonio “Inglês” que deve ter sido pai de muitos filhos espalhados por estas bandas. Antonio Francisco Xavier declarou sua terra em 1856 como acima mencionamos, Em casamento com Joana Xavier (Joana Maria das Dores) tiveram uma filha provavelmente entre outros, chamada Joana Xavier ou Joana Maria da Assunção ou também Joana Maria das Dores. Antonio Francisco Xavier acima mencionado como possuidor do sítio em 1856, teve um irmão, entre outros, chamado Valentim Francisco Xavier que em casamento com Antonia Maria das Dores tiveram o filho José Francisco Xavier que casou com sua prima irmã Joana Maria da Assunção. Este José Francisco Xavier conforme documentos comprovam, comprou o sítio da Cachoeirinha em 1877. Dizem os antigos que comprou do seu sogro Antonio Francisco Xavier, mas é mais provável ter ele comprado parte de outros herdeiros. De qualquer jeito, os dois primos, ambos netos do Antonio Inglês, exercem a propriedade e do seu casamento nascem seis filhos, o mais velho João Cancio Xavier em 1894, em seguida Zumira [sic], Caciano, Jacinto, Antonia Yolanda e Nelson Victor.

Os abaixo assinados, a viúva e os 9 filhos de João Cancio Xavier declaram a propriedade de sítio sem desconhecer direitos dos demais herdeiros.

Sempre foi um sítio de lavoura com roças de milho, arroz, feijão, mandioca, árvores frutíferas de diversas espécies e criação de pequenos animais. Na frente do sítio do canal do Ararapira costumavam pescar robalos e pescadas amarelas e outros peixes. O sítio Cachoeirinha se encontra dentro dos seguintes limites: do lado do sul com as terras do sítio Cachoeira Grande pela barra do rio Bupeva, aos fundos, ao leste até o cume do Morro do Cardoso, ao lado norte com as terras de sítio Pedro Luis e ao lado oeste com o mar pequeno ou canal de Ararapira.

Cananéia, 29 de Novembro de 1.983.

Eulália da Costa Xavier

Luis Felipe Xavier
 América Costa Xavier
 Rodrigo Xavier
 Valdemar Xavier
 Antonio Xavier
 Paulo Xavier
 Maria Costa Xavier
 Tereza Costa Xavier
 Durval Basílio Xavier [*todos assinam*]

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

Cananéia, 30 de outubro de 1983.

[*cinco testemunhas assinam*]

Dos netos do “Antonio Inglês”, o Antonio Francisco Xavier, temos informações apenas sobre José Francisco Xavier e Joana Xavier, filhos, respectivamente, dos irmãos Valentim Francisco Xavier e Antonio Francisco Xavier. Através de depoimentos que obtivemos dos atuais moradores e da documentação existente, sabemos que esses dois primos, Joana e José Francisco, se casaram, configurando uma aliança endogâmica. O casal viveu toda a vida no sítio Cachoeirinha, onde criou seus filhos, assim como o fizeram seus pais e, muito provavelmente, o avô Antonio Francisco, declarante das terras em 1856. A certidão de casamento do primeiro João Cancio Xavier revela que ele nasceu em 1894 e casou-se com Eulália Alves da Costa, procedente do Paraná e nascida em 1913. A certidão de nascimento de Zulmira Xavier, irmã de João Cancio, comprova que ela nasceu no sítio Cachoeirinha, em 1907, além de revelar os nomes de seus avós maternos e paternos, conforme reprodução abaixo. Já a sua certidão de casamento (figura 64a - anexos) nos mostra que ela casou-se com Teothonio Matheus de Almeida, nascido em 1892 e filho do mesmo Manoel Matheus de Almeida que registrou terras nos sítios Pedro Luis e Barreirinho em 1855, conforme transcrição acima. O sogro de Zulmira também registrou terras no sítio Andrade em 1856, as quais adquiriu também por compra (figura 63 b – anexos). A certidão de óbito de Zulmira mostra que ela faleceu no sítio Cachoeirinha, ainda jovem, aos 34 anos de idade (figura 64 b).

A certidão de nascimento de Theotonio Matheus de Almeida comprova que ele nasceu no sítio Barreirinho, filho de Isabel Custódio, sendo que o pai aparece apenas como declarante. Certamente, mais um dos tantos casos em que o pai, por não ser casado legalmente, não pode fazer constar o próprio nome como pai nas certidões de nascimento de seus filhos, como vemos na reprodução a seguir.

Figura 32. Certidão de nascimento de Zulmira Xavier (acervo do padre João Trinta).

707

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo.-
COMARCA DE Jacupiranga.-
MUNICÍPIO DE Cananéia.-
DISTRITO DE Cananéia.-

José Luiz Gorgone
Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 59 e v.º.- do Livro A 6.- sob N.º de
Ordem 78.- foi lavrado o assento do nascimento de ZULMIRA.-
do sexo feminino.- nascida a vinte e cinco -
(25) de maio de mil novecentos e sete (1.907),
às 12 horas e 00 minutos, em este municí-
pio, no lugar denominado Cachoeirinha.-
filha de José Francisco Xavier, natural deste município.-
e de Dona Joanna Xavier, natural deste município.-
Sendo avós paternos Valentim Francisco Xavier.-
e Dona Antonia Maria das Dores.-
e avós maternos Antonio Francisco Xavier.-
e Dona Joanna Xavier.-
O assento foi lavrado em 1.º de junho de 1.907 tendo sido declarante
o próprio pai.-
as constantes do termo.-
Carta de Declaração de Testemunhas
Concluída em 17 de outubro de 1983
Fe em Cananéia, 17 de outubro de 1983
O referido Assento é verdadeiro e dou-lo
José Luiz Gorgone
Oficial do Registro Civil
Artúrio Carlos de Oliveira
Oficial Maior

Figura 33. Certidão de nascimento de Teotonio Matheus de Almeida (acervo do padre João Trinta).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DO ANEXO

ESTADO DE São Paulo.
COMARCA DE Jacupiranga.
MUNICÍPIO DE Cananeia.
DISTRITO DE Cananeia.

José Luiz Gorgome
Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 179 v^o. do Livro A. 3.- sob N.º de Ordem 426.- foi lavrado o assento do nascimento de "THEOTONIO" de sexo masculino.- nascido no dia dezoito (18) - de fevereiro de mil oitocentos e noventa e dois (1.892) às 18 horas e 00 minutos, em este município, no lugar denominado Barreirinho.

filho de Isabel Custódio.
e de Dona. Maria Custódio.
Sendo avós paternos Manoel Matheus de Almeida.
e avós maternos Manoel Matheus de Almeida.
O assento foi lavrado em 26 de fevereiro de 1892 tendo sido declarante Manoel Matheus de Almeida.-
e serviram de testemunhas as constantes do termo.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.
Cananeia 26 de outubro de 19 83

Oficial
Antonio Carlos de Oliveira
Oficial Maior

REGISTRO CIVIL DO ANEXO
Juiz de Direito e Município de Cananeia
Comarca de Jacupiranga - Estado de São Paulo
JOSÉ LUIZ GORGOME
Oficial e Tabelião
ASSINADO e SELADO EM CANANEIA

/800/

Cód. 22/3

Caciano Xavier, outro irmão de Zulmira e de João Cancio, segundo informação que tivemos de um de seus sobrinhos¹⁶, casou-se com Almerinda Simões Xavier, nascida no vizinho sítio Pedro Luis, onde ele foi morar, vivendo ali toda sua vida depois de casado.

¹⁶ Em entrevista concedida em dezembro de 2011.

Conforme vemos em sua certidão de casamento, Almerinda Simões, nascida em 1901, era filha de Manoel Martins Simões. Ocorre que um certo Manoel Martins Simões declara possuir terras no sítio “Caxueira”¹⁷ em 1856, à folha 249 do livro paroquial de terras. Tudo indica que este último tenha sido o mesmo pai de Almerinda. Ou o pai e o avô paterno poderiam ter o mesmo nome, como era comum acontecer. Até aqui, já mencionamos vários casos em que pais, filhos e netos aparecem ou com o mesmo nome, ou com nomes parecidos.

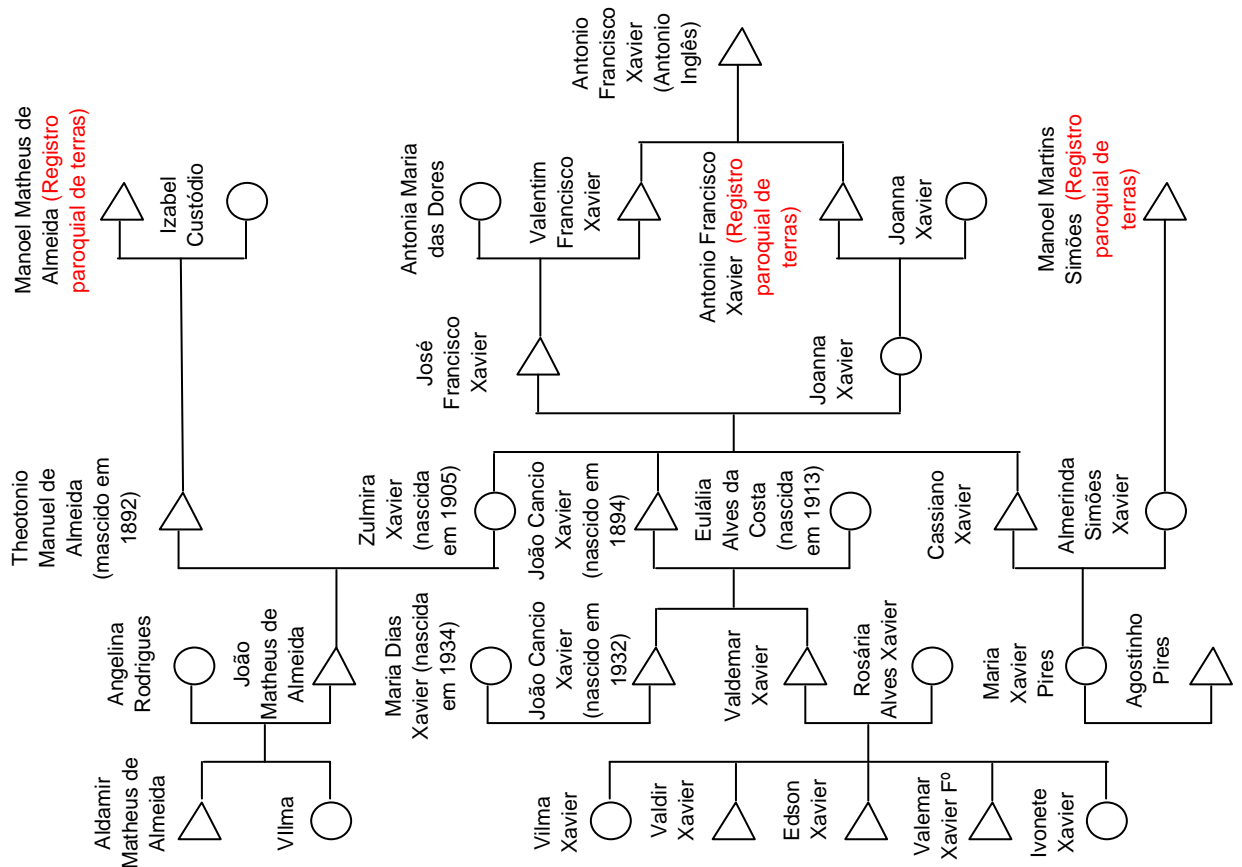
Uma das filhas de Caciano e Almerinda, Maria Xavier, casou-se com Agostinho Pires, do sítio Barreirinho. Outro filho de Caciano e Almerinda, chamado Manuel, casou-se com uma mulher do sítio Bom Bicho, no continente, morou no sítio da família da esposa e, posteriormente, morou na Ilha da Casca, onde montou uma venda. Manuel comprava produtos da roça dos sitiantes da área e lhes vendia produtos diversos.

Hoje, encontram-se na Ilha do Cardoso descendentes de Zulmira Xavier e Theotônio Matheus de Almeida e de João Cancio Xavier e Eulália Alves da Costa. Aldamir Matheus de Almeida, neto do primeiro casal, mantém uma pousada no Marujá, onde nasceu, conforme indica a sua certidão de nascimento. João Cancio Xavier (falecido há poucos anos), que recebeu o mesmo nome de seu pai, como já vimos páginas atrás, mudou-se para o Marujá, onde hoje moram filhos, netos e bisnetos seus. Valdemar Xavier, outro filho de João Cancio e Eulália, viu nascerem todos os filhos no sítio Cachoeirinha, mudou-se com a família para o Marujá, para que seus filhos pudessem ir à escola, e depois mudou-se para a Ilha de Cananéia. Mas nunca abandonou a área de seus pais no Cachoeirinha, onde até hoje mantém uma tapera e conserva o pomar e o caminho sempre roçado. No gráfico abaixo, representamos descendentes dos Xavier e dos Matheus de Almeida que moram ou que mantêm vínculos com a Ilha do Cardoso¹⁸:

¹⁷ Neste caso, trata-se ou do sítio Cachoeira Grande ou do Sítio Cachoeirinha, posto que um dos vizinhos com quem Manoel Martins Simões faz divisa é Alixandre José de Souza, o qual declara possuir terras “no lugar chamado Caxoeira Grande”, à folha 251 do livro paroquial de terras.

¹⁸ Os descendentes de João Maheus de Almeida e de João Cancio Xavier (filho) estão representados no gráfico geral de Camboriú, Foles, Lage e Marujá, em anexo.

gráfico 14. Famílias Xavier e Matheus de Almeida na Cachoeirinha.



O Sítio Pedro Luis

Como vimos acima, Caciano Xavier Casou-se com Almerinda Simões Xavier, moradora do Sítio Pedro Luis. Vemos, numa declaração de residência datada de 1983, que Maria Xavier Pires e Zeneide Xavier Pontes, ambas filhas de Caciano e Almerinda, mantinham suas posses no sítio Pedro Luis, onde nasceram, e no sítio Tapera, dos quais eram herdeiras. Vejamos o que diz essa declaração de residência:

As abaixo assinadas Maria Xavier Pires, de 60 (sessenta) anos, casada com Agostinho Pires e Zeneide Xavier Pontes com 54 (cincoenta e quatro) anos, casada com Rosendo Pontes, ambas filhas de Caciano Xavier e Almerinda Simões Xavier, casal de pais que tiveram mais 4 (quatro) filhos: José Xavier, João Xavier, Manoel Xavier e Cacilda Xavier, os quatro também todos casados; os 6 (seis) casais têm filhos.

As duas senhoras acima mencionadas declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, e mantêm as posses dos dois (dois) sítios “Pedro Luis” e Tapera” ao lado do sítio Jacariú, que herdaram dos seus pais Caciano Xavier e Almerinda Simões Xavier acima mencionados, mansa, pacífica e ininterruptamente há mais de sessenta (60) anos.

O pai Caciano Xavier adquiriu o sítio Pedro Luis, uma metade de Manoel Martins Simões, e outra metade de Henrique Simões. E, quando se casou com Almerinda Simões Xavier lá criou os seus seis (6) filhos acima mencionados.

O sítio Tapera é uma herança que Da. Almerinda Simões Xavier herdou de Da. Adozinda, sua mãe, que esta recebera de seu pai, e a mesma dizia que devia existir ainda um documento antigo em nome do mesmo pai.

O 1º (primeiro) sítio Pedro Luis tem mais ou menos 60 (sessenta) alqueires, e confronta-se ao Norte com terrenos do sítio Barreirinho, ao sul com o sítio Cachoeirinha, ao Leste com o cume do Morro do Cardoso, e a Oeste com o mar que vai a Ariri.

O 2º (segundo) sítio, “Tapera”, de mais ou menos 15 (quinze) alqueires, divide-se a Leste com o sítio Canudal, a Norte com o mar do Rio Jacariú, ao Sul com Terras de sítio Canjyoca, e a Oeste com o sítio do Trapandé, da família Pontes.

Ambos os sítios eram de lavoura, de criação de pequenos animais, e tinham árvores frutíferas de diversas espécies.

Cananéia, 25 de outubro de 1983.

Maria Xavier Pires
Zeneide Xavier Pontes

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 25 de outubro de 1983.

[quatro testemunhas assinam]

Cassiano Xavier, portanto, comprou a posse do sítio Pedro Luis de seu sogro e do irmão de seu sogro. Neste caso, estamos diante de um arranjo bastante comum entre populações tradicionais. Terras são negociadas entre parentes, de modo a se manter as posses indivisas, viabilizando, assim, a preservação de reservas florestais necessárias à formação das roças de “rodeio” e à extração de materiais para a construção de casas e fabricação de utensílios em geral, e à caça. Uma certidão de nascimento de Maria Xavier comprova que ela nasceu no sítio Pedro Luis aos 12 de julho de 1923, sendo seus avós maternos Manoel Martins Simões e Adozinda Simões, e paternos, José Rosa Xavier e Joana Maria Xavier.

Figura 34. Certidão de nascimento de Maria Xavier (acervo do padre João Trinta)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Distrito e Município de Cananéia
Comarca de Jacupiranga — Est. São Paulo

Reconheço por semelhança a (s) firma (s) de Maria de Almeida Xavier

REGISTRO CIVIL E ANEXOS
Distrito e Município de Cananéia
Comarca de Jacupiranga — Est. de São Paulo
José Luiz Gorgônio — Tabelião

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente certidão reprodutível conforme a legislação em vigor na data em que foi lavrada.

Cananéia, 26 de outubro de 1983

Maria de Almeida Angelotti
Escrivã Autorizada

ESTADO DE São Paulo
COMARCA DE Jacupiranga
MUNICÍPIO DE Cananéia
DISTRITO DE Cananéia

Em testemunha da verdade
José Luiz Gorgônio Tabelião

Oficial -- --

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 44v e 45 -- do Livro X 11 -- sob No de Ordem 101 -- foi lavrado o assento do nascimento de MARIA XAVIER -- do sexo feminino -- nascida no dia (12) doze de / julho do ano de mil novecentos e vinte e tres (1923) -- às 14 horas e 00 minutos, em este município no lugar denominado Pedro Luiz -- filha de Cucieno Xavier -- e de Dona Armerinda Simões Xavier -- Sendo avós paternos José Rosa Xavier -- e Dona Joana Maria Xavier -- e avós maternos Mancel Martins Simões -- e Dona Aduzinda Simões -- O assento foi lavrado em 19 de julho de 1923 tendo sido declarante o próprio pai e serviram de testemunhas as constantes do termo --

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Cananéia 26 de outubro de 1983

U. Angelotti
Oficial
Mário de Almeida Angelotti
Escrivã Autorizada

Ord. 23/3

Também havia outros moradores no sítio Pedro Luis. Várias pessoas nos falam dos irmãos “Laurindo e João Jacu”, que eram muito queridos por seus vizinhos. Trata-se dos irmãos Laurindo de Almeida e João Anastácio de Almeida. Em 1979, ambos informavam ao padre João Trinta que as terras onde viviam haviam sido compradas pelo bisavô deles, chamado Alexandre de Lara. À época, Laurindo tinha 48 anos de idade e João, 56 anos de idade, e informavam também que o avô paterno, filho de Alexandre de Lara, chamava-se Laurindo de Almeida, o pai deles chamava-se Pedro Roque de Almeida, e a mãe, Lucia

Agostinho de Almeida. Eles tinham duas irmãs, chamadas Maria Teresa e Cacilda, que eram casadas e estavam morando em Mongaguá.

À folha 64 do livro paroquial de terras, encontra-se o registro das terras de José Joaquim Delfino de Ol^a no sítio Barreiros, feito em 7 de julho de 1854, cujas terras confrontam com as de Alix^o (certamente, Alixandre) de Lara. Informação esta que confirma a afirmação dos irmãos Laurindo e João de que o avô, Alexandre de Lara era dono do sítio Pedro Luis, considerando que este e o Barreiro são áreas confrontantes.

Abaixo, imagem do registro de terras de José Joaquim Delfino e a respectiva transcrição.

Figura 35. Livro de Terras de Cananéia -- José Joaquim Delfino de Oliveira – folha 64 (acervo do padre João Trinta).

Barreiros f. 64

José Joaq. Delfino d. Ol.^a morad. nesta
 v.^a de Can., enella promittido p. Escripção
 publica de compra, a D. Cathar. Rib.^a de
 Macedo, e seus f.^{os} das Terras denominada
 os Barreiros, no Morro do Cardoso. Não he
 conhecida sua estenção; seus limites são: pe-
 lo sul com seu Erro Manoel Mathias, pelo
 Norte com o Major Manoel Jose Gomes da
 S.^a na frente com Alix.^o de Lara, e outros, e
 fundos no d.^o morro do Cardoso
 3 José Joaquim Delf.^o d. Ol.^a

(Apresentado no dia 7 de Julho de 1854.
 Olig.^o Encom.^o João Manoel da Rosa.

Registro — 539

f 64

Joaq^m de Ol^a morador n'esta V^a de Can^a, enella possuidor de Escriptura publica de compra, a D. Cathar^a Rib^o de Macedo e seos f^{os} das terras denominadas os Barreiros, no Morro do Cardozo. Não he conhecida sua estenção; seos limittes são: pelo sul com [?] Manoel Matheos, pelo Norte com o Major Manoel José Gomes da S^a na frente com Alix^e [Alixandre] de Lara, e outros, e fundos no [?] morro do Cardoso.

José Joaquim Delf^o de Ol^a

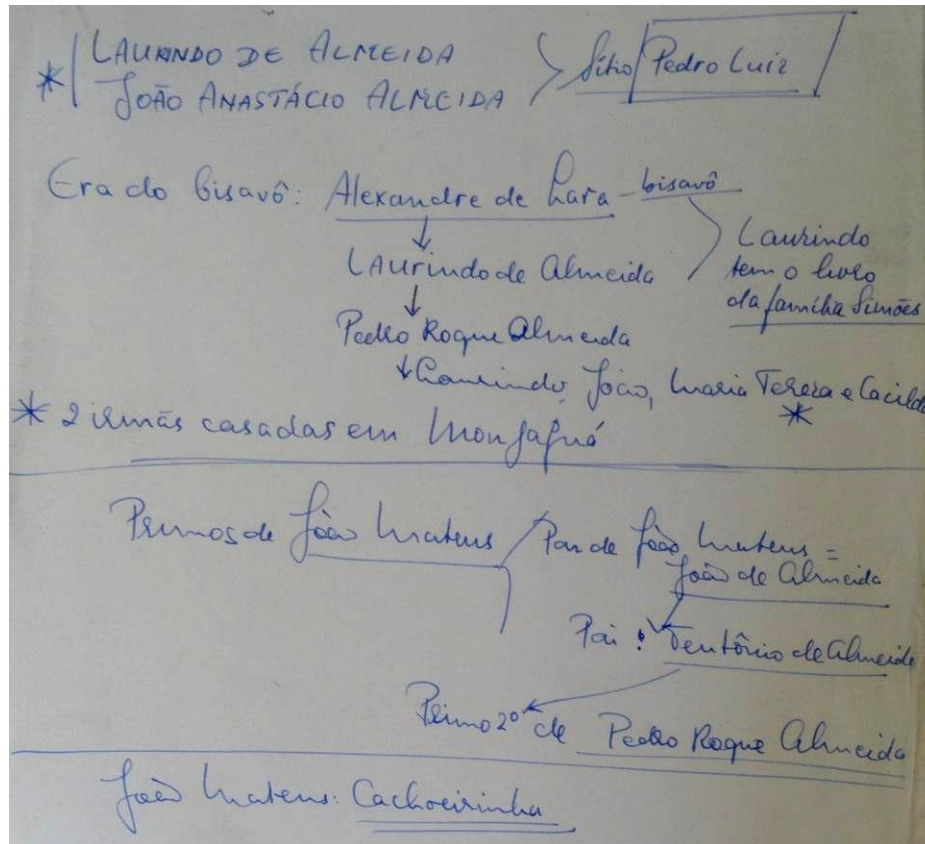
Apresentado no dia 7 de julho de 1854.

O Vigr^o Encomend^o João Manoel da Rosa.

Registro 639

Os irmãos Laurindo de Almeida e João Anastácio de Almeida também contaram a João Trinta que eram primos de João Matheus de Almeida que, como vimos acima, nasceu no sítio Cachoeirinha. Moradores da ilha nos contaram que os dois eram solteiros e moraram muitos anos com a mãe viúva. Quando ela morreu, continuaram no sítio Pedro Luis até ficarem velhinhos, sendo que João, o mais velho, após adoecer, foi para Mongaguá, onde ficou sob os cuidados de uma de suas irmãs até falecer. Laurindo, por sua vez, nos últimos anos de sua vida, adoeceu e ficou sob os cuidados de João Alves e da esposa, Maria Cordeiro. Esta última é falecida, e João Alves até hoje mora no sítio Barreiro. “Laurindo e João Jacu” foram os últimos moradores do sítio Pedro Luis. Depois que eles morreram, o amigo João Alves por muitos anos cumpriu uma promessa feita a Laurindo em seu leito de morte, que cuidaria do sítio Pedro Luis mantendo as áreas da casa e do pomar sempre roçadas. Hoje ele está idoso e transmitiu essa tarefa a um genro.

Figura 36. Anotações do padre Joao Trinta sobre os irmãos Laurindo de Almeida e João de Almeida, do sítio Pedro Luis.



Os Sítios Barreiro Grande e Barreirinho

Como já vimos no texto de Paulino de Almeida (2005 [1946]), citado páginas atrás, a área do Barreiro é uma sesmaria concedida a Antonio dos Ouros em 1779. Não sabemos por quanto tempo descendentes deste último permaneceram na ilha, pois não encontramos nenhuma pista sobre eles. Encontramos, no acervo do padre João Trinta, dois registros paroquiais de terras referentes à localidade de “Victorino Pires”, que João Trinta identifica como pertencente à área do Barreiro. Ambos os registros, respectivamente às folhas 169 e 332 do livro paroquial de terras de Cananéia, foram feitos por João Antonio Nóbrega e Silva em nome de dois irmãos órfãos por ele tutelados. O primeiro chamava-se Antonio, e o segundo, Francisco, os quais herdaram a referida área por morte do pai chamado Antonio Lodegario da Silva. No entanto, também não encontramos pistas sobre esses herdeiros. E

também há, conforme mostramos acima, o registro em nome de Joaquim Delfino de Oliveira no lugar denominado Barreiros.

Os sítios Barreiro – ou Barreiro Grande – e Barreirinho são separados pelo rio Barreiro que, aliás, forma uma belíssima cachoeira entre ambos. Gadelha, com base em entrevistas concedidas por moradores da ilha, menciona uma olaria que existiu no Barreirinho no período escravagista, a qual fornecia telhas para a ilha de Cananéia. Vejamos a entrevista a seguir:

As telhas de Cananéia – por exemplo – foram feitas na Ilha do Cardoso na olaria de dona Joana, virado por escravo. Sabe como é que eles amassavam o barro? A dona Joana tinha um cercado grande, cercado de tábuas. Ela depositava o barro dentro daquele cercado, então, os negros corriam dentro, pra amassar, jogavam água e corriam dentro, pra amassar, jogavam água e corriam com o pé porque os coitados eram cativos, tinham que amassar aquele barro com o pé; [esta olaria ficava no Barreirinho] no meio do canal que vai pra Cananéia, e lá morriam os negros, morriam e pinchavam n'água. Tem um barco afundado ali no Sambaqui Mirim que era barco que tirava barro. É mal assombrado. Negro era enterrado ali mesmo. Neste tempo os negros tinham alguma categoria? Não. Era igual cachorro.

A telha de Cananéia é aquela telha do canal. Eu conheci a telha da dona Joana. Sabe como é que é a marca da telha dela? É três dedos na telha, aquele risco de três dedos. Naquele tempo ninguém sabia marcar o zero, número, nada, então eles faziam três dedos (entrevista em Gadelha, 2008, p. 52 – entrevistado não identificado pela autora).

Depois de encerradas as atividades na olaria, moradores continuaram recorrendo ao barro do Barreirinho para fazer fornos destinados à torrefação de farinha de mandioca e para o fabrico de utensílios domésticos. Joaquim Pires e a esposa Odete, antigos moradores desse sítio, nos falam dessa argila muito especial:

Joaquim: Por quê é Barreirinho? Porque tem um barro lá que era muito especial para tudo. Esse forno de fazer farinha nele, de torrar farinha, eles iam tirar o barro lá no Barreirinho pra fazer aquele forno. Era um barro que tem lá, um azul, mas aquilo faz uma liga que você torra ele e fica que nem um ferro.

Pesquisadora: Deve ser bom pra fazer panela também.

Joaquim: Pra tudo.

Pesquisadora: E fazia panela?

Joaquim: Fazia panela, meu senhor! O pessoal, tinha um tal de... o finado seu Aníbal, ele ia lá no Barreirinho buscar barro pra fazer panela.

Odete: Minha mãe fazia pito, cachimbo, minha mãe fazia muito pra vender.

No final do século XIX, Manoel Matheus de Almeida e a esposa Isabel Custodio moravam no Barreirinho, posto que a certidão de nascimento do filho Theotônio Matheus de Almeida, como já vimos, mostra que ele nasceu lá em 1892. Já o Barreiro Grande, ainda na primeira metade do século XX, foi adquirido pela família Gomes, de Cananéia. Neste caso o dono, pai do médico Paulo Gomes, que residia em Cananéia, deu autorização a um certo Antonio Pereira para morar na área. Daí em diante, as duas gerações seguintes, de filhos e netos deste último, permaneceram no Barreiro Grande. Observa-se que o filho e o neto deste primeiro Antonio Pereira, também tinham o nome Antonio Pereira, sendo que o neto foi o último a permanecer, tendo falecido por volta de meados da década de 1980.

Em questionário aplicado aos pescadores de Cananéia pelo padre João Trinta em janeiro de 1979¹⁹, Antonio Pereira informava o seguinte, conforme anotações do recenseador:

O avô criou-se aqui, depois ficou para seu pai, depois para ele. Os três chamam-se Antonio Pereira. O pai de Paulo Gomes mandou o avô dele tomar conta do terreno, por boca.

Nos manuscritos do padre João Trinta, datados de sete de fevereiro de 1979, encontramos a informação de que Antonio Pereira, nascido em 1925, era filho de Antonio Pereira e de Joana Cérgio. Tendo-se casado com Andreolina Dias em 1949, viu esta falecer quando o primeiro e único filho de ambos tinha apenas 7 meses de idade. Depois disso, casou-se com a prima Natália Cérgio, com quem teve mais sete filhos, todos nascidos no Barreiro Grande. Antonio Pereira era também chamado de Antonio Cérgio. Uma declaração sua de residência, de 1983, tem o seguinte texto:

DECLARAÇÃO

O Abaixo assinado Antonio Cérgio, morador da Ilha do Cardoso, no sítio Barreiro Grande, neste município de Cananéia, declara para os devidos fins e sob as penas da lei que mantém uma posse, desde o ano de 1948. O pai do acima mencionado, Antonio Pereira, que vivia amigado com a Sra. Joanna

¹⁹ Em 1979, o padre João Trinta elaborou um questionário para ser aplicado aos moradores de Cananéia com dois objetivos: 1) conhecer melhor as famílias da Ilha do Cardoso para ajudar na preparação da defesa das mesmas, perante a ameaça de expulsão pela Marinha; 2) reorganizar a colônia de pescadores artesanais e retirar das mãos de terceiros o controle da comercialização de todo o produto da pesca realizada por estes pescadores, criando a peixaria da colônia, que existe até este ano de 2012. Um grupo de recenseadores foi contratado para aplicar o questionário nas diversas comunidades do município. O questionário respondido por Antonio Pereira, datado de janeiro de 1979, está assinado pelos recenseadores Elisa e Rubinho.

Cérgio entrou no sítio Barreiro Grande por ordem da família Gomes, cujos direitos hereditários, o abaixo assinado reconhece.

Antonio Cérgio com sua esposa Andreлина Dias tinha um filho, mais tarde, amigou-se com Natália Cérgio e tiveram mais sete filhos, todos nascidos no Sítio Barreiro Grande. Antonio Cérgio mantém no Sítio uma casa de madeira coberta com palha guaricana. Cultiva árvores frutíferas de diversas espécies e roças de arroz, de milho e mandioca.

Antonio Cérgio não é empregado nem recebe vencimentos da família Gomes e pretende nos seus direitos possessórios sejam reconhecidos dentro dessa discriminatória, diante do Patrimônio da União, sem contestar os direitos da família Gomes.

Cananéia, 26 de outubro de 1983.

Antonio Cérgio [assinado com impressão digital]

Atestamos sob as penas da lei, que reconhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 26 de outubro de 1983.

[padre João Trinta – João Van der Heyden – e outras duas testemunhas assinam].

Na época em que foi redigido o documento acima reproduzido, Antonio Pereira (ou Antonio Cérgio) havia, cerca de 6 anos antes, solicitado ao proprietário do terreno, filho do médico Paulo Gomes, autorização para que o amigo João Alves, que na época morava no sítio Retiro, logo em frente, na margem oposta do canal, fosse morar ao lado dele para fazer-lhe companhia. Nessa época, muitos moradores já haviam abandonado a área devido à proibição das práticas agrícolas, e Antonio Pereira estava se sentindo isolado, praticamente sem vizinhos. O filho do médico enviou uma carta com a seguinte resposta:

Cananéia, em 09.04.77

Ilmo. Snr.
Cido Teixeira
Cananéia.

Prezado amigo,

Quanto à solicitação do Sr. Antonio Pereira, morador do Sítio Barreiros, que foi de meu pai, para deixar morar no mesmo sítio, um parente que lhe faça companhia, porque o mesmo está sozinho naquela região afastada de recursos, entendo que o mesmo poderá receber esse parente que, segundo me foi informado, trata-se do sr. João Alves.

Todavia, acredito ser útil avisar ao Sr. Antonio Pereira que o Sr. João Alves estará sujeitando-se a ser retirado da terra que vier a ocupar, por ordem do Governo que está desapropriando toda a Ilha do Cardoso.

Quanto a isso, não quero ter problemas futuros.

Às ordens sempre, fica o seu amigo,

L. Carlos de O. Gomes (Acervo do padre João Trinta).

O João Alves acima referido é o mesmo que, anos mais tarde, viria a cuidar zelosamente do amigo Laurindo, morador do Sítio Pedro Luis. Parentes de João Alves nos informam que ele acabou levando o amigo Antonio Pereira para sua casa no Sítio Retiro quando este ficou adoentado, e cuidou dele até sua morte. Enquanto era cuidado pelo amigo, Antonio Pereira teria dito: *“Você sabe que não tenho como lhe agradecer por tudo o que está fazendo por mim, mas quero que fique com minha terra lá no Barreiro, quero que fique para você”*. Pouco depois da morte de Antonio Pereira, João Alves começou a sofrer ameaças e perseguições por parte de um parente e vizinho no Retiro, que chegou a agredi-lo e queimar seus pertences. Com receio de ser morto por esse vizinho, João Alves mudou-se para a área do amigo falecido, no Barreiro Grande, há cerca de 15 anos, quando tinha 71 anos de idade, e lá permanece até os dias de hoje.

A partir de entrevistas feitas com moradores de outros sítios, sabemos que outro filho de Antonio Pereira e Joana Cêrgio, chamado Paulo Pereira, casou-se com Maria Madalena Dias (ou Maria Madalena Pires), que era nascida no Barreiro Grande – nos próximos parágrafos, estaremos discorrendo sobre as famílias Dias e Pires. Maria Madalena e Paulo Pereira moraram no Barreiro Grande até a criação do Parque, quando tiveram que sair devido à proibição de cultivar a terra.

Outras famílias estiveram morando nos sítios Barreiro Grande e Barreirinho. Nas primeiras décadas do século XX, duas famílias de lavradores, os Pires e os Dias, procedentes, respectivamente, do Paraná e de Santa Catarina, chegaram ao Barreirinho e ao Barreiro Grande. Joaquim Pires, descendente desses dois grupos de parentesco, narra sua versão dessa história:

É uma história engraçada, porque o meu pai, tem a cidade de Iguape, que tem a imagem do Bom Jesus de Iguape, que é muito antiga. Então, o pessoal, os catarinenses, eles eram muito religiosos, e eles vinham festejar em Iguape, tem a festa do Bom Jesus de Iguape, e eles vinham à festa, vinham de barco. Eles

pegavam o navio em Santa Catarina e saíam em Paranaguá, e de Paranaguá ele pegavam uma embarcação pequena para vir para Iguape. Eles iam até o Varadouro, o rio vinha até uma certa parte e tinha que passar a pé e, do Ariri pra cá, pegar uma nova condução para ir até Iguape²⁰. Então o meu avô materno, o pai da minha mãe morava lá naquele sítio lá, no Varadouro. Então quando o meu pai veio de lá, a família dele veio de lá, pararam na casa do meu avô, Jordão Pires. E ele tinha, o meu avô, pai do meu pai, tinha 5 filhos, e o pai da minha mãe, Jordão Pires, tinha 3 filhas. Então, os 3 filhos do meu avô, pai do meu pai, fizeram essa viagem e namoraram com eles lá, vieram de Iguape, festaram e engraçaram-se deles, começaram a namorar. Só que voltaram para Santa Catarina, mas chegaram lá, venderam tudo que eles tinham lá, porque o meu avô era bem de vida lá, ele era fazendeiro lá e mudou-se para cá. Veio lá de Brusque, mudou-se para cá e então veio morar na Ilha do Cardoso. O meu avô era Manuel Dias, o pai do meu pai. Minha avó era Izabel Maria Pereira Dias.

Então eles mudaram-se para cá e vieram morar na Ilha do Cardoso, no sítio Barreiro Grande, que é vizinho com o Barreirinho, são 2 sítios juntos. Manuel Dias veio com a família inteira. Só que os 3 filhos dele, o Pedro José Dias, que é meu pai, O Antonio Dias e o João Dias, casaram com as 3 filhas do meu avô Jordão Pires, que é o pai da minha mãe.

Jordão Pires morava no Varadouro, que é divisa com o Paraná, no sítio Rio Branco. Pedro casou-se com D. Maria Catarina.

Meu avô, quando veio morar no sítio Barreiro Grande, ele tinha mais dois filhos que casaram [...]. Então, meu pai mudou do sítio Rio Branco, que era do meu avô materno, e veio morar no sítio Barreirinho, que é sítio vizinho ao sítio Barreiro Grande.

O meu avô veio morar no sítio Barreiro Grande porque o sítio Barreiro Grande era de um tal Dr. Paulo Gomes, o dono do Barreiro Grande era o Dr. Paulo Gomes. Meu avô, Manuel Dias, morava no sítio Barreiro Grande e tomava conta do sítio do Dr. Paulo Gomes (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).

Vemos, no depoimento acima, a inusitada história do encontro entre estes dois grupos de parentesco. A imagem de Bom Jesus de Iguape apareceu na Praia de Una, na Juréia, em 1647, dando origem às peregrinações. A festa do Senhor Bom Jesus de Iguape ocorre anualmente entre o final de junho e os primeiros dias de agosto, atraindo milhares de pessoas, principalmente provenientes da região sul do país e também do interior do estado de São Paulo. Conforme o relato acima, Jordão Pires, que morava no Paraná, próximo à divisa com São Paulo, hospedou em sua casa a família de Manuel Dias, sendo que, até então não se conheciam. Assim, as filhas dos Pires e os filhos dos Dias iniciaram namoro.

²⁰ Nessa época, ainda não havia o Canal do Varadouro ligando a Baía dos Pinheiros e a área estuarina de Cananéia. O mesmo foi cavado em 1952.

Então, para as famílias ficarem mais próximas, Manuel Dias deixou Brusque e mudou-se com a família para o sítio Barreiro Grande no final da década de 1920, indo cuidar da área para a família Gomes.

Dois filhos de Manuel Dias e de Izabel Maria Pereira, João Dias e Antonio Dias, casaram-se, respectivamente, com Cecília Pires e Antonia Pires. As moças foram morar com seus respectivos maridos no Barreiro Grande, em casas próximas à casa dos sogros. Pedro José Dias, outro filho de Manuel, casou-se primeiramente com Josefa Leodora, sobre a qual não temos maiores informações, e ficou morando com ela no Varadouro. No entanto, Josefa Leodora faleceu oito meses após o casamento. No ano seguinte, em 1930, Pedro José Dias casou-se com Maria Catharina Pires, filha de Jordão Pires e Antonia Maria Pires, e permaneceu morando no sítio do sogro na Praia Deserta, nas proximidades do Varadouro, até 1936, quando decidiu morar no sítio Barreirinho, próximo às casas dos pais e dos irmãos casados. Nessa época, Jordão Pires decidiu também mudar-se com a esposa e dois filhos ainda solteiros, Agostinho Pires e Segundina Pires, para o sítio Barreirinho, abandonando o sítio onde morava no Varadouro – mais precisamente, na Praia Deserta, norte do Paraná. Nessa época, as terras do Barreirinho pertenciam a Fidêncio do Vale, que morava em São Paulo e era conhecido de Jordão Pires. No entanto, quando estes chegaram, não havia ninguém morando no Barreirinho. Vemos nas anotações do padre João Trinta, que Pedro José Dias informou a ele que, quando ele e o sogro chegaram ao Barreirinho, em 1936, não havia ninguém morando lá.

A família de Jordão Pires já tinha uma certa afinidade anterior com a Ilha do Cardoso por relações de parentesco. Sua esposa, Antonia Maria Pires, era procedente de uma das praias na face norte da ilha, provavelmente Pereirinha ou Itacuruçá, conforme nos relata o neto da mesma, Joaquim Pires:

Eu tenho sangue indígena. Meu pai era catarinense, minha avó era italiana legítima, vinda da Itália. A mãe de minha mãe era índia, indígena, aqui do sítio Pereirinha, ali tinha família indígena, tem a descendência, minha mãe era dessa família (entrevista em agosto de 2011).

No entanto, não conseguimos traçar os laços de parentesco entre Antonia Maria Pires e as famílias estudadas na face norte da ilha. O fato é que, na própria ilha, se atribui ascendência indígena aos irmãos Generoso. Vimos, algumas páginas atrás, uma filha de Pacífico Generoso dizer que seu pai era tupi-guarani.

Tendo Jordão Pires se instalado no Barreirinho, o casal de filhos solteiros logo consolidou a inserção de seu grupo de parentesco na rede de vizinhança e parentesco da área, tecendo alianças de casamento com famílias dos sítios do entorno. Agostinho Pires casou-se com Maria Xavier Pires, a filha de Caciano Xavier, nascida no sítio Pedro Luis, conforme mencionamos acima. Nos manuscritos do padre João Trinta, vemos que tiveram seis filhos, todos nascidos no Barreirinho. Segundina Pires casou-se com Agostinho Rangel Neto, do Sítio Bom Bicho, no continente. Uma filha deste casal, Maria Florentina Pires Costa, nos informa que sua mãe morreu de parto quando ela era ainda criança pequena, com 5 anos de idade. Depois disso, Agostinho Rangel casou-se com Maria Cordeiro Rangel, nascida no Sítio Retiro, no continente.

E havia ainda mais um filho de Manuel Dias, chamado José Dias, que se casou com Margarida Coelho, procedente do Varadouro, e ficou morando junto aos pais e demais irmãos, no Barreiro Grande. Assim, todos os netos dos Pires e dos Dias foram nascidos e criados nos sítios Barreiro Grande e Barreirinho. Estes últimos, nos entanto, conforme cresciam e as alianças de casamento eram tecidas, acabaram se transferindo, em sua maioria, para outros sítios, onde moravam as famílias de seus respectivos cônjuges. Joaquim Pires relata os percursos de irmãos e primos seus:

Os únicos que casaram e ficaram morando lá com os avós, fomos só eu e meu irmão. Os outros... Ana, minha irmã, casou-se com um rapaz do Itapanhapina e foi morar no Itapanhapina com o marido dela.

Quando o meu pai veio morar no sítio Barreirinho, que nós nascemos, primeiro nasceu meu irmão Antonio, o meu irmão mais velho, Antonio Pires. Esse não casou, deu uma doença nele e ele morreu solteiro. Depois a minha irmã, a Ana Pires, que casou com o rapaz de lá de onde a Odete morava, Itapanhapina, e ficou morando lá, com o marido dela, Carlos Alves. E o outro meu irmão, André Pires que se casou com a prima dele, com a filha de Agostinho Pires, Elza Pires. Esse casou e ficou morando lá mesmo, junto comigo e com meu pai, no Barreirinho.

Aí, o meu tio Agostinho Pires, tinha seis filhos. O único que casou e ficou morando lá foi o André que era o meu irmão. E o meu tio Agostinho Pires saiu, não ficou nenhum lá. Só a Elza e a filha dela mais velha, Maria Isabel Pires, que casou com um rapaz do sítio Trapandé, o José Pontes. Essa casou e veio morar no sítio Trapandé também na Ilha do Cardoso. Esse sítio Trapandé fica lá na Ilha da Casca. A baía do Trapandé é por causa daquele sítio lá (entrevista em agosto de 2011).

Por volta de 1960, Pedro José Dias, para requerer aposentadoria, precisava comprovar que era agricultor. E, para tanto, teria que comprovar que possuía terra. Então, foi aconselhado por um funcionário do cartório de Cananéia a requerer um lote de terra em seu nome, conforme nos relata o filho, Joaquim Pires:

Mas quando o meu pai precisou de aposentar, eu já estava com vinte anos, e meu pai ia aposentar. Então, não podia aposentar naquele tempo, quem trabalhava na lavoura, na roça, não podia aposentar se não tivesse terras, tinha que apresentar algumas terras. Então meu pai foi à procura do dr. Geraldo, da família do Fidêncio do Vale, que era o procurador, mas não encontrou ninguém. Então meu pai foi no cartório de paz, e falaram “o senhor pode requerer, já caducou o documento dele, não existe mais, pode requerer. Então meu pai requereu 20 alqueires de terra lá. Requereu esses 20 alqueires no nome dele e pagou imposto até morrer, dessas terras lá no Cardoso, no Barreirinho, isso pra ele poder aposentar. Se não tivesse terra, como é que ele ia poder provar que trabalhou na terra? Também nunca ninguém incomodou ele, nunca procurou (entrevista em agosto de 2011).

Pedro José Dias não teve dificuldade para obter uma posse na área onde morava havia mais de três décadas. Encontramos, no acervo do padre João Trinta, uma notificação do Imposto Territorial Rural, emitida pelo INCRA em nome de Pedro José Dias, em 1982, conforme imagem a seguir:

Figura 37. Notificação do Imposto Territorial Rural, de Pedro José Dias, do Sítio Barreirinho (acervo do padre João Trinta).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA *PREFEITURA* SEQ. 148.832/2
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

NOTIFICAÇÃO DO I.T.R.

Sr. CONTRIBUINTE: [CÓDIGO DO IMÓVEL: 641014] [DV: 003255] [2] [CÓD. EMISSÃO: 23001] [EXERCÍCIO: 1982]

NOME DO CONTRIBUINTE: PEDRO JOSE DIAS

NOME DO IMÓVEL: SÍTIO BARREIRINHO

MUNICÍPIO: CANANEIA ESTADO: SAO PAULC

Sua guia para pagamento do Imposto Territorial Rural está a sua disposição no:

BANCO: BCO DO EST DE SAO PAULO SA

AGÊNCIA: AGENCIA CANANEIA

ATENÇÃO → DATA VENCIMENTO: 30/09/82

VALOR A PAGAR: ***** 27.774,00

Leia as observações no verso desta notificação

Encontramos, no acervo do padre João Trinta, declarações de residência de Pedro José Dias e de seu cunhado Agostinho Pires, ambas de 1983, cujos textos reproduzimos na íntegra:

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, Agostinho Pires, brasileiro, casado, lavrador, não portador de documento e identidade, filho de Jordão Pires e Antonia Maria Pires, residente e domiciliado no Sítio Barreirinho – Ilha do Cardoso – Município de Cananéia, SP, declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que reside neste município de Cananéia, no lugar denominado Barreirinho, Ilha do Cardoso, onde mantém sua posse mansa, pacífica e ininterrupta há mais de 47 (quarenta e sete) anos, sem oposição de qualquer espécie.

O acima mencionado Agostinho Pires é casado com Da. Maria Xavier Pires, é pai de 6 (eis) filhos maiores, todos nascidos na ilha do Cardoso.

Quando no ano de 1936 (mil novecentos e trinta e seis) entraram no sítio chamado BARREIRINHO, ali não morava ninguém. Construíram sua casa de madeira coberta de palha guaricana, quem abriu o sítio foi o senhor Jordão Pires, casado com Antonia Maria Pires, vindos da Praia Deserta, no Estado do Paraná. Criaram aqui os seus dois filhos, Bernardo Pires que ficou solteiro e no momento está hospitalizado, incapaz de se representar por procuração, mas os seus direitos, por meio desta, sejam reconhecidos, e Agostinho Pires, o abaixo assinado, que aí criou os seus 6 (seis) filhos. ... Durante estes quarenta e sete (47) anos viviam da lavoura, plantando arroz, milho, mandioca, feijão, criando galinhas e mantendo um pomar de árvores frutíferas de diversas espécies.

O tamanho do sítio por eles cultivado é de 10 (dez) alqueires.

CANANÉIA, 25 de outubro de 1983.

AGOSTINHO PIRES

Maria Xavier Pires

Bernardo Pires [Agostinho Pires e Bernardo assinam, e Maria Xavier coloca sua impressão digital]

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

CANANÉIA, 25 de outubro de 1983.

[três testemunhas assinam].

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Pedro José Dias, brasileiro, viúvo, lavrador, e os seus filhos Ana Dias Pires Alves, casada com Carlos Delfino Alves, André Pires, casado com Elza Isidia Pires e Joaquim Pires, casado com Odete Pontes Pires, os três (3) casais pais de diversos filhos, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, no lugar denominado

sítio Barreirinho, na Ilha do Cardoso, onde mantêm sua posse mansa, pacífica e ininterrupta há mais de quarenta e sete (47) anos, sem oposição de qualquer espécie.

Pedro José Dias, acima mencionado, era viúvo de Josefa Leodora, e casou-se de novo com Maria Catharina Pires, em mil novecentos e trinta (1930), em Paranaguá, Estado do Paraná. O casal Pedro José Dias e Maria Catharina Pires entraram no sítio Barreirinho no ano de 1936 (mil novecentos e trinta e seis); ali não morava ninguém. Construíram sua casa de madeira coberta de telha francesa, ao lado norte de Agostinho Pires, irmão de Maria Catharina Pires. Criaram aqui os seus três (3) filhos acima mencionados, que os três também ali constituíram os seus casamentos. O sítio era de lavoura, com plantação de arroz, feijão, milho, mandioca, e criação de pequenos animais, e tinham um pomar de árvores frutíferas de diversas espécies. O tamanho do sítio por eles cultivado é de dez (10) alqueires, conforme também comprovam os documentos do INCRA anexos.

Cananéia, 25 de outubro de 1983.

PEDRO JOSÉ DIAS
ANA DIAS PIRES ALVES
CARLOS DELFINO ALVES
ANDRÉ PIRES
ELZA ISIDIA PIRES
JOAQUIM PIRES ODETE PONTES

[Ana dias e o marido Carlos Delfino colocam suas impressões digitais, e o demais assinam]

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 25 de outubro de 1983.

[O padre João Trinta – João Van Der Heijden – e mais três testemunhas assinam].

Na época em que foram escritas estas declarações de residência, apenas Pedro José Dias que, por ser aposentado, tinha condições de se manter na área, morava no Barreirinho. Os filhos, noras e genro mencionados na declaração acima moravam em Cananéia e mantinham vínculo com o sítio, posto que, por não poderem seguir vivendo da agricultura e do artesanato que faziam, se viram obrigados a buscar a obtenção de seus meios de vida na Ilha de Cananéia, pra onde se mudaram com suas famílias. Já Pedro José Dias, ficou no Barreirinho até quase seus últimos dias. Como diz Joaquim Pires, “meu pai só saiu de lá pra morrer”.

Além das famílias acima mencionadas, Joaquim Pires nos fala de outra família que chegou na área, procedente de Ararapira:

E tinha (no Barreirinho) mais um senhor que chamava-se José Romão. Que era outra família. Esses vieram lá de Ararapira e ficaram morando lá também conosco no sítio. (...) Chegava, pedia licença, fazia a casinha e ficava trabalhando (entrevista em agosto de 2012).

A presença da família de José Romão no Barreirinho mostra que, além das famílias mais antigas na área, havia também uma circulação de famílias de lavradores que, sem possuir terras, circulavam pelas localidades ao longo do estuário, em ocupações temporárias.

O Sítio Jacariú

O sítio Jacariú é vizinho ao sítio Barreiro. Encontramos alguns registros paroquiais de terras relativos a esta localidade. Em 26 de novembro de 1855, Ursula do Carmo registra “uma sorte de terras” que lhe foram doadas por sua avó Alzira Pereira do Valle no lugar denominado Japajá, entre os rios Jacariú e Canudal. Em 1855 (o dia e o mês estão ilegíveis), José Paulo Gomes Peniche registra terras no lugar chamado Limoeiro, no rio Jacariú, e em maio de 1856, registra outra área no Pirizal. Em 26 de maio de 1856, Ignácia Barbosa registra *hum sitio e terras no Rio Jacariú*, herdadas de seu finado marido Luis Pereira. Maria Pereira, em 31 de maio de 1856, registra *huma sorte de terra no lugar denominado Rio Jacariú por herança que lhe ficou de seo Pai Luis Pereira*.

E há, ainda, a declaração de Francisco Antonio Alves, do qual possivelmente descendem atuais moradores do Jacariú. Vejamos imagem e transcrição desse documento:

Registro que faz Francisco Antonio Alves de huns cultivados no Rio do Jacariú

Francisco Antonio Alves, morador no termo desta Villa de Cananea declara que possui huns cultivados no rio denominado Jacariú onde tem casa mais plantações cujos cultivados nelle tem posse efetiva a trinta anos mais ou menos, divide-se por hum lado com terras de José Paulo Gomes Pen^e e por outro lado com minha sogra Ignacia Maria frente para o mesmo Rio Jacariú fundos para o morro Cardoso é o que o abaixo assignado dá registro. Can^a 30 de M^o de 1856.

A rogo de Francisco Antonio Alves

João An^{to} de V. Guim^{es}N^o 309 1762

Apresentado no dia 31 de Maio de 1856.
O Vigr^o Encomend^o João Manoel da Rosa

Registro \$900

Figura 38. Livro Paroquial de Terras de Cananéia -- Francisco Antonio Alves – folha 37 (acervo do padre João Trinta)

Rio Jacariú
b. 37

Registos que Jan Francisco Antonio Alves
de hum Cultivador no Rio de Jacariú

Francisco Antonio Alves, morador neste
no desta Villa de Cananéia, de Clara que por
sua humo cultivador no Rio denominado
Jacariú onde tem casa e mais planta e mais
cuja cultivador neste tem prova efetiva
a trinta annos mais annos, dividida
por hum lado com terras de Joo' Paulo
e por outro lado com minha Mãe
Ignacia Maria frente para annos em
Bocariú Junco para annos Cardoso e
o que obtive assignado de' arregistro. bo
n^o 30 de 16^o de 1856

Anno de 1856
João An^{to} de V. Guim^{es}

N^o 309 1762
Apresentado no dia 31 de Maio de 1856.
O Vigr^o Encomend^o João Manoel da Rosa
Registro \$900

O sítio Jacariú é mais um que pertenceu a senhores de escravos. Ali também existiu um casarão assobradado e engenho de pilar arroz. Francisco Alves do Rio, que atualmente mora lá, nasceu nesse sítio em 1925. Ele é filho de Laurindo Alves do Rio, também nascido

no Jacariú, e de Maria Isabel Xavier, descendente de Antonio Francisco Xavier, que registrou terras no sítio Cachoeirinha em 1855. Francisco não se lembra dos nomes de seus avós, mas nos diz que o casarão, do qual existem hoje ruínas, e o engenho pertenceram ao seu avô, e depois ao seu pai:

É do tempo dos escravos. Os sobrados que tinham lá, é do tempo dos escravos, tem a parede lá, tudo ainda. Era do meu avô, os escravos fizeram pra ele, lá. Era do meu avô, depois ficou pro meu pai. Tinha engenho de arroz. [...] dois irmãos, eles plantavam arroz e compravam arroz pra beneficiar. Beneficiavam e traziam pra Cananéia pra vender (Francisco Alves do Rio, entrevista em dezembro de 2011).

Mesmo após o declínio do ciclo rizicultor no Vale do Ribeira, parte dos descendentes do antigo senhor, dono da fazenda, permaneceu na área. Francisco Alves do Rio, ou Chiquinho, como é carinhosamente chamado por parentes e amigos, e o filho Givaldo contam que moravam ali sete famílias, todos parentes, irmãos e sobrinhos do pai de Francisco:

No meu tempo, lá tinha sete famílias, meus tios lá. Eram três tios, o resto eram primos. Depois foram morrendo os mais velhos, foram se acabando. Fiquei só eu no barraco. Era minha tia, um era Quintiliano, era meu tio, irmão do meu pai. Tinha outro, Targino também, a mulher dele que era irmã do meu pai, Joana, deve ser Joana Alves. Tinha mais dois outros lá, que já eram de outra família, eram aqueles Teixeira lá. Pedro Teixeira, o pai dele era Targino Teixeira, a mulher dele era irmã do meu pai (Francisco Alves do Rio, entrevista em dezembro de 2011).

Vemos, no depoimento acima, que “os mais velhos” que estiveram morando no sítio Jacariú de quem Francisco se lembra, tios seus nascidos entre o final do século XIX e início da século XX, permaneceram a vida toda nesse lugar, assim como ocorreu com seus pais e com alguns de seus primos. Francisco nunca deixou de morar do lugar onde nasceu e, aos 86 anos de idade, nos diz que não consegue viver longe do sítio, não suporta o barulho da cidade e nem a água “suja de cloro”. Prefere dormir ao som cachoeira do rio Jacariú, que fornece água cristalina para sua casa.

O Sítio Canudal e a Ilha do Filhote

O sítio Canudal também é lugar onde houve fazenda com trabalho escravizado, casarão e engenho de pilar arroz. Manoel José Gomes da Silva declarou, em 18 de abril de 1854, possuir *terras de cultivo no lugar denominado Canudal, na Ilha do Cardoso, onde cultiva, e tem casas e Engenho de pillar arroz* compradas de seu sogro em 1837. No entanto, não identificamos a presença de descendentes de Manoel José Gomes da Silva na Ilha do Cardoso. O que verificamos no Canudal foi a entrada de um casal de descendentes de duas famílias antigas, às quais acabamos de nos referir nas páginas anteriores. O casal Francisco Xavier – descendente de Antonio Francisco Xavier que, como vimos, registrou terras no Sítio Cachoeirinha em 1856 – e Eulália Munis Xavier, descendente de José Munis – que registrou terra em Ipanema em 1855 – teve um filho, chamado Adonis Francisco Xavier que, após casar-se, foi morar no Canudal, numa área fronteira ao sítio Trapandé. Adonis casou-se com Rosa Maria Xavier. Este casal criou os filhos no sítio Canudal, entre os quais, Adão dos Anjos Xavier e Francisco Adelar Xavier.

Adonis é irmão de Maria Isabel Xavier, mãe de Francisco Alves do Rio, que se mudou para o Jacariú após o casamento com Laurindo Alves do Rio, conforme acabamos de ver acima.

Em uma entrevista (acervo do padre João Trinta), datada de janeiro de 1979, Adão dos Anjos Xavier – que hoje é falecido – informava o seguinte:

Há cerca de 60 anos atrás (1919) os pais de Adão Xavier, Francisco Adones Xavier e Rosa Maria Xavier já habitavam uma área de 160 alqueires situada entre Trapandé e Canudal, que é denominada Sítio Tajuva. Cultivavam a terra (lavoura de subsistência) e viviam de pesca.

Mas, por volta de 1959, houve um incêndio na casa que moravam, destruindo-a e também a escritura destas terras que foram registradas em Jacupiranga. Não se sabe como, mas apareceu o sr. Benedito de Oliveira Campos dizendo-se dono destas mesmas terras em que a família Xavier viveu por muitos anos (entrevista em 30/01/1979, concedida aos recenseadores Carlos Gomes e Kgung Mo Sung, contratados por João Trinta).

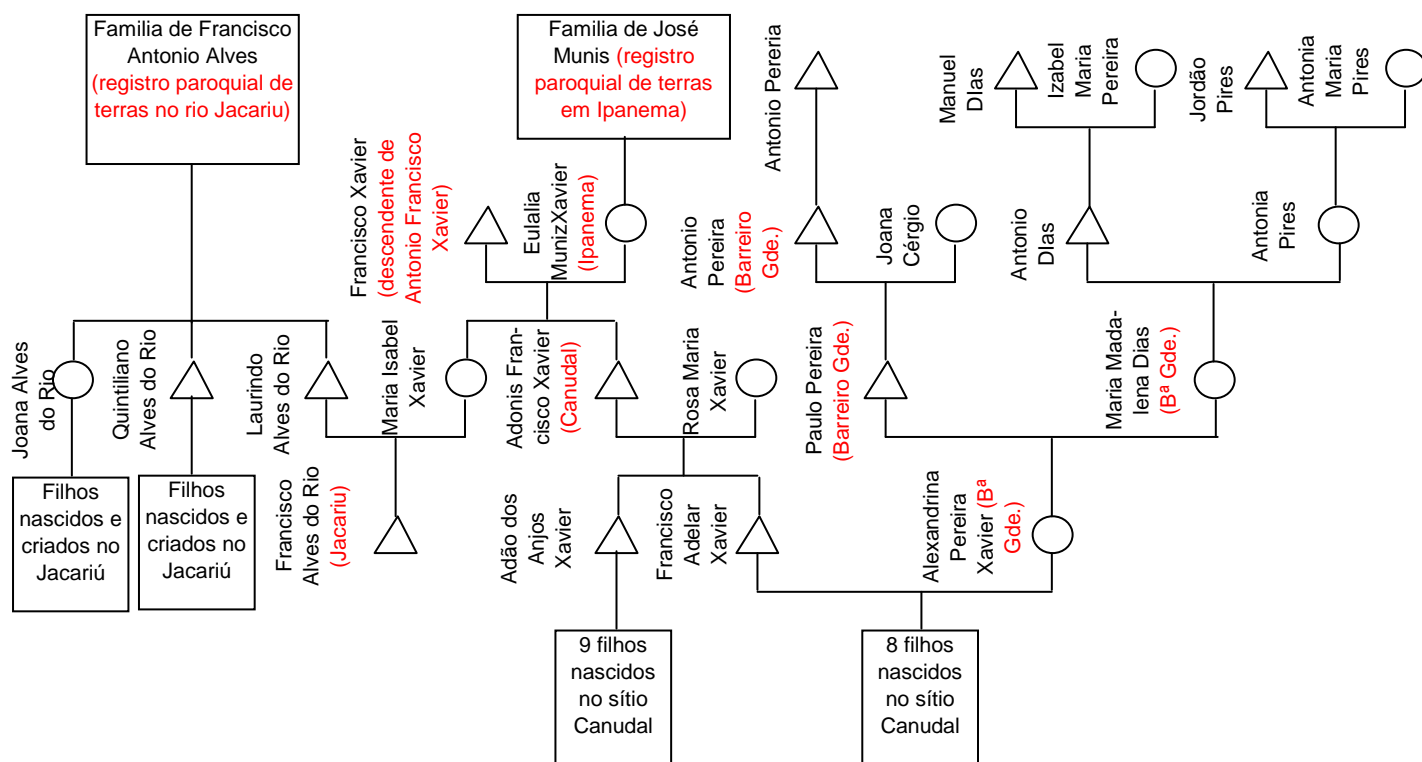
Nessa mesma entrevista, consta que Adão estava morando no sítio Trapandé, casado com Luiza Rangel Xavier e tinha os filhos: Edileusa Xavier, de 15 anos; Advanil Xavier, de 13 anos; Maria Rosária Xavier, de 11 anos; Adelson Xavier, de 8 anos; Lurdes Xavier, de 6 anos; Adão Xavier, de 2 anos; e Reginaldo Xavier, de 6 meses.

Francisco Adelar Xavier foi entrevistado pelos mesmos recenseadores que entrevistaram Adão, e na mesma data. Nessa entrevista, vemos que ele estava morando no sítio Canudal, entre Trapandé e Tajuva, e o nome do proprietário da área aparece como sendo Benedito de Oliveira Campos, o mesmo que a família não sabe por que meios tornou-se dono do lugar, posto que os pais de Adão e Francisco possuíam uma escritura de compra e venda.

Francisco Adelar Xavier casou-se com Alexandrina Pereira Xavier, nascida e criada no sítio Barreiro Grande, e neta de Antonio Pereira e de Antonio Dias e Antonia Pires, sendo estes dois últimos, filhos, respectivamente, de Manuel Dias e de Jordão Pires.

No gráfico a seguir, estão representadas as famílias Alves do Rio, no Jacariú, e Xavier, no Canudal.

gráfico 15. Famílias Alves do Rio e Xavier, presentes, respectivamente, nos sítios Jacariú e Canudal.



Francisco Adelar Xavier, em entrevista que nos foi concedida em dezembro de 2011, conta que a proibição de cultivar a terra, consequência da criação do PEIC, obrigou ele e o irmão Adão a irem procurar meios de vida fora dos sítios onde moravam. Adão morou um tempo na Ilha da Casca, passando a viver da pesca, e depois transferiu-se para a

pequenina Ilha do Filhote, bem ao lado da Ilha da Casca. E Francisco Adelar passou a trabalhar também com pesca na Ilha do Filhote, onde se mantém até hoje. Três filhos de Adão dos Anjos Xavier, até os dias de hoje, seguem trabalhando na ilha do Filhote. Adão dos Anjos Xavier Filho trabalha apenas com pesca, e seus irmãos Adilson Xavier e Maria Xavier trabalham com pesca e viveiro de ostras. Francisco, mais conhecido por Chiquinho, e estes seus três sobrinhos alternam moradia entre a Ilha do Filhote e a Ilha de Cananéia, mas não abandonaram o sítio no Canudal, onde mantém uma tapera e conservam os caminhos e o pomar sempre roçados.

Em suma, as pessoas que mantêm vínculo com a Ilha do Filhote e o sítio Canudal são:

- 1- Francisco Adelar Xavier e esposa
- 2- Adão dos Anjos Xavier Filho
- 3- Adilson Xavier
- 4- Maria Xavier

O Sítio Tajuva

Em 2 de outubro de 1855, uma certa “Dona Rita Maria da S^a” registrava *um citio com terras lavradas, e casas de telha no lugar denominado Tajuva*, o qual lhe coube em meação dos bens de seu finado marido, conforme está na folha 359 do livro paroquial de terras de Cananéia. Não sabemos o percurso da transmissão da terra a partir de Dona Rita Maria. Moradores nos informam que um homem de Cananéia, que era conhecido por Totó do Vale, comprou uma parte do sítio Tajuva –apenas uma parte, e não o sítio todo – e depois vendeu essa parte a um homem morador na cidade de São Paulo, chamado José Fernandes. Este último, contratou o casal Maria Florentina Pires e Evandro Pontes para tomar conta do local.

Maria Florentina, nascida no sítio Barreirinho, é filha de Segundina Pires e de Agostinho Rangel. Evandro, nascido no sítio Trapandé, era filho de João Pontes e de Maria Luiza. Tiveram os filhos Osni Pontes, Evandro Valdemar Pontes Filho, Rosilda de Jesus Pontes, Rosana Aparecida Pontes e Paulo Rogério Pontes. Quando o casal Maria Florentina e Evandro já estava morando no sítio Tajuva, Agostinho Rangel, que havia enviuvado

quando Maria Florentina era criança pequena, como já mencionamos páginas atrás, estava casado com Maria Cordeiro Rangel e tinha vários filhos pequenos com ela, morando no Barreirinho. Então, Agostinho resolveu mudar-se com a esposa e os filhos para perto de sua filha e do genro, no Tajuva.

Os filhos do casal eram: Manoel Rangel, Leonardo Rangel, João Rangel, Agostinho Rangel, Rosa Maria Rangel e Antonio Rangel. No entanto, em 1972, Evandiro faleceu. Cinco anos depois, Maria Florentina casou-se com Antonio Costa, do sítio Andrade, e mudou-se para lá.

Agostinho Rangel e a família seguiram morando no Tajuva. Com o tempo, o proprietário José Fernandes deixou de aparecer e nunca mais tiveram notícias dele. Agostinho Rangel e Maria Cordeiro faleceram nesse sítio, sendo que seus filhos nunca perderam o vínculo com o lugar onde cresceram. Até hoje mantêm ali uma tapera e trabalham com pesca nesse sítio.

Em suma, as pessoas que mantêm vínculo com o sítio Tajuva são:

- 1- Manuel Rangel
- 2- Leonardo Rangel
- 3- João Rangel
- 4- Agostinho Rangel
- 5- Rosa Maria Rangel
- 6- Antonio Rangel

O Sítio Trapandé

Em relação ao Sítio Trapandé, encontramos, no acervo do padre João Trinta, alguns registros paroquiais de terra. Em 3 de maio de 1856, Lionel Barbosa declarava ser senhor e possuidor de *huma Ilha chamada Japajá, no bairro de Trapandé, com casas cobertas de palha, Laranjeiras, Caffeseiros, Bananeiras e benfeitorias*. Antonio José Pereira declarava, em 6 de maio de 1855, possuir um sítio no lugar denominado Morrete, no bairro Trapandé, havido por compra. Em 19 de maio de 1856, Alixandre José de Souza – possivelmente, o mesmo que declarou terras na *Caxueiria Grande*, em abril de 1855 – declara possuir, por

falecimento de seus pais, um estabelecimento de lavoura, o qual cultivava havia mais de 40 anos.

O acervo do padre João Trinta guarda uma escritura de compra e venda, de quatro páginas manuscritas relativa ao Sítio Trapandé (vide figuras 65 a 68 –anexos). Vejamos um trecho dessa escritura:

Primeiro traslado da escriptura de compra e venda de um sito que fazem o Coronel João Martins Simões e sua mulher Dona Maria Lourença Simões a João Polycarpo pela quantia de quatro centos mil réis.

Saibam Quantos esta virem que no Anno de mil nove centos e doze, aos vinte sete dias do mês de Novembro do dicto Anno, nesta cidade de Cananéa, Freguesia de São João Baptista, Estado de São Paulo, em meu cartório, digo, em casa de morada do Coronel João Martins Simões, onde eu, Tabelião a chamado vim ahi perante mim, appareceram partes justas e [...], a saber: de uma parte como outorgantes o Coronel João Martins Simões e sua mulher Dona Maria Lourença Simões, proprietários e domiciliados nesta cidade e de outra parte como outorgado João Polycarpo Pontes, lavrador, domiciliado neste município, uns e outros meus conhecidos e das testemunhas infra nomeadas e assignadas de que dou fé. E logo por elles outorgantes [...] Coronel João Martins Simões e sua mulher Dona Maria Lourença Simões me foi dito que, sendo senhores a justo título e possuidores de um sitio de terras, com casa de vivenda coberta com telhas, e mais bem feitorias, sito no lugar denominado “Tarapandé” na encosta do morr. Cardoso, e que divide pelo modo seguinte: Pelo lado do Norte com terras dos seus avós Laurindo Martins Simões pela ponta de um sambaqui, pelo lado do Sul com terreno dos herdeiros de Antonio José Pereira pelo Saco do morrete fasendo frente no mar de Tarapandé e fundos até o cume do morro antes da serra do Cardoso (...)

O trecho do documento acima transcrito trata da venda de cerca de 73 hectares de terras pelo coronel João Martins Simões ao lavrador Polycarpo Pontes em 1912. O título de “Coronel” indica que o primeiro descende de uma das ricas famílias proprietárias de fazenda de arroz, tocada a trabalho escravo. Seus avós já possuíam terra ali, conforme indica o documento, ao mencionar terras de seus avós confrontantes com as dele. Lembremos que, em 1912, o porto de Iguape já havia entrado em franca decadência devido ao assoreamento causado pelo Valo Grande, embora o porto de Cananéia continuasse com o movimento de sua área lagunar. Nessa época, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, muitos fazendeiros se retiraram da área, embora hoje ainda se encontrem na ilha alguns descendentes dos antigos donos de casarões assobradados e engenhos de pilar arroz. Enquanto isso acontecia, houve um refluxo para a agricultura de

subsistência e, ao mesmo tempo, o início de uma passagem à pesca comercial. Por isso, talvez possamos considerar esta transmissão de terras de um “coronel” a um lavrador como emblemática dessa passagem.

Embora o contrato acima mencionado seja de 1912, a certidão de nascimento de uma das filhas de João Polycarpo indica que ele estava presente na área do “Tarapandé”, pelo menos cinco anos antes. Este documento é de Maria Duvirgem Pontes, lavrado em 27 de outubro de 1907 pelo pai, e informa que ela nasceu em 19 de outubro de 1907 no lugar “Tarapandé”, filha de Policarpo Pontes e de Dona Martiniana Braselina de Paiva, sendo seus avós paternos José Carneiro Pontes e Dona Martiniana Braselina de Paiva; e maternos, Jezoino Paiva e Dona Maria Francisca de Campos.

A declaração de residência que reproduzimos a seguir, indica que os Pontes, desde a compra da área, estiveram vivendo da lavoura, e que em 1983, viviam também da pesca. Abaixo, transcrevemos essa declaração:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Ascendino Pontes, brasileiro, casado, pescador, Maria Duvirgem Pontes, viúva de Luis Costa, ambos filhos de João Policarpo Pontes e Maria Brasilina de Pontes, e José Pontes, brasileiro, casado, filho da acima mencionada Maria Duvirgem Pontes, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que mantêm neste município de Cananéia, no lugar denominado Trapandé, na Ilha do Cardoso, propriedade rural de mais ou menos setenta e três hectares, conforme escritura anexa comprova. Aos 27 de novembro de um mil novecentos e doze (1912), o acima mencionado Policarpo Pontes comprou o Sítio Trapandé do Coronel João Martins Simões e sua esposa Maria Lourenço Simões. O casal Policarpo Pontes e Matiniana Brasileira de Pontes tiveram seis filhos: além dos acima mencionados Ascendino Pontes e Maria Duvirgem Pontes, tiveram Esmeralda Pontes, Luiza Pontes, casada com João Batista Pontes e André Pontes. Todos eles casados e com filhos. A família Pontes manteve em sua propriedade, mansa pacífica e ininterruptamente desde o ano de 1912, quando a compraram, viveram principalmente da lavoura, fazendo roçadas de arroz, feijão, milho e mandioca, criando pequenos animais e mantendo pomar de árvores frutíferas de diversas espécies. Exercem também a pesca em volta da região da Ilha da Casca. O sítio de Trapandé situa-se na encosta do Morro do Cardoso e tem as seguintes divisas: pelo lado do norte com terrenos da família Martins Simões pela parte do Sambaqui, pelo lado do sul, com terras dos herdeiros de Antonio José Pereira pelo Saco do Morrete, fazendo frente no mar do Trapandé e fundos do Morrinho antes da Serra do Cardoso.

Cananéia, 26 de outubro de 1983.

Ascendino Pontes
 Maria Duvirgem Pontes
 José Pontes

[Ascendino e José assinam e Maria Duvirgem deixa sua impressão digital]

Atestamos sob as penas da lei, que reconhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 26 de Outubro de 1983

[Padre João Trinta – João Van Der Heyden – e outras duas testemunhas assinam]

Na declaração acima, aparece o nome de todos os filhos de João Policarpo e de Martiniana, sendo que na data de sua redação, apenas dois filhos deles e mais um neto moravam no Trapandé: os irmãos Ascendino e Maria Duvirgem, e o filho desta última, José Pontes. Evandro José Pontes que, como já vimos poucas páginas atrás, casou-se com Maria Florentina Pires, morou no Barreirinho, e depois foi, com esposa e filhos pequenos tomar conta do Tajuva, era neto de João Policarpo, filho de sua filha Luiza Pontes e de João Batista Pontes. Em conversa com Maria Florentina no dia 17 de fevereiro de 2012, ela nos disse que ainda vive em Santos um irmão de seu primeiro marido, Evandro, chamado Antonio, que está adoentado e vive na cama.

Anotações do padre João Trinta indicam que, em 1979, também vivia no sítio Trapandé um neto de João Policarpo chamado João Pontes, que nessa época tinha 41 anos de idade, era casado com Dirce França Pontes e pai de dez filhos, sendo 6 com idades entre um e seis anos, e 4 com idades entre sete e quatorze anos.

Já mencionamos que havia outras famílias de lavradores morando nos sítios onde havia proprietários. Encontramos, no acervo do padre João Trinta, a certidão de óbito de Agostinho Pinheiro, falecido em 1927 no Tarapandé. O documento também diz que ele era natural do “Tarapandé”, mas não indica quem eram os seus pais e nem quantos anos tinha ao falecer. O fato de que a via que encontramos desse documento foi emitida em dezembro de 1983, indica que ela foi providenciada por algum descendente de Agostinho Pinheiro, que a essa época morava ou mantinha vínculo com o sítio, para ser anexada na defesa dos moradores contra a marinha, que queria desalojar a todos na ilha. No entanto, não obtivemos mais informações sobre esse morador e nem sobre seus descendentes.

O Sítio Andrade

Encontramos o sítio Andrade referenciado algumas vezes no livro de terras de Cananéia. Em 29 de maio de 1856, Francisco Antonio de Almeida declarou, à folha 198, “um estabelecimento de lavoura” com casa de morada, “árvores de espinhos” e outras frutíferas e culturas, que houve por falecimento de seus pais. Em 28 de maio de 1856, José Francisco da Silva declarou, à folha 199, “um estabelecimento de lavoura” com casa de morada, “árvores de espinhos” e outras frutíferas e culturas, que havia comprado vinte anos antes. Manoel Matheus de Almeida declarou possuir cinco braças de terras no Sacco do Andrade, em 28 de maio de 1856, à folha 300. José Maria de Freitas também declarou “um estabelecimento de lavoura” com casa de morada, “árvores de espinhos” e outras frutíferas e culturas, à folha 396, em 30 de maio de 1856.

O sítio Andrade está relacionado também às famílias Martins, Rodrigues e Costa. Romeu Mário Rodrigues, em entrevista que nos concedeu em agosto de 2011, contou que o pai de seu bisavô, chamado Vicente Rodrigues, já estava lá em 1823. José Joaquim Costa comprou terras de José Rodrigues nas últimas décadas do século XIX, nas quais havia casarão assobradado. A informação sobre a venda de José Joaquim Costa a José Rodrigues mostra ser plausível a informação dada por Romeu Mário Rodrigues de que a família Rodrigues chegou à área na primeira metade do século XIX, indicando que o Andrade também foi fazenda de rizicultura, tocada com trabalho escravizado.

Em 1901, Leonor Maria Martins comprou oitenta e cinco braças de terras no Sacco do Andrade, as quais lhe foram vendidas pelo casal João Thomaz de Souza e Adelaide de Almeida. Dada a coincidência do sobrenome, é provável que esta última fosse descendente de Manoel Matheus de Almeida, que havia declarado possuir terras nesse mesmo lugar quarenta e cinco anos antes, como vimos acima. Obtivemos cópia de uma escritura de compra e venda, que nos foi cedida por seus descendentes, e cujo texto reproduzimos a seguir:

Dizemos nós João Thomaz de Souza e minha mulher Anna Adelaide de Almeida, que sendo nós legítimos possuidores de oitenta e cinco braças de terras no lugar denominado Sacco do Andrade cujas teras dividem –se por um lado com terras de Joaquim [...] de Almeida por outro lado com Pacífico José Pereira , fazendo frente para o mar e fundos para o morro, a qual a possuímos livre e desempedida por isso lhe fazemos venda,

como por este vendido temos de hoje para sempre a Senhora Donna Leonor Maria Martins, pela quantia de rs80\$000 – oitenta mil rs pelo que poderá a dicta Snr^a gozar e desfrutar como seus que ficão sendo e para firmeza passa esta que assinamos como as testemunhas a baixo assinadas.

Cananéia, 26 de Dezembro de 1901

João Thomaz de Souza

Como testemunha [ilegível] Estevam [ilegível]

Joaquim Antonio [ilegível]

Como testemunha de Anna Adelaide de Almeida

Ernesto Martins Simões

Figura 39. Escritura de compra e venda –Leonor Gomes Peniche—Sítio Andrade (cedida pela família)

Nós os fidei. Thomaz de Souza
 e minhas mulheres Anna Adelaide de Almeida
 que sendo nos legítimos possuidores de
 bitenta e cinco braças de terras no lugar
 denominado Sítio do Andrade cujas
 ses lindam de por hum lado com terras
 de Joaquim Romão de Almeida por outro
 lado com Pacifico José Pereira, ficando
 frente para o mar e fundos para o mar
 a qual a possuímos livre e desempeida por
 isso lhe fazemos venda como por este
 vendido temos de hoje para sempre a
 Senhora Donna Leonor Maria Martins
 pela quantia de 80\$000 oitenta mil
 rs pelo que poderá a dicta Snr^a gozar
 e desfrutar como seus que ficão sendo
 e para firmeza passa esta que assinamos
 como as testemunhas a baixo assinadas

Cananéia 26 de Dezembro de 1901
 João Thomaz de Souza
 Como Testem. Estevam [ilegível]
 Joaquim Antonio [ilegível]
 Como testemunha de Anna Adelaide de Almeida
 Ernesto Martins Simões

Leonor Maria Martins, esposa de João Martins da Guia, também era chamada de Leonor Gomes Peniche, conforme vemos nas certidões do primeiro e do segundo casamento de um de seus filhos, Antonio Martins da Guia.

Convém observarmos que a família Peniche também se encontrava na Ilha do Cardoso em meados do século XIX, posto que pessoas com este sobrenome aparecem aí registrando terras. Anna Jacinta Peniche, em 10 de janeiro de 1856, declara-se “possuidora de hum citio por herança de seu marido na Ilha do Cardoso”. Embora a localidade da ilha não esteja mencionada no documento, pelo nome de um dos vizinhos que fazem divisa, concluímos que as terras de Anna Jacinta ficavam no Barreiro Grande. E, como já mencionamos páginas atrás, José Paulo Gomes Peniche registra terras no lugar chamado Limoeiro, às margens do rio Jacariú, em 1855.

Por outro lado, uma descendente de Leonor, Zilda Cardozo, conta que seu avô dizia que ela era índia e havia sido comprada como escrava:

O meu avô contava que ela foi comprada na época que comprava escravo preto, mas como ela era índia, ela não quis ficar como escrava, aí o João Martins casou com ela. Eu não sei de onde é esse João Martins, mas acho que ele também era português (Zilda Cardozo, entrevista em agosto de 2011).

É muito provável que Leonor e João Martins tenham sido casados no cartório de registros civis, pois os filhos de ambos também tiveram o sobrenome Martins. Conforme já comentamos, os filhos de casais que não eram legalmente casados, eram registrados apenas com o nome da mãe.

Como não poderia deixar de ser, os filhos de Leonor e João Martins da Guia participaram da tecitura da rede de parentesco local. Houve casamentos, por exemplo, com os Cardozo, do vizinho Sítio Santa Cruz, e com os Rodrigues, que já estavam na área do Andrade. Isabel Martins casou-se com Antonio Pacífico Rodrigues. Já Antonio Martins da Guia casou-se, primeiramente, com Maria Madalena Cardoso. Tendo ficado viúvo, contraiu segundas núpcias com Rita Godóy, viúva do irmão de sua primeira esposa.

Encontramos, no acervo do padre João Trinta, a certidão de casamento de Antonio Martins da Guia e Maria Magdalena Cardoso, o qual foi realizado em 21 de agosto de 1920. O documento mostra que ele era lavrador e nascido em 29 de julho de 1888, e ela era lavradora, nascida em 15 de agosto de 1889 (figura 69a anexos). A data de nascimento de

Antonio, nos leva a crer que os pais dele, João Martins e Leonor, estavam na ilha antes de 1901, ano da compra das terras no Saco do Andrade.

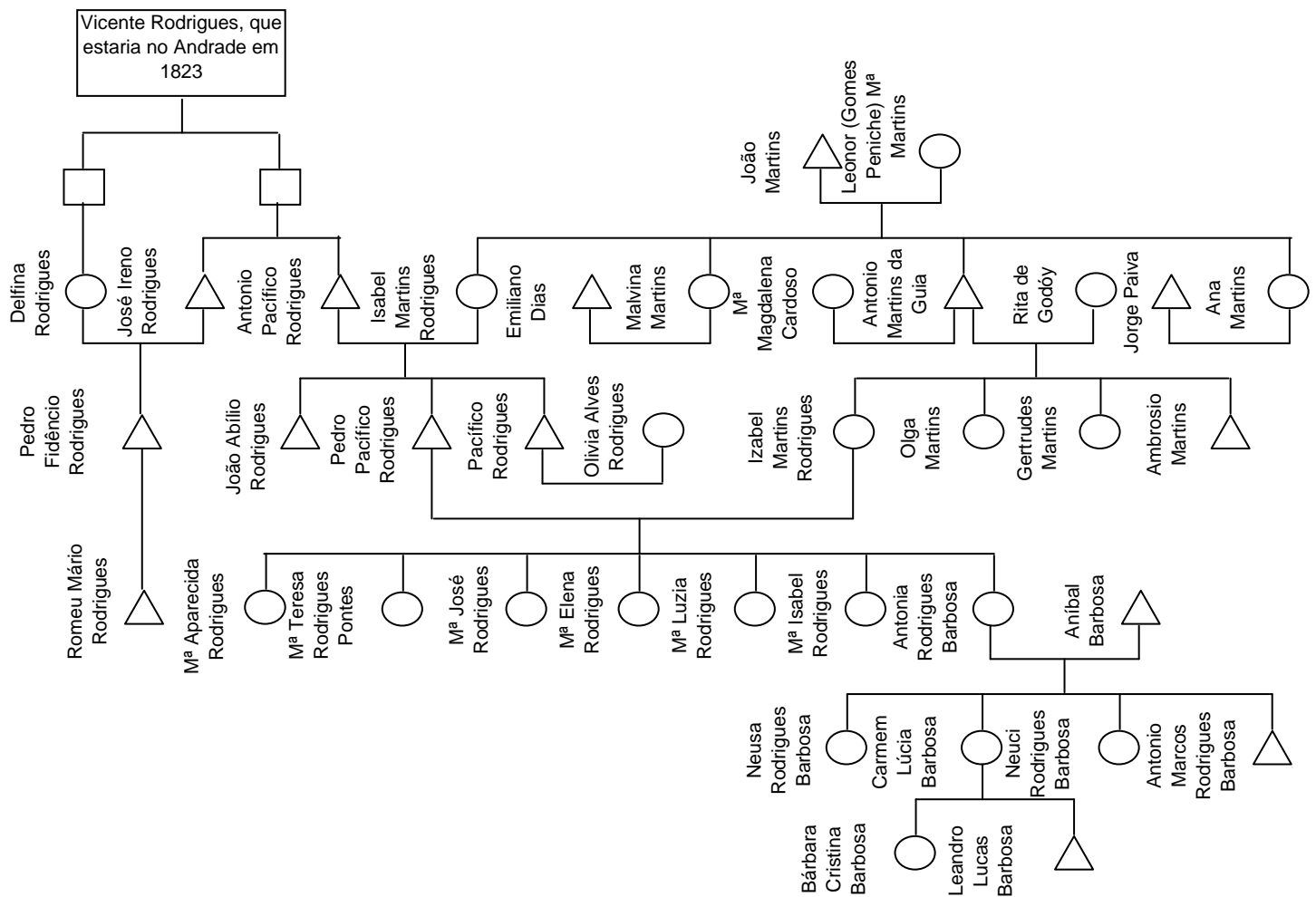
Encontramos também a certidão de óbito de Maria Magdalena Cardoso. Consta no documento que ela faleceu no “lugar Andrade”, aos 21 de maio de 1923, aos 36 anos de idade, era lavradora, casada com Antonio Martins da Guia e deixou uma filha, de nome Maria, com dois anos de idade (figura 69b – anexos). A menina Maria faleceu ainda pequena.

Antonio Martins da Guia contraiu segundas núpcias com Rita Adelina de Godoy em 16 de agosto de 1924. Descendentes destes nos mostraram o original da certidão de casamento de ambos (figura 70a – anexos) na qual consta que ela era filha de João de Godoy e de Maria de Godoy, e tinha 36 anos de idade. E ainda, no acervo do padre João Trinta, há a certidão de nascimento de Izabel Martins, uma das filhas de Rita Godoy e Antonio Martins da Guia. Esta, segundo consta no documento, nasceu “no lugar denominado Andrade” aos 27 de março de 1924, sendo que Antonio Martins da Guia consta como “declarante” (figura 70b – anexos).

Outra filha de Leonor e João Martins, chamada Isabel Martins Rodrigues, casou-se com Antonio Pacífico Rodrigues. Um dos filhos deste casal, Pedro Pacífico Rodrigues, casou-se com a prima Izabel²¹, a filha de Antonio Martins da Guia e Rita de Godoy, mencionada no parágrafo anterior. A certidão de casamento de ambos, que nos foi cedida pela família (figura 71a – anexos), nos mostra que, após o casamento, realizado em 5 de fevereiro de 1944, a noiva passou a ter exatamente o mesmo nome de sua sogra, Isabel Martins Rodrigues. Também obtivemos, cedida pela família, a certidão de nascimento de uma das filhas deste casal, chamada Maria Isabel Rodrigues, a qual indica que ela nasceu no Andrade, em 25 de março de 1963 (figura 71b – anexos). Vejamos, abaixo, representação parcial das famílias Martins e Rodrigues no Sítio Andrade:

²¹ Na certidão de nascimento o nome de Izabel é grafado com “z”, sem sobrenome. Na certidão de casamento, lemos Isabel, grafado com “s”, e o nome de solteira aparece como Isabel Rosa Martins.

gráfico 16. As famílias Rodrigues e Martins no Sítio Andrade.



Dissemos que as famílias Martins e Rodrigues estão representadas parcialmente no gráfico acima porque optamos por mostrar os descendentes que hoje se mantêm na área. Mas é preciso considerarmos que houve um número considerável de famílias morando no Andrade. Por exemplo, João Abílio Rodrigues e Pacífico Rodrigues permaneceram morando lá após terem casado, e ali nasceram seus filhos. Do mesmo modo, Delfina Rodrigues e José Ireno Rodrigues tiveram outros filhos, além de Pedro Fidêncio Rodrigues, que também constituíram família e seguiram vivendo no Andrade.

Relatos de moradores e ex-moradores deste sítio, entre outros, deixam claro que houve um êxodo muito importante já no início da década de 1960, quando da criação do PEIC. Cerca de um ano antes da decretação deste, guardas florestais passaram a visitar os

sítios, sobretudo na orla interna da parte montanhosa da ilha, avisando que as atividades agrícolas deveriam cessar – trataremos este assunto mais detalhadamente adiante. Assim sendo, enquanto alguns se retiraram definitivamente, outros mudaram-se para a ilha de Cananéia e continuaram mantendo vínculos com seus sítios. Essa mudança foi praticamente obrigatória, uma vez que as escolas dessa faixa da Ilha do Cardoso foram fechadas nessa época. Por exemplo, Maria Teresa e Antonia Rodrigues relatam que seus pais, Pedro Pacífico Rodrigues e Isabel Martins, arrumaram uma casa na cidade para que suas sete filhas pudessem estudar. Enquanto as meninas ficavam em Cananéia, as maiores cuidando das pequenas, pai e mãe permaneciam a maior parte do tempo no sítio, onde passaram a trabalhar com pesca, tornando-se esta a principal atividade na obtenção dos meios de vida da família. Vejamos mais detalhes neste depoimento de Teresa:

Teresa: É pela idade escolar. Minhas três irmãs mais velhas já estavam aqui.

Pesquisadora: Seus pais continuaram trabalhando no sítio?

Teresa: Continuaram lá, nós ficamos na cidade aqui sozinhas. Primeiro nós ficamos na casa da minha tia Mariquinha, que morava aqui no centro, e depois, que meu pai comprou uma casinha pra gente. As mais velhas ficaram aqui pra estudar, daí elas trabalhavam em casa de família, e meus pais moravam no sítio. Eles vinham duas vezes por semana pra trazer comida, pra levar roupa, pra vir olhar os filhos. E continuavam a pescar. Só pescavam, nessa época já estava proibido fazer desmatamento.

Pesquisadora: Antes da criação do Parque já estava proibido?

Teresa: Já, bem na época que ia mudar, a fiscalização já estava preparando. O pessoal já dizia que não podia [fazer roça]. Então, um ano antes já estava. Primeiro, eles não nos expulsaram, mas primeiro eles fecharam as escolas, porque tinha escola lá. E aí acabou a escola. Daí o pessoal já começou a ter filhos em idade de escola, quem não tinha com quem deixar na cidade, ou não estudava, ou ficava na casa de parentes, que às vezes nem parentes a gente não tinha (Maria Teresa Rodrigues Pontes, entrevista em agosto de 2011).

Teresa esclarece que, naquela época, início da década de 1960, seu pai passou a trabalhar com pesca no sítio Ipaneminha, juntamente com Joaquim, irmão dele, que já trabalhava lá. Vários anos mais tarde, a casa do Andrade pegou fogo. Nessa época, o gestor do PEIC disse a Pedro Pacífico que ele deveria escolher se queria morar no Andrade ou no Ipaneminha, pois só poderia ter uma casa. Então, ele preferiu ficar no Ipaneminha, onde continuou trabalhando sozinho por mais de dez anos, após seu irmão, Joaquim, ter cessado com as atividades de pesca. Quando Pedro Pacífico aposentou-se, a filha Antonia Rodrigues Barbosa assumiu o ponto do cerco no Ipaneminha juntamente com o neto Lucas

Leonel Barbosa que, desde pequeno, foi criado por ela e o marido. No entanto as filhas de Pedro Pacifico não conseguiram manter a casa nesse sítio por falta de autorização do PEIC para fazer as reformas necessárias à sua manutenção. Mesmo assim todas as filhas freqüentam a área para lazer.

Antonia Rodrigues Barbosa, após o casamento com Aníbal Barbosa, voltou a morar com o marido na área do Andrade, indo tomar conta de um sítio para um terceiro. O casal, que sempre viveu principalmente da pesca, mantém aí um cerco. Este casal também constituiu casa em Cananéia para que os filhos pudessem estudar, mantendo dupla residência.

Figura 40. Antonia Rodrigues Barbosa



A declaração de residência transcrita abaixo mostra que, em 1983, parte dos netos de Leonor e João Martins permaneciam vivendo no Andrade:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Izabel Martins Rodrigues, brasileira, casada, residente no Sítio Andrade e Santa Cruz, GERTRUDES MARTINS RANGEL, brasileira, casada, residente no mesmo local acima mencionado, AMBRÓSIO MARTINS, brasileiro, casado, residente também no mesmo local, irmãos os três, filhos de Antonio Martins da Guia e Rita de Godói, e a cunhada OLÍVIA ALVES RODRIGUES, brasileira, viúva, residente no mesmo local acima mencionado, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, no lugar denominado SACCO DO ANDRADE e SANTA CRUZ desde o começo deste século, tendo os três primeiros além de mais uma irmã Olga Martins, nascidos neste mesmo local enquanto a quarta acima mencionada, Olivia Alves Rodrigues veio morar no mesmo local quando se casou com Pacífico Rodrigues, parente da mesma família, como em seguida haveremos de mostrar, casamento que ocorreu em 14 de agosto de 1953.

Conforme documentos comprovam, em 26 de dezembro de 1901, a dna. Leonor Maria Martins, também chamada Leonor Gomes Peniche comprou um sítio de terras de 85 braças no lugar denominado SACCO DO ANDRADE. Sítio comprado de João Tomás de Souza e Adelaide de Almeida. A acima mencionada Leonor Maria Martins, em casamento com João Martins, tiveram 4 filhos: Izabel Martins que se casou com Antonio Pacífico Rodrigues, Malvina casada com Emiliano Dias, Ana casada com Jorge Paiva e Antonio Martins da Guia que se casou pela primeira vez com Maria Magdalena Cardoso – deste casamento nasceu uma criança que logo chegou a falecer e pela segunda vez com sua cunhada Rita de Godói, que era viúva de Manoel Ignácio Cardoso, herdeiro este do inventário de Alexandre José Cardoso e Anna Nardes Cardoso, tanto como sua irmã Maria Magdalena Cardoso logo acima mencionada. Do casamento de Antonio Martins da Guia e Rita Godói, logo acima mencionados, nasceram 4 filhos: Izabel Martins abaixo assinada, Olga Martins acima mencionada, Ambrósio e Gertrudes abaixo assinados, os quatro casados. Do casamento de Isabel Martins e Antonio Pacífico Rodrigues acima mencionados, nasceram entre outros filhos, Pedro Pacífico Rodrigues que se casou com sua prima Izabel Martins abaixo assinada e Pacífico Rodrigues que se casou com Olívia Alves Rodrigues, a abaixo assinada.

Os quatro abaixo assinados mantêm seus direitos hereditários no sítio Sacco do Andrade, mansa, pacífica e ininterruptamente desde 1901, sem oposição de qualquer espécie, mantendo aí suas roçadas, árvores frutíferas de diversas espécies e pescando na frente do sítio ao lado norte na Bahia de TRAPANDÉ. O sítio do Sacco do Andrade, no bairro do Andrade, delimita-se para o norte com a Bahia de Trapandé, para leste com os compradores do sítio Andrade dos Rodrigues e do sítio Andrade dos Pontes e para o Oeste com o sitio Andrade dos Costas, e nos fundos – ao lado sul com quem tiver os direitos.

Os três primeiro abaixo assinados são igualmente herdeiros de uma parte do sítio Santa Cruz através de sua mãe Rita Godói, que era viúva de Manoel Ignácio Cardoso, filho este herdeiro de parte do inventário de seu finado pai Alexandre José Cardoso e Anna Nardes Cardoso, inventário feito em

1908, conforme comprovam os documentos contidos no processo de João Cardozo do sítio Santa Cruz.

São igualmente herdeiros, de outra parte do mesmo sítio da Santa Cruz porque o pai dos três primeiros abaixo assinados, Antonio Martins da Guia, antes de se casar com dna. Rita de Godói, era viúvo de Maria Magdalena Cardoso, assim que os três abaixo assinados em questão são igualmente herdeiros legítimos desta parte do Inventário de Alexandre José Cardoso e Anna Nardes Cardoso, conforme os documentos deste inventário que estão no processo de João Cardozo, do sítio da Santa Cruz. Estas partes do sítio da Santa Cruz de que os abaixo assinados são legítimos herdeiros, fazem parte do mencionado sito, porque quando do inventário de 1908, acima mencionado, cujos documentos constam no processo de João Cardozo, do sítio da Santa Cruz, não foram delimitadas as partes dos herdeiros, filhos do casal Alexandre José Cardoso e Anna Nardes Cardoso.

Cananéia, 12 de NOVEMBRO DE 1983.

Isabel Martins Rodrigues

Gertrudes Martins Rangel

Ambrosio Martins

Olívia Alves Rodrigues

[Isabel e Ambrósio assinam, os demais deixam impressões digitais]

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

[Padre João Trinta – João Van Der Heijden – e outra duas testemunhas assinam]

A família Costa, como já mencionamos, também comprou uma área de terras no Sítio Andrade, vendidas por pessoa da família Rodrigues entre o final do século XIX e o início do século XX. Vejamos o que diz a declaração de residência que reproduzimos a seguir:

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado, José Andrelino Costa, casado com Santina Theodora, morador deste município de Cananéia, filho de José Catarina Costa, neto de José Joaquim da Costa e de Elvira Fusquini Costa mantém neste município de Cananéia, no lugar chamado Costa do Andrade, na Ilha do Cardoso, um Sítio chamado Sítio do Saco, frente à Baía de Trapandé.

O sítio do Saco foi comprado por José Joaquim da Costa, avô do acima mencionado, que estava casado com Elvira Fusquini Costa, compra feita de João Rodrigues; a escritura desta compra “perdeu-se” nas mãos de João Veríssimo, como declara a família da Costa. José Joaquim da Costa teve quatro filhos: Luis Costa, Antonio Costa, João Costa e José Catarina Costa. O acima

mencionado José Andreilino Costa é filho descendente de José Catarina Costa, com sua esposa Urcelina Cardoso Costa. Este casal teve nove filhos: Antonio Costa, casado com Maria Rangel, José Andreilino Costa, acima mencionado, casado com Santina Theodora, Benedito Costa, solteiro, Pedro Costa casado com Italvina de Almeida, Maria Costa, casada, e Tereza, casada com José Xavier.

O Sítio do Saco, no Bairro Andrade é de cinco alqueires mais ou menos, confronta-se ao leste com o Sítio Tajuva, a leste [sic] com Pedro Pacífico Rodrigues e outros. A norte com o mar e ao sul com o Sítio do Limoeiro. A família Costa mantém no sítio duas casas de moradia: uma de pau a pique, outra de madeira, ambas cobertas com telhas. Exercem a profissão de lavrador e pescador, fazendo roçadas de arroz, milho e mandioca e feijão, e cultivando árvores frutíferas de diversas espécies. O declarante acima mencionado fez esta declaração, reconhecendo plenamente o direito de outros herdeiros, mas que por diversas razões estavam impedidos de comparecer no dia de hoje.

Cananéia, 26 de outubro de 1983.

José Andreilino Costa

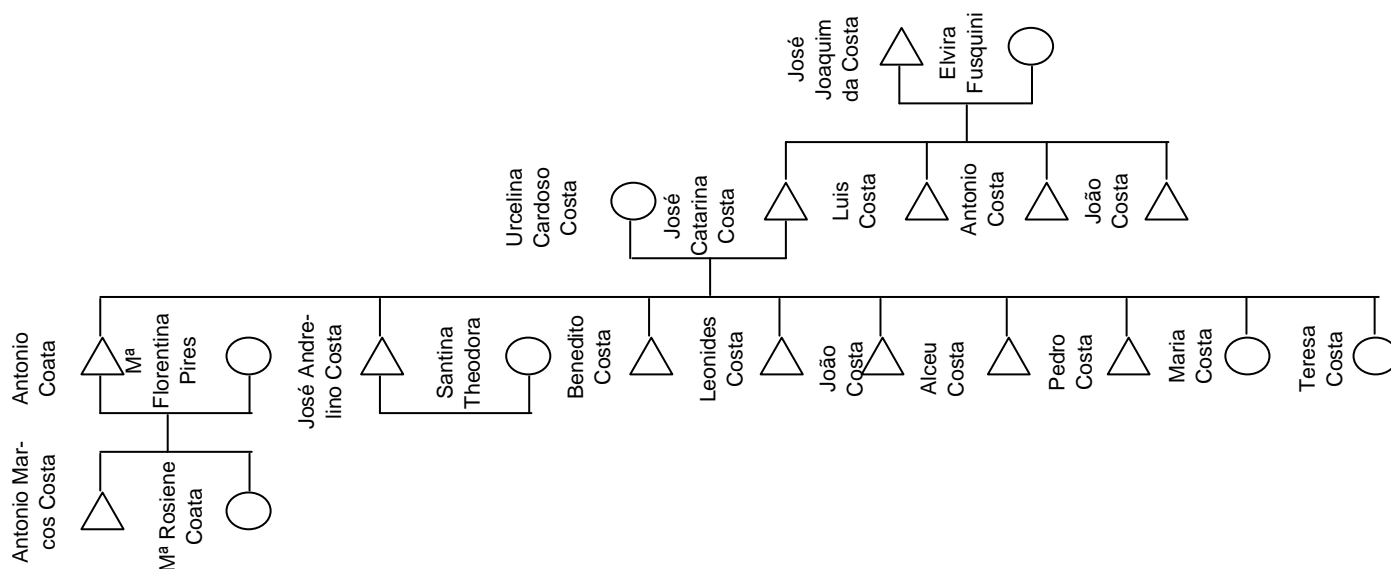
Atrestamos sob as penas da lei, que reconhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 26 de outubro de 1983.

[Padre JOÃO Trinta – João Van Der Heijden – assinam].

No gráfico a seguir, representamos parcialmente a família Costa no sítio Andrade:

gráfico 17. A família Costa no Sítio Andrade.



Na declaração de residência acima, José Andrelino Costa declara que havia outros herdeiros de Joaquim Costa morando no Sítio do Saco. Ele referia-se a alguns de seus irmãos. Benedito Costa estava morando na casa de pau a pique coberta com telhas, que havia sido dos pais, e ainda hoje, mesmo morando na cidade, em Cananéia, ainda mantém essa mesma casa. Também havia na área outro irmão de José Andrelino, Antonio Costa, que na época já se encontrava casado com Maria Florentina Pires. Esta, conforme já mencionamos, era viúva de Evandro Pontes, do sítio Trapandé, com quem havia morado primeiro no sítio Barreirinho, onde ela nasceu, e depois no sítio Tajuva. Após o casamento com Antonio Costa, ela passou a chamar-se Maria Florentina Pires Costa. Além dos filhos que teve com o primeiro marido, os quais já mencionamos alguns parágrafos atrás, ela e Antonio Costa tiveram mais dois filhos, Antonio Marcos Costa e Maria Rosiane Costa.

Maria Florentina e Antonio Costa, que continuam morando no Andrade, nos mostraram um dos pilares do casarão que havia sido dos Rodrigues, e onde o avô dele, Joaquim Costa, passou a morar após a compra da área.

Figura 41. Maria Florentina e Antonio Costa (a); pilar do antigo casarão no sítio Andrade (b).



Em resumo, existem hoje no Sítio Andrade quatro casas. Uma é a de Benedito Costa, que mora em Cananéia e mantém vínculo com o sítio. A segunda é a de Maria Florentina e de Antonio Costa, que têm moradia também em Cananéia, mas passam a maior parte do tempo no sítio. A terceira, próxima à casa dos pais, é a de Antonio Marcos da Costa, que também mantém dupla moradia, na cidade e no sítio. A quarta casa, é a de

Antonia Rodrigues Barbosa e do marido Aníbal Barbosa, que mencionamos algumas linha atrás, onde foram morar há cerca de 40 anos como “tomadores de conta” para um terceiro.

O Sítio Santa Cruz

O Sítio Andrade faz divisa com o Sítio Santa Cruz. Este último também possuía engenho de pilar arroz e casarão de pedras, do qual ainda existem ruínas. O acervo do padre João Trinta guarda um rol de documentos que nos permite acompanhar o percurso das transmissões desse sítio desde 1856, quando Gregório Gomes Mendes registra um sítio na área do Santa Cruz, conforme transcrevemos a seguir:

F 218

Nº 153

Gregório Gomes Mendes, morador no Termo desta Villa de Cananea [é] possuidor de hum citio por Herança de seos Pais no lugar denominado Santa Cruz, na Ilha do Cardozo, confrontante para o Norte e fundos para o Sul, divide pº Leste com terras de Anna Jacinta Peniche e pª o Oeste com terras de moradores no lugar entitulado Andrade por huma pedra grande que está na beira do mar; declara que neste citio a sima mencionado tem as orphans filhas de José Maria Fosquini huma oitava parte que lhes pertence igualmente por herança de sua finada Mai. Cananea, 9 de janeiro de 1856. Gregório Gomes Mendes.

Apresentado no dia 9 de janeiro de 1856

O Vigº Encomendo José Manoel da Rosa

Registro 1\$000

Segundo pesquisa do padre João Trinta, em 1866, José Medeiros de Rosa adquiriu o sítio Santa Cruz, como credor hipotecário da fazenda inventariada do finado Gregório Gomes Mendes, e adquiriu também a oitava parte que competia por herança às órfãs de José Maria Fosquini. Em 1899, Alexandre Cardozo adquire estas mesmas terras de uma herdeira de José Medeiros de Rosa, chamada Josepha Maria da Rosa Veiga, e de seu

marido, Antonio Trudes da Veiga. Vejamos, abaixo, transcrição da escritura de compra e venda relativa a esta transmissão (vide figura 72 – anexos):

Os abaixo assignados Antonio Trudes da Veiga e sua mulher Josephia Maria da Rosa Veiga, que sendo senhores e legítimos possuidores da metade do sítio denominado “Santa Cruz” na Ilha do Cardoso neste município, cuja metade do sítio nos foi adjudicado em pagamento na qualidade de [...] no inventário que se procedeu nos bens de nosso finado pae e sogro Ricardo [...] de Medeiros Rosa, dividindo do lado do Sul com terras de José Luis Collaço e do lado do Norte indiviso com João Americo Mancio de Toledo, a quem pertence outra metade e como possuímos livre de quaisquer onus vendemos ao Sr. Alexandre Cardozo pelo preço e quantia de 200\$000 (duzentos mil reais) que recebemos ao passar deste [...] quitação. Tendo pago pelo comprador o imposto de transmissão da propriedade.

A elle comprador traspassamos toda posse juz e domínio que tínhamos na mencionada metade do sítio. Damos por declaradas as clausulas em Direito necessário e para firmar passamos o presente titulo de venda que assignamos com as testemunhas abaixo assignadas.

Cananea, [...] de janeiro de 1899.

Antonio Trudes da Veiga

Josephia Maria da Rosa Veiga

Test^{as} Antonio Dias Ferreira

Theotonio Gomes [...]

Descendentes de Alexandre Cardozo²² nos informam que ele era português. Não sabemos em que data chegou ao Brasil. Casou-se com Anna Nardes, a qual acreditamos ser nascida no sítio Bom Bicho, no continente. Temos outras referências ao sobrenome Nardes na ilha do Cardoso, como é o caso de Paulina Nardes Rosa Neves que, como já vimos, se casou com Lindolfo das Neves, e também é o caso de José Nardes, que morava na Cachoeira Grande. Isso indica que a família Nardes há inúmeras décadas participa da rede de parentesco e vizinhança dessa área que inclui Ilha do Cardoso e os sítios localizados no continente, em frente à Ilha da Casca. Acreditamos ser Anna Nardes do Bom Bicho porque a família Nardes aparece duas vezes registrando terras nesse lugar, no livro paroquial de

²² Comenta-se, na Ilha do Cardoso, que o topônimo deve-se à presença de Alexandre Cardozo. No entanto, acreditamos que a ilha recebeu esse nome muito antes da chegada dele. Paulino de Almeida refere-se à presença de Domingos Cardoso na ilha ainda nos primórdios do século XVII (Almeida, 2005 [1946], p. 74). Além disso, os inúmeros registros paroquiais de terras efetuados na ilha, todos entre os anos de 1854 e 1856, nos mostram que, nessa época, já eram correntes as designações “Ilha do Cardoso” e “Morro do Cardoso”.

terras. Ignácio Antonio Nardes, em 13 de agosto de 1855, registra à folha 121, *um citio com terras lavradias, e cazas de palha* às margens do rio”. E o filho dele, Antonio José Nardes, registra à folha 379 *hum cito de terras lavradias com caza de telhas* entre os rios Iririú e Bom Bicho, em 28 de julho de 1855.

Alexandre Cardozo e a esposa já moravam nessa área, talvez no Bom Bicho, antes da compra do Sítio Santa Cruz, em 1899, posto que a certidão de casamento de uma filha do casal, Magdalena, que se casou com Antonio Martins da Guia, como já vimos alguns parágrafos atrás, mostra que ela nasceu em 1889. E, segundo as idades dos filhos de Alexandre Cardoso e Anna Nardes, que foram declaradas no inventário dos bens de ambos, em 1908, podemos calcular que aqueles nasceram entre 1873 e 1893.

Os filhos do casal, designados como herdeiros no inventário, e suas respectivas idades são²³: Targino²⁴ Firmino Cardozo, 35 anos; Joaquim Primo Cardozo, 33 anos; João Cardozo, trinta anos; Manoel Ignácio Cardozo, 27 anos; Alípio Cardozo, 25 anos; Maria Magdalena Cardozo, dezenove anos; Delphina Cardozo; Onória Cardozo; e Domingas Cardozo, quinze anos.

Os bens do casal arrolados no inventário são:

Metade do sítio de terras e benfeitorias, denominado “Santa Cruz”, situado no lugar “Andrade”, na Ilha do Cardozo, deste município e comarca, confrontando pelo lado Sul com propriedade de José Luiz Collaço, ao Norte com propriedade de João Américo Mancio de Toledo, a leste com o Mar Pequeno e Oeste com o Morro do Cardozo; uma canoa em estado regular, e um forno para o fabrico de farinha (figuras 73 a 76 – anexos).

O valor total desses bens, no documento, foi avaliado em quinhentos e quarenta mil réis, considerado “bastante insignificante”. Como sói acontecer no universo camponês, nos casos de terras transmitidas por herança, quando existe negociação das partes, ela é feita entre parentes – geralmente entre irmãos ou cunhados –, evitando a excessiva fragmentação da terra, conforme discutiremos mais detalhadamente adiante. No caso dos herdeiros de Alexandre Cardozo, existe um contrato de compra e venda firmado entre os irmãos João e Alípio (vide figuras 77 a 79 – anexos). João Cardozo e sua esposa Etelvina Barboza

²³ Nos casos de Delphina e de Onória, as idades das mesmas estão ilegíveis na cópia que obtivemos do documento.

²⁴ Na documentação de que dispomos, o nome de Targino às vezes aparece como Targino José Cardozo, às vezes aparece como Targino Firmino Cardozo e às vezes apenas como Targino Cardozo.

Cardozo vendem a Alípio Cardozo sua parte dos bens móveis e imóveis, havidos por partilha no inventário, juntamente com plantações que haviam feito, por doze mil réis, em 10 de abril de 1910 (figuras 76 a 78)..

A maioria dos filhos de Alexandre Cardozo e Anna Nardes permaneceram no Sítio Santa Cruz depois de casados. No entanto, alguns se mudaram para os sítios de origens dos respectivos cônjuges. É o caso, por exemplo, de Domingas, que se casou com um homem do sítio Retiro, no continente, onde foi morar, e de Maria Magdalena que, como já vimos, foi morar com o marido, Antonio Martins da Guia, no Sítio Andrade. O mesmo ocorreu com netos nascidos e criados no Santa Cruz. Alguns seguiram morando no Santa Cruz durante alguns anos depois de casados, e depois saíram da ilha.

Sabemos que, em 1922, os irmãos Alipio, Manoel e Targino permaneciam morando nesse sítio, pois um bisneto deste último, chamado Antonio Leonel Rodrigues, nos mostrou a seguinte declaração:

Ilmo. Snr. Administrador da Meza de Rendas Federaes desta cidade

Os abaixo assignados de acordo com as disposições estabelecidas pelos artigos 2º nº XV da lei nº 3.644 de 31 de Dezembro de 1818, 2º nº 5 e seus [ilegível] da lei nº 3979 de 31 de Dezembro de 1919 e 8º §§ 1º e 2º do regulamento anexo ao Decreto 14.595 de 31 de Dezembro de 1920, declarar que ocupam terrenos de Marinha no logar denominado Santa Cruz, Ilha do Cardozo, deste município, estimando-o na importância de 100\$000 para effeito de pagamento de taxa de ocupação do termo aludido.

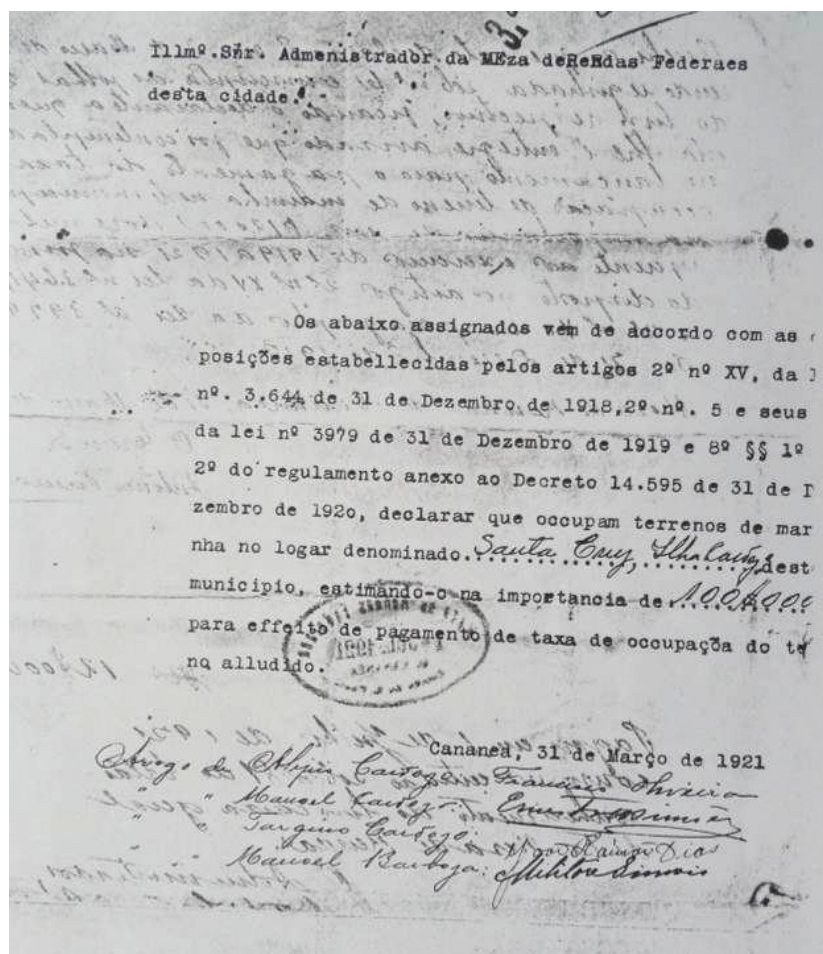
Cananéia, 13 de março de 1921.

Alípio Cardozo,
Manoel Cardoso
Targino Cardozo
Manoel Barboza
Francisco Oliveira
Ernesto Simões
João [ilegível] Dias
Militão [?] Simões

O documento acima revela que havia outras famílias, além dos Cardozo, morando no Sítio Santa Cruz, pois Alexandre Cardozo não o havia comprado por inteiro. No entanto, não temos pistas de descendentes dos demais moradores. Antonio Leonel Rodrigues também nos mostrou uma série de recibos de imposto territorial rural, referentes ao Santa

Cruz, que abrangem desde 1911 até 1963, portanto, mais de cinquenta anos²⁵. Vemos que estes impostos deixaram de ser pagos no ano seguinte à criação do PEIC. A maioria desses recibos, até a década de 1930, aparece em nome de Targino Cardozo e irmãos. Posteriormente, aparece só em nome deste, tendo sido excluído o termo “irmãos”. Parte desses recibos, todos datados entre 1912 e 1921, encontra-se em nome de Manoel Ignácio Cardoso. Alguns, mais detalhados, dizem que a área é de 50 alqueires. Após a década de 1940, a área especificada é de 121 hectares. Curiosamente, dois desses recibos referem-se ao Sítio Salva Terra, fronteiro ao Santa Cruz: um está em nome de Manoel Ignácio Cardoso e é datado de 1911, e o outro aparece em nome de Targino Cardozo com a data de 1937.

Figura 42. Declaração de moradores do Sítio Santa Cruz em 1921 (cedida pela família)



²⁵ Imagens desses documentos foram entregues à Fundação Florestal, como parte deste RTC.

Em 1983, moravam no Sítio Santa Cruz a família de João Cardozo, a mãe de Ernestina, Julia Cardoso, e Antonio Rodrigues com sua esposa, Belmira Cordeiro Rodrigues. As duas declarações de residência que transcrevemos abaixo, apresentam um breve resumo da história da família Cardozo na ilha:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, JULIA CARDOSO, brasileira, viúva de João Abílio Rodrigues, e um de seus filhos: ANTONIO RODRIGUES, brasileiro, casado com BELMIRA CORDEIRO RODRIGUES, pais estes de um filho menor, declaram para os devidos fins e sob as penas da lei, que residem neste município de Cananéia, no lugar denominado SANTA CRUZ, onde são herdeiros de uma parte do acima mencionado sítio por herança de seus saudosos pais e mantêm seus direitos mansa, pacífica e ininterruptamente há mais de 86 anos sem oposição de qualquer espécie, enquanto os direitos que os abaixo assinados possuem estão documentados desde o Livro das Terras da Paróquia de São João Batista de Cananéia de 1856, documentos estes que podem ser encontrados no processo do mesmo teor de João Cardozo, herdeiro igualmente deste sítio da Santa Cruz, na Ilha do Cardoso.

Dona Julia Cardoso, acima mencionada, é filha de Targino Cardoso em casamento com Izabel Alves Cardoso, sendo Targino Cardoso filho de Alexandre Cardozo e Ana Nardes Cardoso.

Alexandre Cardozo, acima mencionado comprou este sítio da Santa Cruz em 09 de janeiro de 1899 da família Antonio Trudes da Veiga e sua mulher Josepha Maria da Rosa Veiga, que eram senhores e possuidores deste sítio, através do inventário de seu pai e sogro, José de Medeiros Rosa.

A família Medeiros adquiriu estas terras em 27 de março de 1866, como credor hipotecário da Fazenda inventariada do finado Gregório Gomes Mendes, que já registrara estas terras da Santa Cruz nos livros das Terras da Paróquia de São João Batista de Cananéia, em 09 de janeiro de 1856.

Alexandre Cardozo, ou Alexandre José Cardoso, criou neste sítio os seus 9 filhos: Targino Fermino Cardoso, Joaquim Primo Cardoso, João Cardozo, Manoel Ignácio Cardoso, Alípio Cardoso, e as filhas Maria Magdalena, Delphina, Onória e Domingas.

A abaixo assinada Julia Cardoso é filha do logo acima mencionado Targino Cardoso, que foi inventariante da propriedade de seus pais no ano de 1908, que os acima mencionados, filhos e netos de Targino Firmino Cardoso têm direitos hereditários no sítio da Santa Cruz, cuja documentação foi apresentada a partir de 1856.

Cananéia, 02 de novembro de 1983.

JULIA CARDOSO RODRIGUES
 ANTONIO CARDOSO — aliás, ANTONIO RODRIGUES
 [Julia deixa impressão digital e Antonio assina]

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 30 de novembro de 1983.

[Padre João Trinta –João Van de Heijden – e outras duas testemunhas assinam].

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado JOÃO CARDOZO, brasileiro, lavrador e pescador, casado com dna. Ernestina Rodrigues Cardoso, morador no Sítio Santa Cruz na Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que reside neste município de Cananéia, no lugar denominado Santa Cruz, na Ilha do Cardoso, onde mantém seus direitos hereditários, conforme provam os documentos anexos, desde o ano de 1856, sem oposição de qualquer espécie.

O Sítio Santa Cruz, na Ilha do Cardoso, com a frente para o norte, para a Bahia de Trapandé, foi registrado, conforme prova escritura deixada nos Livros das Terras da Paróquia de São João Batista de Cananéia, no ano de 1856, como acima mencionamos.

Antonio José de Medeiros adquiri a oitava parte do Sítio da Santa Cruz que conforme escritura de 1856 pertencia às órfãs filhas de Maria, digo, de José Maria Fosquini, conforme comprova pagamento de cisas em Iguape no dia 04 de julho de 1866.

No ano de 1899, no dia 09 de janeiro, conforme comprova Escritura anexa, o casal Antonio Trudes da Veiga e Josepha Maria da Rosa Veiga, filha esta e herdeira de seu finado Pai, Ricardo José de Medeiros Rosa vendem este mesmo Sítio da Santa Cruz ao Senhor Alexandre Cardozo ou Alexandre José Cardoso.

Alexandre José Cardoso em casamento com Ana Nardes Cardoso, tiveram 9 filhos: Targino Fermino Cardoso, Joaquim Primo Cardoso, João Cardozo, Manoel Ignácio Cardoso, Alípio Cardoso, e as filhas Maria Magdalena, Delphina, Onória e Domingas. Destes, Alípio Cardoso, casou-se com Maria Cordeiro Cardoso e tiveram sete filhos: Augusta, Zumira, João Cardozo, o abaixo assinado, Joaquim Alexandre, Santino e Felicia.

No ano de 1908, conforme comprovam documentos anexos, foi inventariante da herança de seu finado Pai Alexandre José Cardoso e Anna Nardes Cardoso, o filho mais velho Targino Firmino Cardoso e neste inventário, uma parte ficou para Alípio Cardoso, pai do abaixo assinado, que posteriormente em 1910, comprou outra parte de seu irmão João Cardozo e [sua esposa] Etelvina Barbosa Cardoso, assim que os filhos do Alípio Cardoso e dna. Maria Cordeiro Cardoso têm direito às duas das nove partes do inventário de 1908. Sabemos que outros herdeiros, filhos de Alexandre José Cardoso, venderam sua parte, mas para que adquiram os seus direitos apresentem-se os compradores desta, porque nunca houve a separação e delimitação das nove partes inventariadas no ano de 1908.

O abaixo assinado João Cardozo em casamento com Ernestina Rodrigues Cardoso, filha esta de Julia Cardoso, esta por sua vez, filha de Targino Cardoso e neta de Alexandre Jose Cardoso, João Cardozo e Ernestina Rodrigues Cardoso, uma filha Zilda Cardoso, maior.

O sítio santa Cruz acima descrito, delimita-se ao lado norte com a Bahia de Trapandé, ao lado oeste com o Sítio Andrade junto a Pedra Grande na beira mar, ao lado sul, aos fundos até o cume do Morro do Cardoso e ao lado leste com o Sítio Salva terra, de quem tiver os direitos, o sítio é de lavoura, tem pomar de árvores frutíferas de diversas espécies e de criação de pequenos animais. Na frente do sítio, na faixa da Marinha, há o Porto das Canoas e o barco de pesca e um cerco de pesca feito de taquara.

CANANÉIA, 03 DE NOVEMBRO DE 1983.

João Cardozo

Atestamos sob as penas da lei que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra. Cananéia, 30 de novembro de 1983.

[Padre João Trinta – João Van Der Heijden – e outras duas testemunhas assinam].

Na divisa do Sítio Santa Cruz com o Sítio Salva Terra, mora hoje a família de João Cardozo, casado com Ernestina Rodrigues Cardoso. Ele é filho de Alípio Cardoso e de Maria Eugênia Cordeiro Cardoso. Ernestina é filha de uma prima de João Cardozo chamada Julia Cardoso, que era casada com João Abílio Rodrigues. Julia Cardoso, por sua vez, era filha de Targinio Cardoso, que era casado com Isabel Alves Cardoso. João Cardozo e Ernestina têm uma filha, chamada Zilda Cardoso. Uma certidão de nascimento de João Cardozo mostra que ele nasceu “no lugar denominado Santa Cruz”, em 14 de setembro de 1925 (figura 80 - anexos).

Nem sempre a família de João Cardozo morou onde hoje está a casa. Ele nos contou que, até vinte anos atrás, sua casa ficava ao lado da cachoeira que tem no Santa Cruz. Até dezembro de 2011, a família sempre morou na ilha. Mas, no final de 2011, tiveram que se mudar para Cananéia por causa do tratamento médico de Ernestina e de Zilda, tendo a casa da ilha se tornado uma segunda residência.

Um irmão de Ernestina (portanto, neto de Targino Cardoso), também chamado Targino, e sua esposa Jandira também mantêm uma casa no Santa Cruz, perto da casa de João Cardozo, sendo que mantêm dupla moradia entre a Ilha do Cardoso e a Ilha de Cananéia. Além destes, Antonio Leonel Rodrigues e sua mãe, Belmira Cordeiro Rodrigues, igualmente mantêm casa no Santa Cruz.

No gráfico a seguir, estão representados o casal Alexandre Cardozo e Anna Nardes, seus filhos e os descendentes que continuam mantendo vínculo com o Sítio Santa Cruz.

Gráfico 18. Alexandre Cardoso e seus descendentes no Sítio Santa Cruz

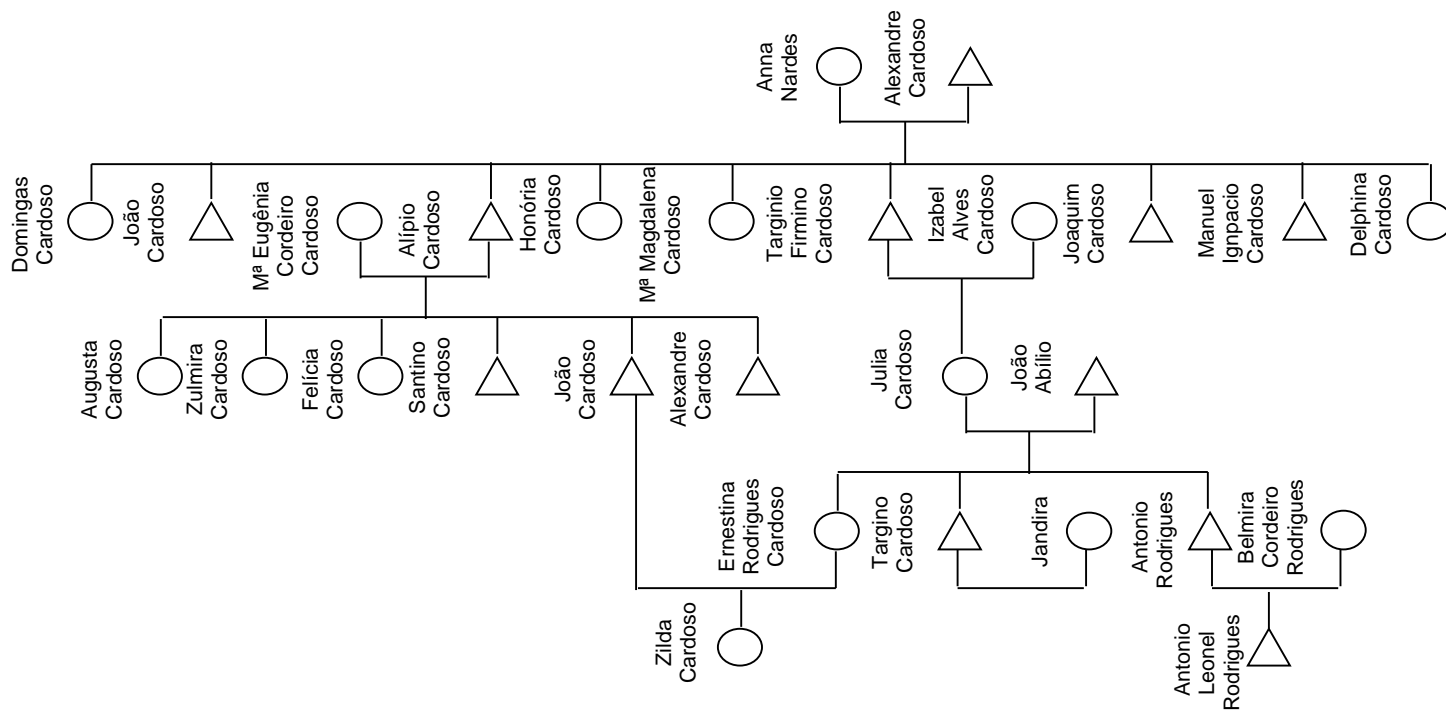


Figura 43. João Cardoso em sua pequenina roça (a) e a filha Zilda Cardoso (b).



O Sítio Salva Terra

Um dos filhos de Alexandre Cardozo e Anna Nardes, Joaquim Cardozo, comprou metade do Sítio Salva Terra, que faz divisa com o Sítio Santa Cruz. A escritura de compra e venda (figuras 82 a 84 – anexos), datada de 3 de fevereiro de 1909, atesta que o casal Belmiro de Oliveira e Silva e sua esposa Joanna de Oliveira e Silva venderam a Joaquim Cardozo a *metade de um Sítio com casa coberta de telhas, na encosta do Morro do Cardozo, no lugar denominado “Salva Terra”, o qual confronta em sua totalidade pelo lado de Leste com terras do Coronel João Martins Simões, e pelo lado do Oeste com terrenos do Sítio Santa Cruz de Alexandre Cardozo ou seus herdeiros (...)*. O valor da transação foi duzentos e cinco mil réis. No documento também consta que o casal vendedor havia adquirido o sítio no inventário de Joaquim Luis Collaço.

Um filho de Joaquim Cardoso, chamado João Hilário Cardozo, casou-se com Izabel Eugenia Cordeiro, nascida no Sítio Retiro, no continente, e filha de Antonio Cordeiro Junior e Anna Lopes. No entanto, João Hilário Cardozo faleceu pouco mais de um ano após o casamento. Então Izabel casou-se com Severiano Nardes Alves. Aristides Alves Cordeiro, filho destes dois últimos, não sabe o nome de seus avós paternos, até porque o nome de seu pai aparece em sua certidão de nascimento apenas como “declarante” e, portanto não aparece o nome de seus avós paternos. No entanto, Aristides sabe que seu avô paterno era conhecido por “Nardes”, e morava “do lado de lá”, ou seja, no conjunto de sítios na margem oposta do Mar Pequeno.

Izabel Eugenia Cordeiro herdou o Salva Terra de seu primeiro marido e, após o segundo casamento, continuou morando lá, onde ela e Severiano criaram seus 18 filhos, trabalhando principalmente com agricultura de subsistência. A maior parte desses filhos hoje é falecida. Apenas Aristides, Belmira e Jordelina mantêm vínculo com a ilha do Cardoso. Aristides nos mostrou sua certidão de nascimento, a qual mostra que ele nasceu “em domicílio, no lugar denominado Salva Terra”. E é ele quem guarda com muito zelo a escritura de compra e venda das terras que ele e seus irmãos receberam por herança materna.

Figura 44. Certidão de nascimento de Arístides Alves Cordeiro (cedida por ele).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS DA SEDE
 Comarca de Cananéia - Estado de São Paulo

Guilherme José Gimenes
 Oficial Designado

CERTIDÃO DE NASCIMENTO
 CERTIFICO E DOU FÉ que, sob o n.º **1.848**, às fls. **119/119vº**, do livro n.º **A-5**, de Registro de Nascimentos, encontra-se lavrado o assento de:

"ARISTIDES ALVES CORDEIRO"
 nascido aos **trinta de janeiro de mil novecentos e trinta e sete (30/01/1937)**, às **13h00min.**, neste Município, em domicílio, no lugar denominado Salva Terra; do sexo **"masculino"**, filho de **IZABEL EUGENIA CORDEIRO**, sendo:
 avós paternos e avós maternos **Antonio Cordeiro Junior e Anna Lopes**.
 Foi declarante o Sr. Severiano Alves e o assento foi lavrado em **sete de fevereiro de mil novecentos e trinta e sete (07/02/1.937)**. Serviram de testemunhas Antonio Teixeira e Antonio Carriél.

Observações: A presente certidão envolve elementos de anotação à margem do termo: 1) **Aristides Alves Cordeiro** casou aos **31/01/1.959** com **Lucinda David**, a qual passou a assinar **Lucinda David Cordeiro**, conforme assento de casamento lavrado sob o n.º **822** - Livro **B-5** - fls. **117/117v.º** deste Oficial. Cananéia, 31/01/1.959. 2) Conforme averbação feita aos **05/11/2.003**, a margem do assento de casamento n.º **822** - Livro **B-5**, fls. **117** deste Oficial, **Aristides Alves Cordeiro** divorciou-se consensualmente de **Lucinda David Cordeiro**, assinando a mulher o nome de **Lucinda David Cordeiro**. 3) **Aristides Alves Cordeiro** casou aos **17/03/2.004** em 2ª núpcias com **Domingas Alves**, a qual passou a assinar **Domingas Alves Cordeiro**, conforme assento de casamento n.º **1.328** - Livro **B-18** - fls. **140/140v.º** deste Oficial. Cananéia, 17/03/2.004.

D. R\$ 17,03.

O Referido é verdade e dou fé.
 Cananéia, **16 de abril de 2.007.**
 Guilherme José Gimenes
 Oficial Designado

Oficial de Registro de Atos, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica e Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e Tutelas da Sede Comarca de Cananéia - Estado de São Paulo
 Guilherme José Gimenes
 Oficial Designado

AV. INDEPENDÊNCIA, 1.391 - CP. 39 - JARDIM HELENA - CEP 11990-970 - CANANÉIA/SP - FONE/FAX: (13) 3851-1388 - E-MAIL: guilhermegimenes@bol.com.br

1453G-AA 002942

1453G-00001-01000-1001

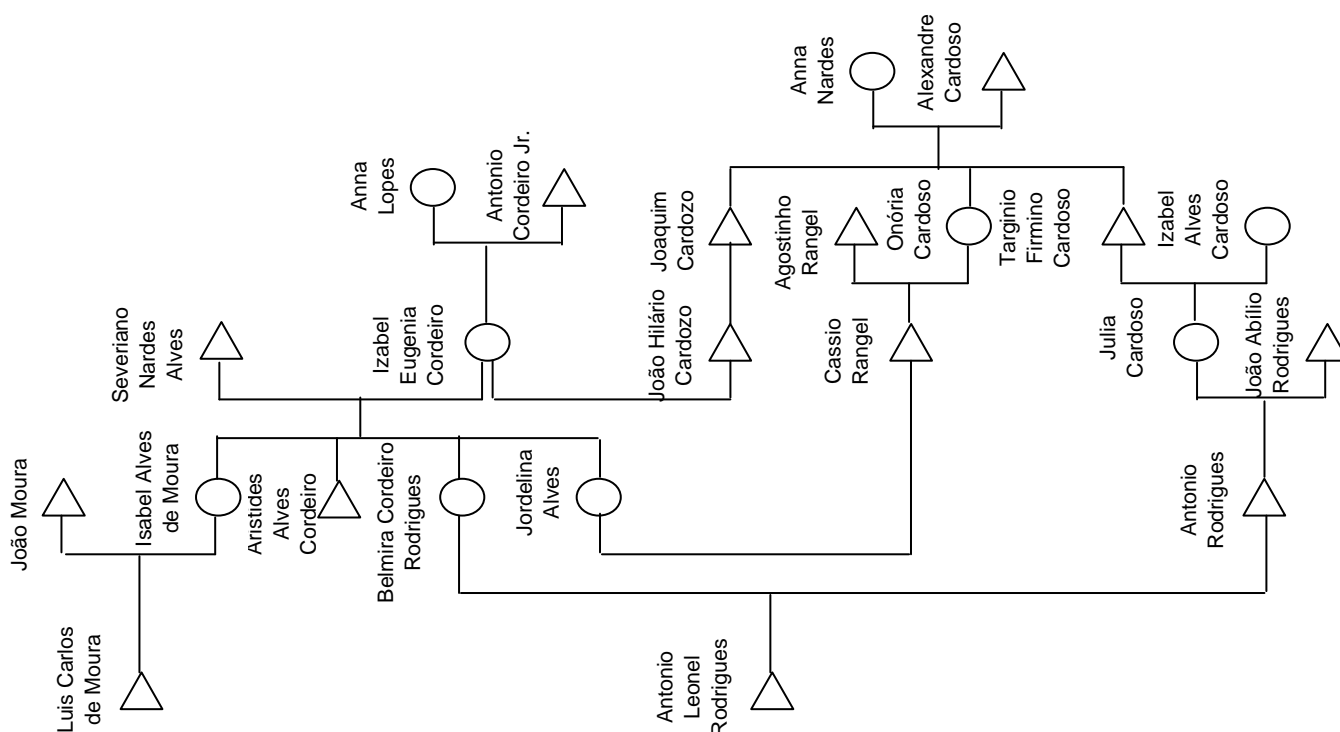
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU ASSINATURAS

Uma das irmãs de Aristides, Izabel Alves de Moura, casou-se com João Moura, procedente do Sítio Itapanhapina, na margem oposta do Mar Pequeno. Tiveram oito filhos, quais sejam: Luiz Carlos de Moura, Getulio Roberto de Moura, Vera Lucia de Moura, Sandra Maria de Moura, Roberto Carlos de Moura, Valdirene Aparecida de Moura, Jéferson Luis de Moura, João Luis de Moura. A família sustentava-se principalmente com o trabalho na lavoura. Mas João Moura, após sofrer picada de cobra urutu cruzeiro, no final da década de 1960, não pôde mais trabalhar e teve que se mudar para Cananéia, buscando

tratamento médico. Mesmo assim, a família nunca abandonou o sítio. Um dos filhos, Luiz Carlos Moura, cuja certidão de nascimento (figura 81 – anexos) comprova que ele nasceu no Salva Terra, nos disse que, há cerca de vinte anos, reformou a pequena casa que foi de seus pais, sendo que o pomar e os caminhos são mantidos sempre limpos, uma vez que as estadas da família no sítio são frequentes.

No gráfico a seguir, estão representados os antepassados dos moradores que hoje mantêm suas casas no Salva Terra:

gráfico 19. Famílias Alves e Rodrigues no Sítio Salva Terra.



Em suma, as famílias hoje vinculadas aos sítios Santa Cruz e Salva Terra atualmente são as seguintes:

- 1) Joaquim Cardoso, a esposa Ernestina Rodrigues Cardoso e a filha Zilda Cardoso.
- 2) Aristides Alves Cordeiro e sua irmã Jordelina Alves
- 3) Luis Carlos de Moura e irmãos.
- 4) Antonio Leonel, a mãe dele, Belmira Cordeiro Rodrigues, esposa e filhos.

O Sítio Grande

Convém lembrarmos que, além das famílias possuidoras de títulos de compra e venda ou que, mesmo sem possuí-los, tinham um histórico de ocupação mais antiga, havia nos sítios outras famílias com ocupação itinerante. Por exemplo, entre os questionários aplicados por João Trinta, os quais já mencionamos, existe um que foi aplicado a Joaquim Pacífico, morador no Sítio Grande, datado de 1979, no qual este informa que o finado sogro, chamado Manuel Barbosa, morava no Sítio Salva Terra. E o próprio Joaquim Pacífico informava que sua vinculação ao Sítio Grande era em regime de comodato. À época da entrevista, ele ficava mais em Cananéia por causa da impossibilidade de seguir com o trabalho na lavoura. Nos dias atuais, não existe mais nenhuma família morando nesse sítio.

Os Sítios Pereirinha, Itacuruçá e Ipanema

Faz parte do acervo do padre João Trinta um registro, presente no livro paroquial de terras, referente a uma extensa área, abrangendo desde o Perequê (ou Pereirinha), passando por Itacuruçá e chegando até Ipanema – ou Panema, como aparece nos documentos mais antigos. À folha 68, “José Joaq^m Delf^o de Ol^a” (José Joaquim Delfino de Oliveira) declara possuir por “*antiquíssimas compras no Morro do Cardoso as Terras denominadas = Japaguariu = Pereique, Itacuruçá, e Panema, compreendendo n’ellas todas reunidas cerca de duas mil braças de frente, entre terras de lavoura e Campos de Criação; estão demarcadas pelos lados e com posse judicial na pr^a*”. O documento é datado de 7 de julho de 1854. E, como já mencionamos, ainda há os registros das terras de Manuel Munis à folha 306 e de José Munis à folha 336 do livro paroquial de terras. Este declara-se *senhor e possuidor de hum sítio e terras no lugar denominado barra do pereque*, sendo que tais terras fazem divisa com terras e “cultivados” de José Joaquim Delfino de Oliveira, entre outros.

Atualmente, o sítio Pereirinha aparece vinculado às famílias Neves²⁶ e Nepomuceno. Lauro Nepomuceno nos diz que não se sabe por quê o Pereirinha tem esse nome, e que existe uma escritura de 1860 na qual o sítio já era chamado Pereirinha. Ele ainda nos informa que, entre as famílias atuais, os Nepomuceno são os mais antigos. O avô dele, Francisco Assis Nepomuceno, que era casado com Josefina Nepomuceno, já morava lá. Tiveram um único filho, Antonio Nepomuceno, o qual casou-se com Olga dos Santos Nepomuceno, filha de Antonio Solidório dos Santos e Julia Lisboa dos Santos, que moravam no Pontal da Trinceira, extremo sul da Ilha Comprida. Antonio Nepomuceno e Olga dos Santos tiveram quatro filhos, todos nascidos no Pereirinha: Lauro Roberto Nepomuceno, João Batista Nepomuceno, Maria Elisa Nepomuceno e Álvaro Rubens Nepomuceno.

Antonio Nepomuceno construiu uma segunda casa em Cananéia, para que os filhos pudessem seguir os estudos. Durante a semana, enquanto ele permanecia trabalhando no Pereirinha, a esposa e os filhos permaneciam em Cananéia, e nos finais de semana, todos voltavam para a casa na Ilha do Cardoso. Com o tempo, os filhos arrumaram trabalho em Cananéia, menos Álvaro, que seguiu trabalhando como pescador profissional no Pereirinha. Ainda assim, os demais irmãos mantiveram vínculo com a casa dos pais. Dois filhos de João Batista Nepomuceno, Laudelino Nepomuceno e Carlos Nepomuceno, viviam da pesca no Pereirinha. Hoje, Álvaro é falecido. Lauro, João Batista e Maria Elisa mantêm uma pequena casa no Pereirinha.

O avô de Lauro, Francisco Assis Nepomuceno, tinha outros parentes no Pereirinha. Ele se lembra dos primos de seu pai, que eram Antonio Pedro Nepomuceno e Pedro Samuel Nepomuceno, cujos filhos foram todos nascidos e criados no Pereirinha. No entanto, a grande maioria já faleceu. Apenas uma filha de Antonio Pedro, chamada Maria da Glória, está viva, mas não mantém vínculos com o lugar.

O casal João Agostinho Rangel e Silvina Lopes Cordeiro também criou os filhos no Pererinha. Os filhos deles relatam que o pai era de Santa Catarina, tendo chegado à região quando era pequeno. Os pais de João Agostinho, Agostinho Manoel Rangel e Maria Valiati, compraram metade do Sítio Bombicho, no continente. Os descendentes com quem conversamos não sabem quando eles chegaram de Santa Catarina, mas, nas anotações do

²⁶ Estes Neves, segundo os membros dessa família, não têm parentesco com os Neves da praia da Lage.

padre João Trinta, ele escreve que foi em 1909. Na certidão de óbito de João Agostinho Rangel consta que ele faleceu no Sítio Santa Cruz em 1954, aos 56 anos de idade; portanto, ele nasceu em 1898, tendo chegado em Cananéia aos 11 anos de idade.

Antonio Cordeiro Neto, filho de João Agostinho Rangel, conta que seu pai casou-se, primeiramente, com uma parente de João Cardozo, do sítio Santa Cruz, cujo nome ele desconhece. Observamos aqui que Agostinho Rangel, que se casou com Onória Cardozo, filha de Alexandre Cardoso e Anna Nardes, era irmão de João Agostinho, o que demonstra as trocas matrimoniais entre os Cardozo e os Rangel. Uma das filhas desse primeiro casamento de João Agostinho uniu-se a um neto de Alexandre Cardoso.

João Agostinho teve cinco filhos com a primeira esposa: Felício Rangel, João Rangel, Isabel Rangel, Joaquina Rangel e Elzira Rangel. Tendo ficado viúvo, ele casou-se novamente com Silvina Lopes Cordeiro, do sítio Retiro, sendo que o casal permaneceu no Bom Bicho. Lá, tiveram os filhos: Diva, Maria Rangel, Dalva, Domingas, Manoel, Elisa, Izabel Virginia e Onésia. Então, João Agostinho recebeu um convite para “tomar conta” de uma área no Itacuruçá chamada Poço das Antas. A filha Maria Rangel nos fala sobre essa transferência de sua família do Bom Bicho para a Ilha do Cardoso, que ocorreu por volta de 1947, quando ela estava com 5 anos de idade :

[Os meus pais] saíram lá do Bombicho, eu era bem pequenininha, nem me lembro, sabe. Mas como ele veio cuidar de um sítio aqui, no Poço das Antas, aqui na ilha do Cardoso mesmo. Acho que meu pai ficou morando ali porque tinha tipo uma fazenda. O cara estava indo embora e chamou ele pra ver se ele queria ficar no lugar dele pra trabalhar, tinha muitas plantações. Aí ele ficou cuidando, só saiu porque ficou doente [entrevista em agosto de 2011].

Maria Rangel não sabe explicar de quem era a terra e nem se o pai dela era pago para cuidar do sítio, que ficava um pouco afastado da praia. Encontramos, nas anotações do padre João Trinta, pistas que esclarecem essa nossa dúvida. Sobre os percursos de João Agostinho Rangel, ele escreve: *Morava no Itacuruçá, trabalhava lá na lavoura num terreno que seria do Arnaldo Paiva, perto do morro. Pagava nada, nem ganhava. Só tomava conta* (anotações manuscritas de 1979).

Podemos concluir que o pretense dono do sítio no Poço das Antas, se apareceu ali depois da chegada de João Agostinho, o fez raras vezes, tanto que a filha Maria Rangel nem sabe de quem se trata. Assim sendo, João Agostinho não era propriamente um funcionário.

“Cuidar do sítio” significava que ele podia ficar morando ali com a liberdade de cultivar a terra como bem entendesse, e assim o fez, continuando a sustentar a família exclusivamente com o trabalho na lavoura, como já fazia no Bom Bicho. Depois de instalado no Poço das Antas, ele e a esposa Silvina tiveram mais os filhos: Antonio Cordeiro Neto, Durvalina, Ana, e Celso.

Figura 45. Anotações do padre João Trinta sobre João Agostinho Rangel.

STACURUÇA
 — João Agostinho Rangel — Pai de Antonio Cordeiro Neto
 ↓ Nascido em Sta Catarina
 Casado com Silvina Cordeiro → do Retiro
 no religioso
 x quando?? — 23/6/1938

João Agostinho Rangel — nasceu na Sta Catarina
 veio p'vo cá

1938 x Os pais dele vieram para cá: quando? 1909
 Não deve ser certo: Bom Bicho (1/2) dos Rangel desde 1850 foram morar: Bom Bicho
 foram ao Cardote ± 1947 — ai-se terra cu pertence à família
 (Morreu na Sta Cruz 1954)

Morava na Itacuruzo: trabalhava lá na lavoura
 num terreno que seria do Arualdo Paiva
 p-para tudo nessa fazenda só tornava conta perto do morro
 Depois foi a Sta Cruz, na casa do filho — morreu lá
 Depois a mãe voltou a Itacuruzo.

Mãe (Silvina Cordeiro) casou de novo
 15/5/1959 há 20 anos com
Antonio Emiliang Muniz — era viúva
 p' falecido também

Antonio Cordeiro tem documento deste padrao

Certidão do Antonio Cordeiro Neto — Cert de Nascimento
 João Agostinho Rangel — Cert de Obito

Antonio Cordeiro Neto nos explica a origem do topônimo Poço das Antas:

É um lugar bem legal lá. Tem umas piscinas no meio da mata, e tem um poço que é chamado Poço da Anta, que uma vez o cachorro de um caçador jogou uma anta nesse poço, então, ficou Poço da Anta. Mas foi uma só. Lá na placa está Poço das Antas, mas está errado porque pegou uma só. Ela veio do continente, atravessou pra cá pra ilha, e veio cair naquele poço lá, o cachorro jogou ela lá [entrevista em agosto de 2011].

João Agostinho Rangel faleceu no Sítio Santa Cruz, conforme consta em sua certidão de óbito, porque, ao adoecer, ele e a esposa Silvina foram para a casa de um filho dele, do primeiro casamento, que estava morando lá. Após a morte do marido, em 1954, Silvina retornou ao Pereirinha e casou-se com Antonio Emiliano Muniz em 15 de maio de 1959, conforme certidão de casamento religioso. Este último era procedente de Guaraqueçaba, no Paraná, e havia chegado ao Itacuruçá em 1950, viúvo, com um casal de filhos ainda jovens (Pedrina Muniz Cubas, a filha caçula, tinha 18 anos de idade).

Maria Rangel Neves, filha de João Agostinho Rangel e Silvina Cordeiro, casou-se com Manoel Osório Neves, que era mais conhecido por “Teteco”. Procedente de Matinhos, no Paraná, a família dele chegou em Cananéia em 1944, quando ele tinha 8 anos de idade, conforme narra Maria Rangel:

Pesquisadora: De onde era o seu Manuel Osório?

Maria: Do Paraná.

Pesquisadora: A mãe dele chegou a morar aqui também?

Maria: Chegou, a mãe dele, o pai dele, eles vieram de lá quando ele tinha 8 anos, e a irmã dele que tinha 6, depois, nasceu mais um bocado de filhos aqui na ilha. É de Matinhos, ele. E veio a irmã dele, era um casal que eles tinham. Eles vieram, na verdade, pra Cananéia, eles ficaram um tempo, trabalharam, aí conseguiram morar aqui, porque, antigamente, todo mundo podia chegar e fazer casa, não tinha nada de pedicção, não tinha essas coisas. Então, ele vinha fazia a casinha, era pescador. Depois, aí ficou morando a vida inteira.

Pesquisadora: Vieram pra essa praia aqui, pro Pereirinha?

Maria: Vieram aqui pro Pereirinha [entrevista em agosto de 2011].

Maria Rangel Neves e Manoel Osório Neves se casaram em 24 de outubro de 1958, conforme consta em certidão de casamento. Tiveram os filhos: Ivo Carlos Neves, Ilso Carlos Neves, Lise Maria das Neves, Sueli Maria das Neves, Leda Maria das Neves, Maria do Carmo Neves, Sergio Carlos Neves, Aldemir Carlos Neves, Noeli Maria Neves, Adriano Carlos Neves e Manuel Osório Neves Junior, todos nascidos e criados no Pereirinha.

Manoel Osório e Maria Rangel, ao se casarem, construíram casa no Pereirinha. Trabalhavam bastante com lavoura de policultura, vendendo o produto das colheitas em Cananéia. Mas, ao contrário do falecido sogro, que era exclusivamente lavrador, Teteco também tinha prazer em pescar, ofício que ensinou aos filhos desde pequenos. Maria Rangel Neves e a filha Sueli nos falam sobre isso:

Pesquisadora: A senhora não morou lá no Poço das Antas depois que casou?

Maria: Morei quando era pequena, depois não.

Pesquisadora: Mas aí a senhora tinha sua casa aqui e vocês iam fazer a roça lá em cima, lá perto dos seus pais?

Maria: Não, nós fazíamos aqui mesmo.

Pesquisadora: Aqui mesmo, no entorno da casa?

Maria: Tudo isso aqui era...

Sueli: Tudo era roça.

(...)

Pesquisadora: Em algum momento seu marido pescava, ou era só roça?

Maria: Meu marido pescava também.

Sueli: Papai já gostava de pescar. Ele levava todos os pequeninhos pra pescar, o papai.

Pesquisadora: Seu marido já fazia roça e pescava.

Maria: Fazia roça e pescava.

(entrevista em agosto de 2011).

Figura 46. Maria Rangel Neves e o filho Manoel Osório Neves Jr (a); barra do rio Perequê, Mar de Dentro e Moro de São João, em Cananéia (b).



Diversos irmãos de Maria Rangel, filhos de ambos os casamentos de seu pai, estiveram morando no Pereirinha e em Itacuruçá, depois de casados. Trabalhavam com roça e com pesca. Depois, foram saindo, em busca de trabalho, já que não podiam mais lavrar a terra. Dentre os filhos de João Agostinho Rangel, apenas Maria Rangel e Antonio Cordeiro

Neto permaneceram na Ilha do Cardoso. Este último casou-se com Elisabeth Gomes Cordeiro, procedente de Cananéia. Outras duas irmãs de Elisabeth casaram-se com dois irmãos da família Fernandes, que morava no Itacuruçá. Kátia Maria da Silva Fernandes e Lania Maria da Silva Fernandes casaram-se, respectivamente, com Jorge dos Santos Fernandes e Jorvalino Pedro Fernandes.

Figura 47. Família de Ivo Carlos Neves, em frente à sua casa, no Itacuruçá (a); rio Perequê (b)



A localidade Itacuruçá é separada do Sítio Pereirinha pelo Rio Perequê. Os moradores da família Fernandes, que até os dias de hoje estão morando no Itacuruçá, ou mantém vínculos com o lugar pelo trabalho, descendem de famílias que aí já habitavam pelo menos desde o século XIX, quais sejam, os Cubas e os Muniz. Já estivemos mencionando, páginas atrás, duas pessoas com o sobrenome Munis, que registraram terras nessa área, em meados do século XIX: José Munis, em Iapanema, e Manuel Muniz, na barra do rio Perequê. A seguir, transcrições desses dois registros.

F 336

Nº 96 22

Digo eu, José Munis morador no termo desta Villa de Cananéia que sou senhor e possuidor de cento e vinte cinco braças de terras no lugar denominado Panema na costa do mar groço. Compra que fiz de José Joaq^m Delfino de Oliveira e sua mulher Guiomar Umbelina como consta do [...] de venda fazendo frente pelo mesmo mar groço e fundo athe o cume do morro dividindo

pela parte do Sul com terras N^{ac} [nacionais] pelo Norte com terras de meu irmão Joaq^m Munis e por não saber ler nem escrever pedi a João Ant^t de S^a Guim^{es} este por mim fizesse e assignasse. Can^a 18 de Agosto de 1855.

Por José Muniz

João Ant^t de S^a Guim^{es}

Apresentado no dia 18 de Agosto de 1855.

O Vig^o Encomendo João Alves da Rosa

Registro 1\$000

F 306

Digo eu Manoel Munis, morador no termo desta Villa de São João Baptista de Cananéia que sou senhor e possuidor de hum sítio e terras no lugar denominado barra do pereque, divide-se as m.^{mas} terras pelo mesmo Rio pereque com terras [?] que foi do finado José Lourenço Pontes, seguindo Rio asima com terras de José Joaquim Delfino de Oliveira, por outro lado com cultivados do mesmo, seguindo a rumo de Leste athe a praia do mar groço, cujas terra já fizemos demarcação [...], cujo sítio e terras comprei a Felisberto Antonio Alves e sua m^{er} Fabiana Maria, pedi a João Antonio de Souza Guim.^{es} por mim fizesse e assignasse. Can^a, 28 de Maio de 1856.

João Ant^o de S^a Guim^{es}.

N^o 312

Apresentado no dia 31 de Maio de 1856.

O Vig^o Encomendo João Alves da Rosa

Registro 1\$100

Figura 48. Livro de Terras de Cananéia. Folha 306 –Manoel Munis (a) e folha 336 – José Munis (b) (acervo do padre João Trinta).

f. 306

Ilha Pereque
Pereque

Digo eu Manoel Munis, morador no termo
desta Villa de São João Baptista de Cananéia,
que São Senhor queirido de quem são estas
no lugar denominado barra de pereque, e em
duas partes. ^{umas} terras pelo mesmo Rio pinhão, e em
terras de Aninha e crava que foi de João de
se Lourenço Pantes, seguindo Rio acima com
terras de João Joaquina Delfino de Oliveira, por
outro lado com cultivado do mesmo, seguindo
abaixo de Leste até o rio de mar grosso, cuja
terras já firmos de marcação de São, cuja dita
terras comprei a Valisberto Antonio Alves
e sua m.^{or} Sabiana Munis, pidi a João
Antonio de Santa Germina, por meio de
sarriguera. Cant. 28 de Maio de 1855.

João Antonio de S. Germina

N.º 312 f.º 22.

Apresentado na dia 31 de Maio de 1855.
O Reg.º Escrivão João Manoel da Hora
Registros 14100

f. 336

N.º 26 f.º 22
panerna

Digo eu Manoel Munis morador do
termo desta Villa de Cananéia que
São Senhor queirido de quem são estas
te duas braças de terras no lugar de
no nome do panerna na costa da mar
groco e campo que foi de João Joaquina
Del pino de Oliveira, e sua mulher Gui
Anna Umbelina como consta do papel
de venda fazendo parte pelo termo
mas groco e fundo a São Manoel de
Morro e vindo pelo parte do São
e em terras N.º 1 pelo termo com terras
de São João Joaquina Munis e não
saber se meu escrever pidi a João
Antonio de Santa Germina este por meio de
e a Reg.º de Cant. 18 de Agosto de 1855.

Por João Munis
João Antonio de Santa Germina

Apresentado na dia 18 de Agosto de 1855.
O Reg.º Escrivão João Manoel da Hora
Registros 14000

Os antepassados mais antigos dos Fernandes, dos quais temos registros, são o casal Antonio José Cubas e Justina do Carmo Munis. Uma bisneta desse casal, chamada Lourdes Fernandes, conta que seu avô, Francisco Cubas, casado com Eufrosina, morava em Ipanema, e que sua mãe foi criada nessa praia e aí morou até alguns anos depois de casada. Pelo cálculo que fazemos das épocas de nascimento de cada geração, Justina do Carmo Munis nasceu entre 1850 e 1880. Não pode ser coincidência que ela, sendo Munis, tenha nascido exatamente no mesmo lugar onde os irmãos José Munis e Joaquim Munis tinham terras na década de 1850. Quanto a Antonio José Cubas, sabemos que ele era parente dos mesmos Cubas mencionados no início desta sessão, que eram antepassados de Benedita Cubas, atual moradora da praia do Foles. Lourdes Fernandes também nos diz que seu avô, Francisco Cubas, era parente de Maria Rosa Braga Cubas (irmã da mãe de Benedita Cubas), mas não sabe precisar a relação de parentesco entre ambos:

Ivo: No Ipanema, tinha 5 casas.

Lourdes: Era da minha avó, da avó da minha mãe, Maria Rosa Braga, que era tia de minha mãe, quase avó tia de minha mãe. Era uma pessoa bem dentro da família da minha mãe, ela chamava de tia. Minha mãe era Antonia. Maria Rosa Braga [mulher do Braga velho] pra nós era avó por causa da idade, mas minha mãe chamava de tia. Depois tinha José Braga. Essa Maria Rosa era mãe do José Braga. Naquela época eu era menina, ela já era bem de idade.

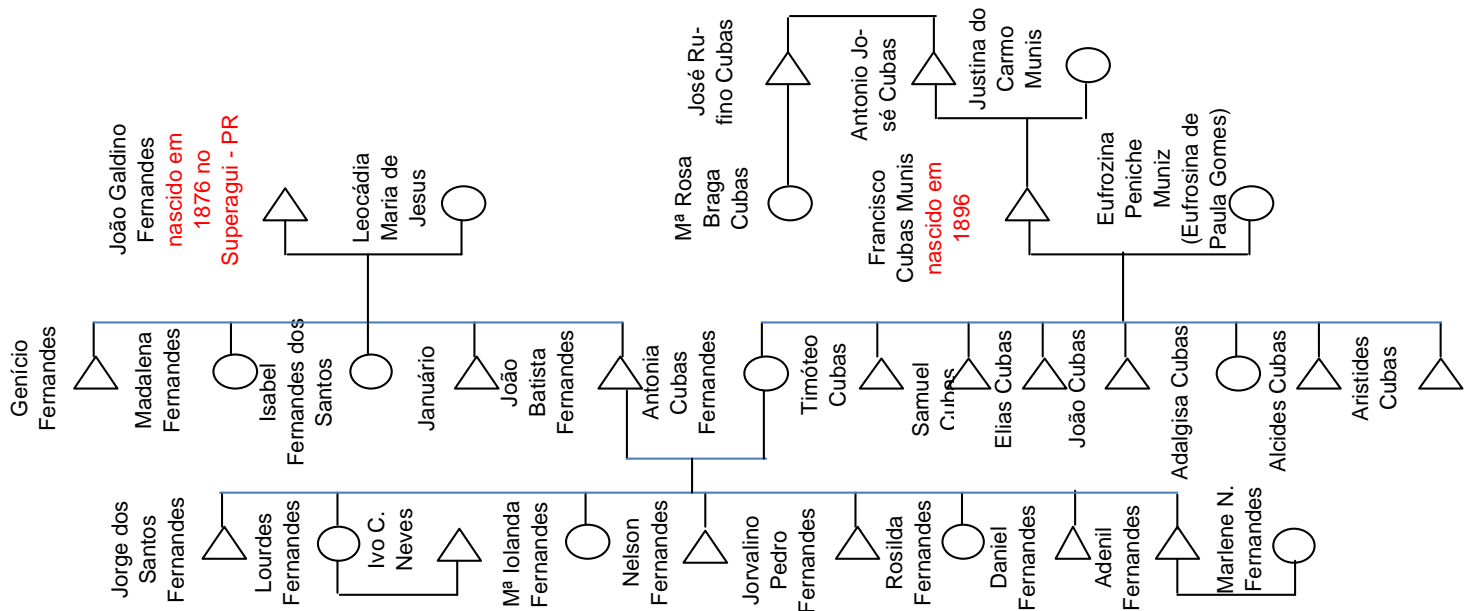
Minha mãe [Antonia] era moradora do Itacuruçá, mas antes ela já era moradora do Ipanema. Ela foi pro Itacuruçá depois com família feita já.

Pesquisadora: A mãe de dona Antonia era Frozina...

Lourdes: Isso. Eu conheci vovô Chico, Francisco Cubas, que era pai de mamãe.

Estivemos comparando os gráficos de genealogia, que construímos, dos antepassados de Lourdes e dos antepassados de Benedita Cubas. A comparação desses dados nos leva a crer que Antonio José Cubas, casado com Justina do Carmo Munis, era irmão de José Rufino Cubas, o pai de Maria Rosa Braga Cubas. Vimos Lourdes dizer que sua mãe, Antonia Cubas, chamava Maria Rosa de tia, por ser ela “uma pessoa bem dentro da família”, “quase avó tia”. Nesse caso, Maria Rosa e o pai de Lourdes, Francisco Cubas, não seriam irmãos, mas primos. No gráfico a seguir, estão representados os Cubas, os Munis e o Fernandes de quem descende parte dos atuais moradores de Itacuruçá.

gráfico 20. Os Cubas, os Munis e os Fernandes em Ipanema e Itacuruçá²⁷.



A família Fernandes era procedente da Praia Deserta, no Paraná. Daniel Fernandes conta que o primeiro a se mudar para Itacuruçá foi seu pai, João Batista Fernandes. Mas, antes disso, ele já tinha bastante conhecimento do lugar, pois costumava passar por lá com certa frequência, sempre que ia vender peixe em Iguape, remando sua canoa:

Pesquisadora: E ele [João Batista Fernandes, o pai de Daniel] veio de onde?

Daniel: Do Paraná, Praia Deserta.

Pesquisadora: Ele veio com os pais dele, com seu avô?

Daniel: Depois, mais tarde, vieram os pais dele. (...) Ele sempre vinha muito pra cá pra trazer peixe, vender, ia até Iguape. Era só em canoa a remo (entrevista em agosto de 2011).

Eles saíam daqui pra Cananéia a remo, daqui a Iguape. O pai dela [da esposa], esse João Fernandes, pescava no Itacuruçá, lá no fim da praia, eles moravam lá, dali eles faziam pescaria e iam direto pra Iguape a remo (Ivo Carlos Neves, genro de João Batista Fernandes, entrevista em agosto de 2011).

²⁷ Representamos José Rufino Cubas e a filha Maria Rosa em linhas pontilhadas porque, embora sejam fortes os indícios da relação de parentesco representada, não obtivemos comprovação documental e nem confirmação dos moradores sobre a possibilidade de José Rufino Cubas e Antonio José Cubas serem irmãos.

Descendestes de João Galdino Fernandes e Leocádia Maria de Jesus (pais de João Batista Fernandes) dizem que estes se mudaram para o Itacuruçá com todos os filhos. Não sabemos quando chegaram, pois os filhos de João Batista sabem apenas que os avós chegaram depois de seu pai, e que este, na época, era jovem ainda. Segundo dados do padre João Trinta, ele teria se mudado para lá em 1940. Uma certidão de nascimento de João Batista, que faz parte do acervo do padre, nos mostra que ele era nascido na Praia Deserta em 1913. Portanto, ele se mudou para a Ilha do Cardoso aos 27 anos de idade, tendo se casado com Antonia Cubas Fernandes, descendente dos Cubas e dos Munis. E uma certidão de óbito de João Galdino Fernandes nos mostra que ele era nascido em Superagui, no Paraná, e faleceu em 12 de maio de 1960, aos 84 anos de idade “no lugar denominado Itacuruçá”.

João Batista Fernandes e Antonia Cubas Fernandes tiveram oito filhos, todos nascidos e criados no Itacuruçá, na microlocalidade denominada Canto do Morro, próximo ao costão de pedras que divide com o Camboriú. Desses filhos, três atualmente moram ou mantêm vínculo de trabalho com o lugar: 1) Daniel Fernandes, que mora sozinho no Itacuruçá. Ele morava com os pais e cuidou deles até morrerem; 2) Adenil Fernandes, que é casado com Marlene Fernandes e mantêm dupla moradia, em Itacuruçá e em Cananéia, assim como 2) Lourdes Fernandes, casada com Ivo Carlos Neves, filho de Maria Rangel e Manoel Osório Neves.

Moradores atuais de Itacuruçá informam que, até o final da década de 1960, havia cerca de vinte famílias morando nas localidades de Pererinha, Itacuruçá e Ipanema. Além dos Nepomuceno, dos Neves, dos Fernandes, dos Cubas e Braga Cubas, outras famílias estiveram morando no lugar. É o caso, por exemplo, de Antonio do Espírito Santo e Antonia Fernandes, narrado em uma declaração de residência datada de 24 de outubro de 1983. O casal, procedente da Praia Deserta, Paraná, chegou ao Itacuruçá em 1953. Tiveram seis filhos, todos criados nessa praia. Em 1977, mudaram-se para o município de São Vicente, no litoral paulista, e continuaram pescando no Itacuruçá nos meses de inverno, na época da tainha. Na época em que foi escrita a declaração de residência, a casa dessa família estava temporariamente alugada para Antonio Cordeiro Neto. Não existe mais ninguém da família morando lá.

Vale a pena reproduzirmos aqui o texto de uma outra declaração de residência igualmente datada de 24 de outubro de 1983, na qual aparece os nomes das famílias que moravam em Itacuruçá nessa época:

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Antonio Cordeiro Neto e sua esposa Elisabethe Gomes Cordeiro, pais de quatro (04) filhos menores; Antonio Juvêncio Cubas e sua esposa Pedrina Muniz, pais de seis (06) filhos, dos quais 01 (um) é menor de idade; João Batista Fernandes e sua esposa Antonia Cubas Fernandes, pais de oito (08) filhos maiores de idade mais um (01) filho adotivo menor de idade, Adenil Fernandes, filho do acima mencionado João Batista Fernandes, e a sua esposa Marlene Neves Fernandes, pais de dois (02) filhos pequenos; e Jorvalino Pedro Fernandes, filho também do acima mencionado João Batista Fernandes, e sua esposa Lania Maria da Silva Fernandes, pais de um (01) filho Menor.....

DECLARAM para os devidos fins e sob as penas da lei que residem neste município de Cananéia, no lugar denominado Itacuruçá, na Ilha do Cardoso, onde mantêm sua posse mansa, pacífica e ininterrupta, quase todos estes que aí nasceram, sem oposição de qualquer espécie.

Também mora neste bairro de Itacuruçá desde 1934 a senhora Silvina Cordeiro Lopes, viúva, mãe do acima mencionado Antonio Cordeiro Neto, atualmente com 74 (setenta e quatro) anos de idade. Todos os acima mencionados e os seus respectivos filhos menos Da. Silvina Lopes Cordeiro, que mora aqui há 49 (quarenta e nove) anos, e João Batista Fernandes, que vem de Superagui, Estado do Paraná, que chegou nesta praia em 1940 (mil novecentos e quarenta), há 43 (quarenta e três) anos. Todos os demais nasceram neste local.

Todas as famílias deste bairro de Itacuruçá habitam casas de tábuas, cobertas com telhas francesas. Em volta das casas cultivam árvores frutíferas de diversas espécies. O bairro é servido de água encanada através de uma ligação com o Instituto de Agricultura no bairro Pereirinha, anexo.

Todas as famílias acima mencionadas vivem da pesca, tanto na baía de Trapandé como no oceano, mantêm o porto para as embarcações na frente das casas e ocupam o espaço restante para guardar e consertar as redes e outros materiais de pesca. A área total que eles ocupam estende-se a partir do rio Perequê em direção ao oceano ao lado norte da Ilha do Cardoso.

O total das casas deste bairro de Itacuruçá são 08 (oito). Três são vendidas a japoneses e costumam ser usadas em tempo de férias. As outras cinco (05) pertencem às famílias acima mencionadas e abrigam um total de vinte e seis (26) pessoas. Três (03) filhos maiores, casados, co-herdeiros dos seus respectivos pais, moram na Ilha do Cardoso, e mais uma filha maior, casada, de Antonio Juvêncio Cubas, também mora fora desta ilha.

Cananéia, 24 de outubro de 1983.

Antonio Cordeiro Neto
Elisabeth Gomes Cordeiro
Antonio Juvêncio Cubas

Gabriel Cubas
 Antonio do Carmo Cubas
 Maria de Jesus Cubas dos Santos
 João Batista Fernandes
 Jorge dos Santos Fernandes
 Daniel Fernandes
 Maria Iolanda Fernandes Cubas
 Nelson Fernandes
 Rosilda Fernandes da Silva
 Adenil Fernandes
 Marlene Neves Fernandes
 Jorvalino Pedro Fernandes
 Lania Maria Silva Fernandes
 [Antonio Juvêncio Cubas deixa impressão digital e todos os demais assinam]

Atestamos sob as penas da lei, que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita, e sabemos ser verdadeira a declaração supra.

Cananéia, 12 de abril de 1984

[João Trinta e outras três testemunhas assinam]

As famílias que hoje moram ou têm vínculos de trabalho em Pereirinha e Itacuruçá são:

1. Maria Rangel das Neves e os filhos Sueli Maria Neves, Manuel Osório Neves Júnior, Sérgio Carlos Neves e Leda Maria Neves.
2. Ivo Carlos Neves, a esposa Lourdes Fernandes e os filhos Ivan Carlos Neves,IVALDO FERNANDES NEVES e Vitor Fernandes Neves
3. Ilzo Carlos Neves
4. Lise Maria das Neves e os filhos Tiago Neves e Mariano Neves Lobo.
5. Noeli Mara Neves, o marido Eduardo Roberto Pereira, e o filhos Alice Neves Arakaki e Augusto Caetano Neves Pereira
6. Adriano Carlos Neves, a esposa Márcia Panutti e a filha Larissa Neves.
7. Adenil Fernandes e a esposa Marlene Neves Fernandes
8. Daniel Fernandes
9. Antonio Cordeiro Neto, a esposa Elisabeth Gomes Cordeiro e os filhos que compartilham a casa nos dias de trabalho: Iara Cristina Cordeiro e o marido Wagner Cubas Cardoso; Valdemir Antonio Cordeiro; Juliana Maria Cordeiro; Ana Claudia Cordeiro Neves e o marido João Luis Oliveira Neves

10. Cátia Maria da Silva Fernandes e a filha Mariana Fernandes

11. Lauro Roberto Nepomuceno e a irmã Maria Elisa Nepomuceno.

5. TERRITORIALIDADE

Sobre a apropriação de terras no litoral paulista, nos diz Maria Luiza Marcilio:

Em Ubatuba, a propriedade ou posse da terra foi sendo feita com relativa grande liberdade até o final da colônia. A estrutura da apropriação da terra forjou-se através de processos variados, sendo a posse a forma mais usada pela grande maioria das famílias, particularmente antes da lei de 1822 (que abole as sesmarias) e, sobretudo da Lei de Terras de 1850, que acaba por limitar as aquisições de terras devolutas por qualquer outro título que não o da compra, firmando assim o domínio dos poderosos e da estrutura capitalista do uso do solo. Tentava-se por uma lei coibir a multiplicação de posseiros e legalizar a propriedade privada, adquirida anteriormente, a títulos variados, e daí para a frente, por compra (Marcilio, 1986, p. 60).

Em meados do século XIX, a importação da mão-de-obra de imigrantes europeus causou às oligarquias nacionais o temor de que os mesmos viessem a tornar-se proprietários de terras e, conseqüentemente, pudessem ameaçar a estrutura de poder vigente. Sobre o assunto, nos diz José Eli Veiga:

No século XIX, o poder dos senhores de engenho, dos fazendeiros de café, dos grandes importadores de manufaturas e dos traficantes de escravos era tão grande que conseguiram, numa verdadeira “santa aliança”, não só manter a escravidão, como impedir, por todos os meios, que muitos homens livres e muitos imigrantes se transformassem em pequenos e médios proprietários (Veiga, 1984, p. 12).

Martins nos lembra que a terra livre fazia parte do direito até promulgação da Lei de Terras em 1850, “era o pressuposto da expansão agrícola do pequeno e do grande, e se baseava nos direitos do rei, que tinha [...] a propriedade eminente de todas as terras” (1993, p. 68).

E ainda nos diz Marcilio:

Basicamente conseguia-se acesso à terra, antes de 1850, pela entrada simples de sua posse para a exploração, por um grupo doméstico. A partir daí, algumas famílias mais esclarecidas procuravam obter um título legal, público e registrado, que legitimasse sua posse. Mas poucos foram os que procuraram essa via. O comum era o usufruto da terra, sem preocupação com sua legalização. A posse, assim iniciada, acabava pertencendo de fato à família que a explorava, podendo mesmo transmiti-la aos seus descendentes ou vendê-la normalmente. Bastava, nestes casos, provar perante a autoridade local (o tabelião), e com testemunhas juramentadas, que a família era efetivamente posseira, que a posse era mansa, ou seja, não havia sido feita em terras já de outros e por eles contestadas. (Marcilio, 1986, p. 60-61).

Conforme autores acima, antes de 1850, a terra era livre, bastando o apossamento para ter o usufruto da terra. Mesmo no período escravista, era comum a coexistência de famílias de agricultores pobres com fazendas. Segundo o sistema agrícola herdado de populações indígenas, que utiliza o fogo e o rodízio das áreas de roçado, havia sempre a necessidade de abertura de clareiras para novas roças, enquanto as roças abandonadas tornavam-se em vários estágios de capoeira. Quando um grupo doméstico abria uma clareira para formar roça, tornava-se “dono” da área. A Lei de Terras de 1850 forçou toda sorte de posseiros a registrarem suas terras, o que foi feito nas paróquias locais. Esses registros geraram farta documentação sobre populações rurais da época, como os registros no livro paroquial de terras de Cananéia, que acabamos de ver.

A partir do exposto anteriormente sobre a ocupação da ilha do Cardoso, percebemos que a existência das fazendas, com seus casarões assobradados e engenhos de pilar arroz, na orla da parte montanhosa da ilha voltada para o Mar de Dentro, deu-se de forma concomitante com a presença pequenos lavradores, tanto na face lagunar quanto na face voltada para o mar aberto. Maria Sylvia de Carvalho Franco chama a atenção para o fato de que os senhores, donos de extensas áreas de terras onde se praticava a monocultura destinada à exportação e apoiada em trabalho escravo, quase nunca conseguiam ocupar toda a área de que dispunham. Assim sendo, essas áreas freqüentemente eram cedidas a homens que não eram escravos e nem se proletarizaram. Nas palavras da autora:

Esta situação – a propriedade de grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura mercantil realizada por escravos –

possibilitou e consolidou a existência de homens destituídos da propriedade dos meios de produção, mas não de sua posse, e que não foram plenamente submetidos a pressões econômicas decorrentes dessa condição, dado que o peso da produção, significativa para o sistema como um todo, não recaiu sobre os seus ombros.. Assim, numa sociedade em que há concentração dos meios de produção, onde vagarosa, mas progressivamente, aumentam os mercados, paralelamente forma-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram (Franco, 1997, p. 14).

Durante os períodos da colônia e do Império, a Ilha do Cardoso não fugiu desse padrão territorial, que combinava a existência de fazendas de senhores escravagistas e os sítios de lavradores livres, trabalhando por conta própria. Muitas vezes, estes últimos poderiam estar ocupando terras pertencentes aos senhores. Outras vezes, ocupavam terras devolutas, nas quais abriam posses, ou que eram compradas. Os homens livres que habitavam terras dos abastados senhores, certamente não poderiam, após 1850, registrar as terras que ocupavam, nos livros de terras da paróquia. Por isso, alguns antepassados de atuais moradores, que já se encontravam na ilha nessa época não aparecem nesses registros. Por outro lado, percebemos que tanto senhores de escravos quanto pequenos lavradores estiveram efetuando esses registros. Nesses casos, às vezes o declarante afirma ter obtido as terras por compra, outras vezes fala em herança transmitida por pais, avós, ou esposos falecidos. E ainda encontramos casos em que as terras foram obtidas por doação. Em muitos casos, não aparece a origem da aquisição, o que pode indicar terras obtidas por apossamento.

O fato é que a decadência da rizicultura teve como consequência um nivelamento social. No lugar das antigas fazendas, surgem os sítios habitados por famílias extensas. Ou seja, famílias cujos filhos, ao se casarem, constroem suas moradas próximas às casas de seus pais, geralmente de madeira ou de pau-a-pique cobertas com palha, e algumas vezes com telhas. Esse nivelamento social já existia anteriormente nas praias voltadas para o mar aberto, especialmente na Lage, cujos inúmeros sítios, como já vimos, pertenciam a diferentes grupos de parentesco. Esses indícios de nivelamento anterior são reforçados pelo fato de que na orla voltada para o Atlântico não existem ruínas de casarões ou engenhos, como acontece na orla estuarina. Do mesmo modo, os moradores que entrevistamos, cujos

antepassados habitavam a orla do Atlântico no século XIX, não mencionam avós ou bisavós que tenham sido fazendeiros, donos de escravos.

Conforme já comentamos páginas atrás, a literatura antropológica apresenta diversos estudos sobre populações camponesas que, visando evitar um excessivo fracionamento da terra, constroem estratégias de transmissão da mesma, apoiadas num direito costumeiro (Seyferth, 1974; Moura, 1978; Woortmann, 1995; Paoliello, 1999). Nesses casos, por exemplo, filhos que saem, vendem suas terras exclusivamente a irmãos ou cunhados, ou a transmissão se faz aos filhos de sexo masculino, sendo que as filhas passam a morar nas terras da família do marido, entre outras formas de direito costumeiro. Na Ilha do Cardoso, notamos uma forte tendência à indivisibilidade da terra, mesmo em casos de abertura de inventários dos bens de pais falecidos.

No caso dos herdeiros de Alexandre Cardoso, como já vimos, os documentos mostram que um dos filhos vende sua parte de terras herdada a um dos irmãos. E vimos também que, mesmo tendo havido o cálculo dos valores da parte de cada herdeiro, como mostra o inventário dos bens de Alexandre Cardoso, a terra no sítio Santa Cruz foi mantida indivisa. Esse fato é mencionado na declaração de residência de João Cardozo, redigida em 1983, na qual se lê que “*nunca houve a separação e delimitação das nove partes inventariadas*”. Essa observação vale para a maior parte dos sítios existentes na ilha. Gadelha, em pesquisa de mestrado realizada na Ilha do Cardoso na década de 1980, também chega a essa conclusão. Escreve a autora:

De qualquer maneira, a imagem que percebo estar sendo perpetuada é a de uma certa indivisibilidade do sítio através do mapeamento da ilha pelo nome das famílias, e a relação aproximada destes nomes com os nomes dos sítios (Gadelha, 2008, p. 111).

Essa indivisibilidade, enquanto estratégia de permanência na terra, compreende uma territorialidade relativa a uma dinâmica de parentesco que se estende para além dos limites da ilha. Já mencionamos que o conjunto de sítios aí existentes estava intimamente ligado a um outro conjunto de sítios existentes na margem oposta do canal estuarino, localizados na parte continental de Cananéia, na altura da Ilha da Casca (Bom Bicho, Retiro, Itapanhapina, entre outros). A essa dinâmica de parentesco subjaz o cálculo das possibilidades de uso do solo para a agricultura e do uso dos recursos da mata em geral, o qual, inclusive, define se

os novos casais que se formam devem residir no sítio dos pais da noiva ou do noivo. Ou, ainda, se haverá necessidade de se obter novas terras para os mesmos. Ou seja, ao se casar, a pessoa herda a terra ou dos pais ou dos sogros. Mas pode não haver reserva suficiente de terras nas áreas de ambas as famílias, havendo a necessidade de se abrir novas áreas. O que será feito através do apossamento, ou da compra. No caso da compra, a terra é paga com ganho gerado pela agricultura, e às vezes é até paga com a própria mercadoria (arroz, milho, farinha de mandioca).

Edmund Leach afirma que os sistemas de parentesco “não têm ‘realidade’ exceto em relação à terra e à propriedade”²⁸ (Leach, 1961, p. 305). Para ele, esses sistemas são apenas um modo de se falar a respeito de relações de propriedade. Ellen Woortmann fala do *parentesco como linguagem do uso e da posse da terra* (Woortmann, 1995, p. 258).

No caso de populações tradicionais que vivem em áreas de floresta, essa equação entre território e parentesco deve ser compreendida a partir da necessidade de equilíbrio entre as práticas agrícolas e a preservação da mata. Petrone nos informa que, nas áreas litorâneas, o solo mostra-se menos fértil, havendo necessidade de maior rotatividade dos roçados:

(...) o itinerantismo da agricultura pode aparecer no próprio "jundu". Realmente, pratica-se, também, a agricultura itinerante na orla propriamente dita, porém, ela não deve ser confundida com a praticada pelo "capuava" da retro-terra. Em primeiro lugar, porque as condições naturais das áreas em que se verificam são diferentes. Com solos pobres, muito arenosos, e com modesta presença de matéria orgânica, com vegetação que só no caso do jundu representa um estágio para a floresta, obrigou o homem a utilizar o solo, pela agricultura, muito fugazmente, com uma mobilidade que é mais rápida que a retroterra. A ilha Comprida, por exemplo, mostra nas nuanças da sua vegetação, quando vista do alto, as marcas deixadas por práticas agrícolas antigas. (...) Em segundo lugar, e não necessariamente em ordem de importância, variam um pouco as plantas de cultivo. Nas práticas agrícolas itinerantes da orla litorânea, a mandioca, graças sobretudo à farinha que fornece, é o produto básico, presente em todas as lavouras. Em terceiro lugar, no litoral a atividade agrícola é complementada pela pesca, além da presença de modesta atividade extrativa ligada à vegetação natural. Por outro lado, um tipo humano com hábitos, tradições, técnicas diferentes das do "capuava" o praiano "caiçara" é o responsável por esse sistema de utilização do solo. Enquanto que o capuava praticamente não tem preocupação especial na

²⁸ “have no “reality” at all except in relation to land and property”.

escolha da área a cultivar, bastando que haja revestimento florestal e que a topografia seja relativamente favorável, ou que haja capoeira desenvolvida, o praiano enfrenta problemas graves para a localização de suas modestas roças (Petrone, 1961, p. 56 e 57).

Petrone nos diz que a agricultura caiçara, diversamente da do capuava do interior, enfrenta problemas na escolha das áreas adequadas à formação de roças, que são escassas. E a rotatividade dos roçados precisa ser bem maior em relação à agricultura da retroterra. Assim sendo, podemos compreender melhor a importância do parentesco para o uso que a população caiçara faz do ambiente. O modo de transmissão da terra funciona como um primeiro manejo, que continuamente redistribui as práticas sobre o território, segundo uma lógica da reprodução social e da manutenção das condições ambientais necessárias à continuidade do grupo. Melhor dizendo: existe um cálculo a respeito do número de clareiras que podem ser abertas numa determinada área, de modo que, mais tarde, essas clareiras possam tornar-se novamente capoeiras, evitando-se a devastação da floresta. E o lugar onde os novos grupos domésticos devem instalar-se, está condicionado a esse cálculo. Em suma, a formação de novos grupos domésticos coloca a questão da manutenção de áreas de floresta, regulando os locais onde se pode abrir novas clareiras e preservando as áreas saturadas pelos plantios e que precisam permanecer em pousio.

Por isso é comum, nas áreas onde vivem populações tradicionais, que extensas áreas de floresta sejam, na verdade, capoeiras grossas que já foram capuavas, e encontram-se em pousio. Ou seja, não é de se estranhar que, em áreas de floresta nas quais populações de lavradores estão presentes há, pelo menos, duas ou três centenas de anos, as matas estejam preservadas. E é justamente essa preservação que possibilitou a criação de Unidades de Conservação a partir da segunda metade do século XX.

Na Ilha do Cardoso, percebemos que essa territorialidade também contemplava a entrada de famílias procedentes de áreas mais distantes e que não possuíam terra. Mencionamos o caso de Antonio Emiliano Muniz, procedente de Guaraqueçaba, que resolveu mudar-se com a família para o Itacuruçá, devido à alta piscosidade da área e à proximidade dos mercados em Iguape e Cananéia. Vejamos um trecho da entrevista com sua filha, Pedrina Muniz Cubas, e o marido dela, Antonio Cubas:

Pedrina: Meu irmão era novo, veio pra cá [para o Pereirinha] trabalhar, pescar, e depois ele chamou o pai, nós fomos lá ver. Aí fomos morar no Itacuruçá. Eu tinha 18 anos.

Antonio. A mãe dela já era morta, só veio o pai.

Pesquisadora: Como o seu pai fez pra entrar ali? Ele escolheu o lugar e ficou ou teve que pedir autorização?

Pedrina: As famílias já estavam ali.

Antonio: Naquele tempo não tinha que pedir autorização, não era reserva, a gente podia chegar, entrar.

Mencionamos também o caso o dos pais de Manoel Osório Neves, procedente de Matinhos no Paraná, que instalou-se com toda a família no Pereirinha. Vimos sua nora, Maria Rangel Neves, dizer que *todo mundo podia chegar e fazer casa, não tinha nada de pedido, não tinha essas coisas, (...) vinha e fazia a casinha*. Outro exemplo nos foi dado por Joaquim Pires, nascido no Sítio Barreirinho, onde, por vários anos viveu a família de João Romão, procedente de Ararapira:

Joaquim: E tinha (no Barreirinho) mais um senhor que chamava-se José Romão. Que era outra família. Esses vieram lá de Ararapira e ficaram morando lá também conosco no sítio.

Pesquisadora: O pessoal chegava, pedia licença...

Joaquim: Chegava, pedia licença, fazia a casinha e ficava trabalhando.

Certamente, inúmeros casos desse tipo ocorreram na Ilha do Cardoso. Essas famílias de fora chegavam, se autorizavam com os moradores presentes na área, donos dos sítios, e logo se instalavam, passando a fazer parte da rede de vizinhança, participando dos mutirões. Algumas vezes, integravam-se também na rede de parentesco. Sobre isso, escreve Gadelha:

A “vizinhança” não parece estar reduzida a um conjunto de “famílias” aparentadas, pois havia rotatividade entre os sítios de famílias que não possuíam terras. Os “donos” de sítio costumavam ceder a estas famílias um lugar para trabalharem e morarem. Com o tempo, possivelmente houve uma incorporação destas famílias à rede de parentesco, através de alianças matrimoniais ou compadrio (Gadelha, 2008, p. 108).

Conforme já mencionamos, uma outra forma de famílias de lavradores e/ou pescadores, procedentes de outras áreas, entrarem na Ilha do Cardoso, era para “tomar conta” de áreas de terceiros, geralmente compradas para fins de lazer, ou até mesmo especulativos, e que não queriam deixar essas áreas desocupadas. Vimos que os avós paternos e maternos de Joaquim Pires, instalados, respectivamente, no Barreiro Grande e no Barreirinho, e os pais de Maria Rangel e Antonio Cordeiro Neto, instalados no Poço das

Antas, entraram nessas áreas convidadas para tomar conta das mesmas. E que, com o tempo, foram eles que mantiveram a posse de fato, sendo que, em alguns casos, os proprietários nem apareciam nos sítios.

6. AS FORMAS DO TRABALHO

A agricultura

Populações caiçaras do sudeste brasileiro, historicamente, são agricultoras e pescadoras, tendo sido classificadas por alguns autores na categoria mais abrangente de “camponeses”. Por exemplo, Maria Luiza Marcílio, ao empregar o termo caiçara, toma-o como *sinônimo de camponês, de caboclo e de caipira* (Marcilio, 1986, p. 29). Willems e Mussolini, em meados do século XX, observavam que a agricultura era a principal atividade econômica numa extensa área do litoral sudeste brasileiro, sendo a pesca, atividade suplementar. Nas palavras dos autores:

Imagina-se que a pesca seja a atividade mais importante dos ilhéus. Contudo, trinta e três homens indicaram que a lavoura era sua ocupação principal ao passo que somente dois dependiam fundamentalmente da pesca. Búzios, porém não é a única comunidade nesta área litorânea onde a agricultura é mais importante que a pesca. A situação é igual até mesmo nas localidades da ilha de São Sebastião, onde o litoral é mais favorável à organização coletiva, tendo a pesca como finalidade (Willems e Mussolini, 2003 [1952], p. 58-59).

Em pesquisas anteriores no litoral sul paulista (Carvalho, 1999; Carvalho e Schmitt, 2010), observamos que, mesmo nos casos em que a agricultura era atividade praticamente extinta, esta aparecia na memória das pessoas de modo muito marcante. Na Ilha do Cardoso não é diferente. Os mais velhos sempre se referem ao trabalho na lavoura associado à abundância de alimentos, como uma época em que havia fartura nos sítios.

Já mencionamos o texto de Mourão (2005), no qual ele afirma que a passagem da agricultura à pesca aconteceu no decorrer de 1910. Contudo, na Ilha do Cardoso, essa passagem se fez de forma mais lenta e não ocorreu de maneira uniforme. Por exemplo, no

início da década de 1960, enquanto algumas famílias já tinham a agricultura como atividade complementar à pesca e outras dedicavam-se exclusivamente a esta última, havia famílias que obtinham renda apenas com o trabalho na lavoura.

Vimos, também, Mourão afirmar que, enquanto o porto de Iguape, nos primeiros anos do século XX, havia entrado em franca decadência, o porto de Cananéia continuou com o movimento de sua área mais próxima. Mesmo após o fim do ciclo rizicultor no Vale do Ribeira, pequenos lavradores de toda a região continuaram com significativa produção de arroz, dentro de um sistema de policultura, que também produzia milho, feijão, e significativa quantidade de mandioca destinada ao fabrico de farinha.

Nas áreas de restinga e na orla da parte montanhosa da ilha voltada para o mar aberto, a passagem à pesca comercial, em diferentes níveis de combinação com o trabalho agrícola, se deu num ritmo mais acelerado. Todavia, na orla estuarina da parte montanhosa, a atividade agrícola continuou sendo fonte exclusiva de obtenção de renda por muito mais tempo. Isso se deveu, provavelmente, à maior fertilidade do solo nessa área e à maior facilidade de transporte até Cananéia, através do próprio canal. Uma representação simbólica da fartura nos sítios, na falas de diversas pessoas que entrevistamos, é a ideia de que muitos animais eram atraídos pelas roças, alimentando-se delas. E, ainda assim, o produto resultante dos cultivos era suficiente para alimentar a família e para comerciar em Cananéia ou, às vezes, em Iguape. Vejamos os depoimentos a seguir:

João: Por falar em passarinho, quando todo mundo plantava arroz, que agora ninguém planta mais, todo mundo tinha plantado arroz. Quando você chegava na beira do arrozal, era bum, quando voa um, voam todos. Aquele tiriva, tiriva fica nos tocos do pau assim, que é roçado, mas tinha aqueles paus velhos, que não eram cortados, que não tinha mais galho, não precisava cortar. Ficava enfeitado de tiriva. Tiriva é parente do periquito, é a mesma coisa, diferença pouca.

Pesquisadora: Mas ela acaba com o arroz, não acaba?

João: Não porque é muito, plantava grande, ele não dava conta não. (...) Todo mundo tinha seu quarto de arroz. Eu daqui tinha também quartinho de arroz, tudo amassadinho, tudo empacotado, até chegar numa altura. Aí, quando não vendia, ia comendo ali. Ninguém comprava nada (João Cardozo, entrevista em agosto de 2011).

Por quê que tinha fartura de pássaro, de caça? Porque a paca, ela é doida por banana. Tinha bananal, todo mundo tinha bananal lá. O pássaro comia laranja, a caça comia a laranja que a gente plantava. Arroz, a gente plantava aqueles arrozais enormes, dois ou três alqueires de arroz, o pássaro fazia urro naqueles arrozais lá, comendo a semente do arroz. Milho, a maritaca, um passarinho que nem o papagaio, eles faziam a festa no milharal. E a gente não tocava o bicho, deixava que ele comesse à vontade. Então tinha

fartura, eles tinham o que comer, a gente plantava, aproveitava, e o animais se criavam ali e comiam ali (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).

Sobre a abundância de certos animais silvestres na ilha, na década de 1940, e sua relação com as roças caiçaras, afirma Paulino de Almeida:

Para os sitiantes residentes na ilha do Cardoso, três são as pragas que a assolam durante o ano e que constituem um verdadeiro desastre para a lavoura: os porcos-do-mato ou queixadas, as capivaras e, finalmente, as maitacas.

(...)

[Os porcos do mato são verdadeiros exércitos, em regra compostos de duzentos a trezentos animais voracíssimos, cuja aproximação é sempre precedida por um grande estrondo e que, como uma fúria, tudo devastam em sua passagem dantesca e tumultuária, atravessando cachoeiras, varando grotões e transpondo quebradas, percorrendo a montanha de um extremo a outro.

(...)

Não menos prejudiciais são as capivaras, que, sendo abundantes em toda a parte baixa, principalmente junto às margens dos rios, prejudicam enormemente os arrozais, devorando-o também durante a noite.

(...)

Piores, porém, são as maitacas que, em bandos enormes, habitam as florestas da ilha e que tudo invadem sem temor ao chumbo das espingardas e aos espantalhos armados nas roças, com os quais facilmente se acostumam, familiarizando-se (Almeida, 2005 [1945], p. 69-70).

O autor acima nos fala do ataque desses animais às roças, mas não afirma que provocassem carestia. A existência destes em abundância não é contraditória com o discurso da fartura, considerando que a atração que as roças exerciam sobre os mesmos, facilitava o abate para consumo.

Os discursos das pessoas entrevistadas nos dão conta da variedade de produtos cultivados, de modo que todo o alimento consumido era produzido nos sítios. O que se comprava era o sal, a querosene para as lamparinas, tecidos, ferramentas, panelas e, às vezes, açúcar refinado. Vejamos o que dizem nossos entrevistados sobre essa variedade de cultivos:

Pesquisadora: O senhor fazia muita roça lá na Lage?

Antonia: Eu e ele [o marido, Manuel] trabalhamos muito na lavoura. Plantava rama, plantava arroz, plantava milho, plantava feijão, batata, tinha café. Farinha, fazia um monte de farinha.

Manuel: Comia só da lavoura, cana plantava um pouquinho, tinha uma moenda. Só o sal que nós comprávamos (Antonia Cubas e Manuel das Neves, entrevista em setembro de 2011).

Pesquisadora: No tempo que a senhora era criança, como é que seu pai fazia pra sustentar a família?

Benedita: Ele teve bastante filho. Ele trabalhava, era um homem trabalhador. Ele se virava, fazia bastante roça, plantava arroz, plantava milho, plantava feijão, essas coisas, rama (mandioca), ele era muito trabalhador (Benedita Cubas, entrevista em setembro de 2011).

Pesquisadora: A família do senhor sempre trabalhou só na lavoura?

Chiquinho: Tudo.

Pesquisadora: O que que plantava?

Chiquinho: Rama, arroz, milho, cana, tudo, fazia farinha. Saco de farinha lá no meu sítio, era três, quatro sacos de farinha por mês (Francisco Alves do Rio, entrevista em dezembro de 2011).

Joaquim: Tinha muita plantação lá, laranjal, bananal, tinha cafezal. Nós não comprávamos café. Laranja, os animais comiam. Tinha de tudo, usava dinheiro só para comprar... a gente usava luz de lamparina, usava querosene, sal, fazenda para fazer roupa, as únicas coisas que a gente comprava. No mais, tinha tudo lá (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).

Pesquisadora: Quando eles [os pais de Maria] vieram trabalhar pra cá [no Poço das Antas], eles vieram trabalhar com que?

Maria: Na lavoura. Vieram para o Poço das Antas, perto do rio do Perequê. Plantavam tudo, na verdade. Era arroz, milho, cana, mandioca, tinha muita laranja, muita banana, feijão. (...) Na verdade, a farinha, nós não vendíamos. Vendia outras coisas, igual arroz, milho, banana, no tempo de fruta, né, laranja, essas coisas. Ele [João Agostinho Rangel, o pai dela] tinha uma canoa bem grande, aí ele com meus dois irmãos... Ele era viúvo, depois casou com minha mãe. Então, os filhos dele, minha mãe criou os três filhos que ele tinha. Então, ajudavam ele. Aí tinha o porto bem lá em cima, que ficava perto da nossa casa. Ele fazia colheita, embalava tudo, punha na canoa e vinha de lá com meus dois irmãos, trazendo.

Pesquisadora: Pra Cananéia?

Maria: Pra Cananéia, pra vender.

Pesquisadora: Vendia frutas também, né?

Maria: É, frutas. Laranja, muita banana, muita banana, muita fruta, essas coisas tinha muita (Maria Rangel Neves, entrevista em agosto de 2011).

A senhora vê, meu pai era acostumado a plantar todo ano. Tudo ele plantava: arroz, feijão, milho, mandioca (Aristides Alves Cordeiro, entrevista em dezembro de 2011).

Quando você vai pela praia, quando você chega na biquinha, do lado do canal, era lá que a gente plantava. É aqueles terrenos alagados, lá que a gente plantava arroz. E aqui a gente plantava roça pra mandioca, plantava feijão também, que dá um pouquinho. (...) Agora, aqui no Cardoso, em qualquer lugar que plantar qualquer coisa, é muito fértil. Arroz, cana, banana, meu pai tinha cana ali que a gente não vencia fazer garapa, fazer melado (Ezequiel de Oliveira, entrevista em setembro de 2011).

Esta representação da fartura gerada pela grande variedade e abundância de produtos da roça é recorrente em toda a ilha, dentre as pessoas mais velhas, incluindo-se aquelas pessoas que residiam nas praias voltadas para o mar aberto e a restinga. Por exemplo, Augusta das Neves Cubas, moradora na praia do Camboriú, nos disse que seu pai, Pacífico Generoso, nessa mesma praia, plantava arroz, feijão, melancia, abóbora, mandioca, cará, batata doce e tinha canavial. Ele enchia a canoa com esses produtos e ia vendê-los em Cananéia. Augusta nos diz que “ninguém passava fome, não tinha falta de nada”.

É interessante notar que, nas entrevistas que fizemos, praticamente não ouvimos relatos sobre dificuldades materiais pelas quais as famílias tenham passado até o início da década de 1960. Por exemplo, perguntamos a Joaquim Pires se ele se lembrava de algum momento de “aperto” passado no sítio. Vejamos o que ele respondeu:

Pesquisadora: Eu estou vendo que o senhor fala muito de fartura, o senhor vai falando, a gente quase que enxerga essa fartura de todas as coisas que tinha, e ainda vendia. Desde que o senhor se entende por gente, no tempo que o senhor morou no sítio, o senhor não conheceu aperto, a família do senhor não conheceu aperto de falta das coisas?

Joaquim: Olha, eu passei um tempo meio apertado, nós era tudo menino, eu era menino de uns 8 anos, 9 anos. O meu irmão mais velho, o André, ele tinha mais ou menos uns 12 anos, e minha irmã tinha uns 14 anos, e meu pai, ele ficou doente. Ele pisou, diz ele que foi num osso de cobra. Embaixo do pé dele, apodreceu o pé dele inteiro. Ele ficou seis meses que não andou mesmo, não podia andar. Se fosse hoje, diziam que era um câncer. Naquele tempo, um médico era muito difícil, só tinha o doutor Paulo Gomes aqui. Trazia ele aí, ele dava remédio, foram seis meses que meu pai não pôde trabalhar. Então, o que nós fazia... No sítio, a gente vendia de tudo. Então a gente tinha aquele cipó imbé, nós íamos no mato e tirávamos cipó imbé, e nós descascávamos ele, e meu pai ali mesmo, com um pé só, ele cochava e fazia corda. Fazia aquele cordão enorme, 20, 30 braças daquilo, e nós trazíamos pra vender, vinha com meu tio vender aqui na cidade. Compravam pra arrastar rede, parecia esses cabos que tem agora, pra entralhar²⁹ a rede nele, pra arrastar a rede. E tinha a embaúva, que dá um linho muito bom também, uma madeira que dá um linho muito bom, meu pai cochava na mão, nós trazia pra vender aqui. E a gente era menino, não podia plantar roça, ficamos um ano s em plantar rama para fazer farinha pra comer. E plantar arrozal também nós era menino, não podia plantar, os meus tios que se juntavam lá e faziam uma rocinha pra gente. Foi o tempo que eu passei mais apertado. Depois o meu pai sarou (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).

Vemos que, entre os sitiantes da Ilha do Cardoso, em relação às necessidades materiais da época, estas só não eram suficientemente satisfeitas se houvesse algum

²⁹ Neste caso, *entralhar* significa costurar nas bordas da rede.

impedimento para cultivar a terra. No caso de Pedro José Dias, o pai de Joaquim Pires, houve uma doença que o impediu temporariamente de plantar. Ainda assim, a família pôde contar com a solidariedade dos parentes, que fizeram uma pequena roça de arroz, cujo produto seria suficiente para o consumo daquela unidade doméstica, mas não para a venda. Para suprir, ainda que parcialmente, outras necessidades, o pai de família adoentado recorreu à abundância de materiais da mata, coletados pelos filhos, para a fabricação de cordas a serem vendidas na cidade.

Devido ao sistema de rodízio das roças, as áreas plantadas poderiam ficar distantes das moradias. Por isso, era necessário erguer um “rancho” ou “tapera” na roça. Algumas pessoas plantavam em ilhotas próximas à ilha do Cardoso, como a “Coisa Boa”, o Mucuim, o Iririú, ou ainda, no caso de moradores do Pontal de Leste, a Ilha de Superagui. Gadelha também observou, entre os moradores da Ilha do Cardoso, o costume de se erguer um rancho na área de roça:

Quando a casa se distanciava da roça de um tanto que pudesse prejudicar o melhor aproveitamento do dia de trabalho, podia-se fazer um "ranchinho na beira da roçada". Para este, levava-se a comida para o almoço, *"pra não perder tempo, pois tinha que colher rápido, senão estragava o arroz, o milho também tem que ser com bom tempo pra colher, tempo de sol, se chovesse estragava, o feijão também"*. No rancho ia guardando a produção, e quando terminava a colheita carregava tudo para casa (Gadelha, 2008, p.125).

Às vezes, era preciso passar os meses de plantio e de colheita na roça, dividindo-se a moradia entre a casa principal e o rancho, como vemos nos depoimentos a seguir:

Tem essa ilha ali, o Mucuim, que dizem, ali eu plantei, no Iririú também. O Iririú, ali num certo lugar, tinha uma família, o Francelino Pontes. Ele plantava tudo ali em cima, isso há 60 anos atrás. O meu tio Paulo Rodrigues, ele morou lá uns 5 anos. Tinha um ranhão lá, plantava, ficava lá, vinha pro lado de cá. Meu tio Paulo Rodrigues morou lá com o Salvador, marido da Joaquina, plantando. Plantavam lá, vinham pra cá, no tempo [da colheita] iam pra lá (Antonio Rodrigues, entrevista em setembro de 2011).

Pesquisadora: O senhor plantava onde?

Feliciano: No Paraná, na ilha do Superagui.

Pesquisadora: Aqui na restinga não plantava?

Feliciano: Não porque eu fazia coisa grande. Eu e meu sogro fazíamos coisa lá grande. Eu vendia. Quando ficava tempo ruim, que não dava pra trabalhar – naquela época era só remo–, estão nós fazíamos farinha pra vender.

Pesquisadora: A roça era mais de rama?

Feliciano: Rama, rama. Plantava milho pra dar pra galinha, um pouquinho, e um feijãozinho, batata, cará de espinho. O lucro mesmo era a rama, a força era a rama (Feliciano Cunha, entrevista em setembro de 2011).

Feliciano Cunha, morador no Pontal de Leste, nos conta que seu pai, Pedro Sérvulo da Cunha, também morava na Ilha do Cardoso e fazia sua roças na Ilha do Superagui, no Paraná:

Feliciano: Ele tinha casa aqui e tinha casa no Paraná porque, naquela época, era assim, pescava tainha e plantava roça. Ele tinha terra também, com documento, tudo. A casa dele mesmo de morada era no Cardoso, só que ali pro lado, assim, ele passava o rio, aqui ele pescava, era a pescaria dele, lá ele plantava.

Pesquisadora: No continente?

Feliciano: Não é no Continente, na Ilha do Superagui mesmo. Praticamente era continente sim, era um cabo do Continente. Porque isso aí foi feito em 45, 47, não era ilha. Isso aí era um cabo do continente, eles furaram lá, com máquina, tudo. Eu vi tudo, fizeram um canal, o canal do Varadouro. Hoje é Parque Nacional.

A dupla moradia entre populações tradicionais que praticam agricultura de rodeio é bastante freqüente. Por exemplo, na Ilha Comprida, cuja largura varia entre dois e quatro quilômetros, as vilas caiçaras estão localizadas na face voltada para o Mar Pequeno, devido à alta piscosidade do canal. No entanto, as roças de mandioca eram feitas próximo à praia, no lado do mar aberto, onde os moradores possuíam uma segunda moradia, na qual permaneciam nos períodos de plantio e colheita (Carvalho, 1999). Observamos algo semelhante no interior do Vale do Ribeira, em áreas quilombolas, onde até os dias de hoje, lavradores mantêm uma casa principal na vila, juntamente com vizinhos e parentes, e outra na área de roça (chamada capuava), que pode ficar até duas ou três horas de caminhada dentro da mata, a partir da vila (Carvalho, 2006).

Voltando à Ilha do Cardoso, os irmãos Maria Rangel e Antonio Cordeiro Neto, no Pereirinha, nos dizem que o pai deles, João Agostinho Rangel, nunca foi afeito à pesca. Trabalhava exclusivamente com lavoura no Poço das Antas, lugar que, aliás, fica um pouco afastado da praia. O peixe para o consumo doméstico, ele obtinha trocando, com outros moradores, por produtos de sua roça.

No entanto, estivemos conversando com outros moradores e ex-moradores que também eram essencialmente lavradores e pescavam para consumo doméstico. Mesmo na época da pesca da tainha, nos meses de inverno, quando chegavam a pescar algumas

centenas desse peixe no Mar Pequeno, não vendiam. Todo o produto da pesca era salgado, seco e armazenado para consumo, conforme os relatos a seguir:

Chiquinho: Só pra comer, pescava só pra comer.

Pesquisadora: Pescava só pra comer?

Chiquinho: Só pra comer, eu mesmo já matei muito peixe lá no rio³⁰, punha pra secar, comia seca com banana, com abóbora, farinha. Nós dávamos cerco lá de tainha, matava 600, 800, chapava a canoa. Cerco de rede assim, no rio, cercava no rio, era só carregar a canoa.

Pesquisadora: 600, 800? E não vendia?

Chiquinho: Não, espalhava tudo eles, punha no sol, pra comer com banana, com abóbora, meu Senhor! Enjoava de carne, carne de paca, carne de porco (Francisco Alves do Rio, entrevista em dezembro de 2011).

A pesca, se a senhora descia no rio, à noite, não precisava nem rede pra pegar. Se a senhora descer o rio, acendia um farolete, a querosene, acendia assim na canoa, só tainha que saltava³¹, o peixe era muita fartura. Pescava no mar Pequeno, só no Mar Pequeno. A gente matava muito peixe, secava peixe pra comer (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 20110).

Peixe, só pescava para comer. Se quisesse comer peixe fresco, era só pegar e comer do dia. Quando a gente matava um pouco a mais, deixava secando no fumeiro, que chama. (...) Ali [na Ilha da Casca] morou gente, pescador. Esse Manuel aí tinha até uma venda pra servir o pessoal do município. Então o pessoal vinha vender mercadoria pra ele ali, dali ele trazia pra Cananéia, era tudo da roça. Naquele tempo não existia pesca comercial (Valdemar Xavier, entrevista em dezembro de 2011).

Ao dizer que “naquele tempo não havia pesca comercial”, Valdemar Xavier refere-se a um período que vai até o final da década de 1950, quando, principalmente nos sítios da orla estuarina da parte montanhosa da ilha, se vivia muito mais da roça. A pesca, no caso desses sítios, era feita unicamente no estuário, com cerco de rede e em canoas a remo, e também com cerco fixo. Na grande maioria das vezes, era para o consumo interno do grupo.

Tanto em relação à pesca, quanto em relação à caça, compreendemos, a partir dos discursos dos moradores mais velhos, que havia um uso social desses recursos. Ou seja, nunca era para o consumo apenas da família que os obtinha. Esta fala de um antigo morador pode nos esclarecer um pouco mais sobre o assunto:

³⁰ “Rio”, neste caso, significa o Mar Pequeno, que é chamado de rio pelos moradores.

³¹ Técnica conhecida como “pula peixe”, que já foi muito usada no canal, inclusive para comercialização, como soubemos por depoimentos obtidos no Marujá.

E tinha uma coisa, era uma união muito grande no sítio. Por exemplo, quando nós queríamos trabalhar na roça e o meu avô ia pescar, naquele dia podia ir sossegado, quando chegava na hora do almoço, meu avô chegava com um pouquinho de peixe pra cada família. Às vezes, era meu pai que ia, às vezes era meu tio que ia. O que matava repartia. Matava uma caça grande, bonita, era um pedacinho para cada família. Então naquele dia, tinha o almoço, era assim, uma união muito grande (entrevista em setembro de 2011).

A expressão “matar peixe”, muito usada na região, é de origem portuguesa, trazida ao Brasil desde os primeiros tempos da colônia (Mourão, 2003, p. 51). Quando se matava peixe, ele era distribuído entre todas as famílias do sítio, que geralmente eram parentes, e também entre os que eram apenas vizinhos. E isso valia tanto para as quantidades menores, suficientes apenas para a refeição de um único dia, quanto para as quantidades maiores de tainha que “matavam” durante o inverno. No primeiro caso, havia um revezamento na pesca. Para otimizar o tempo de trabalho na roça de cada família, a cada vez um dos parentes ia para o “rio” obter o “almoço” (neste caso, obter a *mistura* do almoço), enquanto os demais seguiam cuidando de suas plantações. Já na temporada da tainha, quando se podia *chapar* a canoa de peixe, o trabalho tinha que ser feito em equipe, reunindo-se os homens do sítio.

Em relação à caça, é costume, entre populações tradicionais, dividir a mesma entre vizinhos. Assim como nas situações de pesca mencionadas acima, esse costume faz parte das relações de *reciprocidade*, quando se estabelece entre grupos ou entre famílias, ciclos de dádivas, havendo a obrigação de dar, receber, retribuir (Mauss, 1988). Na Ilha do Cardoso, os moradores dos sítios tinham, necessariamente, que dividir o produto da caça com parentes e vizinhos próximos, perpetuando os ciclos de dádivas³².

Podemos considerar a *reciprocidade* como palavra chave da existência dessa população caiçara, que vivia principalmente da agricultura. Pois, a realização do trabalho só era viável a partir do sistema de ajuda mútua. O trabalho de derrubada da mata, ou de plantio, ou de colheita, que uma família sozinha levaria vários dias para concluir, podia ser realizado num único dia de mutirão. Só assim, a produção agrícola de subsistência podia ser economicamente viável.

³² Em relação à caça que era praticada por caiçaras de São Sebastião, no litoral paulista, observa Noffs: *Por mais insignificante que fosse o produto de uma caçada, era repartido com amigos e parentes, servindo como elemento agregador da sociedade local* (2004, p. 282 *apud* Diegues, 2005, p. 292).

Os mutirões eram sempre seguidos pelo fandango, que era o “pagamento” pelo trabalho. Lembramos aqui que, entre populações tradicionais, há uma menor separação entre trabalho e lazer³³. Um e outro se misturam, de modo que a festa, à noite, é conseqüência da reunião dos parentes e vizinhos para o trabalho na roça.

Era costume que comerciantes, donos dos armazéns que compravam o produto da roça, adiantassem a carne seca, que não podia faltar, assim como feijão, arroz e cachaça para os mutirões. O pagamento seria descontado do produto que receberiam ao final da colheita. Neste depoimento, Joaquim Pires fala sobre o assunto:

Os maiores compradores de arroz aqui de Cananéia eram os finados Paulo Paiva e Francisco Paiva. Então eles compravam o arroz da gente. Aí a gente vendia o arroz, pagava a dívida que a gente tinha com eles, eles forneciam a gente pra fazer o arrozal, as despesas do mutirão. Aí a gente pagava a dívida tudo. O Paulo e o Francisco Paiva eram irmãos. Eles financiavam as coisas que a gente não tinha no sítio, eles financiavam pra gente fazer mutirão, a carne seca. Então o Paulo Paiva e o Chico Paiva, a senhora deve conhecer aquele sobradinho que tem ali naquela rua que vai pro Mercado da Ilha ali, embaixo era o armazém deles (entrevista em agosto de 2011).

Contudo, a importância dos mutirões ia muito além da viabilidade econômica. Eles tinham uma importância cultural que era fundante para as relações de vizinhança e parentesco. Os fandangos, festas essencialmente agrícolas, não tinham apenas função de lazer ou sociabilidade. Em geral, era nesses eventos que se faziam os arranjos matrimoniais, numa contínua consolidação das redes de casamento e parentesco. As pessoas mais velhas falam muito sobre isso, às vezes, em tom jocoso:

Joaquim: Era assim, ali no fandango, saíam os noivados, saíam os namoros. Tinha um respeito muito grande porque, na noite do fandango, tinha a sala do fandango, da dança, e tinha um corredor do lado, ali ficavam as mulheres. Então, daqui, os homens tiravam as mulheres, chamavam as mulheres para dançarem lá. E aí daquela que tinha resistência, já dava confusão. Por exemplo, pra eu dançar com a mulher de alguém, eu tinha que pedir: o senhor dá licença para eu dançar com a sua esposa? Então autorizava, tirava pra dançar. A filha era a mesma coisa. No meu tempo já era um pouquinho mais moderno, mas antes de mim, pra dançar com a filha de um senhor qualquer, tinha que ir lá pedir autorização para o pai da moça para dançar com ela. Então tinha esse respeito muito grande. Era muito bom, muito gostoso porque as pessoas se conheciam também no mutirão, no fandango. A gente tirava a dama pra dançar, por exemplo, quando queria saber se ela gostava de mim ou não gostava, então dava um apertinho na mão dela. Se ela apertasse

³³ Maria Sylvania de Carvalho Franco, refletindo sobre as atividades de extração e de caça, refere-se ao “amalgama de trabalho e lazer característicos da modalidade de ajustamento e adaptação” encontrada por um grupo sertanejo (1997, p. 23).

minha mão, se ela contribuísse, começava já o namoro. E se ela abrisse a mão, então já sabia que ela não queria nada comigo.

Pesquisadora: Eu tenho a impressão de que ia mais gente no mutirão do que no auxílio...

Joaquim: Ia mais gente porque no mutirão, por exemplo, nós fazíamos na Ilha do Cardoso, nós convidávamos o pessoal do Continente, e ali era muito bom porque eu mesmo comecei a namorar a Odete no mutirão. Fizemos mutirão na Ilha do Cardoso e ela foi, o pai dela foi, achei ela lá e fui atrás. (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).

Eu fui no mutirão, aí a gente [ele e a esposa] se conheceu, dançamos, dançava forró, né, aí eu peguei dançar com ela (Antonio Cubas, entrevista em agosto de 2011).

A fala de Joaquim Pires, ao citar o próprio casamento, remete também à questão das alianças matrimoniais entre moradores da ilha e do continente, que eram consolidadas e renovadas a partir dos mutirões e do fandango. Gadelha, em sua pesquisa na Ilha do Cardoso, também menciona o aspecto das alianças de casamento realizadas através do fandango:

Como vimos, o recíproco do mutirão é o fandango. Não se trata apenas de perceber o mutirão confirmando os laços de vizinhança e reciprocidade. Através da alegria do trabalho coletivo e das modas de viola, é certo que se reencontravam parentes e amigos, mas também criavam-se novos laços, ensaiava-se a constituição de novas famílias: *“tinha um mutirão lá!! Nós dançávamos pouco!! [risos] Era tão gostoso!! Era no fandango que arrumava namorado” [risos]* (Gadelha, 2008, p. 131).

O antropólogo Paulo Serpa, em 1986, teve a oportunidade de realizar uma entrevista com Arlindo Mendes que, à época, tinha 76 anos de idade e morava na praia do Foles. Essa entrevista está publicada na *Enciclopédia Caiçara* (Diegues, 2005). Arlindo Mendes, nessa entrevista, fala dos mutirões de um tempo mais antigo, quando a rede de vizinhança e parentesco, que se estendia na área entre a Ilha do Cardoso, o pontal sul da Ilha Comprida e os sítios do continente ainda não havia sido desarticulada pela proibição do trabalho agrícola. Eram os mutirões com fartura de alimentos, sendo a carne seca o ingrediente mais esperado nas refeições principais. Tratava-se de um ciclo de fartura gerada pelos próprios mutirões. A certeza do resultado do plantio e da colheita nos sítios integrava-se a um sistema mais amplo de direitos costumeiros, no qual o comerciante “financiava” os mutirões sem receber nenhuma garantia formal do pagamento, que seria feito apenas dali a

alguns meses, ao final da colheita³⁴. Arlindo Mendes compara os grandes mutirões desse tempo antigo aos mutirões que ainda conseguia fazer. Devido à carestia e à falta de recursos, a carne seca, então, tinha que ser substituída pelo peixe. Suas roças, na época da entrevista, deveriam ser bem menores. Embora ainda houvesse a ajuda mútua – neste caso, entre parentes e vizinhos das praias do Foles, Camboriú e Lage – o sistema de direitos costumeiros com a participação de comerciantes de Cananéia, já havia sido desarticulado.

No depoimento a seguir, Joaquim Pires nos fala das técnicas do trabalho agrícola, e de como elas eram empregadas coletivamente. E também nos dá detalhes do que era feito num dia de mutirão, ainda nos “tempos de fartura”, desde a chegada dos convidados, logo cedo, até o encerramento do trabalho e o começo do fandango:

O sistema era o seguinte: pra fazer uma roça, por exemplo, pra plantar um alqueire de arroz, tinha que roçar primeiro o mato por baixo, limpar todo o mato por baixo, derrubar as árvores grandes, depois que derrubava, deixava passar uns 30 dias, 15, 20 dias, 30, conforme o sol. Queimava a terra, depois da terra bem queimada, então ia plantar. Plantar arroz, por exemplo, de seis, oito sementes de arroz, furando a terra e plantando com soquete, fazia o furinho e jogava a semente de arroz lá. Agora imagina, pra uma família plantar uma roça de um alqueire, dois alqueires de arroz daquele jeito. Então fazia o seguinte: fazia mutirão. Mutirão e ajuntamento, que dizia. Ajuntamento era o seguinte, era trocar dias. Por exemplo, chamava o meu tio, chamava o meu compadre, chamava 10, 12 pessoas pra trabalhar pra mim. Ali a gente ia plantar arroz, por exemplo, ou roçar, ou derrubar. Aí no outro dia, ia pra ele, e assim ia fazendo.

E o mutirão era o seguinte: chegava no sábado, reunia 20, 30, 40 pessoas num dia, plantava uma roça de dois alqueires de arroz, que ali até mulher, criança podia plantar. Plantava dois alqueires de arroz, trabalhava o dia inteiro. O dono do serviço, o dono do mutirão, por exemplo, se eu fizesse mutirão, de manhã eu dava café com arroz cozido pro pessoal, bastante fartura de arroz cozido, o alimento era isso, não tinha outra coisa, era arroz cozido com café de manhã. Todo mundo comia um prato de arroz com café e ia pra roça. Trabalhava até meio dia. Quando era meio dia, vinha pra casa. Fartura de comida era demais, tinha carne seca também, naquele tempo era barato, comprava carne seca, que o pessoal gostava muito, além do peixe e da caça. E meio dia era mesma coisa. Pegava no meio da casa, na casa o que tinha maior era a sala, assoalhada e pintada. Pegava uma esteira de piri, taboa, tinha aquelas esteiras grandes, pegava umas duas latas de farinha, colocava no meio ali, forrado com a toalha, uma toalha grande, forrava colocava ali no meio umas duas latas de farinha, as colheres fincadas tudo na farinha ali, não tinha garfo, e daí a mulherada trazia os pratos, rodeava de pratos, e ali os homens iam pegando, iam

³⁴ No caso do arroz, talvez o produto mais significativo nesse comércio permeado por direitos costumeiros, a fase do plantio ocorre no mês de novembro, e as colheitas têm início no mês de abril, podendo chegar até junho, dependendo do tamanho das roças.

sentando nos bancos... farinha, arroz, carne seca, feijão, da lavoura tinha muita fartura, todo mundo comia bem.

Depois que acabava de comer, ninguém ia descansar não. A mulherada juntava tudo e levava pra lá aquela louça. E o fermento que eles diziam, sabe o que é o fermento? Três modas que eles dançavam, o fandango, tocava viola de fandango e os homens e as mulheres caíam na dança. Fazia isso pra não ficar com preguiça de ir pra roça. Dançava três modas, quatro modas, que era o fermento que diziam, sapateava. Depois que acabava de dançar, ia se acomodar na roça novamente até 6 horas da tarde.

Quando era 6 horas, vinha pra casa, era aquela cafeada com cuzcuz de arroz, biju de mandioca que faziam, tomava bem café, muito bem tomado, aí ia pra cachoeira. Não existia chuveiro, ia pra cachoeira se lavar, tomar banho, Tomava banho, todo mundo se trocava, não tinha lugar pra coisa, as mulheradas vinham pra casa, os homens ficavam no mato, se arrumavam e já vinha arrumadinho pra casa.

Chegava em casa, o café era bom, não precisava janta ainda, caia no fandango (Joaquim Pires, entrevista em agosto de 2011).

A descrição de Joaquim Pires das técnicas de cultivo caiçara, mostra que estas são bastante semelhantes às técnicas tradicionalmente empregadas por uma vasta gama de populações de pequenos lavradores da região sudeste do Brasil, pesquisados por Antonio Candido (1971), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1967) e Nice Lecquoc Muller (1951), entre outros. Vemos nosso entrevistado falar no plantio de arroz, que se fazia *furando a terra e plantando com soquete, fazia o furinho e jogava a semente de arroz lá*. Muller, entre 1945 e 1946, realizou estudo entre sítiantes na depressão de Campinas, na baixada do rio Ribeira e em áreas abrangidas pela várzea do rio Paraíba. Nessas três áreas, ela observou, entre outras, técnicas de cultivo muito semelhantes às descritas por nossos entrevistados. A autora descreve-as como sendo práticas do sítiante de regiões novas e também do caboclo ribeirinho e do caboclo capuava:

O sítiante das regiões novas, depois da derrubada, em que é abatida a maioria das árvores de grande porte, procede a queimada, pela qual faz a destruição da floresta e uma limpeza relativa do terreno. Espalhados pelo solo ficam ainda troncos carbonizados e inúmeros tocos, à espera de que o tempo os faça desaparecer pela putrefação (Muller, 1951, p. 76).

O caboclo ‘capuava’ tem uma agricultura tecnicamente semelhante à praticada nas regiões novas: como sua cultura é itinerante, mudando de ano para ano de lugar, ele tem que estar sempre empregando a derrubada e a queimada da mata ou de capoeira e trabalhando em terrenos relativamente entulhados por troncos carbonizados e tocos de árvores. Em consequência, não poderia deixar de ser uma agricultura presa à enxada (Muller, 1951, p. 80).

A autora também nos fala do uso do bastão pontiagudo para o plantio do arroz, referindo-se a ele como “chuço”, e ainda apresenta a seguinte descrição de Carlos Borges Schmidt sobre o uso do mesmo:

Preso à cinta, trazia o roceiro uma minúscula sacola, com capacidade de litro...

onde estavam as sementes... Na mão um pau roliço, com coisa de cinco e meio ou seis palmos de comprimento e tão grosso como um cabo de enxadão dos mais pesados, a extremidade inferior terminando pontiaguda. Caminhava um passo espichado. Dava uma batida no chão fofo, recém queimado e encharcado pela chuva... Jogava no buraco assim feito dois ou três grãos... cobria e socava a cova com o próprio pau (Schmidt *apud* Muller, 1951, p. 80).

Em pesquisa realizada entre 2000 e 2006, em área quilombola do Vale do Ribeira, também pudemos observar, técnicas de cultivo muito parecidas com as mencionadas acima. Certamente, o “chuço” referido por Muller, o “pau roliço” referido por Schhmidt e o “soquete” mencionado por Joaquim Pires são o mesmo instrumento, que recebe nomes diferentes a cada localidade. Por exemplo, em áreas quilombolas do Vale do Ribeira, é chamado de “saraquá”. Esse bastão pontiagudo é usado para, em movimentos rápidos, abrir as pequenas covas onde são lançadas as sementes e, logo em seguida, cobri-las com leve camada de terra.

Voltando ao tema dos mutirões, estes também eram convocados em outras ocasiões, como na troca dos telhados de palha das casas, que precisavam ser refeitos anualmente. Ou na “varação” de canoa, ocasião em que a mesma, cavada no tronco da madeira conhecida por guapiruvu, era retirada do mato. O artesão muitas vezes, faz a canoa no próprio lugar onde é cortada a árvore, no interior da mata³⁵. É preciso a cooperação de diversos homens para descer a canoa, amarrada por cordas, morro abaixo, através do interior da floresta, até a casa, ou paiol de pesca, de seu dono. E todos precisam trabalhar coordenadamente, para evitar o risco de que a mesma escorregue por alguma encosta e se quebre, ou, então, alguém se machuque. A varação de canoa³⁶ é sempre seguida de fandango.

Os mutirões, no entanto não eram as únicas formas de ajuda mútua. Vimos Joaquim Pires mencionar o *ajutório*. Trata-se, também de um sistema de trabalho muito comum entre populações tradicionais. É quando ocorre uma *troca de dias*. Um grupo de lavradores se junta, e revezam os dias de trabalho nas roças de cada um deles, até que o serviço nas roças de todos seja efetuado. Nesse caso, não há o fandango, pois o “pagamento”, é feito com o próprio trabalho.

³⁵ Gadelha (2008) apresenta relatos de moradores segundo os quais a varação era feita com o tronco em estado bruto, at é a casa do dono da futura canoa, onde a mesma seria, então, trabalhada.

³⁶ A varação de canoa também pode ser observada entre populações ribeirinhas, que se utilizam desse tipo de embarcação. Por exemplo, em 2003, tivemos oportunidade de registrar um evento desses numa área quilombola do interior do Vale do Ribeira (Carvalho, 2006).

Comercialização dos produtos agrícolas

Vimos, alguns parágrafos atrás, Feliciano dizer que ele e seu pai faziam roças maiores na Ilha do Superagui. O sogro de Feliciano, chamado João Guilherme Pires, também plantava no Superagui, e era famoso pelas grandes roçadas e mutirões que fazia. Feliciano e a esposa, Almerinda Santana da Cunha, nos mostraram um documento interessante, que fala sobre os produtos da roça que João Guilherme comercializava em Cananéia, o qual transcrevemos a seguir:

Pela presente, o Sr. ANTONIO VERÍSSIMO BARBOSA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 358.655.208-49, atualmente estabelecido à rua Tristão Lobo, nº 345, Centro, Cananéia, Estado de São Paulo; declara para os devidos fins e sob as penas da Lei, que conhece o Sr. JOÃO GUILHERME PIRES, brasileiro, casado, lavrador, portador da Cédula de identidade RG nº 16.479.321-SP, desde o ano de 1920, sendo que efetuou compras regulares de produtos da lavoura, tais como: farinha, banana, feijão, entre outras no período de 1.931 a 1.965.

E por ser a expressão da verdade, firma a presente para que surtam os devidos efeitos.

Cananéia, SP, 06 de abril de 1.993.

O documento acima, emitido pelo comerciante de Cananéia, foi solicitado ao mesmo por João Guilherme Pires, para servir como comprovante de que este era realmente agricultor, e pudesse obter sua aposentadoria. João Veríssimo era dono de um dos armazéns de Cananéia que, durante várias décadas, serviram de entreposto para os produtos da roça fornecidos pelos moradores dessa área estuarina, desde a divisa com o Paraná até os arredores de Cananéia.

A importância comercial de toda a produção das centenas de pequenos agricultores que viviam nessa área, pode ser avaliada através de uma imagem muito marcante que nos é transmitida pelos relatos dos mais velhos. As falas emocionadas a respeito dos mutirões e da fartura de produtos do sítio, também quase que fazem plasmar diante de nossos olhos a imagem de um Mar de Dentro lotado de canoas a remo (e a vela) abarrotadas dos mais diversos produtos, que continuamente abasteciam Cananéia. E chegavam a ser vendidos também em Iguape, onde obtinham melhores preços. A parte maior dessa produção era

representada pelo arroz e pela farinha de mandioca. Mas, durante todo o ano, sempre havia algo que os sitiante levavam à cidade para vender: canoas abarrotadas com grandes quantidades de frutas como laranjas, bananas, mexericas, jabuticabas, além de abóboras, feijão, mandioca *in natura*, carás, batatas doces, peixe salgado, camarão. E também produtos artesanais feitos com materiais coletados na mata, tais como cestos, gamelas, chapéus e cordas.

Referindo-se às velas improvisadas, de pano de saco branco, que os sitiante colocavam em suas canoas para aproveitar principalmente o vento na altura da barra de Cananéia, um morador nos disse que o Mar Pequeno, cheio de canoas, ficava tão bonito que parecia recoberto por garças. Esta imagem mental justifica a recorrente afirmação de que “era a Ilha do Cardoso que sortia Cananéia”.

Vejamos alguns depoimentos sobre a comercialização dos produtos dos sítios:

O pessoal mais antigo que já faziam pra venda, na época que o meu pai era mais novo, antes de ser decretado o Parque, viviam mais de, não era venda, eles faziam troca. Eles não vendiam, eles trocavam por açúcar, sal, pano de roupa, essas coisas, Era difícil quem vendia. Vendia em Cananéia, Iguape. Eles saíam daqui pra Cananéia a remo, daqui a Iguape (Ivo Carlos Neves, entrevista em agosto de 2011).

Banana, mandioca, taiá, cará, eu lembro que o meu pai ia na roça, a gente ia na roça, aí pegava, por exemplo, aipim, e colocava aipim numa caixa. Taiá, ou inhame, você pegava aqui, chegava no porto aí, encostava a canoa, todo mundo vinha comprar direto na canoa. Era camarão, jabuticaba (Romeu Mário Rodrigues, entrevista em agosto de 2011).

Pesquisadora: O que que plantava?

Chiquinho: Rama, arroz, milho, cana, tudo, fazia farinha. Saco de farinha lá no meu tio, era três, quatro sacos de farinha por mês.

Pesquisadora: Três, quatro sacos que vinha vender am Cananéia?

Chiquinho: Em Cananéia, é. Banana, eu já carreguei muitas dúzias de cacho de banana pra vender na cidade (Francisco Alves do Rio, entrevista em dezembro de 2011).

Pesquisadora: Vocês vendiam farinha?

Antonia: Vendia lá no Ararapira, meu pai, nós passava quase o dia inteiro forneando, a gente torrava farinha, naquela luta, nós trabalhamos muito. Desde menina eu caí na luta, sabe.

Pesquisadora: Em Ararapira, trocava por dinheiro ou pelas coisas que precisava?

Antonia: Por dinheiro.

Manuel: Aí comprava as coisinhas.

Antonia: Comprava fazenda pra gente fazer roupa (Antonia Cubas e Manuel das Neves, entrevista em setembro de 2011).

Nós, pra fazer compra, nós vínhamos da Cachoeirinha vender arroz, milho, banana em Cananéia (Valdemar Xavier, entrevista em dezembro de 2011).

Daniel: O pessoal daqui, os lavradores da ilha aqui do Cardoso que sortiam Cananéia. Era farinha de mandioca, fruta.

Pesquisadora: Aqui a terra é melhor pra plantar, né?

Daniel: Sempre é. Acho que não tem lugar de plantio lá [em Cananéia].

Pesquisadora: O que o senhor lembra dos seus pais vendendo lá pra Cananéia?

Daniel: Meu pai... arroz, que eu me lembro ele não plantava. Plantava feijão, mandioca brava. Ele tinha o tráfico³⁷. Batata doce, milho.

Pesquisadora: Milho também vendia?

Daniel: É, pouco.

Pesquisadora: E mexerica?

Daniel: Vendia bastante mexerica, banana, café. O café era mais pra consumo, vendia pra alguém mesmo da ilha. Só que não era assim de vender bastante. Melancia também levava pra Cananéia.

Podemos depreender, a partir dos depoimentos acima, que durante muitas décadas vigoraram tanto as trocas *in natura*, quanto as trocas monetárias com os comerciantes de Cananéia, Iguape e Ararapira. Enquanto os sítios da orla interna da parte montanhosa da ilha, em grande parte, até a década de 1950 não estiveram participando da pesca comercial, no lado do mar aberto e na restinga, a pesca chegou a ter a mesma importância que a lavoura, ainda na primeira metade do século XX, até suplantá-la. Benedita Cubas, aos 80 anos de idade, moradora da praia da Lage, nos diz que, quando ela era ainda criança, seu pai levava peixe e farinha de mandioca para vender tanto em Cananéia quanto em Ararapira:

Pesquisadora: O seu pai pescava também, ele vendia peixe?

Benedita: Ele pescava.

Pesquisadora: Ele fazia as duas coisas, então, desde que a senhora era pequena?

Benedita: Ele pescava, ele trabalhava.

Pesquisadora: Mas ele vendia peixe lá em Cananéia?

Benedita: Vendia.

Pesquisadora: Aí tinha que salgar?

Benedita: Ah, não, ele vendia assim, fresco.

Pesquisadora: Mas aí era só quando a barra estava boa?

Benedita: Não porque ele levava pro Marujá. Vendia farinha, vendia tudo, levavam pro Marujá.

Pesquisadora: E levava tudo nas costas?

Benedita: Pouco assim, levava nas costas.

³⁷ *Tráfico* é o nome que se dá à casa de farinha com todos os seus equipamentos: a roda, utilizada para ralar a mandioca; a prensa, usada para escorrer o ácido cianídrico da massa; e o forno, utilizado para torrar a massa, ou como dizem os lavradores, *fornear*.

A Pesca

Como já mencionamos, Mourão nos informa que a passagem da agricultura para a pesca tem início em 1910. Exceto no caso da tainha que era vendida seca por alguns agricultores aos comerciantes de Cananéia já no século XIX, como complementação da renda (Mourão, 2003, p. 55). Reproduzimos, a seguir, trechos do texto de Mourão, nos quais ele discorre sobre o processo do surgimento da pesca artesanal com fins comerciais até a modernização das técnicas dessa modalidade de pesca, nos anos de 1960:

O período de 1910 até 1960/1963 pode ser subdividido em dois subperíodos, antes e depois da abertura do Entrepasto [Federal] de Pesca [em 1942]. No primeiro, a pesca artesanal, atividade de mera subsistência, representa ainda muito pouco em volume de captura. Assistimos à formação do bairro do Carijo que, a essa altura, era habitado apenas por duas famílias. Aí foram estabelecendo-se parte dos moradores das zonas rurais que se haviam deslocado para Cananéia a fim de passarem a pescar e vender o resultado de sua produção. Outros preferiam instalar-se fora da cidade, mas em locais mais ou menos próximos, quer na própria ilha de Cananéia, quer na ilha Comprida.

(...)

A abertura do Entrepasto de Pesca, início do segundo subperíodo, veio animar a produção de pescado, mas subsistia ainda o problema da falta de transporte. O pescado, no primeiro subperíodo, era vendido, de preferência, aos barcos que vinham de Santos, ao passo que por terra o transporte, mesmo depois da abertura da ligação de Jundiá a Piedade, continuava difícil.

(...)

Poucas inovações foram introduzidas na captura desde 1910 até 1960/1963. Rede de fio de algodão, fabricada pelos próprios pescadores ou por seus parentes - conservada semanalmente com um banho de tinta de casca de jacatirão - caniço de pesca, covos, cerco de pesca construído com taquara, espinhei fixo ou de espera e canoa de remos constituíam o material de captura dos pescadores locais, reminiscência de velhas técnicas indígenas e portuguesas. Os cercos ou currais de pesca, apesar de a Agência da Capitania dos Portos ter proibido a sua construção, em 23/5/1923, para não causar transtornos à navegação, são anualmente reconstruídos, garantindo complementação de pequena renda aos pescadores.

Mudança tecnológica de grande importância, a introdução do motor de centro nas canoas ocorre a partir de 1960. Nesse ano, instalaram-se na ilha do Bom Abrigo, para logo após passarem para a ilha Comprida, na praia de Fora, algumas famílias catarinenses que passaram a pescar no mar de Fora, utilizando o espinhel como principal técnica de captura. Já em 1943, na instância da Mepesca, haviam-se estabelecido na Ilha do Cardoso seis famílias de pescadores "catarinenses", vindos de Matinhos. A influência do grupo, quanto à difusão das suas técnicas de pesca no meio, não se fez sentir. (...)

A segunda leva de catarinenses, dezoito ao todo, chegada em 1960/1963, foi de grande importância para o meio.

Graças ao interesse gerado pela comercialização do pescado, um comerciante local, originário do meio rural, e que já vinha comprando a produção dos pescadores

catarinenses, passou a financiar a venda dos motores de centro e demais apetrechos de pesca, entre os quais as redes de náilon que passaram a ser normalmente utilizadas.

Esse período, que determinamos como compreendido entre 1960/1963 e 1968, é, sem dúvida, em relação à pesca artesanal, o período mais importante. Nessa época, emergem dois estratos de pescadores: os que têm motor de centro e os que permanecem na pesca tradicional, utilizando-se de canoas movidas por remo. A utilização do motor possibilitou a pesca no mar de Fora, de maior rentabilidade, no período do tempo quente. Se, por um lado, ainda nos encontramos sob o domínio da pesca artesanal, o uso do motor de centro determinou a emergência de um profissional da pesca, não mais no sentido de se considerar profissional da pesca o indivíduo que vivia preferencialmente da pesca, como havíamos determinado ao iniciar nossa pesquisa, mas, a par de um critério ocupacional, passou-se a considerar profissional, digamos de nível I, a quem, além de se dedicar exclusivamente à pesca, utilizava novas técnicas de captura do pescado e encarava a pesca como profissão (Mourão, 2003, p. 57-61).

A partir de meados do século XX, já havia uma minoria na Ilha do Cardoso que se dedicava exclusivamente à pesca. Já mencionamos o caso de Antonio Emiliano Muniz, procedente do Paraná, que se estabeleceu no Itacuruçá em 1950. Ele e o filho viviam da pesca. Mas, antes dele, como menciona Mourão, chegaram à Ilha do Cardoso, em 1943, pescadores “catarinenses” procedentes de Matinhos. Vimos Maria Rangel Neves, páginas atrás, nos dizer que o marido, Manoel Osório Neves, chegou com os pais ao Pereirinha, aos oito anos de idade, procedente de Matinhos, no Paraná. Manoel era nascido em 5 de agosto de 1936 e, portanto, sua família teria chegado à ilha em 1944. Não encontramos referências à existência de algum município catarinense denominado Matinhos. Este município realmente fica no litoral sul do Paraná, bastante próximo à baía de Guaratuba. Por isso, possivelmente, Mourão usou o adjetivo “catarinenses” entre aspas para referir-se aos pescadores procedentes de Matinhos. Destes, encontramos atualmente, na Ilha do Cardoso, referências apenas à família de Manuel Osório Neves, o Teteco.

Em relação à agricultura e à pesca na ilha, podemos fazer um contraponto entre o pai e o sogro de Maria Rangel Neves, que eram vizinhos e contemporâneos. O primeiro, como mencionamos, era procedente de um dos sítios do continente, e essencialmente lavrador. Não era afeito à pesca, obtendo o peixe para o consumo doméstico através da troca por produtos de sua roça. O segundo, como nos disse Maria Rangel, era pescador.

Pescadores procedentes do sul instalaram-se ao norte da ilha do Cardoso devido à facilidade de acesso ao mar aberto, através da barra de Cananéia, e à proximidade das ilhas de Cananéia e Iguape, onde poderiam vender o pescado. Até então, os moradores dessa face

norte da Ilha do Cardoso costumavam dedicar-se à pesca no Mar de Dentro com canoas a remo e redes de algodão, formas mais artesanais que, como menciona Mourão, perduraram até os primeiros anos da década de 1960.

Estando localizados entre o estuário e o mar aberto, os moradores de Pereirinha e Itacuruçá podiam também construir os cercos fixos no canal e ainda pescar na praia com redes de arrasto chamadas de *picaré*. Nessa modalidade de pesca, dois homens arrastam a rede caminhando paralelamente à praia, sendo que um deles posiciona-se no mar com a água mais ou menos até a cintura, enquanto o outro fica na parte mais rasa, com água na altura da canela.

Não sabemos em que época iniciou-se a pesca com cercos fixos no Mar Pequeno. Mas, considerando a observação de Mourão de que, em 1923, a Agência da Capitania dos Portos proibiu que fossem construídos, vemos que os mesmos já existiam na área no início do século XX. Nessa época, eram menores que os atuais e amarrados com fibras naturais da mata. Hoje, para esse fim, usa-se arame. Ivo, do Pereirinha, nos fala dessas técnicas mais antigas:

Ivo: Toda vida teve [cerco], meu pai, quando formou-se por gente, já existia cerco. É muito antigo, esse cerco é histórico lá no Paraná. Não é da região nossa aqui, é do Paraná. O pai do meu pai já trabalhava com cerco. Só que não é igual agora, esse estilo que a gente faz agora. Era cerco mais pequeno, tinha bastante pescaria, mais peixe.

Pesquisadora: Aí era mais fácil de desmanchar, talvez em vez de arame, eles usavam outra fibra, né?

Ivo: Antigamente, amarravam com cipó, era tecido com esses mesmos cipós que meu pai fazia chapéu com ele, eles tiravam o cipó e teciam.

Lourdes: Era um serviço bem feito porque, esses homens antigamente, eles faziam as coisas bem feitas.

Ivo: Não existia arame, as cordas deles eram de cipó. Era tudo material do mato, e durava. Explorava mesmo a natureza, mas não explorava assim de destruição.

Nos dias de hoje, grande parte dos moradores da ilha do Cardoso (com exceção dos que moram em Camboriú e Foles, praias voltadas para o mar aberto) trabalham com o cerco fixo. Alguns não o fazem por não gostarem ou por não possuírem um bom ponto de pesca. Por exemplo, na Vila Rápida, os moradores costumavam montar seus cercos na margem oposta do canal, beirando a Ilha do Superagui, considerando que, nessa altura da restinga, a margem não é local propício para essa atividade. Contudo, foram obrigados a abandonar o

trabalho com cercos fixos após a transformação do Superagui em Parque Nacional, em 1989.

Existem pontos específicos que são próprios para a montagem de cercos no canal, e estão praticamente todos ocupados. O trabalho costuma ser feito por equipes de duas ou três pessoas, e quando alguém sai, o lugar é transmitido por herança a filhos ou parentes que tenham afinidade com o trabalho. A parte mais importante do material usado na montagem dos cercos são os mourões e taquaras, sendo que a legislação ambiental não permite a extração dos mesmos na ilha. Por isso, esse material tem sido extraído na Ilha do Tumba. Mesmo assim, os donos de cerco têm se deparado com escassez desse material, o que os obriga, muitas vezes a comprá-los em Cananéia. Em 2001, Antonio Cardoso, que era morador na Enseada da Baleia, já fazia esta observação:

O número de cercos vai diminuir. Não tem mais material por aqui. Quase não tem mais taquara. Agora o pessoal está comprando em Cananéia, mas o custo do transporte é muito alto (Antonio Cardoso, entrevista em 2001, apud Nordis et alli, 2005, p. 352).

Um recurso para aumentar a durabilidade dos cercos, tem sido o uso de plásticos envolvendo os mourões na parte em que estes ficam submersos, o que estende a durabilidade dos mesmos para até três anos. Quando questionamos sobre o risco de poluição do canal por causa do plástico, os entrevistados responderam que são sempre muito cuidadosos ao desmanchar os cercos para reforma, recolhendo todo o material plástico nas canoas. Nunca o descartam nas águas do estuário.

Na restinga, na parte mais ao sul, a pesca já tinha a mesma importância econômica que a agricultura na primeira metade do século XX. Por exemplo, vimos, alguns parágrafos atrás, Feliciano Cunha dizer que seu avô paterno, Pedro Sérvulo da Cunha, tinha roças no Superagui e sua casa principal era na Ilha do Cardoso, onde pescava nos meses de inverno.

Nessa mesma época, na Enseada da Baleia, Antonio Valeriano Martins também pescava na Ilha do Cardoso e fazia suas roças no lado oposto do canal, em Ararapira, conforme podemos ver em entrevista de Antonio Cardoso, concedida a uma equipe de pesquisa em 2001 e publicada na Enciclopédia Caiçara³⁸ (Diegues, 2005). Ele também nos

³⁸ Entrevista concedida à equipe do professor Nivaldo Nordi em 2001, durante a execução do projeto “Bases Informais para a Regulamentação Pesqueira no Parque Estadual da Ilha do Cardoso”.

diz que, na área da Enseada da Baleia, havia um afluxo de moradores do Superagui na época da pesca da tainha, os quais, inclusive, tinham aí seus ranchos de pesca:

Aqui tinha mais rancho de pesca antigamente, rancho de pessoas que pescavam, nessa época da tainha todo mundo do lado de lá do Ararapira quem morava, quem era pescador, também vinham pra cá porque nessa época dava tainha na costa, muito peixe que entrava rio adentro, que entrava pela barra, nessa época dava muita tainha aqui, mês de maio, junho, era o mês da pescaria (Antonio Cardoso, entrevista em 2001 apud Nordi et alli, 2005, p. 352).

Na Enseada da Baleia, a pesca comercial passou a ter maior importância por volta de 1950, após a instalação de uma fábrica de peixe seco, cujo produto ia para o município de Registro e era exportado para o Japão:

Então, nós tínhamos uma fábrica de peixe seco aqui na época, fábrica de secagem de manjuba, era sociedade com três japoneses de Registro. O Takeda, o Wasan e o Nishisava, mandaram fazer uma casa grande aqui de alvenaria. Porque na época tinha muitas função, tinha sardinha, tinha essa manjuba [o irico], muita sardinha e tinha outros peixe também que dava em quantidade, então nessa época foi fazendo, fizeram essa casa, depois fizeram uma estufa motorizada tudo lá dentro. Isso faz uns quarenta e cinco anos.

(...)

Essa comercialização de produtos nossos da fábrica, que nem a sardinha, a manjubinha, era encaixotado e levado pra Registro, porque lá eles transportavam pro Japão, a maioria (...) Naquela época da fábrica que eu to falando pra você, já tava adiantando um pouquinho que a gente já tinha canoa a motor, tinha motor penta, motor envirude, motor aquemides, essas marcas da época, nós já tinha, eles já tinham aqui, já era mais vantagem, antes pegava a canoa a motor grande e a gente carregava tudo de caxaria, tinha caixa dez, quinze quilos, tudo forradinho com papel impermeável, tudo aqueles papel fino (Antonio Cardoso, entrevista em 2001, apud Nordi et alli, 2005, p. 352-353).

Essa fábrica de peixe seco funcionou até, mais ou menos, 1956. Antonio Cardoso faz referência a restrições à pesca havidas logo no início da criação do PEIC, período que coincide com um certo enfraquecimento da pesca e debandada de parte dos moradores da Enseada da Baleia:

Ah, pesquei manjubinha por vários anos. Desde o fiscal Magalhães, cês não conheceram, mas era um fiscal muito rigoroso aqui na região, ele prendia a rede da turma, prendia, levava, mandava queima. Já faz uns dez anos, nessa faixa. Depois dele ficou esta fiscalização, mas esses daí já não prejudica muito o pescador.

Essa pesca acabou porque foi diminuindo, o povo também foi se afastando pra cidade. Os filho do meu pai de criação, o Valeriano, alguém já foi encaminhando por que foi fracassando a pesca. Até um certo tempo teve bom, depois ela foi fracassando, fracassando. Aí o povo foi cada um pegando seu destino. Nessa época nós levávamos a pescaria de canoa a remo pra vender lá em Iguape, pra de lá trocar com mercadoria pra trazer até aqui, era só trocado, nem

dinheiro a gente via, só chegava lá trocava com mercadoria pra trazer para alimentação. Antes era tudo trocado porque dinheiro, muito pouco via. (Antonio Cardoso, entrevista em 2001, *apud Nordi et alli*, 2005, p. 353).

A despeito do fechamento da fábrica e da saída de todos os irmãos de Antonio Cardoso, este continuou vivendo na Enseada da Baleia e trabalhando com pesca. Ele também diz que, em meados da década de 1960, começou a trabalhar com cerco fixo nesse local. No depoimento ele ainda afirma que aprendeu a montar cerco fixo com o irmão adotivo, Valeriano que, por sua vez, aprendeu com um “mestre cerqueiro” que morava no sítio Andrade, chamado Antonio Martins. Certamente, trata-se do mesmo Antonio Martins da Guia, filho de João Martins e Leonor Peniche, que mencionamos no item sobre o povoamento do Sítio Andrade. Isso nos leva a concluir que, embora os sítios da face oeste da ilha fossem voltados mais à agricultura, a pesca, pelo menos a partir da segunda metade do século XX, já possuía alguma importância comercial.

Chama a atenção o fato de que, como vemos no depoimento de Antonio Cardoso, ele e parte dos irmãos tivessem disposição para transportar sua produção pesqueira até Iguape, assim como faziam também alguns agricultores da ilha. A empreitada, a remo, era difícil e demorada, levando até mais de três dias. O depoimento acima também menciona as trocas *in natura* que eram feitas com comerciantes de Iguape e Cananéia e persistiram, pelo menos, até a década de 1960.

Nas praias voltadas para o mar aberto, a pesca começa a suplantiar a agricultura a partir da criação do PEIC, quando as roças começam a diminuir. Quando, nos últimos anos da década de 1980, estivemos na praia da Lage, Antonio das Neves ainda fazia pequenas roças de mandioca, batata doce, melancia. E, juntamente com os filhos solteiros que moravam em sua casa, pescava na praia com redes de arrasto chamadas *picaré*, sendo que não usavam embarcação para pescar no mar aberto. Ele também costumava pescar com vara no costão de pedra entre a Lage e o Marujá. No entanto, percebemos que, na maior parte do ano, o produto da pesca dessa família era dirigida ao consumo doméstico. A comercialização do produto da pesca acontecia na época da tainha.

No Camboriú, certamente influenciados pelas técnicas levadas à área por pescadores catarinenses, aos quais se referem Mourão, a pesca artesanal também tomou impulso. Principalmente pelo uso dos barcos com motor de centro, que permitem a pesca de arrasto no mar aberto, próximo à costa. Neste caso, a pesca é comandada pelo “patrão da pesca” ou

mestre da pesca”, que é o dono do barco e das redes, sendo que as equipes de camaradas são relativamente fixas. Após a venda do pescado, o mestre retém um quinhão maior para si e distribui o restante do ganho monetário entre os camaradas.

Figura 49. Carlinhos, Rogério e Reginaldo colocam a canoa na água para a pesca de arrasto próximo à costa (a); nesse dia, o resultado da pesca, que está no chão, ao lado da rede, foi ruim (b).



Na área dos sítios localizados na face leste da ilha, a pesca é feita no Mar de Dentro com o uso de cercos fixos e também com redes. Já na área de restinga, é possível pescar tanto no canal quanto no mar aberto.

Nos dias de hoje, a pesca artesanal é de fundamental importância econômica e cultural para a população caiçara da Ilha do Cardoso. Em diversas entrevistas, notamos que muitos fazem questão de destacar o adjetivo “artesanal”, que percebemos como um distintivo da identidade local, em contraponto com a pesca industrial e esportiva. Estas duas últimas modalidades têm se mostrado altamente prejudiciais ao ambiente e à pesca artesanal. A primeira por causa da sobrepesca e por não respeitar a distância mínima a que os barcos de pesca industrial devem ficar da costa. A segunda, por causa da competição desleal como os pescadores caiçaras, que costuma ocorrer no canal. São recorrentes as reclamações de que o turista, com seus barcos de motores mais potentes, superlotam o canal, principalmente durante as temporadas de verão e nos feriados. Desse modo, atrapalham os pescadores artesanais, detentores de conhecimentos e técnicas segundas os quais, por exemplo, é preciso esperar o momento certo para jogar as redes, quando o peixe

“encarduma”. A superlotação de praticantes da pesca esportiva chega a atrapalhar a formação dos cardumes, causando prejuízo aos pescadores caiçaras.

A renda, para algumas famílias da ilha, também é complementada pela coleta de marisco, nos costões de pedra, e pela cultura de ostras. Na Enseada da Baleia e na Vila Rápida existe uma concentração maior em torno da atividade de captura e secagem, ao sol, da manjuba. No entanto, os moradores dessas duas vilas também pescam com embarcações no mar aberto, próximo à costa. As quatro famílias que moram na Vila Rápida, por falta de condições de auferir renda a partir de atividades ligadas ao turismo, vivem exclusivamente da pesca.

O Turismo

É comum que ocorra compra e venda de terras entre populações tradicionais. Como vimos, existem antigos contratos de compra e venda de terras, firmados entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, na área dos sítios localizados na face oeste da Ilha do Cardoso. No entanto, afirmamos que, apesar de apoiada numa transação comercial, esse tipo de aquisição não significa que a terra seja vista como investimento, ou como meio para aumentar a riqueza nela investida. A terra, quando adquirida, é tratada como objeto para uso, como termo final de um circuito que começou com o produto agrícola, resultou em dinheiro, e leva à terra; e não como etapa de um ciclo que começa com dinheiro e visa gerar mais dinheiro ainda, através da compra e venda de terra.

Na primeira metade do século XX, pessoas de fora da ilha, que não eram agricultores ou pescadores, começaram a comprar terras para lazer, exploração de recursos naturais da ilha ou mesmo para fins especulativos. Vimos alguns casos de moradores tradicionais que entraram em determinados sítios como “tomadores de conta” para pessoas de fora que não queriam deixar desocupadas áreas que haviam adquirido.

Encontramos, nas anotações do padre João Trinta, referências a um certo Calvino Zanella que havia comprado terras na praia do Camboriú, na década de 1950. Um certo Vicente Barreiros teria comprado as terras de Zanella e acrescentado a estas, terras compradas de moradores, possivelmente entre o final da década de 1950 e o início dos anos

de 1960. Arlindo Mendes, na entrevista concedida a Paulo Serpa, em 1986, menciona um certo Batista, procedente de São Paulo, que comprou terras nas praias de Foles e Camboriú, de um outro homem de São Paulo (a data dessa negociação não é mencionada, mas acreditamos que ocorreu no início da década de 1950). Batista chegou a montar uma serraria dentro da mata, às margens do rio Camboriú, tendo levado para lá pedreiro e carpinteiro de São Paulo. Diz Arlindo que “tirava madeira de todo tipo que quisesse”. Batista, depois de um certo tempo, voltou a São Paulo com a intenção de vender as terras e a serraria por um preço exorbitante. No entanto, antes que conseguisse passar o negócio adiante, a serraria foi completamente destruída por uma enchente de enormes proporções (Serpa, 2005).

Em Itacuruçá, moradores nos informam que um certo Eugenio de Toledo Artigas tornou-se dono do “Balneário Itacuruçá”. No entanto, o projeto de lotear esta praia foi impedido pela decretação do PEIC. Da mesma forma, em toda a área da restinga houve a compra de áreas por pessoas de fora, que construíram casas de veraneio.

No Marujá, houve um projeto especulativo de grandes proporções. O mesmo Roberto que havia montado a fábrica de moer cal na Cachoeira Grande, também montou junto a essa fábrica uma serraria. Além de explorar o patrimônio natural e arqueológico nessa área, ele chegou a comprar, no Marujá, terras de descendentes de Maximiliano Rodrigues que, como já mencionamos, chegou nessa área em meados do século XIX, procedente de Santa Catarina. Logo no início dos anos de 1950, Roberto vendeu as terras do Marujá para Hugo Lippi, morador no interior do estado de São Paulo. Este último iniciou um projeto de loteamento nessa área, cujo público alvo eram profissionais liberais da capital paulista.

Para a realização de tal empreendimento, foram levados máquinas e tratores ao Marujá. Um grupo de trabalhadores, a maioria de origem nordestina, também foi levado para lá. A vegetação da restinga foi derrubada, inclusive às margens do canal. Áreas de mangue foram aterradas, ruas foram abertas e lotes foram delimitados. Hugo Lippi montou também uma olaria na área do morro, próximo à restinga, com a finalidade de fabricar tijolos a serem vendidos aos compradores dos lotes. Ele faleceu e um de seus filhos, chamado Aroldo Lippi, tomou as rédeas do empreendimento. Apesar da compra das terras, os antigos moradores continuaram na área. Assim como famílias que moravam nas

praias da Lage, Foles e Camboriú também se mudaram para o Marujá, indo morar em áreas “cedidas” por Hugo Lippi ou Aroldo Lippi.

Gadelha (2008) reproduz em sua dissertação um *folder* de apresentação do “Parque Balneário Marujá”, com os dizeres: *Um paraíso à sua espera. Pescarias, caçadas...esportes náuticos no mais belo cenário da mais bela ilha do Atlântico Sul!* Além de imagem aérea do Marujá e mapa apontando a localização da ilha, três desenhos aparecem nesse *folder*. O primeiro representa um turista segurando um peixe bastante grande, e ao fundo um barco grande; o segundo, representa um cenário repleto de aves em pleno vôo, sendo abatidas por turistas com espingardas; e o terceiro representa uma mulher praticando esqui aquático.

Mais tarde, Aroldo Lippi comprou também terras na praia da Lage, com a intenção de expandir os negócios, implantando ali um novo balneário turístico. Porém, esse projeto foi barrado pela decretação do PEIC, e nada foi feito nessa praia.

Embora o Parque tenha sido decretado em 1962, a fiscalização ambiental tornou-se mais efetiva sobre a construção de novas casas apenas a partir da década de 1980. Muitos veranistas, que compravam áreas de moradores, adotavam a estratégia de construir muito rapidamente suas casas, de modo que, quando a fiscalização do Parque chegasse, estas já estivessem prontas. Por exemplo, a Vila Rápida acabou ganhando esse nome justamente devido a essa estratégia usada por veranistas.

Com o aparecimento dos veranistas, muitos caiçaras passaram a empregar-se como caseiros, recebendo salário mínimo, ou quantias inferiores, para cuidar da manutenção de casas e quintais. Ao todo, no Marujá, foram erguidas 28 casas de veranistas. Alguns moradores tradicionais e também pessoas de fora passaram a explorar o turismo, construindo bares, restaurantes e pousadas, ou alugando suas casas. O Marujá tornou-se o principal pólo turístico da ilha. Um grande número de campistas também passou a freqüentar essa vila na temporada de verão, durante o carnaval e em feriados prolongados. As barracas, durante muitos anos, eram montadas desordenadamente, na vila e ao longo da praia.

No entanto, os estudos e oficinas relativas ao Plano de Manejo, realizado entre 1995 e 2002, e as reuniões mensais do Conselho Gestor do PEIC vêm contribuindo para uma modificação positiva no cenário turístico da Ilha do Cardoso. Este último foi regulamentado em 23 de setembro de 1998, e conta atualmente com cinco representantes das comunidades

caixaras da ilha, seis representantes do terceiro setor e sete representantes governamentais. Esse Conselho tem caráter consultivo.

A maioria das 28 casas de veranistas já foram demolidas por ordem judicial, uma vez que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentado pela lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, permite apenas a presença de populações tradicionais em Unidades de Conservação.

A partir de estudos e discussões decorrentes do Plano de Manejo e da atuação do Conselho, houve um trabalho de ordenamento do turismo na ilha. Uma característica importante do modelo de turismo existente hoje na ilha é a ausência de pessoas de fora das comunidades locais na exploração comercial do mesmo. O Marujá conta hoje com um hotel, cinco pousadas, três restaurantes e bares, todos pertencentes às famílias do lugar. Muitas famílias alugam quartos ou a própria casa para turistas durante a alta temporada e o carnaval. O camping só é permitido nos quintais das casas, havendo o limite entre cinco ou seis barracas por banheiro. Assim sendo, as famílias construíram um ou dois banheiros fora da casa.

Esse processo encontra-se em pleno desenvolvimento. Recentemente, no Marujá, chegou-se ao consenso de que os donos de pousadas deveriam abrir mão das vagas para barracas de camping em seus quintais, cedendo-as a outras famílias. Obviamente, os ganhos com o turismo não se dão de maneira uniforme para todas as famílias. Alguns estabelecimentos, localizados na parte mais “central” do Marujá, conseguem auferir renda durante a maior parte do ano, recebendo visitação de grupos de estudantes e alguns turistas esporádicos. No entanto, as famílias localizadas mais ao sul da vila se queixam de que hóspedes e campistas só as procuram nos poucos dias da alta temporada (entre 26 de dezembro e os primeiros dias de janeiro) e durante o carnaval, mesmo assim, só depois de esgotadas as vagas na área central. Estas famílias, na maior parte do ano, vivem da pesca.

No Itacuruçá, não existem pousadas. Os turistas que vão para lá durante a temporada de verão, carnaval, feriados prolongados e por ocasião da festa do padroeiro, acampam em barracas nos quintais das casas ou hospedam-se em quartos alugados nas mesmas. Lá existem um restaurante e um bar. O primeiro é explorado por Elisabeth e Antonio Cordeiro em conjunto com os filhos, e o segundo, pertence a alguns filhos de Maria Rangel Neves.

No Pereirinha, encontra-se o Núcleo Perequê, implantado para subsidiar estudos e pesquisas, cujo nome inicial era Centro de Pesquisas Aplicadas em Recursos Naturais da Ilha do Cardoso (CEPARNIC). Inicialmente, era controlado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA), e na década de 1990, teve sua administração transferida para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SMA). As instalações de hospedagem desse núcleo foram fechadas para reforma há cerca de dois anos. Nesse período, os estudantes têm visitado a ilha durante o dia, fazendo suas refeições no restaurante do Itacuruçá, onde alugam espaços nas casas de moradores para banho e troca de roupas, mas não dormem por lá. No entanto, a reforma do Núcleo está em fase de conclusão, sendo que a atual gestora do Parque tem empreendido esforços no sentido de apoiar a formação de uma cooperativa de moradores para a gestão desse espaço de hospedagem.

As três comunidades mais ao sul da ilha, Vila Rápida, Enseada da Baleia e Pontal de Leste, são as que menos se beneficiam do turismo. A primeira, como já mencionamos, vive principalmente da pesca. Os moradores obtinham rendimentos mensais tomando conta de casas de veranistas, e hoje se ressentem da falta desses rendimentos, uma vez que estas casas deverão ser demolidas com ordem judicial, tal como ocorreu com a maioria das casas de veranistas no Marujá.

Na Enseada da Baleia e no Pontal de Leste, há alguma frequência de turistas, principalmente interessados em atividades de pesca próximo à barra de Ararapira. No entanto, as atividades ligadas ao turismo, nessas duas áreas, são pouco significativas no que diz respeito ao incremento de renda de seus moradores, principalmente se comparadas ao que ocorre no Marujá. O mesmo também é válido para os moradores das praias de Foles e Camboriú, de acesso mais difícil, e que, esporadicamente, são procuradas por turistas interessados na pesca esportiva.

Além da temporada de verão, do carnaval e dos feriados prolongados, existem as festas dos padroeiros dos bairros, que sempre atraem turistas. Pereirinha e Itacuruçá festejam juntos o padroeiro Santo André, em 30 de novembro. No Pontal de Leste, festeja-se a padroeira Nossa Senhora das Graças, em 27 de novembro. Na Enseada da Baleia, o padroeiro é São Sebastião, cujo dia é 20 de janeiro. No Marujá, o padroeiro é São Vitor, festejado no dia 15 de junho, sendo que nessa comunidade também tem a concorrida festa

da tainha, sempre no mês de julho. Essas festas sempre são comemoradas no final de semana mais próximo ao dia do Santo, e podem durar dois ou três dias.

Figura 50. Grupos de fandango *Família Neves, do Marujá (a) e São Paulo Bagre, de Cananéia (b)* tocam na festa de Santo André, no Itacuruçá, em 2011.



O que pudemos observar, em relação ao trabalho na Ilha do Cardoso, nos dias de hoje, é que ele está ligado às atividades da pesca artesanal e do turismo. Embora algumas famílias consigam, durante a alta temporada e o carnaval auferir, com o turismo, renda suficiente para o seu sustento durante o ano todo, isso não é válido para a maioria das famílias da ilha. Pesca e turismo são atividades sazonais, e nem sempre garantidas. Por exemplo, períodos de chuvas mais intensas, podem afastar boa parte dos turistas. Do mesmo modo, as quantidades de pescado mostram-se irregulares. Muitos pescadores da ilha nos disseram que, em 2011, as quantidades de tainha que pescaram foram bastante inferiores ao ano anterior.

Portanto, faz-se necessária a implantação de outras atividades que possam gerar renda nas comunidades da ilha, construindo, assim, um sistema de pluriatividade, de modo que, durante todo o ano, e não apenas esporadicamente, as famílias possam obter ganhos através de outras atividades.

Cultura material

Como podemos ver em vários depoimentos reproduzidos neste trabalho, é recorrente a fala de que antigamente – até cerca de 50 anos atrás – pouca coisa se comprava, pois quase tudo que precisavam era produzido nos sítios. O que inclui desde as próprias casas até utensílios de uso cotidiano. As casas, de madeira ou de pau a pique, poderiam ser cobertas com telhas compradas na cidade, mas, na maioria das vezes, eram cobertas com palha. As panelas e demais vasilhas para o preparo de alimentos eram adquiridas no comércio, mas também eram usadas as panelas de barro, feitas com a matéria prima recolhida no sítio Barreirinho.

A mata fornece os cipós, taquaras e madeiras para o fabrico de utensílios. Dois tipos de cipós, o *imbé* e o *timbopeva*, são usados para confeccionar cestos de variadas formas e tamanhos, para variadas finalidades, como os bem pequenos, nos quais se carrega as iscas para a pesca de vara nos costões de pedras, ou os cestos maiores para transportar produtos da roça ou armazenar farinha. Entre os últimos anos da década de 1980 e os primeiros da década de 1990, pudemos observar Antonio das Neves, na praia da Lage, confeccionando cestos e chapéus de cipó imbé, os quais vendia no Marujá, principalmente a turistas. Nos dias de hoje, Antonio Rodrigues e Manuel das Neves, no Marujá, seguem fazendo lindos trabalhos de cestaria. No Pereirinha, Manuel Osório Neves, o Teteco, também era muito famoso por causa dos trabalhos de cestaria e das gamelas que fazia. Mas, certamente, a ilha sempre teve inúmeros artesãos, posto que esse ofício costuma ser passado de pais para filhos.

Figura 51. Antonio Rodrigues (a) e Manuel das Neves (b), moradores do Marujá, são famosos para confeccionar cestos de cipó..



E ainda há o *tipiti*, cesto feito de taquara ou de timbopeva, que requer uma técnica mais apurada para ser confeccionado. Nele é acomodada a massa da mandioca ralada, a qual precisa ser prensada para escorrer o ácido cianídrico, chamado de *manicuera*. Para suportar o peso da prensa, o *tipiti* precisa ser firme e, ao mesmo tempo, flexível.

Todos os sítios tinham suas casas de farinha. As famílias que não a possuíam, utilizavam a do vizinho. Boa parte dos equipamentos necessários ao seu funcionamento era confeccionado no próprio sítio, como as prensas mais simples denominadas “burro”, o forno, a gamela onde caía a massa da mandioca ralada. Outras partes do equipamento teriam que ser feitas por artesãos mais especializados, como é o caso da roda, em torno da qual é fixado o ralador. E outras peças, como é o caso da chapa de cobre que vai sobre o forno, têm que ser compradas na cidade. Reproduzimos, abaixo, a foto de um “burro” que observamos no quilombo São Pedro, no município de Eldorado no Vale do Ribeira. Este é bastante semelhante, para não dizer igual, ao que vimos na casa de Antonio das Neves há pouco mais de vinte anos atrás. Com a diferença de que, enquanto este último era montado no quintal da casa, ao ar livre, o que fotografamos no São Pedro, em 2002, estava montado dentro da própria casa de farinha. Ao lado da imagem do “burro”, reproduzimos a imagem

de uma gamela que fotografamos no Marujá. Esta, segundo Roberto Carlos Rodrigues, tem cerca de oitenta anos e era usada na casa de farinha como receptáculo da massa da mandioca ralada.

Figura 52. “Burro” prensando o tipiti (a) e gamela usada sob a roda, na casa de farinha, para aparar a massa de mandioca ralada.



Além do tipo de gamela apresentada na figura acima, havia diversos tamanhos e modelos para o uso doméstico, feitas principalmente de raiz de figueira. Esta é uma árvore cujas raízes de sustentação se expandem para fora da terra, sendo que as mesmas, quando recortadas parcialmente, em pouco tempo se recompõem. Ezequiel de Oliveira fala sobre isso:

Pesquisadora: as gamelas... então, uma dúvida que eu tenho com relação ao trabalho com a raiz de figueira: como que é o manejo no caso da figueira?

Ezequiel: A figueira é uma das únicas árvores que possibilita isso porque você corta a raiz dela, você corta parte da raiz sem derrubar a árvore, ela não vai cair por causa disso. Tem figueira aí centenária, porque ela cria umas asas. Aqui tem a árvore, aí ela cria uma asa. Na Amazônia tem várias árvores que fazem isso também, cria aquela asa, uma asa dessa grossura, às vezes com 2, 3 metros, que você corta um talo assim dela, não altera nada. Daí você vai depois de 3, 4 anos, a raiz cobriu e ela está crescendo outra vez. Agora, tem outras gamelas de árvore, da leguminosa. Derruba a árvore, daí aproveita e faz um monte de gamelas. Caxeta, por exemplo (Ezequiel de Oliveira, entrevista em setembro de 2011).

As canoas, escavadas em tronco de árvore, durante várias décadas foram o único meio de transporte utilizado pela população caiçara da região. Entre os moradores, havia artesãos especializados que as confeccionavam sob encomenda para seus vizinhos. A madeira mais usada era o guapiruvu. Joaquim Pires, nascido no sítio Barreirinho, era um

desses artesãos. Ele relata que sempre fazia o replantio do guapirivu no sítio, nos arredores de sua casa, para evitar que houvesse escassez dessa árvore.

Teresa Rodrigues nos relatou (entrevista em setembro de 2011) que seu pai e seus tios construía embarcações chamadas de bateiras, com tábuas, e também canoas, as quais confeccionavam no mato, sendo que as faziam varar pelo rio Sítio Grande, até o Sítio Andrade. Levando-as até a frente da casa, faziam os devidos acabamentos. Após a criação do PEIC, dada a legislação impeditiva do uso dos recursos da mata, os artesãos construtores de bateiras e canoas tiveram que abandonar esse ofício.

Figura 53. Canoa no Marujá, fotografada em setembro de 2011.



Há os artesãos locais que, felizmente até os dias de hoje, são especializados em confeccionar os instrumentos tocados no fandango. Valdemar Xavier, nascido no Sítio Cachoeirinha, é um deles, e confecciona violas e rabecas, além de ser músico e participar de um grupo de fandango em Cananéia. Vejamos, na foto a seguir, alguns instrumentos fabricados por ele:

Figura 54. Valdemar Xavier e a esposa Rosária (a); e os instrumentos fabricados por ele (b).



Para estas pesquisadoras, foi uma grata surpresa a constatação de que jovens, na Ilha do Cardoso, aprenderam ou estão aprendendo, com pais e avós, a confeccionar os tradicionais cestos e tipitis. Por exemplo, quase todos os filhos de Antonio das Neves, da praia da Lage, aprenderam com o pai a fazer, além dos referidos cestos, também chapéus confeccionados com cipó. Algumas netas e bisnetos de Antonio Rodrigues, do Marujá, também aprenderam essa atividade com o avô.

Além dos utensílios tradicionais, cujas técnicas de confecção vêm sendo transmitidas há várias gerações, notamos também inovações. Por exemplo, No Marujá, Margarete Rodrigues de Mendonça, neta de Antonio Rodrigues, faz cortinas de conchas para vender. Adriana das Neves e Creusa Rodrigues Xavier confeccionam enfeites para a casa a partir de conchas e cipós. Rosa Pires Ramos, moradora no Pontal de Leste, confecciona quadros com conchas para enfeitar sua casa. E também trata e enverniza cascos de tartaruga, quando as encontra mortas na praia, também para enfeitar as paredes de sua casa.

Figura 55. Rosa Pires Ramos e o esposo Sinízio (a); e o artesanato feito por ela (b)



Na praia do Foles, Gerson Cubas Mendes sabe fazer cestos e outros instrumentos que aprendeu com o pai, e também vem aprendendo e criando coisas novas. Ele é capaz de confeccionar todos os tipos de cestos, e nos mostrou um instrumento de caça chamado bodoque, deixando claro que o fez, não com a intenção de caçar, posto que esta atividade é proibida pela legislação ambiental. Sua preocupação é com a preservação da cultura e dos saberes caiçaras, por isso, fez o bodoque para tê-lo como parte de um acervo da cultura material caiçara e também para mostrá-lo aos turistas, de modo a preservar a memória desse conhecimento.

Figura 56. Gerson Cubas Mendes (praia do Foles) e o artesanato feito por ele.



Artesão muito criativo, Gerson aprendeu a confeccionar barcos em miniatura e pássaros com madeiras e diversos materiais plásticos que aportam na praia, levados pelo mar. E com estes materiais também confecciona cabos para facas e estojos para ferramentas. Ele nos disse que deseja, ainda, aprender a fabricar violas e rabecas, as quais, por enquanto, está aprendendo apenas a tocar.

7.A DECRETAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO

Criado pelo Decreto Estadual nº 40.319, de 3 de julho de 1962, o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) teve o efeito extremamente positivo de barrar empreendimentos imobiliários que já estavam sendo implantados na ilha, como era o caso do Balneário Marujá. E impediu que se realizassem outros empreendimentos semelhantes, como certamente ocorreria nas demais praias e em toda a extensão da restinga. Como vimos, já havia pelo menos dois projetos imobiliários para a ilha: um para a praia da Lage, e outro para a praia do Itacuruçá. Durante entrevistas e conversas informais, diversos moradores comentaram conosco que, se não fosse o Parque, a Ilha do Cardoso estaria, hoje, parecida com a Ilha Comprida e outras tantas áreas litorâneas que sofreram especulação imobiliária.

Por outro lado, o Parque mostrou-se como desarticulador de um sistema cultural composto por uma gama de práticas e saberes que deveriam ter sido conservados e protegidos. Diegues (1994) refere-se a um “mito moderno da natureza intocada” que vem permeando a criação de Unidades de Conservação. Referindo-se a um estudo feito em 67 Unidades de Conservação nos estados do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, este autor observa que

entre as áreas naturais protegidas que foram pesquisadas, cerca de 73% têm em seu interior populações tradicionais (extrativistas, pescadores, índios, pequenos sítiantes) e não tradicionais (veranistas, fazendeiros, comerciantes, empresários, servidores públicos). Por outro lado, cerca de 15% dessas áreas naturais protegidas são habitadas exclusivamente por moradores tradicionais (Diegues, 1997, p. 93).

Na Ilha do Cardoso, à época da decretação do Parque, apenas as áreas mais elevadas da parte montanhosa deveriam estar “intocadas”. Pois, conforme estivemos demonstrando até agora, populações indígenas já faziam aí suas roças antes da chegada do europeu. E toda a orla da ilha, em especial a parte mais baixa dos morros, vem sendo agricultada intensamente desde os primeiros tempos da colonização até o início da década de 1960.

Exceção feita ao período em que foi proibida a exportação direta para os portos do sul e do Rio de Janeiro, entre 1787 e as primeiras décadas do século XIX.

Não é coincidência que a grande maioria das Unidades de Conservação tenham sido criadas em áreas habitadas por populações tradicionais, em geral praticantes da agricultura de coivara. Pois essa modalidade agrícola depende justamente da conservação da floresta. Como já dissemos, caso esta fosse devastada, esses sistemas culturais deixariam de existir.

Alguns depoimentos nos dão conta de que antes da decretação do PEIC, guardas florestais já passavam nos sítios avisando que a agricultura seria proibida:

Pesquisadora: Antes da criação do Parque já estava proibido [fazer roça]?

Entrevistado: Já, bem na época que ia mudar, a fiscalização já estava preparando, o pessoal já dizia que não podia [fazer roça]. Então, um ano antes já estava. Primeiro, eles não nos expulsaram, mas primeiro eles fecharam as escolas, porque tinha escola lá. E aí acabou a escola. Daí o pessoal já começou a ter filhos em idade de escola, quem não tinha com quem deixar na cidade, ou não estudava, ou ficava na casa de parentes, que às vezes nem parentes a gente não tinha (Entrevista em setembro de 2011).

Em alguns casos, os entrevistados nos disseram que não foram propriamente expulsos. Os guardas parque, chamados simplesmente de “florestal”, passavam nos sítios dizendo que os moradores estavam proibidos de fazer roça. E muitas famílias, então, abandonavam suas casas, indo morar em Cananéia, em busca de outras atividades que lhes garantisse a obtenção dos meios de vida. No entanto, houve famílias que tentaram resistir e, por algum tempo, seguiram fazendo suas roças. Nesses casos, começou a haver o que passou a ser chamado de “perseguição”. Uma personagem central em quase todos os depoimentos, um verdadeiro ícone dos momentos mais duros dessa perseguição, foi o guarda parque chamado Jonas Magalhães, ou simplesmente Magalhães. Todos os que se lembram da repressão a todas as práticas tradicionais num período crítico que durou quase vinte anos após a decretação do PEIC, pronunciam o nome Magalhães. Deixemos os antigos sitiantes contarem a sua versão dessa história:

Vou falar pra senhora, no tempo que ele [o Magalhães] trabalhava, eu trabalhava com 12, 15 porcos. Aí eu fiz a roça lá, ele cismou de prender. Fiz uma rocinha de 4 alqueires, foi lá, prendeu... (...) O meu primo lá, meu senhor, prendeu roça de arroz, prendeu [...] já roçado.

(...)

Eu já estava com uns 29 a 30 anos, que eu casei, a filha mais velha minha é essa aí, a A. Então, quando a A estava com uns 6 anos de idade, justamente foi quando surgiu aquela lei da reserva da Ilha do Cardoso, e a gente não podia mais trabalhar na mata. Não podia mais cortar uma árvore de um metro de altura, a gente não podia mais cortar. Inclusive eu tenho muitas infrações porque a gente precisa trabalhar, e o florestal [guarda florestal], eles não saíam de lá, ficavam sempre em cima, sempre olhando. Tinha umas pessoas por lá que não gostavam muito de trabalhar, e quando a gente cortava um pé de árvore maior, eles iam contar para o florestal. Então, a gente foi tão perseguido lá, que não dava mais para viver lá. A gente cultivava só onde era capim e não dava nada, a terra era muito fraca, muito batida, não dava mais nada. Então a gente foi obrigado a sair de lá, porque lá não tinha escola, meus filhos não podiam estudar. Eu saí de lá quando eu tava com uns 30 anos de idade, isso foi mais ou menos em 1969, 70, em 1970, mais ou menos. Aí saímos todos nós de lá, saí eu, saíram meus tios, saiu meu pai, saiu todo mundo de lá. Não ficou mais ninguém.

Esposa do entrevistado: As nossas coisas, nós perdemos tudo, foi casa, foi roça, foi tudo perdido. Tinha muita plantação lá, tinha cafezal, laranjal, bananal, tinha de tudo.

Entrevistado: Aquele [o Magalhães] judiava do povo muito, meu senhor! (...) Uma vez ele foi lá [no sítio], meu pai disse “eu me criei aqui, nunca derrubei mato, só planto o que eu preciso, aquela partezinha, pode ver”. Aí o velho desgostou-se. Ficar no sítio e você ir comprar as coisas na cidade não é vantagem. Tudo esse pessoal que já morreram, mais velhos, todos eles viviam dali, criaram-se ali naquele lugar. Só plantavam, não via desmatamento, só aquele buraquinho. E agora ninguém planta lá.

(...)

Eu acho que foram escorraçados. Eu sei porque eu conheci todo esse pessoal vivo. Foi meia dúzia de pessoas que foram lá e falaram “vamos criar o Parque aqui”. Inclusive, sem estrutura nenhuma. Não houve uma conversa com as pessoas, até porque na época era o regime militar, não tinha muita opção de você estar reivindicando alguma coisa. Eu acho que a nossa situação, do meu pai eu lembro isso, eu tinha cinco anos de idade, quando chegaram para o meu pai e falaram “o senhor vai ter que sair daqui porque nós vamos criar o Parque”. Até, na época, era um tal de Dr. Artigas (...) o pessoal enfronzado na questão da criação do Parque. Eles chegaram, só que nessa época, esse pessoal dessa faixa etária do meu pai, não tinha muito aquela coisa de documento, era palavra. Aí, ninguém tinha documento. Meu pai falou “não, por isso não, a gente sai, não vamos sair amanhã, vamos sair hoje. Meu pai foi muito louco, porque se ele reivindicasse ou tivesse... se fosse isso hoje comigo, eu não saía nunca. Eu falava “primeiro vamos sentar, vamos conversar”. Como que vai tirar da sua casa, sem ter um retorno? Aí, o pessoal não teve sensibilidade pra ver. Aí, meu pai catou a gente e veio pra Cananéia.

Largamos tudo lá, o que tínhamos: a roça de subsistência, material de pesca, porque nós basicamente vivíamos da pesca e duma roça de subsistência, tanto é que os animais que viviam lá, estavam preservados. Após a nossa saída, foram extintos. Existe uma história de educação ambiental em cima disso, que foram levantados e poucas pessoas sabem disso.

(...)

Entrevistado: Escondido, trabalhava escondido, plantando naquelas terras...

Esposa do entrevistado: As duas canoas que ele [o marido] tirou, ficava escondido, senão pegava multa.

Entrevistado: Fazia tudo escondido. Chegou o ponto que a gente usava a terra, usava, usava e a terra enfraquecia, não tava dando mais. A gente plantava rama, ela crescia um pouquinho, já acabava, não dava mais raiz. Arroz, a gente não podia plantar mais porque o arroz só dava em terra forte, queimada, preparada para plantar, e a gente não podia mais cultivar lá. Se a gente fazia uma canoa que a gente precisava, canoa para a gente viajar nela, e às vezes a gente fazia até para vender. Eu fazia muita canoa para vender. O pessoal de Iguape ia lá procurar canoa com a gente para comprar porque lá não tinha. A gente fazia pra vender pra eles, Mas a denúncia era demais. O pessoal vinha aqui contar, tinha um [guarda] florestal, um tal de Magalhães, um soldado, esse era bravo pra danar, ia lá bravo. Uma vez ele foi até com revólver me atirar, eu fiquei bravo com ele. Não sei como não deu até morte por lá porque a gente discutiu muito. Era Jonas Magalhães.

(...)

Entrevistado: Por causa de denúncia também. Porque eles foram lá e nós estávamos fazendo roça lá, uma rocinha, e quando foi num dia apareceu ele [o Magalhães] e mais dois soldados: um sargento e um capitão da [polícia] florestal. Apareceram lá: “eu venho aqui, embargo vocês, agora está aqui o capitão, está o tenente, e você vai ter que explicar por quê você derrubou, contrariou a lei”. Aí eu falei “olha, até foi bom você trazer autoridade aqui porque eu vou contar, tem essas crianças aqui e eu preciso de trabalhar, eles não vão morrer de fome”. Aí ele falou: “Eu estou pouco interessado que morra de fome, que não morra, eu quero cumprir a minha obrigação, se quiser morrer de fome, que morra, eu estou cumprindo a lei”. Aí o meu tio falou pra ele: “O pessoal lá não sei aonde, fizeram uma roça enorme lá e o senhor não foi lá proibir eles, ouvi falar até que o senhor autorizou eles”. Ah, ele ficou bravo, meu senhor, entrou lá na casa do meu tio, pegou a espingardinha que o meu tio tinha lá, fincou no chão, encheu de barro, aí arroudeou a casa toda para ver se não tinha nada, e o capitão, os outros, só olhando. Aí chegou pra mim: “você também é safado, não sei aonde não estou com a cabeça que não passo a bala na cabeça de todos vocês aqui, vão em seis para o cemitério hoje”.

Esposa do entrevistado: Ele apontando [a arma] de um em um.

Entrevistado: Aí me subiu um negócio na cabeça, não deu pra mim agüentar. Eu disse: “olha, o senhor tem essa merda aí pra atirar, o senhor não atira de

medo porque é covarde, senão o senhor atirava”. Eu tirei a camisa e fui bem no peito dele: “se o senhor não atira com isso aí em mim, é porque o senhor é covarde, é medroso, senão o senhor ia matar um homem, pai dessas crianças que e stão aí”. Aí o soldado, o capitão avançaram nele e não deixaram, acho que ele ia atirar. (...) Não é fácil não a pessoa ser tão humilhada igual eu fui, subiu um sangue pra cabeça.

Esposa do entrevistado: O B também, que era o tio dele, ele queria matar.

Entrevistado: Ele queria bater no meu tio. Aí nesse dia, eu fiquei muito nervoso demais, aí passou uns dois meses, eu vim embora de lá. Aí só juntamos nossas coisas lá, eu não queria ficar mais lá.

Esposa do entrevistado: sofremos demais, era toda semana, estava ele lá de voadeira, ninguém trabalhava. Fomos obrigados a sair de lá.

(Depoimentos de diversos moradores, obtidos entre agosto de 2011 e janeiro de 2012).

Um primeiro aspecto que chama a nossa atenção, nessa drástica passagem do “tempo da fartura do sítio” para o “tempo da perseguição” é a desarticulação de relações sociais que se constituíam em reciprocidade e em solidariedade. Sem o trabalho agrícola, já não havia mais os mutirões e nem a alegria do fandango. Conseqüentemente, as relações de território, parentesco e vizinhança perderam o significado de antes. Afinal, o que é a terra para um lavrador que não pode cultivá-la? Essa desarticulação da rede de relações sociais que recobria a área da ilha e entornos, traduziu-se em desunião: “por quê o meu vizinho pode fazer roça, se eu não posso?”; “por quê o meu vizinho pode tirar madeira para fazer canoa, se eu não posso?”; por quê meu vizinho pode matar uma caça, se eu não posso?” Onde antes havia a obrigação de “dar, receber, retribuir”, passou a haver uma enxurrada de denúncias, as quais atraíam a presença constante do guarda florestal, e resultavam em inúmeras multas por atos infracionais que abrangiam todas as suas atividades cotidianas.

Mesmo quando não há violência explícita, proibir o cultivo da terra de onde a família obtém o sustento há várias gerações, já se constitui em violência. E também em triste ironia, quando é preciso trabalhar escondido. Entre populações tradicionais, existe uma ética do trabalho. Obtivemos depoimentos nos quais as pessoas se orgulham de pais muito trabalhadores, que saíam para suas roças antes do nascer do sol, e voltavam à casa após o pôr do sol. Ouvimos pessoas dizerem de pais ou sogros, em tom jocoso: “Aquele lá era perigoso para o trabalho”. “Perigoso”, neste caso, é uma brincadeira, um modo de dizer que a pessoa era incrivelmente trabalhadora.

Através dos discursos referentes ao “tempo da perseguição”, podemos perceber que, de fato, o lavrador passou a ser considerado perigoso, a ponto de precisar ser reprimido sob a mira de armas de fogo, diante de seus filhos pequenos, da esposa e de outros parentes que moravam no sítio.

E as proibições se estenderam para outras atividades. Vimos, no item sobre a pesca, o depoimento de Antonio Cardoso, no qual ele diz que o Magalhães apreendia as redes dos pescadores e as levava para queimar. A fabricação de canoas, que durante séculos foram os meios de transporte no canal, o veículo da vida daquela população estuarina, também teve que ser freada. Os mestres artesãos já não puderam mais cortar o guapiruvu, que eles mesmos replantavam, para fabricar suas canoas. E caso as encontrasse, o guarda valente, cumprindo sua obrigação de agente do Estado, as destruía com golpes de facão.

No acervo do padre João Trinta, encontramos um questionário aplicado a Laurindo de Almeida (irmão de João “Jacu”), do sítio Pedro Luis, em 30 de janeiro de 1979, no qual ele declara que o único documento que possuía era a carteira de pescador. No entanto, esta não estava em ordem porque ele não tinha recursos nem para ir à cidade, pois o Magalhães havia pegado duas canoas de seu irmão, João. Em outro questionário, aplicado a Bernardo Gonçalves Pires, morador do sítio Barreirinho, em 30 de janeiro de 1979, este afirma que *fez duas canoas que foram destruídas pelo guarda florestal Jair, os pedaços ainda estão lá. Laurindo de Almeida é testemunha de que Bernardo possuía as duas canoas*”. E o recenseador termina o questionário anotando um depoimento de Bernardo que poderia muito bem resumir a situação de famílias que, como ele, resistiam morando nos sítios da face leste da ilha: *dizem que aqui é o lugar mais rico, mas eles não podem fazer nada, às vezes passam fome*. Nas anotações manuscritas de João Trinta e em questionários, encontramos inúmeros depoimentos de moradores sobre ameaças com armas de fogo e sobre o embargo de roças.

Gadelha, a partir das entrevistas que realizou entre os últimos anos da década de 1980 e os primeiros da década de 1990, obteve depoimentos muito semelhantes aos de nossos entrevistados, embora a maior parte de seus informantes não sejam os mesmos que encontramos em nossa pesquisa. Algumas pessoas entrevistadas por Gadelha já faleceram há alguns anos. E, assim como nós, ela também chegou à representação da “perseguição”:

Ser “*perseguido*” e ser “*escorraçado*” de seu sítio são os termos utilizados para definir a atuação do “*Governo*” através da figura do “*Florestal*” (termo usado pra referir-se ao guarda-florestal). A perseguição consistiu desde a destruição a facção da canoa à destruição das roças, à apreensão da caça destinada ao alimento da família, ela chega até a ostentação de armas de fogo como forma de intimidação. Tudo isso resultou, enfim, em momentos de grande tensão, quando um estado pessoal de crise nervosa podia advir apenas pelo som longínquo do motor do barco do “*Florestal*”, em suas quase ininterruptas rondas pelos sítios.

(...)

A *perseguição* foi o modo de atuação do guarda-florestal quanto à implantação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no que diz respeito ao impedimento do uso-fruto dos bens naturais, principalmente o desmatamento para roçada. Este período ficou marcado pela atuação de um único guarda florestal conhecido por seu sobrenome, Magalhães, que permaneceu na região por mais de uma década (Gadelha, 2008, p. 48; 196).

Para esses sitiantes da ilha, era difícil compreender que eles mesmos fossem considerados motivo de agressão ao ambiente, cuja preservação, pelas próprias famílias que ali moravam, era condição *sine qua non* de sua existência e da continuidade de seu modo de vida. E há uma consciência de que eram os próprios moradores que protegiam a ilha da entrada de caçadores e palmiteiros de fora. Portanto, as pessoas que entrevistamos não se mostram contrárias à proteção ambiental. A crítica que fazem é ao modo autoritário e violento como o PEIC foi implantado. Vejamos os dois depoimentos a seguir:

Isso é verdade, o guarda de lá éramos nós. Perto de uma cachoeira, por exemplo, ali uns 50 metros longe da cachoeira, ou perto da cachoeira, o próprio meu pai, nós nunca tocamos, nunca derrubamos uma roça perto das cachoeiras, era respeitado a cachoeira e a natureza, então, ali tinha que respeitar, ninguém fazia roça perto das cachoeiras. Na época que o camarão estava criando, nós não pescávamos camarão, pescávamos na época que o camarão tava tudo criado já. Então, nós mesmos respeitávamos a natureza. A ostra, nós íamos no mangue, nós juntávamos aquilo que caía no chão, tinha muito, ficava grosso, então nós juntávamos, o que estava grudado na raiz do

mangue deixava ali, porque ia produzir mais e ia cair, quando tivesse boa, tivesse madura, ia cair (depoimento em novembro de 2011).

[Os sítios eram] *como se fosse uma cerca protegendo aquela área. (...) O que aconteceu na Ilha do Cardoso, não sou contra a criação do Parque, eu sou contra a forma que foi criado, como foi feita e como deixou a desejar por conta disso, porque não foi uma forma amigável. Foi uma forma, que nós fomos praticamente escorraçados* (depoimento em setembro de 2011).

Não menos dramáticos que os relatos sobre a perseguição nos sítios, são os relatos sobre a chegada à cidade, onde às famílias restou buscar espaços que, de tão hostis, nunca haviam sido habitados. Vejamos mais um pouco do que dizem estes exilados da Ilha do Cardoso:

Esposa do entrevistado: O pior de tudo foi o que nós sofremos aqui depois que nós deixamos todas as nossas coisas pra lá. Sofremos aqui, na hora de chegar, sem nada, sem nada.

Entrevistado: O meu irmão veio primeiro. Primeiro fizemos a casinha dele ali, que ele veio na nossa frente. Depois que estava a casinha dele feita, a gente veio e ficou na casinha dele até fazer a nossa.

Pesquisadora: E o terreno, vocês compraram?

Entrevistado: Terreno aqui, era tudo uma mata devoluta. Nós entramos aqui, fizemos nossa casinha no meio da mata aqui. Aqui não tinha água, não tinha luz, era tudo poço. Não tinha água encanada, não tinha luz, era tudo no escuro.

Esposa do entrevistado: O que nós sofremos com essas crianças pequenas, meu Deus! Sem dinheiro, sem nada, sem roça... a nossa vida era lá. Não gosto nem de me lembrar.

Entrevistado: Quando nós viemos morar aqui, tinha 16 famílias que moravam nesse bairro inteiro [Acaráú] (entrevista em janeiro de 2012).

(...)

Chegaram no meu pai e falaram “o senhor vai ter que sair daqui”. E foram mais drásticos com ele: “o senhor tem ...”, determinaram um prazo pra ele. Essas pessoas antigas, na faixa do meu pai, eles não tinham muito aquela noção “vamos sentar, vamos conversar”. “Você falou, está falado, vou embora amanhã”, juntou as coisas da gente, o que tinha ali era uma canoa, uma roça, um tráfico de fazer farinha e vamos embora. Vamos embora pra onde? A gente veio, atravessou e veio pra Cananéia. O primeiro lugar onde a gente ficou em Cananéia, foi aqui onde é a CEAGESP, chamavam Posto de Pesca. Não tínhamos casa, não tínhamos nada, nada, nada em Cananéia. Ele fez um barraco com a vela da canoa, que eles usavam a vela pra [...] o veleiro, fez uma cobertura pra... os primeiros dias em Cananéia nossos, foram embaixo daquela vela. Aí, eu lembro que ele pegou, tinha um caminho, era o caminho

até onde existe a casa do meu pai até hoje. Quando chegou lá, ele fez aquela casinha (entrevista em dezembro de 2012).

Dois anos após a decretação do Parque, adveio o golpe militar de 1964. Algumas pessoas com quem estivemos conversando acreditam que a truculência de alguns guardas parque da época estava ancorada na falta de civilidade e no desrespeito à cidadania que são características de regimes autoritários.

A narrativa acima sobre o uso da vela como teto para abrigar a família inteira, que chegou a Cananéia sem rumo em sua canoa, é simbólica da passagem do tempo do sítio, onde “*tinha de tudo*”, a um tempo de incertezas, quando seria preciso começar tudo de novo. E à vela, que durante séculos transportou a fartura do sítio, enfeitando o canal feito garça branca, não restou outra utilidade, senão abrigar a penúria do sitiante exilado na cidade.

Não por coincidência, após a saída da maior parte dos sitiantes, houve grande devastação da palmeira juçara (*Euterpe edulis*) na orla estuarina da parte montanhosa da ilha. Hoje, só pode ser encontrada ao redor das casas dos poucos caiçaras que moram ou mantém vínculo com o lugar. Um dos mestres artesãos que manejava o guapiruvu para fazer canoas, nos disse que muitos anos depois voltou ao sítio que abandonou, e não encontrou sequer uma das árvores que havia plantado, pois todas haviam sido retiradas. Num dos depoimentos a seguir, um ex-morador nos conta, com tristeza, sobre o cenário que encontrou ao visitar, anos depois, seu antigo sítio. E o outro nos transmite suas impressões sobre a perda de fazeres e saberes decorrentes do esvaziamento dos sítios.

Quando eu voltei lá não tinha nada mais. Eu voltei lá depois de uns 25 anos. Saí de lá, vim morar aqui, depois de uns 25 anos eu fui lá como meu irmão, com meu primo, fomos passear lá, não encontrei mais nada. Não encontrei mais uma juçara, não vi mais uma fala de pássaro, não vi mais nada. As plantações, acabaram tudo, não tinha mais nada lá, só mata virgem. E a taipa da fornalha, que a gente fazia com taipa de pedra, aquilo ainda estava lá, a única coisa que restou. Jabuticabeira, ainda tinha alguma ainda lá (depoimento em setembro de 2011).

(...)

Levou-se muita coisa, muitos conhecimentos. Por exemplo, saber se a maré está subindo, sem estar em contato com a beira da maré, através do canto de uma saracura, essa interação que eram conhecimentos que os caras não

repassaram. A questão caiçara mesmo, da cultura caiçara, a questão do artesanato. Minha mãe fazia uns cestos de vime, uma rapidez danada. Ninguém aprendeu aquilo em casa. Fazia não só de cipó imbé, timbopeva, cipó caboclo, tinha taquara mirim, tinha outra taquara, taquaruçu, que a gente fala, que é uma taquara mais grossa. Mas eles faziam cada coisa, cesta com uma rapidez danada. O tipiti, tem uma ciência pra aquilo, cortar o imbé na época certa, não era só a questão de fazer, de manusear. A caxeta, por exemplo, meu pai cortava a caxeta pra fazer canoinha [em miniatura] (entrevista em setembro de 2011).

Como diz nosso entrevistado acima, *não era só a questão de fazer, de manusear*. Morando na cidade, longe do ambiente dos sítios, os mais velhos deixaram de transmitir aos jovens um conjunto de práticas e saberes que diziam respeito ao entendimento da natureza, aos sinais que ela transmite incessantemente, e que os moradores dos sítios, através das gerações, aprenderam a traduzir, a interpretar. Tudo o que se faz, tem o momento e o modo certo. Por exemplo, para fazer a cestaria, é preciso saber a lua certa para extrair os cipós e taquaras, e a fazê-lo de modo a permitir que a planta brote novamente. Para cortar o guapiruvu, também é preciso esperar a lunação adequada, caso contrário, a canoa, depois de pronta, pode sofrer rachaduras. Ao derrubar a mata, é preciso fazer o aceiro corretamente, para não deixar que o fogo se espalhe. O feijão tem que ser plantado na lua minguante para não carunchar. Os sítiantes que estavam afastados das margens do canal, sabiam interpretar o movimento das marés pelo canto dos pássaros, para saber a hora certa de descer ao “rio” e lançar suas redes de pesca. Este é apenas um pequenino conjunto de exemplos de uma gama de conhecimentos que entraram em risco de extinção com o esvaziamento dos sítios.

Curiosamente, apenas uma família que entrevistamos afirma nunca ter sido molestada pelos guardas florestais, a de João Cardoso, no Sítio Santa Cruz. Talvez pelo pequeno tamanho de suas roças. A roça que visitamos, em agosto de 2011, era bem pequena. Nas anotações de João Trinta sobre João Cardoso, datadas de 1979, lemos que “o Magalhães nunca o incomodou”.

Verificamos que aqueles que permaneceram nos sítios, ou eram pessoas aposentadas e que, portanto, não precisavam lavrar a terra para obter o sustento, ou foram famílias que se adaptaram à pesca no canal, e passaram a viver da mesma. Por exemplo, no Sítio Andrade, criou-se uma certa “tradição pesqueira”, considerando que Antonio Martins da Guia era um mestre cerqueiro, ou seja, um especialista na construção de cercos fixos. E até

os dias de hoje, seus descendentes trabalham com cercos fixos na altura desse sítio. No Sítio Canudal, os irmãos Francisco e Adão Xavier desceram para a Ilha do Filhote, onde passaram a viver da pesca e da cultura de ostras. Nesses casos, as famílias precisam ter duas moradias, uma no sítio, onde se obtém o sustento, e outra na cidade, para que os filhos tenham acesso à escola.

Conforme podemos depreender a partir de vários relatos, desde as primeiras décadas do século XX, as escolas existiram nos sítios de forma esporádica, sempre por curtos períodos. Por exemplo, no sítio Santa Cruz, João Cardoso, em sua infância, freqüentou a escola por dois anos. Por volta de meados da década de 1950, também existiu uma escola no Sítio Andrade, que parou de funcionar depois que a última professora morreu afogada no canal. Em Ipanema, também existiu uma escola no Canto do Morro, que depois foi transferida para o Rio do Meio.

A questão do ensino ainda é um problema na ilha. Apenas no Marujá existe uma escola para os alunos até a quarta série do ensino básico. Para as demais séries, até o ensino médio, existe uma embarcação que serve também aos demais alunos das comunidades da restinga, levando-os até a escola do Ariri.

No Pontal do Leste, a primeira escola de primeira a quarta série foi construída há aproximadamente 30 anos, por esforços de Feliciano Cunha, apoiado pela comunidade. Antes disso as crianças do Pontal caminhavam os cinco quilômetros de distância até a Enseada da Baleia, pela praia, para chegar à escola. Hoje,

A mudança de famílias da Ilha do Cardoso para garantir o acesso dos filhos à escola tem sido um dos motivos para a saída dos moradores ao longo da história. Principalmente para garantir o acesso às séries finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio. O acesso às séries iniciais do Ensino Fundamental vinha sendo garantido nas comunidades pelo município de Cananéia. Atualmente, os moradores das Comunidades da Ilha do Cardoso vivem o drama de ver as escolas municipais serem desativadas pelo reduzido número de alunos, com exceção do Marujá.

Na área dos sítios da face leste, no Pereirinha-Itacuruçá, Camboriú e Foles não existiu a oferta de transporte público para o acesso às séries mais avançadas, de modo a permitir a permanência das famílias na Ilha, em parte devido aos riscos da navegação na Barra de Cananéia.

Durante nossa pesquisa de campo, verificamos que na Vila Rápida, Enseada da Baleia e Pontal de Leste as escolas municipais estavam em vias de fechamento. Talvez pelo pequeno número de alunos – no Pontal, havia apenas uma aluna.

Voltando à questão da implantação do Parque, em 1972, no Pereirinha, ocorreu um evento que também foi traumatizante para os moradores desse sítio. Separando Pereirinha e Itacuruçá, existe o rio Perequê. Próximo a esse rio, havia uma lagoa, na qual, dizem os moradores, *tinha tudo, peixe, tinha muito jacaré, tinha pássaros na beira do rio, da lagoa*. Nesse lugar havia roças de moradores. Ao contrário do que houve nos sítios da face leste da ilha, onde as roças foram proibidas desde a implantação do PEIC, na face voltada para o mar, foi possível plantar por mais tempo.

O Pereirinha foi escolhido para a construção do Centro de Pesquisas de Recursos Naturais da Ilha do Cardoso, o CEPARNIC. De repente, começaram a chegar operários e máquinas. Um trator avançou sobre as roças, destruindo-as sob os olhares perplexos das famílias que ali moravam. A lagoa foi aterrada com a areia dragada do rio Perequê. E foi preciso uma quantidade enorme de areia para aterrar a lagoa. Não importou que o rio tivesse o seu curso desviado, e nem a profunda modificação no habitat de jacarés e peixes. Um grande e irreversível estrago em nome da “preservação da natureza” e da pesquisa científica. Sobre a lagoa aterrada, foi construída parte das instalações do CEPARNIC, que conta com alojamentos, refeitório e casas de funcionários, entre outras instalações. No entanto, os moradores, que já haviam perdido suas roças, não podiam sequer pescar no rio o peixinho do almoço ou do jantar.

Para fornecer energia elétrica às instalações do CEPARNIC, foi construída uma usina hidrelétrica no rio Perequê. Todo o grandioso empreendimento serviu para que a usina, após a inauguração, funcionasse apenas vinte e cinco minutos, e nada mais. O volume de água desse rio não é suficiente para o funcionamento de uma usina hidrelétrica. Ainda hoje, cerca de quarenta anos depois, os equipamentos todos continuam lá, peças enormes de ferro abandonadas na mata, sendo lentamente corroídas pela ferrugem.

8.A GESTÃO PARTICIPATIVA NO PEIC

A Partir da década de 1990, ocorreram avanços significativos no que diz respeito ao modo de gestão do PEIC, passando a haver uma parceria entre o mesmo e as populações tradicionais aí residentes. Como já dissemos, em 1998 foi criado o Conselho Gestor, que conta com a participação de órgãos institucionais, de representantes da população caiçara da Ilha do Cardoso e da sociedade civil. À essa época as comunidades tradicionais da ilha passaram a ter uma organização política mais efetiva, constituindo suas associações de moradores.

Um efeito importante da gestão participativa e dos estudos concernentes ao plano de manejo foi a reconsideração relativa às restrições quanto aos usos do ambiente e à reforma e construção de moradias da população caiçara da ilha. Mesmo considerando que a lida burocrática mostra-se problemática para esses moradores, devido às distâncias entre as vilas e a sede do PEIC e mesmo a dificuldades para redigir os requerimentos, várias demandas puderam ser atendidas. Autorizações especiais para abertura de roças passaram a ser emitidas, com a participação do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais³⁹ (DEPRN). Do mesmo modo, também foram concedidas autorizações para a extração de mourões e taquaras destinados à confecção de cercos de pesca.

Em consequência do reordenamento do turismo, foram concedidas autorizações para a construção de banheiros nos quintais das casas, destinados às áreas de camping. Algumas famílias também reformaram suas casas, aumentando em um ou dois o número de quartos a serem alugados para turistas.

No entanto, durante nossa pesquisa, muitos moradores expressaram descontentamento com a paralização das autorizações para abertura de roças nos últimos três anos. E no Itacuruçá, moradores reclamaram que não conseguem autorização para a construção de casas em lugares mais seguros, onde a mata é mais alta, de modo que foram solicitadas – e concedidas – autorizações para a reforma de uma casa e a construção de

³⁹ A adoção de políticas diferenciadas para populações florestais agrícolas já vinha sendo adotada em relação às populações quilombolas, que desde 1997 passaram a receber guias de autorização para a abertura de roças no sistema tradicional de coivara. Mais tarde, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) passou a ser responsável por essas autorizações nas áreas quilombolas.

outra em áreas de risco, sujeitas ao avanço das marés. Essas questões, certamente, voltarão a ser debatidas amplamente durante a realização dos estudos e das oficinas relativos ao plano de manejo que ora se reinicia.

Em trabalhos acadêmicos, o sistema de gestão participativa adotado pelo PEIC tem sido objeto de considerações positivas e tomado como um modelo que deveria ser adotado em outras Unidades de Conservação no país. Como escreve Rodrigues,

A experiência da Ilha do Cardoso é hoje considerada exemplar em todo Brasil. Os avanços alcançados pelo Conselho Gestor não se restringiram às medidas tomadas coletivamente, visando à proteção da biodiversidade e à efetiva implantação do plano de manejo. Ao longo de um processo de dez anos de ação coletiva, que envolveu representantes do Poder Público, ONGs (de atuação local e regional) e organizações sociais locais (pastoral da pesca, associações das comunidades caiçaras, colônia dos pescadores) alguns aspectos particulares do Conselho e da ação coletiva foram determinantes no sucesso alcançado. (...) A experiência PEIC aponta para uma nova forma de ordenamento de áreas protegidas. A singularidade da *práxis* observada no Conselho reside no fato de terem sido criados mecanismos de co-ordenamento da UC por meio de um longo processo de diálogo direto e ininterrupto entre seus membros (Rodrigues, 2008, p.13-14).

A despeito das considerações positivas, é possível – e necessário – que se constituam novos avanços no sentido de uma maior participação dos moradores da ilha na tomada de decisões. Por exemplo, deve-se considerar o fato de que as características dos diferentes grupos de moradores não coincidem em todos os aspectos. Existem diferenças na organização política e econômica das comunidades que podem resultar em necessidades específicas de cada uma.

Essas diferenças também nos fazem refletir a respeito do próprio critério de “tradicionalidade” adotado a partir de discussões realizadas pelo Comitê de Apoio à Gestão. Na página 120 **do Plano de Manejo Fase II**, lê-se:

Diante dessa definição mais abrangente e levando em consideração que toda sociedade tem desenvolvimentos técnicos e culturais diferentes, foi discutida, no Comitê de Apoio à Gestão, uma definição de comunidade tradicional mais próxima da realidade dos moradores do P. E. DA ILHA DO CARDOSO. Nas reuniões preparatórias para elaboração deste Plano de Manejo foram discutidas algumas diretrizes, dentre elas a definição de comunidade tradicional. Nessa definição

conjunta, o morador tradicional do P. E. DA ILHA DO CARDOSO é aquele que apresenta as seguintes características:

- 1) Chefe da família deve estar há, no mínimo, 3 (três) gerações na Ilha do Cardoso;
- 2) Desenvolvem atividades de baixa interferência no meio ambiente: pequena escala e baseada no uso dos recursos renováveis;
- 3) Tem conhecimento e domínio das técnicas tradicionais (pesca, agricultura e construção).

Esses critérios de “tradicionalidade” precisam ser reelaborados de acordo com definições teóricas e empíricas mais próximas da realidade. Quanto ao primeiro item da definição, a categoria “chefe de família” não se coaduna com o próprio conceito de família, que existe em variadas formas. O Código Civil que vigora desde 2003, incorporou a categoria *pessoa de referência na família* em substituição a *chefe de família*. A delimitação em “três gerações” para a antiguidade da permanência também se mostra problemática. Primeiramente, porque não fica claro qual é a geração de referência. Se for considerada, por exemplo, a diferença média intergeracional de 20 anos, a partir da data do plano de manejo, 1998, os antepassados deveriam estar na ilha desde 1938. Se assim for, teremos a dificuldade de identificar quais seriam todos os ocupantes da ilha nessa época. Em segundo lugar, existem pessoas na ilha procedentes de comunidades estuarinas do Paraná, que compõem, juntamente com populações moradoras no lado paulista do estuário, uma rede ampliada de sociabilidade e parentesco. Em terceiro lugar, essa delimitação temporal de três gerações está em desacordo com o consenso, entre as comunidades e o PEIC, de que 1962, data da criação do mesmo, seria a data limite de permanência dos antepassados dos atuais moradores para que estes viessem a usufruir de direitos relativos à permanência e uso do ambiente. Talvez, um critério mais adequado fosse o de que pelo menos um dos genitores seja descendente de família presente na ilha em 1962.

Quanto ao segundo item da definição, relativo ao desenvolvimento de atividades de baixa interferência no meio ambiente, realizada em pequena escala e baseada no uso dos recursos renováveis, estas estão de acordo com parte das definições adotadas pela antropologia. Mas, nesse caso, é preciso considerar que a maioria das práticas tradicionais de baixo impacto ambiental vêm sofrendo sérias restrições há mais de quarenta anos. Estas são as práticas agrícolas e o uso de recursos renováveis, tais como a extração de materiais para confecção de artesanato, de madeira para a confecção de canoas e construção de casas,

a caça, entre outras. Ressaltamos aqui que as poucas autorizações para roça nem sempre saíram em tempo hábil para a necessária adequação ao calendário agrícola.

Quanto ao item três, ressaltamos os riscos de se apoiar critérios de identidade e “tradicionalidade” em práticas substantivas. Melhor dizendo, **o conhecimento e domínio das chamadas “técnicas tradicionais” não se mostra um critério adequado para a definição de identidade ou de tradicionalidade.** Como já discutimos em seção anterior deste trabalho, a definição de identidade se apoia mais em critérios subjetivos de pertencimento e exclusão, relativos a um sentimento de origem comum, do que em práticas materiais. Além disso, esta definição apresenta um grande contra-senso: **como é possível as gerações mais novas dominarem práticas que estão proibidas há mais de quarenta anos e que, portanto, não lhes foram transmitidas pelos mais velhos?** Certamente, são poucas as pessoas com menos de quarenta anos que sabem fazer roças como um dia fizeram seus antepassados. Do mesmo modo, o critério que diz respeito ao domínio de técnicas de construção é questionável. Qual tipo de construção deve ser considerado? As casas de madeira? Aí está a armadilha: neste caso, todos os que moram em casas de alvenaria, teriam deixado de ser “tradicionais”? As construções caiçaras, na Ilha do Cardoso, variam de acordo com as necessidades, as possibilidades e o gosto pessoal daqueles que as habitam. E seria sinal de preconceito achar que só as pequenas casas de madeira ou de taipa são tradicionais.

Portanto, embora haja formas de trabalho que foram dominantes durante séculos, como é o caso, por exemplo, da agricultura de coivara, estas variam no tempo e no espaço. Como vimos em capítulo anterior, a própria pesca comercial nem sempre foi “tradicional”, e muitos moradores, há mais de quarenta anos, tiveram que se adaptar a ela para continuar vivendo na ilha e da ilha. Podemos dizer o mesmo em relação ao trabalho com turismo. Caiçaras que abandonam a pesca e, eventualmente, o artesanato para se dedicarem exclusivamente ao trabalho com turismo não deixam de ser caiçaras. E isso vale para qualquer outra atividade de baixo impacto ambiental.

Outra discussão importante é a relativa à questão da manutenção dos direitos daqueles que saem da ilha, passam períodos fora e depois retornam. Essa discussão tem sido mais ardorosa no Marujá do que nas outras comunidades. Neste caso, a questão que se coloca é: quanto tempo uma pessoa pode ficar fora e retornar sem perder os direitos de

solicitar autorização para construir moradia e de explorar diretamente o turismo (alugando espaço para camping ou quartos para turistas)? Um critério que vinha sendo adotado era o prazo de um ano e um dia, e que está sendo expandido para dois anos. Exceção é considerada para aqueles que saem para estudar. Neste caso, o prazo para retorno seria de até um ano depois da conclusão dos estudos. A questão de fundo que subjaz a esta discussão é o receio de que famílias ou indivíduos que saíram da ilha há mais tempo, retornem e venham disputar o mercado do turismo com os moradores já instalados, saturando, dessa forma, as possibilidades de exploração desse mercado. Daí decorrem outras questões. Primeiramente, esta preocupação, a princípio, não se aplicaria às comunidades que não exploram o turismo, ou para as quais o mesmo não se constitui em fundamental fonte de renda. Em segundo lugar, há a preocupação, para os pais, de que os filhos jovens saiam para trabalhar e não possam depois retornar. Como nos disse uma moradora do Itacuruçá, *o jovem termina o ensino médio aos 17, 18 anos e, nessa fase, não tem cabeça para construir uma casa. É uma fase em que é até bom sair para trabalhar, para “conhecer o mundo” e depois retornar, dando mais valor à sua cultura.* Portanto, se faz necessário uma rediscussão desses critérios, inclusive considerando a possibilidade de os mesmos não satisfazerem aos anseios de todas as comunidades moradoras no PEIC.

Por outro lado, ações no sentido de se preservar saberes e práticas que vêm sendo transmitidos de geração em geração, têm ocorrido de forma espontânea, e merecem apoio e incremento. Já mencionamos o caso do artesanato, em especial as cestarias e trabalhos em madeira. As próprias solicitações de autorização para roça, além da possibilidade de satisfação de necessidades alimentares mais imediatas, também têm um sentido de busca da preservação de saberes e práticas culturais. O mesmo pode ser dito em relação ao reavivamento do fandango. Este, sendo uma festa agrícola, passou por uma fase de adormecimento na região, após as restrições à abertura de roças. Em entrevista concedida a pesquisadora, dizia Antonio das Neves, tocador de viola famoso e muito requisitado em mutirões e fandangos da ilha:

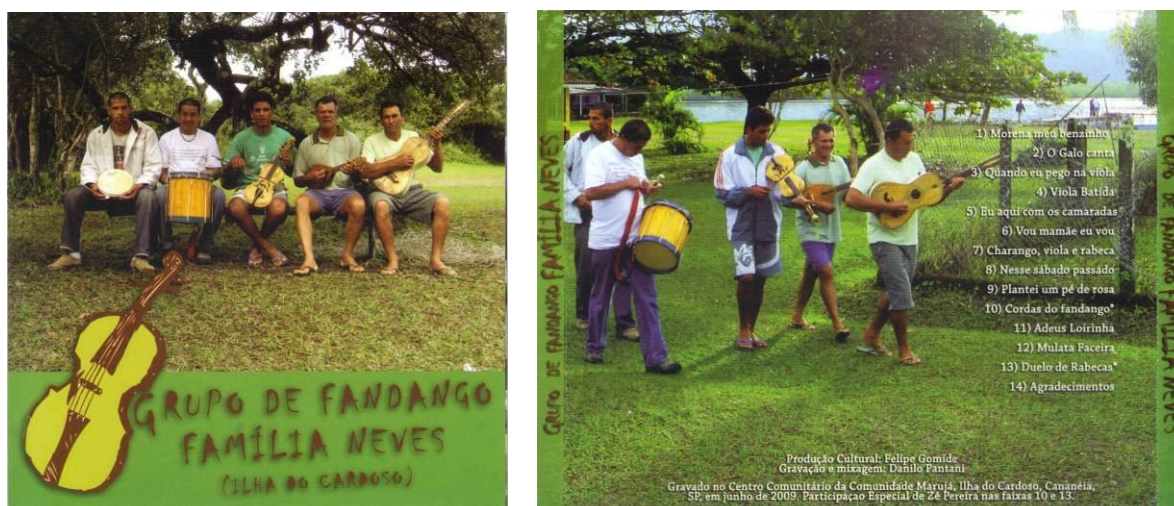
Essa mocidade aí, ninguém conhece o que era realmente um fandango, não sabem o que é realmente um fandango. Por isso a gente diz que está acabando. Acabando, não, já acabou (Antonio das Neves, entrevista sem data, apud Parada, 2005, p. 256).

No entanto, o fandango vem passando por um processo de reavivamento nos últimos anos, e ressurge não mais como festa agrícola, mas como espetáculo em apresentações a turistas e em festas locais. Como diz Sahlins: *Os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais. É nesses termos que a cultura é alterada historicamente na ação* (1990, p. 7). Com relação ao surgimento de vários grupos de fandango, observa Diegues:

Nota-se também um renascer de grupos de fandango e danças caiçaras, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo e Paraná. Uma oficina realizada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em fevereiro de 2003, reunindo vários grupos de fandango do litoral paulista e paranaense, além da constituição de novos grupos de Reisado e Marujáda, tem servido também para mostrar os aspectos culturais comuns a essas regiões litorâneas (Diegues, 2005, p. 278).

Na Ilha do Cardoso, surgiu, em 2005, o grupo de fandango “Família Neves”, do qual participa Izidoro das Neves, filho de Antonio das Neves⁴⁰, entre outros parentes do mesmo. Nos conta Izidoro que, nos últimos anos de sua vida, o pai lhe pedia que não deixasse o fandango acabar. A promessa feita ao pai vem sendo cumprida com sucesso. A “Família Neves”, tem se apresentado em festas na ilha e é requisitada para apresentações na região do Vale do Ribeira e em outras regiões de São Paulo, além de ter gravado um CD.

Figura 57. Capa e contra capa do CD do grupo de fandango Família Neves, do Marujá.



⁴⁰ Antonio das Neves faleceu em 2009.

9.A ÁREA INDÍGENA GUARANI-MBYÁ YPAUM IVYTY (ALDEIA SANTA CRUZ) NA DA ILHA DO CARDOSO/CANANÉIA/SP

Introdução

Este texto integra o Relatório Técnico Científico Antropológico para Identificação de População Tradicional na Ilha do Cardoso, litoral sul do Estado de São Paulo, a qual foi transformada no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), em 1962.

Em 1992 um grupo indígena da etnia Guarani *Mbyá* estabeleceu um aldeamento na Ilha do Cardoso, na região de Sítios voltados para o Canal de Ararapira, ou Mar de Dentro. A área que está sendo reivindicada pelo grupo indígena⁴¹ para fins de delimitação abrange nove sítios nos quais moradores tradicionais da Ilha do Cardoso vêm mantendo trabalho com pesca e/ou coleta e criação de ostras, além da manutenção das áreas de pomares. Estes sítios foram intensamente ocupados desde pelo menos o século XVIII, conforme apresentamos em outra parte deste relatório.

A população indígena na Aldeia Santa Cruz, ou Ypaum Ivyty, na Ilha do Cardoso, tem oscilado entre 30 a 90 pessoas aproximadamente, sendo cacique, atualmente, o Sr. Tiago de Franque e o número de indígenas moradores em torno de 30. É sobre a sobreposição dos direitos de ambos os grupos que versa este texto, com o objetivo de colaborar para a tomada de decisão quanto ao *equacionamento entre os direitos territoriais de ambos*.

Concomitantemente aos trabalhos desta equipe, encontra-se em processo de elaboração um laudo antropológico para a identificação daquela terra indígena Guarani *Mbyá* pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Realizamos uma visita à aldeia, no dia 30 de novembro de 2011, após prévia autorização por parte do escritório da FUNAI em Registro. Adiante apresentamos algumas informações sobre a situação atual da aldeia na Ilha do Cardoso. Só tivemos com o Cacique Tiago uma conversa no porto quando estávamos saindo e ele chegando à Ilha do Cardoso.

⁴¹ Conforme mapa produzido pelo ISA – Instituto Sócio Ambiental e integrante do Plano de Manejo. Anexo.

Num posterior contato com Cacique Tiago para marcar nova ida à aldeia ele não concordou em conceder entrevista sem a presença da FUNAI. Tal visita não foi possível ser realizada por questões de agenda e avaliamos que isto não traria prejuízo para o teor e os objetivos deste relatório. Compreendemos os motivos daquela recusa, uma vez que a relação deles com o Parque Estadual Ilha do Cardoso tem sido conflituosa, como detalharemos adiante, tendo a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) já declarado oficialmente que os considera intrusos, conforme parecer jurídico emitido em 1998.

Nesta análise abordamos três questões que afetam a aldeia Guarani na Ilha do Cardoso: 1) aspectos históricos e antropológicos da formação da aldeia Guarani na Ilha do Cardoso; 2) a conciliação entre os interesses de proteção ambiental do PEIC e os direitos indígenas de fazer uso dos recursos naturais de seus territórios; 3) a conciliação entre os direitos indígenas e os interesses de moradores tradicionais que reivindicam o direito de manter seus direitos territoriais nos sítios.

Quanto à questão um, apresentamos dados históricos e antropológicos que fundamentam a tradicionalidade da ocupação Guarani na região. Sobre a questão dois, apresentamos o histórico de esforços de diversas instituições para buscar um equacionamento entre os direitos indígenas e o cumprimento da legislação ambiental. Quanto à terceira, apresentamos a situação atual de vínculos e a perspectiva sobre direitos por parte dos moradores tradicionais de nove sítios que estão inseridos no mapa do território indígena na Ilha do Cardoso.

O objetivo subjacente ao trabalho antropológico voltado para os processos de garantia de direitos sociais, neste caso, direitos territoriais, é o de garantir que as vozes dos atores sociais sejam ouvidas e compreendidas pelos agentes institucionais e pela sociedade envolvente.

QUESTÃO UM: A LEGITIMIDADE DA FORMAÇÃO DE UMA ALDEIA GUARANI NA ILHA DO CARDOSO, UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Nesta questão procuramos apresentar contribuições para a compreensão dos direitos indígenas que legitimam a formação da aldeia na Ilha do Cardoso. Como ponto de partida

está o texto da Constituição Federal, Artigo 231, Parágrafo 1, o qual versa: “São reconhecidos aos índios o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam (...)”.

Em se tratando da etnia Guarani, existem dois aspectos que fundamentam sua tradicionalidade em praticamente toda a região litorânea: 1) eles são a etnia que ocupava a região na época da chegada dos europeus, 2) sua ocupação territorial é notadamente itinerante ao longo do litoral desde aproximadamente o ano mil depois de cristo, de modo que a chegada recente deles à Ilha do Cardoso não desconfigura seus direitos de reivindicar aquela área como sendo parte do seu território. Passaremos a discorrer sobre esses dois pontos.

A chegada dos Guarani ao litoral sul de São Paulo

Os Guarani só chegaram ao litoral por volta do ano 1.000 depois de Cristo, mas a presença humana na Ilha do Cardoso remonta à época de povos/grupos de caçadores e coletores que adentraram o território brasileiro oriundos do oeste, há aproximadamente 7.500 anos antes do presente (Beck, 1970:151), ou seja, 5.500 aC. Os coletores caçadores cruzaram o planalto meridional e se instalaram no litoral sul e sudeste do Brasil por volta do ano 3000 aC.

Desenvolveram ali um modo de vida baseado na coleta moluscos, peixes, crustáceos e na caça de mamíferos. Não eram horticultores, ou seja, não plantavam. Os sítios arqueológicos que testemunham esta ocupação de povos caçadores coletores são chamados sambaquis, e são encontrados por todo o litoral, com preponderância no sul e sudeste, tendo a região de Cananéia uma grande concentração dos mesmos. Por isso, àqueles povos coletores caçadores hoje se denomina sambaquianos, cujas características são melhor expostas na parte histórica deste relatório.

Sabe-se que havia uma ocupação pré-histórica Tupi Guarani em várias regiões do território paulistano antes de chegarem ao litoral. A cidade de Itapeva (Vale do Paranapanema), na região sudeste de São Paulo, faz a fronteira entre os territórios de dois grupos ceramistas de tradições distintas: os Tupi Guarani, ao norte, e grupos Jê, ao sul.

Para o Estado [de São Paulo], estudos arqueológicos têm definido, até o momento, três grandes unidades classificatórias, definidas como tradições: a tradição Tupiguarani, a tradição Itararé e a tradição Aratu/Sapucaí. A tradição Tupiguarani é considerada, a partir de uma cronologia de ocorrências, a que aglutina os grupos ceramistas mais antigos. Essa tradição é subdividida em Guarani e Tupinambá. Boa parte do território paulista é ocupada por vestígios arqueológicos deste grupo. (Rodrigues, 2002:160-161)

Embora a ocupação do interior pelos Tupi-Guarani já fosse antiga, a ocupação do litoral ocorreu apenas por volta do ano mil depois de Cristo, e as pesquisas arqueológicas não encontram evidências do convívio entre os sambaqueiros e os Guarani. Conforme Stacamachia:

Os grupos mencionados [sambaqueiros e Tupi-Guarani] estiveram presentes em momentos diferentes e não foi verificado até o momento nenhum contato entre eles ou um período de transição. Não detectamos ainda nenhuma evidência do processo de mudança do sistema de coleta para o da produção de alimentos. (...) Os horticultores aparentemente chegaram à região com todo o aparato tecnológico desenvolvido. (2004, p. 99-100)

Assim registrou Ana Maria Beck, a respeito da ocupação do litoral e da transição sambaquiiana para a tupi-guarani:

Posteriormente, o Litoral, em face dos amplos recursos alimentares de que dispunha, teria servido como pólo de atração, abrigando populações diversificadas e por um longo período de tempo. O povoamento do litoral iniciou-se, provavelmente, cerca de 3.000 A.C. estendendo-se praticamente até a chegada dos grupos europeus. Os grupos humanos pescadores e coletores, pré-ceramistas, foram substituídos por grupos ceramistas, talvez agricultores, por volta de 1.000 d.C (1970:151).

Sílvio Coelho dos Santos complementa: “tudo leva a crer que os europeus vieram interromper um fluxo de povoadores indígenas, de tradição Tupi-Guarani, que estavam a demandar as terras do litoral.” (1987:28)

Os estudos sobre padrões de ocupação de território Guarani, analisados a partir da etnoarqueologia (ver Rodrigues, 2002), mostram que eles sempre preferiram locais com clima quente e úmido, proporcionado pela floresta subtropical que se forma nos vales, não ultrapassando a altitude de 700 metros. Esse aspecto tem sido sustentado por Kern (1994,

apud Rodrigues, *ibid*:162) como sendo um padrão de ocupação da paisagem oriundo da região amazônica. Seu modo de vida baseado na agricultura de mandioca, milho, feijões, na caça e pesca encontrou neste tipo de ecossistema condições para se replicar. No litoral, as florestas subtropicais fornecem solos férteis nos bosques que se formam nas clareiras que vão sendo abertas com o auxílio do fogo, além de abundância de caça. Assim, a despeito de o litoral ser local de abundância alimentar proporcionada pelo mar, mangues e lagoas, os Guarani puderam praticar o modo de vida baseado na caça e no manejo florestal com abertura de coivaras para roças (lembrando que as roças sempre são fator de atração para a caça) com pouca ênfase na coleta e pesca marítimas.

Nas palavras de Robson Rodrigues (2002, p.164-165), temos as seguintes informações sobre o modo de vida Guarani:

Essa exigência por parte dos Guarani atendia as suas necessidades constantes de terras férteis em virtude do tipo de cultivo utilizado. A busca do local para a instalação da aldeia, em clareiras no meio da floresta subtropical, além de uma visão estratégica, visava também ao abastecimento de água e à possibilidade da complementação da subsistência por meio da pesca, caça e várzeas férteis dos rios (Kern, 1994; Scatamacchia, 2004; Moscoso, 1989).

Neste sentido, a cultura Guarani se assentava em um complexo econômico baseado na caça, na pesca, na coleta e, sobretudo, numa agricultura de floresta. Plantavam mandioca, que era utilizada em larga escala por toda população, principalmente, como farinha, que era consumida com peixe ou caça moqueada, na produção de bebidas alcoólicas (cauim) ou em forma de beiju; além de várias qualidades de milho, feijão, batata, cará, amendoim, abóbora, banana, abacaxi, tabaco, algodão, pimenta entre outros. Também se serviam do sal que era produzido principalmente das cinzas ou do mar (Brochado, 1989; Maestri, 1994).

Existia uma distinção entre as roças de cada família, já que os principais tinham condição de obter ajuda de vários homens para trabalhar em suas plantações, num sistema de manejo agroflorestal. Essas eram desmatadas coletivamente, mas em seguida trabalhadas por cada um; encontravam-se a duas ou três léguas da aldeia e o processo era a coivara. A produção de bens materiais realizava-se no contexto de uma divisão sexual e etária do trabalho. Os homens responsabilizavam-se pela caça e pelo preparo dos campos para as plantações; as mulheres pelas restantes atividades agrícolas e eram também ceramistas. Com o deslocamento para outras áreas, as roças abandonadas eram reaproveitadas durante anos já que continuavam fornecendo produtos cultivados e atraindo caça (Maestri, 1994; Prous, 1992).

Assim, o padrão de ocupação tupi-guarani compreende a itinerância e a rotatividade das áreas agrícolas, sempre em busca de áreas de mata a serem abertas para cultivo e caça, próximas de águas. Veremos adiante que os motivos para a movimentação dos Guarani pelo território vão muito além dos aspectos ecológicos. São também de ordem política. A mobilidade de famílias Guarani é um modo de resolver conflitos e dissidências no interior das aldeias.

O encontro de Guaranis e europeus

Do ponto de vista histórico, diversos autores nos mostram que, no período colonial, conforme relatos de cronistas dos séculos XVI e XVII, se observava a presença de populações guarani não apenas na área de Cananéia, mas em todo o complexo estuarino lagunar Iguape-Cananéia-Paranaguá. Conforme Hélene Clastres (*apud* Ladeira, 1994), os Guarani ocupavam a porção do litoral compreendida entre Cananéia e o Rio Grande do Sul, estendendo-se para o interior até os rios Uruguai, Paraguai e Paraná.

Métraux (1928) *apud* Gonçalves (2011) nos fala das referências dos cronistas do período colonial, a saber, Hans Staden e Antônio Vieira dos Santos, à presença guarani desde a Barra de Cananéia até o Rio Grande do Sul e, para o interior, até os rios Paraná e Paraguai. O primeiro, em meados do século XVI, faz referência a uma parada forçada, devido a uma tormenta, no porto de Superagui, onde observou a presença de índios carijós, como eram chamados os Guarani pelos cronistas da época. E o segundo relata a presença de 6 a 8 mil carijós vivendo nos contornos dos rios e baías de Paranaguá quando se iniciou o povoamento do litoral paranaense por europeus.

Os relatos históricos revelam que os europeus encontraram ocupando a costa sul e de São Paulo apenas grupos Tupi-Guarani, embora também registrem o encontro de outros grupos, falantes de distintas línguas.

Os cronistas de época citados por Stacamachia revelam que Cananéia era o limite entre a ocupação dos Tupi, ao norte, e a dos Guarani, ao sul, que são agrupados num único grupo lingüístico e numa mesma tradição arqueológica de cultura material. Os textos de época revelam que ambos os grupos falavam línguas muito assemelhadas, dois dialetos da mesma língua, que seria o Tupi-guarani, aquela “que os portugueses entendiam” (2004, p. 91-92). Há alguma divergência na denominação dos grupos encontrados ao norte de

Cananéia, mas temos um consenso na literatura de que os Guarani foram chamados Carijós e seu território se localizava de Cananéia até o Rio Grande do Sul.

A intensificação da colonização portuguesa sobre os territórios Guarani no litoral e em alguns vales fez diminuir drasticamente a população indígena. Embora tenham restado grupos aldeados, uma parcela significativa padecia com o contágio de vírus europeus, as chamadas doenças de branco e com os muitos casos de indígenas escravizados. E ainda houve a miscigenação com os europeus, bem como com a população afro-descendente, gerando um tipo populacional mestiço, tanto genética quanto culturalmente, identificado no litoral de São Paulo e Paraná como caçara. E a Ilha do Cardoso faz parte do palco desse processo histórico.

Presença Histórica dos Guarani na Ilha do Cardoso

Na Ilha do Cardoso, a presença indígena na pré-história é inquestionável, como atestam os onze sambaquis que foram identificados nas pesquisas arqueológicas realizadas no contexto de elaboração do Plano de Manejo (2001, p.70). Quanto à existência de aldeias Guarani, vimos, pelos relatos dos viajantes europeus, que a região dos estuários de Cananéia e Paranaguá eram locais de concentração das mesmas. Na história mais recente, referente ao século XIX, relatos de moradores comprovam a presença de grupos ou famílias indígenas em várias localidades na Ilha do Cardoso. Esses relatos, quase sempre remetem a uniões interétnicas entre indígenas e descendentes de europeus. As pessoas reconhecem a si mesmas ou a parentes próximos como sendo descendentes de antigos habitantes indígenas. Joaquim Pires, nascido em 1939 no sítio Barreirinho, nos dá o relato a seguir:

Eu tenho sangue indígena. Meu pai era catarinense, minha avó era italiana legítima, vinda da Itália. A mãe de minha mãe era índia, indígena, aqui do sítio Pereirinha, ali tinha família indígena, tem a descendência, minha mãe era dessa família.

Ali, o sítio Pereirinha, antigamente tinha muita gente que morava ali, e tinha ali no Sítio Grande [família] que era indígena. Ali morava a família dos Braga, eles devem se lembrar dos Braga ali, eles moravam ali, no sítio Pererinha, mas lá no final, lá no sítio Grande, que diziam. Lá morava uma família indígena.

Os Braga são da mesma descendência dos índios da família indígena. Tem a família da minha mãe (entrevista em agosto de 2011).

Vemos referências de Joaquim Pires ao Sítio Pereirinha e ao Sítio Grande, que são sítios vizinhos, este último foi um dos sítios abrangidos pela aldeia Guarani.

Existem outras referências à presença indígena na praia do Foles Grande, no Camboriú e no Pontal de Leste. Manuel Barbosa, nascido em 1927 na Praia da Lage, nos diz que “no Foles Grande tinha um índio chamado João Máximo”. Sabemos que ele casou com uma mulher descendente de portugueses, e seus descendentes são moradores tradicionais na Ilha do Cardoso. Observamos referências de moradores das localidades de Itacuruçá e de Marujá aos moradores de Foles e de Camboriú como sendo “índios”. Além de João Máximo, sabemos que três irmãos da família Braga, mencionada por Joaquim Pires como uma família indígena, constituíram família no Foles Grande. Neste caso, são referências à ascendência indígena de, pelo menos, parte dos moradores dessas localidades. No Pontal de Leste, Antonio Santana, nascido em 1957 nessa mesma localidade, relata que “tinha índio na Caixa da Linha”⁴², e que o bisavô de sua esposa, Rosália, era descendente de índios.

Na região do sítio Andrade, temos referência à situação de uma índia escravizada que integrou a genealogia das famílias que hoje mantém vínculo com o lugar. Trata-se de Leonor Maria Martins, também chamada Leonor Gomes Peniche, como vemos no depoimento a seguir:

Pesquisadora: Como é a história de Leonor?

Ernestina: Ela era índia. Ela veio junto com os escravos.

Zilda: o meu avô contava que ela foi comprada na época que comprava escravo preto, mas como ela era índia, ela não quis ficar como escrava, aí o João Martins casou com ela. Eu não sei de onde é esse João Martins, mas acho que ele também era português.

Nos estudos de parentesco e genealogias que realizamos da Ilha do Cardoso, se evidencia que todas as referências aos antepassados indígenas estão situadas entre o último quartel do século XIX e o início do século XX.

⁴² Caixa da Linha é uma localidade próxima ao Pontal de Leste onde existia a caixa onde eram depositadas as mensagens de telégrafo nos limites entre cada trecho. Seu Antônio disse que havia um mensageiro que transportava as mensagens em cada trecho.

Nestes casos, podemos supor que esses índios que estavam na Ilha do Cardoso e se uniram a pessoas de outras etnias, fossem Guarani e que fizessem parte de aldeamentos na Ilha ou, então, que fossem indígenas que estivessem em trânsito, já que, como vimos, para esta etnia seria uma condição muito provável. Ou ainda, que fossem índios Guarani escravizados em fazendas que existiram na Ilha do Cardoso.

Territorialidade e mobilidade Guarani

Modernamente o povo Guarani é composto pelos sub grupos *Nhandevá*, *Kaiowá* e *Mbyá*, sendo que o *Mbyá* é o mais numeroso e se localiza mais litoraneamente (Egon Schaden, 1974, apud Felipim, 2001, p.7).

Ladeira (1994) observa que atualmente o território *Guarani-Mbyá* refere-se à região de Misiones, na Argentina, ao leste paraguaio, ao norte do Uruguai, aos estados do sul do Brasil e ao litoral desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. Felipim (2001) nos diz que a maioria das aldeias *Mbyá* no Brasil estão situadas no litoral. É de suma importância a observação de que os Guarani não entendem as fronteiras nacionais da forma como o fazem os chamados “juruás” (não índios). Conforme observa Ladeira (1994, citando Meliá, 1981), os Guarani não são nem paraguaios, nem brasileiros, nem bolivianos, nem argentinos, constituindo uma nação dentro de outras nações.

Por todo esse território, a nação Guarani se desloca continuamente, provocando sempre novos arranjos de aldeias, não sendo raro que elas fiquem abandonadas por um tempo para depois voltarem a ser ocupadas.

Existe uma tradição de estudos Guarani na antropologia que vem evidenciando a sua mobilidade no território. Para apresentar essa tradição nos baseamos na análise bibliográfica realizada por Marcelo de Abreu Gonçalves na sua dissertação sobre a mobilidade Guarani no litoral norte do Paraná, demonstrando o quanto ela é constitutiva do próprio modo de ser Guarani. Segue a nossa síntese a partir de Gonçalves (2010, pp.3-8).

No conceito de mobilidade Guarani estão compreendidas as grandes migrações e os deslocamentos frequentes entre aldeias, com permanências de duração variada, além da abertura de novas aldeias, explica Gonçalves. Fazendo referência a outros pesquisadores, ele demonstra que, inicialmente, tal mobilidade foi interpretada como um resultado de

motivos religiosos: a Busca da Terra Sem Mal (Nimuendaju, 1914). Outros dois pesquisadores mantiveram o foco no messianismo Guarani como fundamento para as migrações: Leon Cadogan (1959) e Egon Schaden (1954). No entanto, a explicação das migrações Guarani a partir da dimensão religiosa mostra-se parcial quando consideramos que culturas são fenômenos multidimensionais, cujas dimensões se interpenetram.

Continuando a síntese do texto de Gonçalves (2011), esta realidade dos fenômenos culturais, no que tange à cultura Guarani, primeiro se revela para Alfred Métraux (1927), que percebe a relação entre a mobilidade e os conflitos com colonizadores europeus. Existe, portanto, uma dimensão mais política. Pierre Clastres e Hélène Clastres foram os primeiros pesquisadores a apresentar dados etnográficos que permitiram perceber que a mobilidade Guarani (as mudanças para outras aldeias e a formação de novas) ocorria como forma de solução de conflitos políticos no interior das aldeias, uma vez que a diminuição da população nas mesmas neutralizava o poder políticos dos chefes.

Outra dimensão da mobilidade diz respeito à organização social e de parentesco. Nas palavras de Felipim:

os movimentos consistem, sobretudo, na manutenção de uma extensa rede de trocas que contempla, além das uniões matrimoniais, visitas a parentes, troca de informações, cânticos, cura, permuta de sementes e tudo o mais a fim de fortalecer suas relações sociais e de reciprocidade entre os membros familiares (Felipim, 2001, p.9-10).

A autora ainda observa que a rede de parentesco que compõe uma família se estende pelas mais variadas aldeias, de modo que as famílias nucleares estão em constante mobilidade, realizando visitas a parentes em outras aldeias, o que faz variar o número de integrantes de uma aldeia (Ladeira, apud Felipim, 2001, p.10). Estas visitas podem ser em locais próximos ou distantes, se estender por dias, semanas ou meses.

Se as circunstâncias assim se apresentarem, qualquer pessoa ou núcleo familiar pode mudar-se para outra aldeia, onde sempre haverá um parente que lhes sirva como referência. O trabalho etnográfico de Marcelo de Abreu Gonçalves junto a aldeias Guarani no litoral norte do Paraná (2011) nos informa que um dos principais motores para a mobilidade são os convites que um cacique faz a outro chefe de família para vir fortalecer sua aldeia. E ainda há as experiências que os moços fazem morando por alguns períodos em

outras aldeias, quando se integram ao trabalho cotidiano e, eventualmente, contraem matrimônio. Afirma Gonçalves (2011, p.66): “O parentesco surgia assim como porta de entrada para novos horizontes, enquanto a possibilidade de novas oportunidades e experiências era a chave que a abria.”

Cacique Tiago, da Aldeia Santa Cruz (*Ypaum Ivyty*) da Ilha do Cardoso, em comunicação pessoal conosco, quando falávamos das aldeias no litoral de Santa Catarina, afirmou que todos os Guarani são parentes, confirmando que todas as aldeias Guarani fazem parte de um grande circuito, que se sobrepõe a circuitos regionais, e que o leque de potenciais rearranjos é vasto.

Gonçalves (2011) conclui que as abordagens de pesquisas mais recentes sobre a mobilidade Guarani não negligenciam o aspecto religioso/mítico da busca pela condição divinizada. Ao contrário, mostram como ele se mantém como fundamento de projetos e valores em novos e diversos contextos históricos. Tornar-se mais divinizado, imitar comportamentos míticos dos Deuses nas formações de laços de parentesco, assim como alcançar a Terra Sem Mal, segue sendo a dimensão simbólica que perpassa a mobilidade Guarani.

Quanto à constante mobilidade conduzida por líderes religiosos Guarani em busca da Terra Sem Mal (*yvy marãey*), onde nada tem fim, Ladeira (1994) nos informa que a essa representação de *yvy marãey* subjaz uma noção de abundância associada à possibilidade de renovação dos ciclos. Ou seja, em termos ecológicos e econômicos, o usufruto dos recursos naturais e as atividades agrícolas estão relacionados ao aspecto qualitativo da perenidade dos elementos, e não a aspectos cumulativos de bens e recursos.

Abertura de novas aldeias

Como vimos nos estudos até aqui mencionados, a escolha de novos lugares para fixação é um processo que envolve vários fatores concomitantes: necessidades políticas internas de cisão ou rearranjo de núcleos familiares, necessidades internas provocadas pelo aumento demográfico em uma aldeia, a existência de líderes para a empreitada, uma inspiração de algum líder espiritual, que pode ser um pajé ou outra pessoa mais idosa, para

indicar o local de destino. Também é comum que este papel de líder espiritual seja desempenhado por mulheres Guarani.

A abertura de novas aldeias é empreendida por alguns líderes Guarani, que tendem a repetir este movimento mais do que uma vez. É um movimento complexo que requer articulação política com outros Guaranis, para aceitarem seu convite para se juntarem à nova aldeia, assim como articulação política com o mundo dos brancos. Mesmo que a articulação com a sociedade não indígena não seja preponderante no processo de fixação a algum lugar, vimos na pesquisa de Marcelo Gonçalves, e também no caso da Ilha do Cardoso, que o líder Guarani se dirige a autoridades locais nos municípios onde estão, e a outros atores sociais, estabelecendo relações diplomáticas de apoio. Maria Inês Ladeira (1994) confirma a existência desta articulação em todas as aldeias do litoral. Gonçalves informa que na trajetória de Francisco Timóteo, que fundou algumas aldeias no Rio Grande do Sul e no litoral do Paraná, ele dirigiu-se aos prefeitos, os quais lhe indicaram localidades onde poderiam se instalar. Gonçalves (2011) conclui que as marcas da ocupação indígena ficam impressas também na sociedade circundante.

O apoio e alianças que conquistaram para estabelecer a aldeia Guarani na Ilha do Cardoso fazem parte de uma estratégia política por eles articulada para realizar o empreendimento. Quando consideramos os fatores culturais (sociais e mítico-religiosos) que regem essa mobilidade, entendemos que é correta a assertiva de Ladeira (1994) segundo a qual a afirmação de que a fixação desse povo está *condicionada* ao apoio ou às decisões de não-índios é histórica e antropológicamente questionável. É uma interpretação que subestima a necessidade e a capacidade do povo Guarani para empreender esforços para garantir territórios onde possam viver seu modo de ser.

A maioria das terras indígenas Guarani ainda não foi demarcada pelo Governo Brasileiro e apresenta dimensões aquém do que possibilitaria a prática de coleta, caça e agricultura em níveis desejáveis por eles. Muito frequentemente a expansão urbana atua no sentido de comprimir ainda mais seu espaço. Verifica-se, hoje, uma clara política Guarani de conquista de espaços com abertura de aldeias no litoral, em locais que ofereçam matas. Ressalte-se que o território Guarani “em potencial” está subsumido à ocupação urbana e a atividades agropecuárias e de plantio de florestas exóticas. As Unidades de Conservação são os últimos redutos de áreas de floresta no Estado de São Paulo.

Podemos inferir que a formação mais recente de aldeias *Mbyá* na Ilha do Cardoso faz parte de um movimento atual deste grupo étnico de abrir mais espaços para instalação de aldeias e criação de Terras Indígenas. A política de ampliação do território para abrigar a população Guarani, que se encontra em crescimento demográfico, assim como toda a população indígena brasileira, acontece em consonância com um movimento amplo dos povos indígenas que demandam, no âmbito estatal, processos de demarcação ou redimensionamento de seus territórios.

Este movimento se originou do protesto contra a usurpação histórica de terras indígenas, possibilitada e, sobretudo, justificada pela sua diminuição populacional por epidemias e massacres ao longo dos séculos de colonização. Além disso, através de decretos oficiais, pedaços de territórios pertencentes a populações indígenas foram cedidos ou vendidos a colonizadores europeus, como é o caso da Terra Indígena Ibirama-LaKlano, na região do Alto Vale do Rio Itajaí-Açú, em Santa Catarina.

Vários autores estudiosos da cultura Guarani demonstraram que a escolha de locais para a fixação de aldeias passa pelo critério de oferecer condições ecológicas para práticas tradicionais do modo de vida Guarani, embora sempre justifiquem as migrações pelo ponto de vista mítico religioso (Bartolomeu Meliá, Maria Inês Ladeira, Ciccarone, Vietta, citados por Felipim, 2001, p.12).

A fixação em locais de mata que possibilitem as práticas agrícolas e a caça é fundamental para a preservação da cultura *Mbyá*, não apenas por uma questão de segurança alimentar. Existem ritos religiosos, ligados ao cultivo do milho, que são também eventos políticos⁴³, pois promovem a integração e trocas rituais entre aldeias, como é o caso da nomeação das crianças, que ocorre na época da colheita do milho. Além disso, povos indígenas, através do cultivo, seguem perpetuando uma grande variedade de sementes e raízes que, de outra forma, já estariam extintas. A mata proporciona outro recurso muito apreciado pelos Guarani: animais para serem caçados e consumidos. Existe uma dimensão simbólica dos rituais de caça associados à religiosidade e à identidade Guarani. João Cardoso, morador do sítio Santa Cruz, presenciou um desses momentos de rezas em torno do animal caçado:

⁴³ Trata-se do que nas Ciências Sociais se convencionou chamar Fato Social Total, a partir de definição apresentada por Marcel Mauss, por abarcar várias dimensões da vida social, por exemplo, religiosa, econômica, política, jurídica (Mauss, 1974:41).

Eu estava aqui, fui levar um peixe pra eles lá, estava o Tiago, lá estava o Teodoro. Fui levar o peixinho, estava uma mulher, a mulher que recebeu o peixinho. Chegou cada um com um porco do mato nas costas. Eles arrodiam a casa três vezes, isso eu vi com o meu próprio olho, depois arrumam aquele animal assim, as mulheres vêm, fica arrodado pra reza, pra depois limpar o animal. (Entrevista em 27 de agosto de 2011)

Crítérios para fixar novas aldeias

As opções de local estão mapeadas mais ou menos por marcas materiais ou de topônimos que indicam a presença de antepassados. E muitas vezes é o pagé (*karai*) que revela marcas que identificam os lugares como pertencentes ao povo Guarani-*Mbyá*.

A partir desses movimentos migratórios, a escolha dos lugares para a formação de novas aldeias nunca é aleatória, pois são escolhidos lugares que já foram ocupados por antepassados e quase sempre apresentam toponímia indígena. Felipim nos fala da “eleição de lugares reencontrados e nomeados”, mencionando aldeias formadas em lugares que haviam sido ocupados 50 anos antes por parte do grupo ou por seus ascendentes, como é o caso das aldeias de Aguapeú (Mongaguá-SP) e Parati-Mirim (RJ).

Gonçalves (2011) analisa a narrativa do índio Irineu, de uma aldeia *Mbyá* situada no litoral norte paranaense, sobre seu trajeto migratório desde a Argentina até o norte do Paraná, o qual revela que os Guarani não acham lugares aleatoriamente. Eis a síntese do autor:

Primeiro porque somente aqueles lugares onde estiveram seus antepassados, os “antigos”, são verdadeiramente seus. Nestes lugares os antigos deixaram marcas de sua passagem, como restos das antigas “casas de pedra” ou os nomes dos lugares. O próprio Deus teria deixado marcas para sinalizar o lugar de seus filhos, como é o caso do sambaqui (Gonçalves, 2011, p.24).

A escolha da região dos sítios da Ilha do Cardoso para estabelecer sua área também é muito importante para o povo Guarani como um todo, pois representa uma reserva territorial onde existem condições para reproduzirem um modo de vida tradicional, dada a

abundância de áreas florestais. Como abordado anteriormente, o modo de vida tradicional compreende a agricultura de coivara, o extrativismo e a caça.

É evidente que o modo de vida tradicional não prescinde de atividades que possibilitam o convívio com o mundo dos não índios, que requer a obtenção de recursos financeiros. A venda de artesanato e de outros itens provenientes da coleta possibilita as trocas financeiras, de onde obtêm uma parte da alimentação, algum vestuário, despesas com transporte e comunicação. Os itens de artesanato mais vendidos são as miniaturas de animais silvestres, arcos e flechas esculpidos na madeira chamada caixeta, e outros itens ornamentais, além de cestos feitos com taquara. Toda a matéria prima é extraída das matas. Existe, ainda, alguma produção de ornamentos corporais feitos com sementes por eles cultivadas. Frutos dos pomares dos sítios, especialmente jabuticabas, também são comercializados pelos Guarani na cidade.

O tema da caça apareceu com frequência nos depoimentos dos caiçaras vizinhos da área indígena na Ilha do Cardoso. O testemunho de João Cardoso, que presenciou rituais Guarani dançando em torno do animal abatido reforça o reconhecimento de que a prática da caça é vivenciada nos moldes tradicionais, como um ritual de sociabilidade importante, contendo um componente mágico religioso, conforme nos sugere a descrição do seu João Cardoso.

QUESTÃO DOIS: A CONCILIAÇÃO ENTRE OS INTERESSES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO PEIC E OS DIREITOS INDÍGENAS DE FAZER USO DOS RECURSOS NATURAIS DE SEUS TERRITÓRIOS

Mediação institucional dos conflitos em torno dos modos de uso dos recursos naturais

O extrativismo, somado à derrubada de áreas de floresta para a implantação de casas e roças e à prática da caça, alimentaram uma situação de conflito na relação entre o PEIC e a comunidade indígena Guarani, uma vez que a Fundação Florestal e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente entenderam “pela incompatibilidade da presença indígena com a sistemática de preservação e manejo do Parque”.

A celeuma motivou a iniciativa do Ministério Público Federal de convocar uma reunião interinstitucional, em Cananéia, para tratar do conflito, no ano de 1995. Naquela reunião, da qual participaram a FUNAI, líderes indígenas, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Instituto Florestal, Prefeitura e Câmara Municipal de Cananéia e Centro de Trabalho Indigenista, foi decidido que o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual se comprometeriam em atuar contra qualquer iniciativa de “retirada não espontânea dos índios dos sítios onde se encontram”. Definiu-se pela criação de trabalhos interdisciplinares e interinstitucionais para: “...equacionar, consoante experiências já realizadas em outros países e em outras unidades nacionais, a presença antrópica em unidades de conservação e viabilizar a inserção do grupo indígena no plano de manejo”. (Ministério Público Federal – Cananéia - Consolidação dos Termos da Reunião de 18/5/95).

No final daquele ano, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, DRPE - Instituto Florestal - CINP, em 12 de dezembro de 1995, produziu um documento denominado *Lauda Ambiental da Ocupação Guarani no Parque Estadual da Ilha do Cardoso*, de três páginas, assinado por Ana Lúcia Mendonça, Coordenadora Equipe Litoral Sul, afirmando que a atividade indígena estaria provocando: a) extinção de espécies animais por causa da caça e da comercialização de animais silvestres; b) processos erosivos nas áreas de roça de coivara; e c) “enorme” impacto sobre a flora e fauna, “configurando uma ameaça séria à conservação da biodiversidade do Parque Estadual da Ilha do Cardoso”, provocando “efeito devastador sobre a cadeia trófica dos ecossistemas sob impacto (...) equivalente a dez por cento das áreas de floresta madura do PEIC”. Toda essa devastação não se concretizou, em parte porque o impacto das atividades indígenas não foi tanto quanto anunciado, em parte porque a comunidade indígena mudou algumas práticas.

Criado a partir da intervenção do Ministério Público em 1995, o Grupo de Trabalho Interinstitucional para tratar das questões que envolvem a comunidade Guarani na Ilha do Cardoso esteve em atividade desde dezembro de 1998 até outubro de 2006. O tema mais recorrente nas reuniões daquele GT foi o da necessidade de criar alternativas de renda e de produção para que os indígenas transformassem suas práticas de uso dos recursos naturais. Foi aventado o manejo de animais silvestres, o aprendizado de novas técnicas agrícolas e pesquisas para se conhecer melhor os reais impactos das práticas indígenas.

Ao longo dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interinstitucional, os indígenas interpuseram objeções às investidas no sentido de coibir suas práticas de coleta para a comercialização, justificando que necessitavam fazê-lo para obter recursos financeiros. Mas a negociação promovida pelo Ministério Público, assim como a pressão exercida pelo PEIC e outros agentes sociais e, principalmente, o incentivo à comercialização do artesanato, conduziram a um processo de adaptação dos índios Guarani da Ilha do Cardoso às exigências legais.

Aos índios é garantido o direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais de seus territórios segundo seus usos e costumes. O debate jurídico entende que a venda de espécies vegetais e animais retirados da mata não seja considerada uma prática tradicional. O texto *A lei de crimes ambientais se aplica aos índios?*, da promotora de justiça Juliana Santilli⁴⁴, esclarece que o direito do usufruto dos recursos naturais dos territórios indígenas se limita aos ditames dos usos e costumes tradicionais: “*Em suma, quando os índios promovem a exploração de recursos naturais voltada para a comercialização, têm que se adaptar às normas ambientais em vigor.*”

O PEIC atuou como entreposto de venda de artesanato indígena no período de 1998 a 2006, e também a venda para a loja Artíndia, da FUNAI, localizada na cidade de São Paulo, incrementou as vendas, diminuindo a pressão extrativista. Esta pressão também foi atenuada à medida que diminuiu a população indígena na Ilha do Cardoso. A saber, em 1997, um dos três grupos familiares (família extensa) deixou a área e no ano de 2005 a família de Marcílio também se mudou. Ambas para a aldeia Guarani existente no Bairro Acaraú, em Cananéia.

Discussão sobre aspectos legais

A contestação jurídica ao direito dos índios Guarani na Ilha do Cardoso estaria na interpretação do Artigo 231 da CF, Parágrafo 1: “Direito originário sobre as terras que

⁴⁴ Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e sócia-fundadora do ISA. Artigo publicado no livro *Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza, o Desafio das Sobreposições*, ISA, nov.2004.

tradicionalmente ocupam”, de que terras tradicionalmente ocupadas tenham que ser permanentemente ocupadas.

O território tradicional Guarani deve ser antropológicamente compreendido, e apresentamos acima os elementos para fazê-lo. Esta é uma etnia que manifesta seu modo de ser na mobilidade das famílias entre aldeias, conforme comprova a extensa produção etnográfica sobre eles. Desde antes da chegada dos europeus, eles têm circulado pelo litoral sul e sudeste do Brasil, bem como por todo o seu território, que chega à Argentina e ao Paraguai. Se hoje os Guarani estão mais “visíveis”, é resultado do aumento da ocupação urbana nas regiões litorâneas, tornando exíguos os espaços disponíveis para estabelecerem aldeias. Ademais, os Guarani apresentam um aumento demográfico em todo o seu território, o que faz intensificar a pressão e os conflitos com a sociedade não indígena.

Neste sentido, com base nos estudos até aqui mencionados, devemos nos contrapor ao parecer emitido em 1998 pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, assinada pelo advogado Antônio Teleginski, segundo o qual os Guarani não teriam o direito de permanecer na Ilha do Cardoso. Nesse parecer, argumenta-se que os mesmos não estavam ocupando tradicionalmente o lugar, que se trata de índios migrantes que estabeleceram a aldeia após a criação do PEIC, e que estariam se sobrepondo à legislação ambiental.

Os Guarani sempre serão migrantes, o que não os torna invasores, do ponto de vista de sua cultura. A formação de cada aldeia é um movimento do povo *Guarani Mbyá* que vem recuperando espaços vitais, espaços que estarão disponíveis para exercerem seu modo de vida. Teleginski, na página 12 do parecer, diz que “sendo migrantes, qualquer área que ocupem no território paulista, ocupam-na de modo provisório.” Esclarecemos que mais correto é dizer que ocupam os espaços do seu território de modo cíclico. Se o abandonam, retornarão a ele em algum momento, mesmo que demore várias décadas.

Portanto, a ideia de que os Guarani Mbyá que formaram aldeias na Ilha do Cardoso a partir de 1992 são invasores, mostra-se equivocada do ponto de vista das ciências sociais, em particular da antropologia. Devemos pensar a *mobilidade* característica de sua cultura como fator fundante de uma territorialidade móvel. Territorialidade essa que pressupõe aldeias que podem ficar várias décadas desocupadas e que podem, conforme as necessidades dos grupos de parentesco ou de famílias extensas, ser reocupadas, conforme

tem sido registrado por diversos estudiosos do assunto (Adriana Felipim, 2001; Gonçalves, 2011; Ladeira, 2004).

Conforme já exposto, existe um histórico de negociações entre a administração do PEIC e a comunidade indígena, mediada pelo Grupo Interinstitucional do qual falamos acima, que tem resultado na adaptação das práticas indígenas, ou pelo menos, na diminuição da pressão que a aldeia estaria exercendo sobre o ambiente. A sustentabilidade do uso dos recursos naturais na área indígena e na Ilha do Cardoso como um todo se constitui em um tema que requer muitos esforços de todos os agentes sociais envolvidos e interessados.

A Formação da Aldeia Santa Cruz - 1992

A formação da aldeia na Ilha do Cardoso ocorreu em 1992. Não obtivemos dados sobre o contexto da escolha da Ilha para estabelecer aldeia. Mas ela apresenta todos os atributos para ser território Guarani: sambaquis, toponímia Guarani, registros de moradores indígenas num passado recente e reservas florestais, conforme apresentamos acima no item *A abertura de novas aldeias*.

Pessoas da Enseada da Baleia lembram que há aproximadamente 18 anos, a calcular pela idade dos próprios filhos, passou caminhando por lá, vindo pela praia, um grupo indígena, com crianças de colo inclusive. Pernoitaram na Enseada. Não souberam, na época, qual era o destino do grupo, pois “eles não são de falar muito”, nos disse uma moradora em conversa no mês de setembro de 2011. Provavelmente se tratava da família nuclear de Marcílio, que foi o fundador da aldeia na Ilha do Cardoso, em 1992, e permaneceu na posição de cacique durante muitos anos.

Quanto às relações com pessoas e agências nas cidades em que se localizam os territórios em vista, que é um modo de articulação política comum para os Guarani, vimos que a entrada na Ilha do Cardoso também seguiu este padrão. Pois fizeram contatos em Cananéia com pessoas que poderiam salvaguardá-los, inclusive proprietários dos sítios onde se instalaram.

Tiago, atual cacique, nos informou que antes de se estabelecer na Ilha do Cardoso fez o seguinte percurso: Ilha das Peças, em Paranaguá, Superagui e Ararapira, permanecendo alguns meses ou semanas em cada lugar. Na Ilha das Peças estava Atanásio,

pai de Marcílio. No ano de 1993 as famílias de Atanasio e de Tiago migraram para a Ilha do Cardoso, um ano após a entrada da família de Marcílio.

A ocupação indígena já esteve presente nos sítios: Santa Cruz, Jacariú, Sítio Grande e hoje está nas imediações do Santa Cruz e do Salvaterra. Moradores da Ilha do Cardoso nos informaram que, desde a formação da aldeia em 1992, houve uma grande variação no número de ocupantes, tendo chegado a cerca de 90 pessoas, nos primeiros anos do aldeamento. Temos informações de que a maioria das pessoas que saíram da aldeia da Ilha do Cardoso instalou-se na aldeia no Acaraú, um bairro em Cananéia, conforme já dito. Elas utilizam seu cemitério na Ilha do Cardoso. Alguns moradores tradicionais presenciaram, há poucos anos, a chegada de um corpo de uma índia que foi ali sepultada.

Em laudo realizado para a SMA em 1994, Maria Inês Ladeira nos informava que na referida aldeia havia duas famílias extensas, as de Marcílio e de Tiago, ambas ligadas por relações de parentesco com outras aldeias situadas na região. A autora, no entanto, não informou o número de indígenas na Ilha do Cardoso na ocasião. Em 1998, no cadastramento do PEIC realizado durante elaboração do Plano de Manejo - Fase II foi computada a presença de 45 indígenas (2001, p.103). Por ocasião do trabalho de Adriana Felipim, por volta do ano 2000, ela observava a presença de três famílias extensas. Além das duas anteriormente observadas por Ladeira, as de Marcílio e Tiago, havia também, desde 1997, a família de Gregório.

No dia 30 de novembro de 2011, na visita que fizemos à aldeia, conversamos com o professor Vili, da escola de séries iniciais do ensino fundamental que conta com sete alunos, e com Ramon, que veio recentemente do Rio Grande do Sul, tendo se casado com uma sobrinha de Tiago, que havia morado dois anos na aldeia em São Miguel das Missões - RS. Presenciei o trabalho de acabamento com ferro em brasa na escultura de animal em caixeta. No retorno eu iria até a casa de Sr. João Cardoso, distante há uns 20 minutos à pé, e fui acompanhada por quatro moços Guarani. Fomos todos pela trilha do sítio Santa Cruz até a cachoeira.

Neste período de setembro de 2011 a março de 2012, de elaboração deste laudo antropológico, o número de indígenas na aldeia Santa Cruz está em aproximadamente 20 pessoas, todas pertencentes ao grupo familiar de Tiago. Ele é o cacique desde 2009. Compõem o seu grupo a sua esposa Juliana, sua mãe e sua irmã Zélia, que tem seis filhos e

uma neta. Uma das filhas de Zélia é casada com Ramon, que veio recentemente do Rio Grande do Sul. Quando visitamos a aldeia, Zélia estava viajando para o Rio Grande do Sul, visitando parentes. Mora também na aldeia o professor Vili, que é parente de Tiago e veio a convite de Abílio, que era o professor na Aldeia Santa Cruz e está agora na aldeia do Acaraú, sendo que sua família mora em Sete Barras/SP. Vili se formou no ensino médio na escola pública em Registro, habilitando-se a ser professor. Tivemos a informação de que a família de Vili estava em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, antes de vir para Sete Barras, outro fato que demonstra o funcionamento da mobilidade Guarani.

O direito territorial na Ilha do Cardoso é do povo Guarani como um todo, e deve ser compreendido a partir da perspectiva política de conquistar espaços dentro de seu território tradicional, ao longo do litoral sul e sudeste do Brasil, onde possam viver o modo de vida Guarani.

Figura 58. Professor Vili e alunos da escola da Aldeia Ypaum Ivyty, casa do professor ao fundo (a); Crianças em frente à casa de Zélia, irmã do cacique Tiago de Franque (b).



Figura 59. Vista da área das casas no morro (a); Área de cozinha coletiva. Ramon trabalhando acabamento em escultura (b).



Figura 60. Vista da Baía de Cananéia (a); Moradores da aldeia Guarani e Sr. João Cardoso do Sítio Santa Cruz (b).



QUESTÃO TRÊS: A CONCILIAÇÃO ENTRE OS DIREITOS INDÍGENAS E O INTERESSE DE MORADORES TRADICIONAIS QUE REIVINDICAM O DIREITO DE MANTER OS DIREITOS TERRITORIAIS NOS SÍTIOS

A Presença Caiçara nos Sítios da Ilha do Cardoso

Como já dissemos, a FUNAI está promovendo estudos cuja finalidade é o reconhecimento de uma área indígena na Ilha do Cardoso. Existe a possibilidade de que

esta área esteja em sobreposição às áreas de nove sítios, sendo que em sete deles, existem antigos moradores trabalhando com pesca: Sítios Ipaneminha, Santa Cruz, Andrade, Tajuva, Barreiro Grade, Jacareú e Canudal.

Em vista desta constatação, gostaríamos de problematizar duas afirmações de pesquisadoras que transmitiram a errônea ideia de um vazio demográfico nos sítios antes da entrada dos Guarani. A primeira é a afirmação de Maria Inês Ladeira de que “*a Ilha do Cardoso foi habitada por comunidades de moradores tradicionais caiçaras que foram expulsos pela política de proibição de várias atividades econômicas*” (1994, p. 6). Também Adriana Felipim, que realizou estudo sobre o cultivo do milho pelos Guarani na Ilha do Cardoso, afirma que, “*com exceção da família João Cardoso, Ernestina e a filha Zilda, todas as outras famílias já haviam deixado há décadas de morar naqueles sítios, outrora bastante habitados*” (2001, p. 33) (grifos nossos). Conforme demonstramos no decorrer deste trabalho, existem famílias além da de João Cardoso que moram ou dependem desses sítios para o trabalho. E ainda há outras que mantêm vínculo com os mesmos.

Esperamos ter deixado claro o nexos histórico e antropológico da constituição da Terra Guarani *Tekoa Ivyty* na Ilha do Cardoso. Por outro lado, este laudo comprova uma ocupação bastante antiga, remontando ao século XIX, de antepassados dos atuais moradores de todas as localidades da Ilha do Cardoso, demonstrando que os caiçaras que mantiveram vínculos com seus territórios também são detentores de direitos territoriais. O reconhecimento dos direitos dessas famílias atende o que está preconizado na Lei Federal 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no qual se prevê a criação de unidades de conservação da natureza específicas para a proteção do patrimônio cultural do qual as comunidades tradicionais são depositárias.

Retomando o anunciado na introdução, vislumbramos a possibilidade de equacionar os direitos de ambos os grupos, indígenas e caiçaras na Ilha do Cardoso, considerando os distintos usos que atualmente cada grupo faz do território, o que têm permitido o seu convívio ao longo desses últimos vinte anos.

Além disso, neste processo de Revisão do Plano de Manejo do PEIC, é colocada a possibilidade de se reunir os direitos da sociedade à preservação ambiental aos direitos territoriais de populações tradicionais, inclusive indígenas, na medida em que se trabalha

para a construção de um mosaico. Esta reunião de interesses tem demonstrado ser uma forma efetiva de gestão para favorecer a preservação dos espaços das Unidades de Conservação, bem como a sustentabilidade do manejo dos recursos naturais pelos moradores tradicionais. Trata-se de modelos de Gestão de Unidades de Conservação com base em Conselhos Gestores e Grupos de Trabalho, a exemplo do que já se vivencia e se aprimora há quase duas décadas na Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

A experiência da Ilha do Cardoso foi citada como um exemplo de conciliação de interesses no estudo apresentado por pesquisadores⁴⁵ que analisaram o caso do Parque de Itapoá na Grande Porto Alegre e assim se referem ao modelo de gestão em mosaicos:

Dentre as estratégias visualiza-se a construção do modelo de gestão de mosaicos entre unidades de conservação e terras indígenas, envolvendo a gestão compartilhada deste sistema de conservação, através do incentivo à participação indígena nos conselhos das UC's e dos mosaicos, com o apoio de pesquisas que gerem conhecimentos técnico-científicos e tradicionais que contribuam para a conservação da diversidade biológica e sociocultural. Estudos recentes sobre o sistema de mosaicos revelam que este instrumento está sendo implantado como uma alternativa viável de compatibilizar todos os interesses para garantir a manutenção da diversidade biológica e sociocultural (Maciel, 2007). COELHO DE SOUZA et al., 2009

A situação da Ilha do Cardoso faz parte de um quadro de 23 casos de sobreposições de Unidades de Conservação e Territórios Indígenas Guarani. Em razão disso, vem sendo realizado um debate, desde a criação da Lei do SNUC (2000), entre os setores sociais interessados. Esse debate culminou, no ano de 2006, na elaboração do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, o qual propõe estratégias inovadoras para compatibilizar o SNUC com as terras indígenas, apresentando como um dos princípios *"a articulação das ações de gestão das áreas protegidas e das terras indígenas com as políticas públicas dos três níveis de governo e com os segmentos da sociedade"* (Brasil, 2006).

10. CONCLUSÕES

⁴⁵ DESMA - Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A Ilha do Cardoso habitada há seis mil anos antes do presente por grupos que estiveram formando os sambaquis, conforme comprovam pesquisas arqueológicas. À época da chegada de portugueses e espanhóis, nos primeiros anos de 1500, a costa sul do país era habitada por grupos Tupi-Guarani, os quais, a princípio, não estão relacionados com os formadores dos sambaquis.

O Vale do Ribeira passou, inicialmente, pelo ciclo do ouro, que movimentou a região durante o século XVII, até a descoberta das “Gerais”, na passagem do século XVII para o XVIII. Mas, enquanto um contingente de mineradores com seus trabalhadores escravizados partiam para o interior do vale, os núcleos litorâneos (Iguape e Cananéia) permaneceram ligados à pesca e à produção agrícola. A vocação agrícola da Ilha do Cardoso revela-se já nos primórdios da colonização. Ao contrário da Ilha de Cananéia, a Ilha do Cardoso possui solo fértil e abundância de recursos hídricos, fato que a tornou “um dos melhores celeiros do município”.

A policultura de alimentos, calcada no sistema de subsistência, estava associada à produção de mandioca, em maior escala, para o fabrico de farinha, tendo ocorrido um período de fartura nas primeiras décadas do século XVIII, e que perdurou até 1787. Nesse ano, foi proibida a venda direta aos portos do sul e do Rio de Janeiro, que pagavam melhores preços por produtos agrícolas e outros. A comercialização de produtos da capitania de São Paulo passou a ser feita obrigatoriamente no porto de Santos, onde sepagava até menos da metade dos valores que seriam recebidos no Rio de Janeiro. Esse fato provocou a decadência das demais zonas portuárias da capitania de São Paulo, e uma queda significativa na produção agrícola. Situação que se inverte apenas após as primeiras décadas do século XIX, quando a medida de 1787 começa a entrar em desuso, período que coincide com a abertura de um novo ciclo econômico na região do Vale do Ribeira, a produção intensiva de arroz.

A Ilha do Cardoso participou do ciclo do arroz, o qual se estendeu por todo o Vale do Ribeira, tendo seu auge em meados do século XIX e perdurando até o início do século XX. Foi a época do famoso “arroz de Iguape” destinado, sobretudo, à exportação. Ao contrário do que se poderia imaginar a respeito de um ciclo econômico agrícola – sabemos que esses ciclos geralmente apoiam-se exclusivamente no binômio latifúndio/mão-de-obra escravizada –, pequenos lavradores de todo o vale estiveram envolvidos nessa produção. O

arroz surge ao lado de produtos tradicionais. Isso significa que, ao lado das fazendas dedicadas à produção de arroz, os pequenos lavradores seguiram com suas roças de policultura (milho, arroz, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, tubérculos, entre outros) com ênfase nos excedentes de arroz.

A existência das fazendas, com seus casarões assobradados e engenhos de pilar arroz, na orla da parte montanhosa da ilha voltada para o Mar de Dentro, deu-se de forma concomitante com a presença pequenos lavradores, tanto na face lagunar quanto na face voltada para o mar aberto.

O fato é que a decadência da rizicultura teve como consequência um nivelamento social. No lugar das antigas fazendas, surgem os sítios habitados por famílias extensas. Ou seja, famílias cujos filhos, ao se casarem, constroem suas moradas próximas às casas de seus pais, geralmente de madeira ou de pau-a-pique cobertas com palha, e algumas vezes com telha. Esse nivelamento social já existia anteriormente nas praias voltadas para o mar aberto, especialmente na Lage, cujos inúmeros sítios pertenciam a diferentes grupos de parentesco. Esses indícios de nivelamento anterior são reforçados pelo fato de que na orla voltada para o Atlântico não existem ruínas de casarões ou engenhos, como acontece na orla estuarina. Do mesmo modo, os moradores que entrevistamos, cujos antepassados habitavam a orla do Atlântico no século XIX, não mencionam avós ou bisavós que tenham sido fazendeiros, donos de escravos.

Um dado importante sobre a antiguidade da ocupação humana na ilha, é que pudemos observar, através de pesquisa documental e genealógica que os atuais moradores da Ilha do Cardoso descendem de famílias que aí se encontravam já em meados do século XIX. Tivemos acesso ao Livro de Registros das Terras de Cananéia, e encontramos registros das terras de diversos antepassados dos atuais moradores. Tivemos acesso também a vários documentos pessoais desses antepassados, sendo que muitas certidões de nascimento mencionam os sítios onde nasceram, comprovando o nascimento dos mesmos na Ilha do Cardoso.

Populações caiçaras do sudeste brasileiro, historicamente, são agricultoras e pescadoras, tendo sido classificadas por alguns autores na categoria mais abrangente de “camponeses”. Os mais velhos sempre se referem ao trabalho na lavoura associado à abundância de alimentos, como uma época em que havia fartura nos sítios.

Os discursos das pessoas entrevistadas nos dão conta da variedade de produtos cultivados, de modo que todo o alimento consumido era produzido nos sítios. Esta representação da fartura gerada pela grande variedade e abundância de produtos da roça, é recorrente em toda a ilha, dentre as pessoas mais velhas, incluindo-se aquelas pessoas que residiam nas praias voltadas para o mar aberto e a restinga. Vemos que, entre os sítiantes da Ilha do Cardoso, em relação às necessidades materiais da época, estas só não eram suficientemente satisfeitas caso houvesse algum impedimento para agricultar a terra.

Em se tratando das relações sociais no âmbito dessa economia de subsistência, podemos considerar a *reciprocidade* como palavra chave da existência dessa população caiçara. Pois, a realização do trabalho só era viável a partir do sistema de ajuda mútua. O trabalho de derrubada da mata, ou de plantio, ou de colheita, que uma família sozinha levaria vários dias para concluir, podia ser realizado num único dia de mutirão. Só assim, a produção agrícola de subsistência podia ser economicamente viável. Os mutirões eram sempre seguidos pelo fandango, que era o “pagamento” pelo trabalho. Lembramos aqui que, entre populações tradicionais, há uma menor separação entre trabalho e lazer. Era costume que comerciantes, donos dos armazéns que compravam o produto da roça, adiantassem a carne seca, que não podia faltar, assim como feijão, arroz e cachaça para os mutirões. O pagamento seria descontado do produto que receberiam ao final da colheita.

Contudo, a importância dos mutirões ia muito além da viabilidade econômica dos roçados. Eles tinham uma importância cultural que era fundante para as relações de vizinhança e parentesco. Os fandangos, festas essencialmente agrícolas, não tinham apenas função de lazer ou sociabilidade. Em geral, era nesses eventos que se faziam os arranjos matrimoniais, numa contínua consolidação das redes de casamento e parentesco.

A importância comercial de toda a produção das centenas de pequenos agricultores que viviam nessa área, pode ser avaliada através de uma imagem muito marcante que nos é transmitida pelos relatos dos mais velhos. As falas emocionadas a respeito dos mutirões e da fartura de produtos do sítio, também quase que fazem plasmar diante de nossos olhos a imagem de um Mar de Dentro lotado de canoas a remo (e a vela) abarrotadas dos mais diversos produtos, que continuamente abasteciam Cananéia. E chegavam a ser vendidos também em Iguape, onde obtinham melhores preços. A parte maior dessa produção era representada pelo arroz e pela farinha de mandioca. Mas, durante todo o ano, sempre havia

algo que os sitiantes levavam à cidade para vender: canoas abarrotadas com grandes quantidades de frutas como laranjas, bananas, mexericas, jabuticabas, além de abóboras, feijão, mandioca *in natura*, carás, batatas doces, peixe salgado, camarão. E também produtos artesanais feitos com materiais coletados na mata, tais como cestos, gamelas, chapéus e cordas.

Referindo-se às velas improvisadas, de pano de saco branco, que os sitiantes colocavam em suas canoas para aproveitar principalmente o vento na altura da barra de Cananéia, um morador nos disse que o Mar Pequeno, cheio de canoas, ficava tão bonito que parecia recoberto por garças. Esta imagem mental justifica a recorrente afirmação de que “era a Ilha do Cardoso que sortia Cananéia”.

A passagem da agricultura à pesca aconteceu no decorrer de 1910. Contudo, na Ilha do Cardoso, essa passagem se fez de forma mais lenta e não ocorreu de maneira uniforme. Por exemplo, no início da década de 1960, enquanto algumas famílias já tinham a agricultura como atividade complementar à pesca e outras dedicavam-se exclusivamente a esta última, havia famílias que obtinham renda apenas com o trabalho na lavoura.

Nas áreas de restinga e na orla da parte montanhosa da ilha voltada para o mar aberto, a passagem à pesca comercial, em diferentes níveis de combinação com o trabalho agrícola, se deu num ritmo mais acelerado. Todavia, na orla estuarina da parte montanhosa, a atividade agrícola continuou sendo fonte exclusiva de obtenção de renda por muito mais tempo. Isso se deveu, provavelmente, à maior fertilidade do solo nessa área e à maior facilidade de transporte até Cananéia, através do próprio canal. Uma representação simbólica da fartura nos sítios, na falas de diversas pessoas que entrevistamos, é a ideia de que muitos animais eram atraídos pelas roças, alimentando-se delas. E, ainda assim, o produto resultante dos cultivos era suficiente para alimentar a família e para comerciar em Cananéia ou, às vezes, em Iguape.

A partir de meados do século XX, já havia uma minoria na Ilha do Cardoso que se dedicava exclusivamente à pesca. Pescadores procedentes do sul instalaram-se ao norte da ilha do Cardoso devido à facilidade de acesso ao mar aberto, através da barra de Cananéia, e à proximidade das ilhas de Cananéia e Iguape, onde poderiam vender o pescado. Até então, os moradores dessa face norte da Ilha do Cardoso costumavam dedicar-se à pesca no

Mar de Dentro com canoas a remo e redes de algodão, formas mais artesanais que, como menciona Mourão, perduraram até os primeiros anos da década de 1960.

Na Enseada da Baleia, a pesca comercial passou a ter maior importância por volta de 1950, após a instalação de uma fábrica de peixe seco, cujo produto ia para o município de Registro e era exportado para o Japão: Essa fábrica de peixe seco funcionou até, mais ou menos, 1956.

No Camboriú, certamente influenciados pelas técnicas levadas à área por pescadores catarinenses, aos quais se referem Mourão, a pesca artesanal também tomou impulso. Principalmente pelo uso dos barcos com motor de centro, que permitem a pesca de arrasto no mar aberto, próximo à costa.

Na área dos sítios localizados na face leste da ilha, a pesca é feita no Mar de Dentro com o uso de cercos fixos e também com redes. Já na área de restinga, é possível pescar tanto no canal quanto no mar aberto.

Nos dias de hoje, a pesca artesanal é de fundamental importância econômica e cultural para a população caiçara da Ilha do Cardoso. Em diversas entrevistas, notamos que muitos fazem questão de destacar o adjetivo “artesanal”, que percebemos como um distintivo da identidade local, em contraponto com a pesca industrial e esportiva. Estas duas últimas modalidades têm se mostrado altamente prejudiciais ao ambiente e à pesca artesanal. A primeira por causa da sobrepesca e por não respeitar a distância mínima a que os barcos de pesca industrial devem ficar da costa. A segunda, por causa da competição desleal como os pescadores caiçaras, que costuma ocorrer no canal. São recorrentes as reclamações de que o turista, com seus barcos de motores mais potentes, superlotam o canal, principalmente durante as temporadas de verão e nos feriados. A renda, para algumas famílias da ilha, também é complementada pela coleta de marisco, nos costões de pedra, e pela cultura de ostras.

Em relação à questão fundiária na Ilha do Cardoso, notamos uma forte tendência à indivisibilidade da terra, mesmo em casos de abertura de inventários dos bens de pais falecidos. Essa observação vale para a maior parte dos sítios existentes na ilha. Essa indivisibilidade, enquanto estratégia de permanência na terra, compreende uma territorialidade relativa a uma dinâmica de parentesco que se estende para além dos limites da ilha. O conjunto de sítios aí existentes estava intimamente ligado a um outro conjunto de

sítios existentes na margem oposta do canal estuarino, localizados na parte continental de Cananéia, na altura da Ilha da Casca (sítios Bom Bicho, Retiro, Itapanhapina, entre outros). A essa dinâmica de parentesco subjaz o cálculo das possibilidades de uso do solo para a agricultura e do uso dos recursos da mata em geral, o qual, inclusive, definia se os novos casais que se formavam deveriam residir no sítio dos pais da noiva ou do noivo. Ou, ainda, se haveria necessidade de se obter novas terras para os mesmos. Ou seja, ao se casar, a pessoa herdava a terra ou dos pais ou dos sogros. Mas poderia não haver reserva suficiente de terras nas áreas de ambas as famílias, havendo a necessidade de se abrir novas áreas. O que era feito através do apossamento, ou da compra. No caso da compra, a terra era paga com ganho gerado pela agricultura.

No caso de populações tradicionais que vivem em áreas de floresta, essa equação entre território e parentesco deve ser compreendida a partir da necessidade de equilíbrio entre as práticas agrícolas e a preservação da mata. O modo de transmissão da terra funciona como um primeiro manejo, que continuamente redistribui as práticas sobre o território, segundo uma lógica da reprodução social e da manutenção das condições ambientais necessárias à continuidade do grupo. Melhor dizendo: existe um cálculo a respeito do número de clareiras que podem ser abertas numa determinada área, de modo que, mais tarde, essas clareiras possam tornar-se novamente capoeiras, evitando-se a devastação da floresta. E o lugar onde os novos grupos domésticos devem instalar-se, está condicionado a esse cálculo. Em suma, a formação de novos grupos domésticos coloca a questão da manutenção de áreas de floresta, regulando os locais onde se pode abrir novas clareiras e preservando as áreas saturadas pelos plantios e que precisam permanecer em pousio.

Por isso é comum, nas áreas onde vivem populações tradicionais, que extensas áreas de floresta sejam, na verdade, capoeiras grossas que já foram capuavas, e encontram-se em pousio. Ou seja, não é de se estranhar que, em áreas de floresta nas quais populações de lavradores estão presentes há, pelo menos, duas ou três centenas de anos, as matas estejam preservadas. E é justamente essa preservação que possibilitou a criação de Unidades de Conservação a partir da segunda metade do século XX.

Na Ilha do Cardoso, percebemos que essa territorialidade também contemplava a entrada de famílias procedentes de áreas mais distantes e que não possuíam terra. Essas

famílias de fora chegavam, se autorizavam com os moradores presentes na área, donos dos sítios, e logo se instalavam, passando a fazer parte da rede de vizinhança, participando dos mutirões. Algumas vezes, integravam-se também na rede de parentesco.

Na primeira metade do século XX, pessoas de fora da ilha, que não eram agricultores ou pescadores, começaram a comprar terras para lazer, exploração de recursos naturais da ilha ou mesmo para fins especulativos. Em Itacuruçá, moradores nos informam que um certo Eugenio de Toledo Artigas tornou-se dono do “Balneário Itacuruçá”. No entanto, o projeto de lotear esta praia foi impedido pela decretação do PEIC. Da mesma forma, em toda a área da restinga houve a compra de áreas por pessoas de fora, que construíram casas de veraneio.

No Marujá, houve um projeto especulativo de grandes proporções. Para a realização de tal empreendimento, foram levados máquinas e tratores ao Marujá. Um grupo de trabalhadores, a maioria de origem nordestina, também foi levado para lá. A vegetação da restinga foi derrubada, inclusive às margens do canal. Áreas de mangue foram aterradas, ruas foram abertas e lotes foram delimitados. Hugo Lippi, dono do empreendimento montou também uma olaria na área do morro, próximo à restinga, com a finalidade de fabricar tijolos a serem vendidos aos compradores dos lotes. Ele faleceu e um de seus filhos, chamado Aroldo Lippi, tomou as rédeas do empreendimento. Apesar da compra das terras, os antigos moradores continuaram na área.

Mais tarde, Aroldo Lippi comprou também terras na praia da Lage, com a intenção de expandir os negócios, implantando ali um novo balneário turístico. Porém, esse projeto foi barrado pela decretação do PEIC, e nada foi feito nessa praia.

Embora o Parque tenha sido decretado em 1962, a fiscalização ambiental tornou-se mais efetiva sobre a construção de novas casas apenas a partir da década de 1980. Muitos veranistas, que compravam áreas de moradores, adotavam a estratégia de construir muito rapidamente suas casas, de modo que, quando a fiscalização do Parque chegasse, estas já estariam prontas. Por exemplo, a Vila Rápida acabou ganhando esse nome justamente devido a essa estratégia usada por veranistas.

A decretação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) teve o efeito extremamente positivo de barrar empreendimentos imobiliários que já estavam sendo implantados na ilha, como era o caso do Balneário Marujá. E impediu que se realizassem

outros empreendimentos semelhantes, como certamente ocorreria nas demais praias e em toda a extensão da restinga. Por outro lado, o Parque mostrou-se como desarticulador de um sistema cultural composto por uma gama de práticas e saberes que deveriam ter sido conservados e protegidos.

Na Ilha do Cardoso, à época da decretação do Parque, apenas as áreas mais elevadas da parte montanhosa deveriam estar “intocadas”. Pois, conforme estivemos demonstrando até agora, populações indígenas já faziam aí suas roças antes da chegada do europeu. E toda a orla da ilha, em especial a parte mais baixa dos morros, vem sendo agricultada intensamente desde os primeiros tempos da colonização até o início da década de 1960. Exceção feita ao período em que foi proibida a exportação direta para os portos do sul e do Rio de Janeiro, entre 1787 e as primeiras décadas do século XIX.

No entanto, o advento do Parque tornou as práticas agrícolas proibidas. E as proibições se estenderam para outras atividades. Durante os primeiros anos, redes de pesca foram apreendidas e queimadas. A fabricação de canoas, que durante séculos foram os meios de transporte no canal, o veículo da vida daquela população estuarina, também teve que ser freada. Os mestres artesãos já não puderam mais cortar o guapiruvu, que eles mesmos replantavam, para fabricar suas canoas. Estas, muitas vezes foram destruídas a golpes de facão pelo guarda florestal.

O período de até vinte anos, aproximadamente, após a criação do PEIC, ficou conhecido entre os moradores da ilha como o período da “perseguição” no qual muitos moradores foram “escorraçados” de seus sítios. Moradores que tentavam continuar fazendo suas roças, eram ameaçados com armas de fogo. Mesmo nos casos em que não houve violência direta, podemos considerar que a proibição de cultivar a terras, como faziam as gerações de antepassados, já se constitui em violência. Inúmeras famílias deixaram a Ilha do Cardoso com medo da violência institucional – que coincidiu com o período da ditadura militar. Essas famílias foram obrigadas a buscar a obtenção de seus meios de vida na cidade. Saíram deixando tudo para trás: casas, roças, pomares.

Um primeiro aspecto que chama a nossa atenção, nessa drástica passagem do “tempo da fartura do sítio” para o “tempo da perseguição” é a desarticulação de relações sociais que se constituíam em reciprocidade e em solidariedade. Sem o trabalho agrícola, já não havia mais os mutirões e nem a alegria do fandango. Conseqüentemente, as relações de

território, parentesco e vizinhança perderam o significado de antes. Onde antes havia a obrigação de “dar, receber, retribuir”, passou a haver uma enxurrada de denúncias, as quais atraíam a presença constante do guarda florestal, e resultavam em inúmeras multas por atos infracionais que abrangiam todas as suas atividades cotidianas.

Em consequência do esvaziamento dos sítios, particularmente nas faces norte e oeste da ilha, onde as práticas agrícolas eram mais intensas, houve importante desarticulação do sistema cultural caiçara aí existente. Morando na cidade, longe do ambiente dos sítios, os mais velhos deixaram de transmitir aos jovens um conjunto de práticas e saberes que diziam respeito ao entendimento da natureza, aos sinais que ela transmite incessantemente, e que os moradores dos sítios, através das gerações, aprenderam a traduzir, a interpretar.

Aqueles que ficaram, adaptaram-se à pesca e ao trabalho com turismo. Com o aparecimento dos veranistas, muitos caiçaras passaram a empregar-se como caseiros, recebendo salário mínimo, ou quantias inferiores, para cuidar da manutenção de casas e quintais. Ao todo, no Marujá, foram erguidas 28 casas de veranistas. Alguns moradores tradicionais e também pessoas de fora passaram a explorar o turismo, construindo bares, restaurantes e pousadas, ou alugando suas casas. O Marujá tornou-se o principal pólo turístico da ilha. Um grande número de campistas também passou a frequentar essa vila na temporada de verão, durante o carnaval e em feriados prolongados.

Os estudos e oficinas relativas ao Plano de Manejo, realizado entre 1995 e 2002, e as reuniões mensais do Conselho Gestor do PEIC vêm contribuindo para uma modificação positiva no cenário turístico da Ilha do Cardoso. O Conselho foi regulamentado em 23 de setembro de 1998, e conta atualmente com cinco representantes das comunidades caiçaras da ilha, seis representantes do terceiro setor e sete representantes governamentais. Esse Conselho tem caráter consultivo.

A maioria das 28 casas de veranistas já foram demolidas por ordem judicial, uma vez que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentado pela lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, permite apenas a presença de populações tradicionais em Unidades de Conservação.

A partir de estudos e discussões decorrentes do Plano de Manejo e da atuação do Conselho, houve um trabalho de ordenamento do turismo na ilha. Uma característica importante do modelo de turismo existente hoje na ilha é a ausência de pessoas de fora das comunidades locais na exploração comercial do mesmo. O Marujá conta hoje com um hotel, cinco pousadas, três restaurantes e bares, todos pertencentes às famílias do lugar. Muitas famílias alugam quartos ou a própria casa para turistas durante a alta temporada e o carnaval. O camping só é permitido nos quintais das casas, havendo o limite entre cinco ou seis barracas por banheiro. Assim sendo, as famílias construíram um ou dois banheiros fora da casa.

Esse processo encontra-se em pleno desenvolvimento. Recentemente, no Marujá, chegou-se ao consenso de que os donos de pousadas deveriam abrir mão das vagas para barracas de camping em seus quintais, cedendo-as a outras famílias. Obviamente, os ganhos com o turismo não se dão de maneira uniforme para todas as famílias. Alguns estabelecimentos, localizados na parte mais “central” do Marujá, conseguem auferir renda durante a maior parte do ano, recebendo visitação de grupos de estudantes e alguns turistas esporádicos. No entanto, as famílias localizadas mais ao sul da vila se queixam de que hóspedes e campistas só as procuram nos poucos dias da alta temporada (entre 26 de dezembro e os primeiros dias de janeiro) e durante o carnaval, mesmo assim, só depois de esgotadas as vagas na área central. Estas famílias, na maior parte do ano, vivem da pesca.

As três comunidades mais ao sul da ilha, Vila Rápida, Enseada da Baleia e Pontal de Leste, são as que menos se beneficiam do turismo. A primeira, como já mencionamos, vive principalmente da pesca. Na Enseada da Baleia e no Pontal de Leste, há alguma frequência de turistas, principalmente interessados em atividades de pesca próximo à barra de Ararapira. No entanto, as atividades ligadas ao turismo, nessas duas áreas, são pouco significativas no que diz respeito ao incremento de renda de seus moradores, principalmente se comparadas ao que ocorre no Marujá. O mesmo também é válido para os moradores das praias de Foles e Camboriú, de acesso mais difícil, e que, esporadicamente, são procuradas por turistas interessados na pesca esportiva.

Em consequência do reordenamento do turismo, foram concedidas autorizações para a construção de banheiros nos quintais das casas, destinados às áreas de camping. Algumas famílias também reformaram suas casas, aumentando em um ou dois o número de

quartos a serem alugados para turistas. No entanto, durante nossa pesquisa, muitos moradores expressaram descontentamento com a paralização das autorizações para abertura de roças nos últimos três anos.

Em trabalhos acadêmicos, o sistema de gestão participativa adotado pelo PEIC tem sido objeto de considerações positivas e tomado como um modelo que deveria ser adotado em outras Unidades de Conservação no país.

A despeito das considerações positivas, é possível – e necessário – que se constituam novos avanços no sentido de uma maior participação dos moradores da ilha na tomada de decisões. Por exemplo, deve-se considerar o fato de que as características dos diferentes grupos de moradores não coincidem em todos os aspectos. Existem diferenças na organização política e econômica das comunidades que podem resultar em necessidades específicas de cada uma.

Por outro lado, ações no sentido de se preservar saberes e práticas que vêm sendo transmitidos de geração em geração, têm ocorrido de forma espontânea, e merecem apoio e incremento. Já mencionamos o caso do artesanato, em especial as cestarias e trabalhos em madeira. As próprias solicitações de autorização para roça, além da possibilidade de satisfação de necessidades alimentares mais imediatas, também têm um sentido de busca da preservação de saberes e práticas culturais. O mesmo pode ser dito em relação ao reavivamento do fandango.

O que pudemos observar, em relação ao trabalho na Ilha do Cardoso, nos dias de hoje, é que ele está ligado às atividades da pesca artesanal e do turismo. Embora algumas famílias consigam, durante a alta temporada e o carnaval auferir, com o turismo, renda suficiente para o seu sustento durante o ano todo, isso não é válido para a maioria das famílias da ilha. Pesca e turismo são atividades sazonais, e nem sempre garantidas. Por exemplo, períodos de chuvas mais intensas, podem afastar boa parte dos turistas. Do mesmo modo, as quantidades de pescado mostram-se irregulares. Muitos pescadores da ilha nos disseram que, em 2011, as quantidades de tainha que pescaram foram bastante inferiores ao ano anterior.

Portanto, faz-se necessária a implantação de outras atividades que possam gerar renda nas comunidades da ilha, construindo, assim, um sistema de pluriatividade, de modo

que, durante todo o ano, e não apenas esporadicamente, as famílias possam obter ganhos através de outras atividades.

Sobre a presença dos Guarani na Ilha do Cardoso

Em se tratando da etnia Guarani, existem dois aspectos que fundamentam sua tradicionalidade em praticamente toda a região litorânea: 1) eles são a etnia que ocupava a região na época da chegada dos europeus, 2) sua ocupação territorial é notadamente itinerante ao longo do litoral desde aproximadamente o ano mil depois de cristo, de modo que a chegada recente deles à Ilha do Cardoso não desconfigura seus direitos de reivindicar aquela área como sendo parte do seu território.

Na Ilha do Cardoso, a presença indígena na pré-história é inquestionável, como atestam os onze sambaquis que foram identificados nas pesquisas arqueológicas realizadas no contexto de elaboração do Plano de Manejo (2001, p.70). Quanto à existência de aldeias Guarani, vimos, pelos relatos dos viajantes europeus, que a região dos estuários de Cananéia e Paranaguá eram locais de concentração das mesmas.

Na história mais recente, referente ao século XIX, relatos de moradores comprovam a presença de grupos ou famílias indígenas em várias localidades na Ilha do Cardoso. Esses relatos, quase sempre remetem a uniões interétnicas entre indígenas e descendentes de europeus. As pessoas reconhecem a si mesmas ou a parentes próximos como sendo descendentes de antigos habitantes indígenas. Nos estudos de parentesco e genealogias que realizamos da Ilha do Cardoso, ficou evidente que todas as referências aos antepassados indígenas estão situadas entre o último quartel do século XIX e o início do século XX.

Modernamente o povo Guarani é composto pelos sub grupos *Nhandevá*, *Kaiowá* e *Mbyá*, sendo que o *Mbyá* é o mais numeroso e se localiza mais litoraneamente. Atualmente o território *Guarani-Mbyá* refere-se à região de Misiones, na Argentina, ao leste paraguaio, ao norte do Uruguai, aos estados do sul do Brasil e ao litoral desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul. A maioria das aldeias *Mbyá* no Brasil estão situadas no litoral. É de suma importância a observação de que os Guarani não entendem as fronteiras nacionais da forma como o fazem os chamados “juruás” (não índios). Assim sendo, os

Guarani não são nem paraguaios, nem brasileiros, nem bolivianos, nem argentinos, constituindo uma nação dentro de outras nações.

Por todo esse território, a nação Guarani se desloca continuamente, provocando sempre novos arranjos de aldeias, não sendo raro que elas fiquem abandonadas por um tempo para depois voltarem a ser ocupadas. Existe uma tradição de estudos Guarani na antropologia que vem evidenciando a sua mobilidade no território. Assim, o padrão de ocupação tupi-guarani compreende a itinerância e a rotatividade das áreas agrícolas, sempre em busca de áreas de mata a serem abertas para cultivo e caça, próximas de águas. No conceito de mobilidade Guarani estão compreendidas as grandes migrações e os deslocamentos frequentes entre aldeias, com permanências de duração variada, além da abertura de novas aldeias. A rede de parentesco que compõe uma família se estende pelas mais variadas aldeias, de modo que as famílias nucleares estão em constante mobilidade, realizando visitas a parentes em outras aldeias, o que faz variar o número de integrantes de uma aldeia. Se as circunstâncias assim se apresentarem, qualquer pessoa ou núcleo familiar pode mudar-se para outra aldeia, onde sempre haverá um parente que lhes sirva como referência.

Quanto à constante mobilidade conduzida por líderes religiosos Guarani em busca da Terra Sem Mal (*yvy marãey*), onde nada tem fim, a essa representação de *yvy marãey* subjaz uma noção de abundância associada à possibilidade de renovação dos ciclos. Ou seja, em termos ecológicos e econômicos, o usufruto dos recursos naturais e as atividades agrícolas estão relacionados ao aspecto qualitativo da perenidade dos elementos, e não a aspectos cumulativos de bens e recursos.

A escolha de novos lugares para fixação é um processo que envolve vários fatores concomitantes: necessidades políticas internas de cisão ou rearranjo de núcleos familiares, necessidades internas provocadas pelo aumento demográfico em uma aldeia, a existência de líderes para a empreitada, uma inspiração de algum líder espiritual, que pode ser um pajé ou outra pessoa mais idosa, para indicar o local de destino. Também é comum que este papel de líder espiritual seja desempenhado por mulheres Guarani.

Os Guarani sempre serão migrantes, o que não os torna invasores, do ponto de vista de sua cultura. A formação de cada aldeia é um movimento do povo *Guarani Mbyá* que vem recuperando espaços vitais, espaços que estarão disponíveis para exercerem seu modo

de vida. Isso não significa, portanto, que ocupem áreas de modo provisório. O mais correto é dizer que ocupam os espaços do seu território de modo cíclico. Se o abandonam, retornarão a ele em algum momento, mesmo que demore várias décadas.

Existe um histórico de negociações entre a administração do PEIC e a comunidade indígena, mediada pelo Grupo Interinstitucional do qual falamos acima, que tem resultado na adaptação das práticas indígenas, ou pelo menos, na diminuição da pressão que a aldeia estaria exercendo sobre o ambiente. A sustentabilidade do uso dos recursos naturais na área indígena e na Ilha do Cardoso como um todo se constitui em um tema que requer muitos esforços de todos os agentes sociais envolvidos e interessados. O direito territorial na Ilha do Cardoso deve ser compreendido a partir da perspectiva política de conquistar espaços dentro de seu território tradicional, ao longo do litoral sul e sudeste do Brasil, onde possam viver o modo de vida Guarani.

11. Referências Bibliográficas

- ADAMS, Cristina. Os Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento territorial. São Paulo: Ed. Anablume: FAPESP, 2000.
- ALMEIDA, Antonio P. Memória Histórica da Ilha do Cardoso. In DIEGUES, A.(org). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e Memória Caiçara*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2005 [1946].
- ALMEIDA, Mauro W. B. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In ANDERSON, A. *et alli. O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 1994.
- ALMEIDA, Mauro W. B. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In ANDERSON, A. *et alli. O destino da floresta*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 1994.
- ALMEIDA, Mauro. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Revista Ruris, vol.1, n nº 2*. Campinas, UNICAMP/IFCH, 2007.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In FELDMAN-BIANCO, B. A *Antropologia das sociedades contemporâneas*. SP, Global. 1987.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de João Cunha. Comeford. Rio de Janeiro, Duas Cidades. 2000.
- BECK, Anamaria. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis, litoral de Santa Catarina. Tese de doutoramento. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.
- BECK, Anamaria. Populações Pré-Históricas de Santa Catarina. In: História de Santa Catarina. Curitiba: Grafipar, 1970. Vol. 2. Pp. 141-153.
- BRANDÃO, C. R., TUSUKIOKA, C. G. e CARVALHO, M. C. P. Olhares cruzados. Visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira. São Paulo, Instituto Socioambiental. 1998.
- BRASIL 2006. Decreto Federal no 5.758. Diário Oficial 13.04.2006.
- CÂMARA, Jerusha Mattos. O Parque do Itinguçu, Município de Iguape – SP: A Problemática da relação Estado e População Local. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, ESALQ/USP, Piracicaba, SP, 2009.
- CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades. 1971.
- CARVALHO, M. C. P. *Bairros negros do Vale do Ribeira: do “escravo” ao “quilombo”*. Tese de doutorado. Campinas, IFCH – Unicamp. 2006.
- CARVALHO, M. C. P. *Histórias da Ilha: Temporalidade e Apropriação do Espaço na Ilha Comprida*. Campinas, IFCH/UNICAMP, dissertação de mestrado. 1999.
- CARVALHO, M.C.P.; SCHMITT, A. Relatório Técnico-Científico Para Identificação

De Famílias Tradicionais Presentes Na Estação Ecológica Da Juréia-Itatins. Fundação Florestal, 2010.

- COELHO-DE-SOUZA, G.; Printes, R.; COMANDULLI, C.; DENARDI, M.; ALMEIDA, F.; BAPTISTA, M.; HAASE, A. e KUBO, R. Itapuã dos farrapos, dos índios e de todos nós": sobreposição entre terras mbyá-guarani e unidades de conservação em território transfronteiriço. VIII Reunião De Antropologia Do Mercosul Gt 11: Guaraníes Y Estados Nacionales. Cuestiones De Ciudadanía Buenos Aires, Outubro, 2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. ALMEIDA, Mauro (orgs.). *Enciclopédia da floresta*. São Paulo, Cia. das Letras. 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo, Brasiliense. 1987.
- DIEGUES, A. C. Esboço de História Ecológica e Social Caiçara. In DIEGUES, A. C. (org). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e Memória Caiçara*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2005.
- DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais, in Serrano, Célia M. Toledo e Bruhns, Heloísa T (orgs.) *Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus. 1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos S.. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. 1983.
- ESTADO DE SÃO PAULO. PLANO DE MANEJO - Fase 2. Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1995-2001.
- FELIPIIM, A. P. O sistema agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP. Dissertação de mestrado. Piracicaba, Esalq, 2001.
- FRANCO. M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, UNESP. 1997.
- GADELHA, C. Proibido Trabalhar: Problema Sociambiental dos Filhos da Ilha do Cardoso/SP. IFCH/UNICAMP. Dissertação de Mestrado, UNICAMP 2008.
- GIDDENS, Antony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In GIDDENS, Antony et alli. *Modernização reflexiva*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo, Unesp. 1997.
- GONÇALVES, M. A. Ethos e movimento: um estudo sobre mobilidade e organização social Mbyá Guarani no litoral sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. Curitiba, UFP, 2011.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz. 2001. Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A.
- LADEIRA, M. I. O Caminhar sob a luz. O Território Mbyá à beira do oceano. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

- LADEIRA, M. I. Os índios Guarani / Mbyá e o complexo lagunar estuarino de Iguape-Paranaguá. São Paulo, Centro de Trabalho Indigenista, 1994.
- LEACH, E. R. *Pul Eliya. A Village in Ceylon*. Cambridge, University Press. 1961.
- LEITE, Ilka Boaventura (organizadora). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis. NUER/ABA/2005.
- LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Turismo, natureza e cultura caiçara: um novo colonialismo? in Serrano, Célia M. Toledo e Bruhns, Heloísa T (orgs.) *Viagens à natureza turismo, cultura e ambiente*. Campinas, Papirus. 1997.
- MARCILIO, M. L. *Caiçara. Terra e população*. São Paulo, Edições Paulinas: CEDHAL, 1986.
- MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. *Revista de Antropologia*, vol 34. São Paulo, USP, pp. 197-221. 1991.
- MARTINS, J. de Souza. *Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec. 1997.
- MARTINS, José de Souza. “Antropofagia e barroco na cultura latino-americana” in: *A Chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec. 1993.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Vol 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- MOURA, M. M. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa área Rural*. SP. HUCITEC. 1978.
- MOURÃO, Fernando Albuquerque. *Os pescadores do Litoral Sul do Estado de São Paulo: um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, FFLCH, USP, tese de doutoramento. 1971.
- MULLER, Nice Lecquoc. Sítios e sítiantes no estado de São Paulo. Boletim de geografia nº 132 - Depto de Geografia, FFLCH – USP. 1951.
- NORDI, N.; CARDOSO, T.A.; BARBOSA, M. A. B. Histórico de Pesca nas Comunidades Enseada da Baleia e Vila Rápida, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia, SP. In DIEGUES, A. C. (org). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e Memória Caiçara*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2005.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *O Papel Social do Antropólogo: A aplicação do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro. E-Papers, 2010.
- PANZUTTI, N. P. M. Migração: esperança de vida e trabalho em Itinguçu. *Informações Econômicas*, São Paulo. vol. 3 n. 6, p. 7-21, 2003.
- PAOLIELO, Renata M. *As Tramas da Herança: da reprodução Camponesa às Atualizações dos Sentidos da Transmissão da Terra*. FFLCH/USP, tese de doutorado. 1999.
- PAOLIELO, Renata M. *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Campinas. PPGAS/UNICAMP, dissertação de mestrado. 1992.

- PARADA, I. S. Mudanças Socioambientais de Comunidades Caiçaras do Paerque Estadual da Ilha do Cardoso. In DIEGUES, A. C. (org). *Enciclopédia Caiçara, volume 1 .O Olhar do Pesquisador*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2004.
- PETRONE, Pasquale. “A Baixada do Ribeira: Estudos de Geografia Humana” Boletim nº 283, cadeira de geografia. São Paulo, FFLCH/USP. 1966.
- RODRIGUES, Robson Antonio; AFONSO, Marisa Coutinho. Um olhar etnoarqueológico para a ocupação guarani no estado de São Paulo. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 8, n. 18, Dec. 2002.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000200007&lng=en&nrm=iso [Acesso em 17 de fevereiro de 2012].
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar. 1990
- SANTILLI, Juliana. A lei de crimes ambientais se aplica aos índios?
<http://pib.socioambiental.org/pt/c/terras-indigenas/sobreposicoes/a-lei-de-crimes-ambientais-se-aplica-aos-indios> [Acesso em 29 de fevereiro de 2012].
- SANTOS, Boaventura de Souza. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. In SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. São Paulo, Cortez. 2000.
- SANTOS, Sílvio Coelho. Índios e Brancos no Sul do Brasil – A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1987.
- SÃO PAULO.(Estado). Estudo Técnico para Recategorização de Unidades de Conservação e Criação do Mosaico de Ucs Juréia-Itatins. SEMA, São Paulo, 2009.
- SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. Os Primeiros Habitantes Do Baixo Vale Do Ribeira. In: DIEGUES, A. C. (org). *Enciclopédia Caiçara, volume 1. O Olhar do Pesquisador*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2004.
- SERPA, P. Memórias de Um Caiçara da Comunidade de Foles, Ilha do Cardoso, Cananéia, SP. In DIEGUES, A.(org). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e Memória Caiçara*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2005.
- SETTI, K. *Ubatuba nos Cantos das Praias*. São Paulo, Ática. 1983.
- SEYFERTH, G. *Colonmização Alemã no Vale do Itajaí Mirim*. Porto Alegre, Movimento. 1974.
- SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lídia e HELM, Cecília Maria Vieira (orgs). A Perícia antropológica em processos judiciais. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 1994.
- TELEGINSKI, Antônio. Os Povos Indígenas do Estado de São Paulo: Os Guaranis da Ilha do Cardoso e da Juréia. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Informações Técnica, Documentação e Pesquisa Ambiental, Instituto Florestal, 19 de junho de 1998.
- VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. SP, Global. 1987.
- WEBER. Max. Relações comunitárias étnicas in *Economia e Sociedade*, vol. 1.

Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, Ed. UNB; São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 2004.

WILLEMS, E. e MUSSOLINI, G. *ilha de Búzios. Uma comunidade caiçara no sul do Brasil*. São Paulo. Hucite-NUPAUB/CEC. 2003 [1952].

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo, Hucitec. 1995.

YONG, E. Subsídios para a História de Iguape. In DIEGUES, A.(org). *Enciclopédia Caiçara, volume IV. História e Memória Caiçara*. São Paulo. HUCITEC – NUPAUB/CEC/USP. 2005 [1903].

ZAN, José Roberto. Conflito de Terra no Vale do Ribeira. Estudo Sobre Pequenos Possesores em Luta Pela Terra no Município de Sete Barras. São Paulo, FFLCH/USP, dissertação de mestrado. 1986.

Internet: <http://nomeiodopovo.blogspot.com/2011/06/usina-nuclear-em-cananea-na-ilha-do.html>

ANEXO: Documentos

Figura 61. Certidão de nascimento de João Matheus de Almeida

República Federativa do Brasil

ESTADO DE São Paulo MUNICÍPIO DE Cananéia.

COMARCA DE Jacupiranga. DISTRITO DE Cananéia.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

Antonio Carlos de Oliveira.
Escrivão do Registro Civil das Pessoas Naturais

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que no livro N.º 12 de registros de nascimento, às folhas 124 vs. sob número 66, está registrado o assento de: J O Ã O. = = = = = de cor branca do sexo, masculino, nascido às 21 horas do dia dezessete (17) de maio de mil nois e vinte e oito (1928), neste município de Cananéia, no lugar denominado Cachoeiranga.

filho de Theotônio Matheus de Almeida, natural deste município e de dona Zulmira Xavier, Brasileira.

São avós paternos Manuel Matheus de Almeida.
e dona Izabel Custódia.

São avós maternos José Xavier.
e dona Joana Carlos Xavier.

O registro foi efetuado no dia 28 de maio de 19 28.

Observações: João, o qual se refere a presente certidão, recebeu e em sua infância com Angelina Domingas, que passou a usar o nome de Angelina Almeida. cujo registro realizou-se no Distrito de Ariri, neste município, conforme consta do livro 1-8, fls. 82, termo 79, daquela Cartório. Alf. 1928

O referido é verdade e dou fé.

Cananéia, 13 de Julho de 19 28.

O Escrivão
Antonio Carlos de Oliveira

(Selos pagos por verba).

1928

Figura 62. Declaração de residência onde aparecem Luis Cubas, Salvador das Neves e Ambrosio das Neves (acervo do padre João Trinta).

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado João Cubas, brasileiro, viúva de Dna. Jurema das Neves, brasileiro, pescador, morador do Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso, município de Cananéia, com 58 anos de idade, declara para os devidos fins e sob as penas da lei, que reside neste município de Cananéia, no lugar denominado Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso, onde mantém sua posse mansa, pacífica e ininterrupta há mais de 12 anos, depois que saiu da praia de Lagem e veio morar para Marujá.....

O acima mencionado João Cubas, é filho de Francisco Generoso e Antônia Cubas, sendo Francisco, filho de Manoel Generoso, família que no século passado habitava a Praia da Lagem. Enquanto que Antônia Cubas é filha de José Rufino e Hilária Cubas que no começo deste século, já moravam na Praia da Lagem. A esposa do acima mencionado, João Cubas, Jurema das Neves, é irmã de Salvador das Neves e Ambrósia das Neves, moradores da mesma posse que João Cubas ocupa comunitariamente. Eles são filhos de Lindolfo das Neves e de Paulina Rosa de Oliveira, esta, filha do antigo Alexandre Rosa da Praia da Lagem, aquele por sua vez, filho de Norberto Mendes e de Balduino das Neves, também família das mais antigas da Praia da Lagem. A posse que João Cubas ocupa, faz parte da área e da posse de seus cunhados, Salvador das Neves e Ambrósio das Neves, de seu irmão Luiz Cubas e de Maria Bernardina Rodrigues e seu filho Benedito Rodrigues. Assim que, a casa de João Cubas, está situada entre as casas de Luis Cubas, ao lado do norte e de Salvador das Neves ao lado do sul. A casa é de madeira, coberta com palha guaraicana, as plantações e a ocupação da área da marinha são do mesmo modo como o uso que os seus quatro vizinhos fazem,

Cananéia, 27 de outubro de 1983.

João Cubas

Atestamos sob as penas da lei, que conhecemos pessoalmente as pessoas e a situação acima descrita e sabemos ser verdadeira sua declaração supra.

Cananéia, 30 de outubro de 1983.

Adelino Demssio Gonçalves
Adelino Demssio Gonçalves CIG 028.325.198/99 - Ariri

José Bertelino Coelho
José Bertelino Coelho CIG 018.140.858/47 - Ariri

Dionizio Pereira
Dionizio Pereira Cart Trab: 84085/329 - Ararapira

vire...

Figura 64. Certidões de casamento (a) e de óbito (b) de Zulmira Xavier de Almeida (acervo do padre João Trinta).

Cartório do Registro Civil e Tabelionato
 Distrito e Município de Cananéia
 Estado de São Paulo

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 COMARCA DE JACUPIRANGA
 AUTENTICAÇÃO
 José Luiz Gergone - Tabelião
 Distrito de Jacupiranga - Est. de São Paulo
 Autenticado em 26 de outubro de 1983
 Nádya de Almeida Angelotti
 Escrivente Autorizada

ESTADO DE SÃO PAULO
 REGISTRO CIVIL
 MUNICÍPIO DE CANANEIA

Em testemunha da verdade
 José Luiz Gergone
 Oficial
 Antonio Carlos de Oliveira
 Escrivente Juramentado

Casamento N.º 11

CERTIFICO que, à fls. 159 vº do Livro N.º 3 -- da Registro de Casamentos foi encontrado hoje, o assento do casamento de THEOTONIO MANOEL DE // ALMEIDA.-- -- o ZULMIRA HOLANDA XAVIER.-- -- contraído perante o sr.-- Juiz Antonio // Alves da Silva.-- -- e os testemunhas as constantes do termo.-- --

Ele, nascido em este município.-- -- aos --
 18 de fevereiro de 1912, profissão lavrador.-- --
 domiciliado em este município.-- -- e residente em este município.-- --
 filho de -- --
 e de D. Izabel Custódia.-- --

Ela nascida em este município.-- -- aos --
 25 de maio de 1905, profissão lavradora.-- --
 domiciliada em este município.-- -- e residente em este município.-- --
 filha de José Francisco Xavier.-- --
 e de D. Joanna Xavier.-- --

A contraente passa a assinar-se (não consta do termo).-- --
 Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.ºs 1, 2, 3 e 4.-- --
 do Código Civil - Observações Casamento realizado sob o regime de comunhão de bens; no dia 15 de junho de 1.921. Theotônio Manoel de Almeida, faleceu em Santos, SP., em 22 de agosto de 1.956, conforme consta Livro C-174, fls. 165, termo 52.107, do Cartório do 1º Subdistrito de Santos.-- --

Distrito e Município de Cananéia, 26 de outubro de 1983

Nádya
 P/Oficial
 Nádya de Almeida Angelotti
 Escrivente Autorizada

República Federativa do Brasil
 ESTADO DE São Paulo
 COMARCA DE Jacupiranga
 MUNICÍPIO DE Cananéia
 DISTRITO DE ARIRI
 CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL
 Urbano Coelho Filho
 Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais
 Urbano Coelho Filho
 C.R.T. 440 / 193 2011-20

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que sob n.º 96 às fls. 47 do livro n.º C-1 de registros de Óbito, encontra-se o assento de Zulmira Xavier de Almeida, falecida a dia 15 de Março de 1.941 às 01 horas em Cachoeirinha deste distrito -- de sexo feminino -- de cor branca profissão doméstica natural de este município -- com 34 (trinta e quatro) anos de idade, estado civil casada -- filha de José Xavier -- e de dona Joana Carlos Xavier -- Fui declarante João Cancio Xavier -- Atestado de óbito firmado por duas pessoas -- que deu como causa de morte doença ignorada -- e o sepultamento foi realizado no Cemitério deste distrito -- O registro foi efetuado no dia 15 de Março de 1.941

Observações: Selos pagos por Verbas --

O referido é verdade e dou fé
 Ariri, 20 de Outubro de 1949

Urbano Coelho Filho
 Oficial do Registro Civil
 DISTRITO DE ARIRI
 MUN. DE CANANEIA
 ESTADO DE SÃO PAULO

Figura 66. Escritura de compra e venda – Sítio Trapandé – folha 2 (acervo do padre João Trinta).

efectivamente se outo e do Comproador de João
 Licurgo Pontes mercante e juizo de quarta. E os
 pois, digo, mercante e juizo de quarta. E os
 na lista de bens, que declaro e declaro
 ja se tiverem recebido a importância de trezentos e trinta
 mil e trezentos e trinta e seis e que com o
 trezentos e trinta e seis e que com o
 apuramento de bens e de finanças de
 honra de pagar este no prazo consuetudinario e
 uado na obrigação de pagar os juros de lei até o
 final pagamento, e por intermédio de
 de outo, por si e seus sucessores fazer esta venda
 boa, firme e valiosa, e obrigando-se como se obrigou a
 responder pela evicção, fundado a outorgada a salvo de
 ghaes que vierem quando chamados a outorgada. E
 transmitir a pessoa de outorgada, e a posse, jus
 acco, dominio e acciones actuaes que exerciam em di
 ta propriedade para que elle a comecasse sua obra
 em frente do qual temerão posse deo ja independen
 deute de outorgada de justiça. Pelo acquirente
 me foi dito que accediam a presente escritura tal
 e tal e de outorgada e declara, e me a outorgada o
 conhecimento do contrato sobre o Capital Propriedade
 de outorgada Real com numero treze no qual pro
 se achava o outorgada outo. Com a favor de
 outorgada, e outorgada e outorgada, e bem as
 sua outorgadas de deo de ter seguinte: Uma
 ruanos. Numero sessenta e sete. Estado de (Amada
 Republica) São Paulo. Exercício de mil nove e centos e
 tres. Imposto de Transmissão e Transcrição. Re
 cebido de mil e quinhentos. Ajo thas outo
 e outo de fora copia feita de deo e de ministro
 do deo. Com o favor de outorgada de outorgada.

O presente documento foi
 reprobado, e conforme o origi
 nal e apresentado do que don
 fe. Cananéia, 26 de Julho de 1903
 Artêmio Cordeiro
 Oficial Público

Figura 67. Escritura de compra e venda – Sítio Trapandé – folha 3 (acervo do padre João Trinta).

Abaixo findo quantos de vinte sete mil e quinhentos
 e cinquenta e cinco reais, Rebuída de Bento José Polycarpo Santos,
 invento e arrematado relativo ao quanto
 reais, valor por quanto comprou ao Conde
 Martins Simões e sua mulher, um sítio de lre
 ras no local denominado Sítio Trapandé,
 de Casimiro Santa Municipal e
 meus officios. Meu de Renda de Estado de
 le em Casimiro, vinte sete de Novembro
 mais cento e trinta. O Sr. ministro Sr. Gauroni, José
 de Almeida. Omissão por Eliseo de Souza
 e Guimarães. Foi pago o detto federal de seis
 e cinquenta e cinco em duas estann pilhas que a baixo vão
 colhidas e evidentemente inutilizadas. E m cõrtesa
 me ficariam duas lavouras nesta nota, a presente es
 cripturas amosio teja destruidas, que lhas sendo
 lha em seu alto, recimamente a autogaram, ac
 citaram e assinaram com as testemunhas presentes
 que são Franklin Gomes de Azevedo e Manoel Mas
 tins Simões, arribando a rago do autoral em
 deito Coroado por Martins Simões, seu filho Capitão
 Ernesto Martins Simões por elle não poder escrever
 por falta de cõite, arribando autoralmente em nome do
 nobilissimo Sr. Gauroni Eliseo, seu Corno Capitão de
 Brão Comandante de Brão Bessendes e arribando a outorga
 de Casimiro em nome do Sr. Bento José Polycarpo Santos,
 Simões, de Brão Bessendes, por elles declararem que não
 sabiam de nenhum, perante mim por o Sr. Gauroni
 e lhas de lre e lre, e lre lre que a lre lre. do
 de duas esta pilhas, insome no valor de seis e
 e lre. de Brão Bessendes, vinte sete de Novembro
 de mais cento e trinta e trinta. Ernesto M. Simões.
 Antunes Branco de Brão Bessendes, por Brão

AVENTICHO A PRESENTE CÕPIA
 REPROGRÁFICA CONFORME AO ORIGI
 TAL A MIM APRESENTADO DO QUE DOU
 FÉ.
 Casimiro 26 de Junho de 1983
 Antonio Carlos de Oliveira

Figura 70. Certidão de casamento de Antonio Martins da Guia e Rita Godoi (a); certidão de nascimento de Izabel Martins (b) (documentos cedidos pela família).

Cartório de Registro Civil e Tabelião
 Distrito e Município de Cananéia
 Comarca de Jacupiranga - Est. São Paulo

Reconheço por semelhante a (s) firma (s)
Nádia de Almeida Angelotti

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE JACUPIRANGA

DISTRITO E MUNICÍPIO DE CANANÉIA

Cananéia, 26 de outubro de 1983
 Em testemunha da verdade
José Luiz Gorgone Oficial
Antônio Carlos de Oliveira Escrevente Juramentado

José Luiz Gorgone - Cabellao

Casamento N.º 21

CERTIFICO que, à fls. 24 e v.º do Livro N.º 4 -- de Registro de Casamentos foi encontrado -- hoje, o assento do casamento de ANTONIO MARTINS DA GUIA, -- e RITA ADELINA DE GODOY, -- contraído perante o sr. -- Juiz André Francisco Xavier, -- e os testemunhas as constantes do termo, --

Ele, nascido em este município, -- aos 36 anos de idade, -- de idade, -- profissão lavrador, -- domiciliado em este município, -- e residente em este município, -- filho de João Martins da Guia, -- e de D. Leonor Gomes Peniche, --

Ela nascida em este município, -- aos 35 anos de idade, -- de idade, -- profissão lavradora, -- domiciliada em este município, -- e residente em este município, -- filha de João de Godoy, -- e de D. Maria de Godoy, --

A contraente passa a assinar-se (não consta do termo), --

Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.ºs 1, 2, 4 e 5, -- do Código Civil - Observações Casamento realizado sob o regime de comunhão de bens, no dia 16 de agosto de 1.924. Antonio Martins da Guia faleceu no dia 30/09/60, conforme consta sob o n.º 2.962, à fls.167, do Livro C-8, - deste Cartório. --

O referido é verdade e dou fé.

Cananéia, 25 de outubro de 1983

Nádia de Almeida Angelotti
 P. Oficial
 Escrevente Juramentado

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo.

COMARCA DE Jacupiranga.

MUNICÍPIO DE Cananéia.

DISTRITO DE Cananéia.

José Luiz Gorgone
 Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, às fls. 83 v.º -- do Livro A 11, -- sob N.º de Ordem 35, -- foi lavrado o assento do nascimento de IZABEL --

do sexo feminino, -- nascida no dia vinte e sete -- (27) de março de mil novecentos e vinte e quatro (1924) -- às 02 horas e 00 minutos, em este município, no lugar denominado Andrade, --

filha de --
 e de Dona Rita de Godoy, --

Sendo avós paternos --
 e Dona --
 e avós maternos João de Godoy, --
 e Dona Maria de Godoy, --

O assento foi lavrado em 28 de março de 1924 tendo sido declarante Antonio Martins da Guia, -- e serviram de testemunhas as constantes do termo, --

Observações:

REGISTRO CIVIL E ANEXO
 Distrito e Município de Cananéia
 Comarca de Jacupiranga - Estado de São Paulo
JOSÉ LUIZ GORGONE
 Oficial e Tabelião
ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA
 Escrevente Juramentado

O referido é verdade e dou fé.

Cananéia, 26 de outubro de 1983

Antônio Carlos de Oliveira
 Escrevente Juramentado

Laudo Histórico Antropológico para Identificação de Famílias Tradicionais na Ilha do Cardoso/SP

Antropólogas: Maria Celina Pereira de Carvalho e Alessandra Schmitt /Março de 2012

Figura 71. Certidão de casamento de Pedro Pacífico e Izabel Rosa (a); certidão de nascimento de Maria Isabel Rodrigues (b) (documentos cedidos pela família).

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cartório de Registro Civil - São Paulo
 Livro e Município - Cananéia
 Comarca de Jacupiranga - Est. São Paulo

Reconheço por semelhante(s) (s) (s) (s)
 Maria de Almeida Angélica
 Jairo, Diva Anita do Valle
 Regalado

ESTADO DE SÃO PAULO.
 COMARCA DE Jacupiranga.
 MUNICÍPIO DE Cananéia.
 Em testemunha da verdade

REGISTRO CIVIL
 DIVA ANITA DO VALLE PEÇANHA.
 Oficial do Registro Civil

Certidão de Casamento

CERTIFICO que, sob o nº 349, à fls. 177 e 178, do livro nº 2-B de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 5 de Fevereiro de 1944, foi feito o casamento de Pedro Pacífico Rodrigues e Isabel Rosa Martins, contraído perante o Juiz João Jorge da Silva, e as testemunhas constantes do termo.

Ele, nascido em este município de Cananéia, aos 21 de Novembro de 1922, profissão lavrador, domiciliado em este município e residente em este município de Cananéia do Antonio Pacífico, falecido e de Isabel Martins Rodrigues.

Ela, nascida em este município de Cananéia, aos 27 de Março de 1924, profissão lavradora, domiciliada em este município e residente em este município; filha de Antonio Martins da Guia e de dona Rita de Godoi, a qual passou assinar-se ISABEL MARTINS RODRIGUES. Foram apresentados os documentos a que se refere o art. 180 N^{os} 1, 2, 3 e 4. do Código Civil Brasileiro. — Observações:

O referido é verdade e dou fé.
 Cananéia, 05 de Agosto de 1972.
 D. B. e S.
 Diva Anita do Valle Peçanha
 Oficial

T. B. D. S/A — Ord. 21

Tafão N.º 77

Fls. 285

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Cartório de Registro Civil e Tabelião
 Livro e Município de Cananéia
 Comarca de Jacupiranga - Est. São Paulo

Reconheço por semelhante(s) (s) (s) (s)
 Maria de Almeida Angélica
 Jairo, Diva Anita do Valle
 Regalado

ESTADO DE SÃO PAULO.
 COMARCA DE CANANÉIA.
 MUNICÍPIO DE CANANÉIA.
 Em testemunha da verdade

REGISTRO CIVIL
 Jairo Raio Gonçalves Cabellao
 Oficial do Registro Civil

NASCIMENTO (N.º 1.596)

AGÊNCIA PÚBLICA DO VALLE Oficial DO REGISTRO CIVIL
 DAS PESSOAS NATURAS DA COMARCA DE CANANÉIA, BAIXADA DE SÃO PAULO, ETC.

Certifico que, a fls. 290 do livro N.º 14, de registro de nascimentos, foi feito hoje, o assento de MARIA ISABEL RODRIGUES, nascida a 25 de Março de 1963, às 4 horas e 30 minutos, no prédio N.º 100 do município de CANANÉIA, do sexo feminino, de cor branca, filha de Pedro Pacífico Rodrigues, natural deste município e de D. Isabel Martins Rodrigues, natural deste município, casados em este Cartório sendo avós paternos Antonio Pacífico Rodrigues e D. Isabel Martins Rodrigues e maternos Antonio Martins e D. Rita Godoi Martins. Foi declarante o próprio e servaram de testemunhas João Mateus Almeida Neto e Paulo de Almeida.

Observações:

O referido é verdade e dou fé.
 Cananéia, 11 de Abril de 1963.
 Jairo Raio Gonçalves Cabellao
 Oficial

Figura 72. Escritura de compra e venda do Sítio Santa Cruz – Alexandre Cardoso (acervo do padre João Trinta).

1899 - Compra do Sítio por
2,9 Alexandre (João) Cardoso

Os abaixo assignados tutores da filha
e sua mulher que se chama Maria da Rosa Seiga, que
são e são e legítimos possuidores da metade
do Sítio denominado "Sítio novo" na ilha de Car-
doso neste município, cuja metade de Sítio nos foi
adjudicada em pagamento na qualidade de herdeiros
em inventário que se procedeu nos bens de nosso pai
e mãe e sogra Ricardo que de herdades Roca, Sivi-
lândia de lado do Sul com terras de José Sivi Collazo
e do lado do Norte indivisa com João Americo Mar-
cio de Saldo, aguem pertence a outra metade e como
possuimos livre e quicquid como vendemos a Sr.
Alexandre Cardoso pelo preço equantia de Dezoito
(dezoito mil réis) que recebemos ao passar desta
em título de compra e venda que se fez pelo com-
prador e imposto de transmissão de propriedade.
A elle comprador traspassamos toda posse, jur e
domínio que tínhamos na mencionada metade
do Sítio. Por isso por declarados as cláusulas em
Peceto necessário e para firmura passamos apre-
sente título de venda que assignamos com as tes-
temunhas abaixo assignadas.

1 de Janeiro de 1899
em Sítio de Santa Cruz
Maria da Rosa Seiga

João
Doutor, Antônio Dias Ferraz
" Matheus Gomes Carneiro

Re

Figura 74. Inventário de Alexandre Cardoso e Anna Nardes – folha 2 – (acervo do padre João Trinta).

.....
 solteira; Domingas Cardoso, com quinze anos de idade, natural deste município e aqui residente, solteira."----- (Enumerados à margem, de 1 a 9).-----

FLS. 4v/5- " B E N S:- Que os bens existentes constam do seguinte: Metade do sítio de terras e benfeitorias, denominado "Santa Cruz", situado no lugar "Andrade", na Ilha do Cardoso, deste município e comarca, confrontando pelo lado do Sul com propriedade de José Luiz Collaço, ao Norte com propriedade de José Américo Mancio de Andrade "digo" de Toledo, - A leste com o Mar Pequeno e Oeste com o Morro do Cardoso; uma canoa, em estado regular e um forno para o fabrico de farinha. Declarou finalmente que não existem dividas activas ou passivas e que são estes os unicos bens existentes do casal extinto e que se porventura houver mais algum trará a Juizo em occasio oportuna. Nada mais declarou e ordenou o Meretissimo Juiz ecerrasse o presente auto que depois de lido e achado conforme vai assignado, por Ernesto Martins Simões a rogo do inventariante para, digo, inventariante, por não saber escrever, com o Meretissimo Juiz, pertencente a mim Orosimbo Carneiro, escreva que o escrevi.- aa)- E.C.Moraes.- Ernesto M. Simões". -----

FLS. 7 - P e t i ç ã o. = " Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito. - TARGINIO FIRMINO CARDOZO, inventariante dos bens deixados por seu finado pai Alexandre José Cardoso e sua mulher Anna Nardes Cardoso, tendo sido intimado a despacho de V. Excia. que mandou que os interessados herdeiros se louvassem em avaliadores - que avaliassem os bens do acervo, vem pedir a V. Ex. digno-se, depois de ouvidos os demais herdeiros Administrador da Mesa de Rendos e o Curador Geral dos Orphaos, dispensar esta avaliação, visto serem os valores dos ditos bens bastante insignificantes pois que o supplicante os avalia em quinhentos e quarenta mil réis (540\$000); sendo:- o sítio "Santa Cruz" em 500\$000, uma canoa em 30\$000 e uma (ua) forno em 10\$000, bens estes que, descriptos nas primeiras declarações, de novo declara o supplicante (supplicante) serem os unicos bens do casal extinto.- Conceda, 3 de dezembro de 1908.- A rogo de Targinio Firmino Cardoso - a) Linolpho P. Gomes. - Como testemunhas - a) Joaquim M. Simões - a) Frederico Trudes da Veiga". - D E S P A C H O: - "J. Diga os interessados, o administrador das rendas do Estado e o Curador Geral de Orphaos.- 3-12-908 - a) E.C.Moraes". -----

CERTIFICADO e dou fé que, nada se opuzeram e concordaram plenamente com, digo, que, nada opuzeram e concordaram plenamente com a avaliação dos bens, respectivamente os herdeiros (fls. 8), o administrador de Rendos do Estado (fls. 9) e o Curador Geral de Orphaos (fls. 9 finis), depois de devidamente intimados por termos nos autos, devidamente formalizados. - 22-10-69. *[assinatura]*

CERTIFICADO que, á fls. 12, consta a PARTILHA nos seguintes termos:
 " / P a r t i l h a .- Pagamento ao herdeiro TARGINIO FIRMINO CARDOZO = Sua legítima no importe de sessenta mil réis que sabe - haverá (60\$000) - em seu pagamento uma parte nas terras do sítio "Santa Cruz", situado neste município na

Figura 75. Inventário de Alexandre Cardoso e Anna Nardes – folha 3 – (acervo do padre João Trinta).

(CONTINUAÇÃO DA PÁG. II)

na importância de cinquenta e quatro mil réis - (54\$000) que sahe; UMA QUINTA PARTE na canoa avaliada por trinta mil réis na imprtância de deis mil réis que sahe (6\$000) somando este pagamento a importância de sessenta mil réis que sahe ---60\$000. =====

PAGAMENTO ao herdeiro JOAQUIM PRIMO CARDOZO. Sua legítima na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. Haverá em seu pagamento: uma parte nas terras do sitio "Santa Cruz", situado neste município, na imprt. de cinquenta e quatro mil réis (54\$000) que sahe; uma quinta parte na canoa, avaliada por trinta mil réis, na importância de seis mil réis (6\$000) que sahe. Somma este pagamento a importância de sessenta mil réis (60\$00) que sahe; -----

PAGAMENTO ao herdeiro JOÃO CARDOZO. Sua legítima na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. Haverá em seu pagamento uma parte nas terras do sitio "Santa Cruz", - situado neste município, na importância de cinquenta e quatro mil réis (54\$000) que sahe; uma quinta parte na canoa, avaliada por trinta mil réis que sahe, na importância de seis mil réis (6\$000) que sahe. Somma este pagamento a importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe.---

PAGAMENTO ao herdeiro MANOEL IGNACIO CARDOZO, = Sua legítima na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. Haverá em seu pagamento: uma parte nas terras do sitio - "Santa Cruz", situado neste município, na importância de quarenta e quatro mil réis (44\$000) que sahe; uma quinta parte na canoa, avaliada por trinta mil réis, seis mil réis (6\$000) que sahe; o forno para fabrico de farinha na importância de dez mil réis (10\$000) que sahe. Somma esta pagamento a importância de sessenta mil réis que sahe (60\$000).-

* PAGAMENTO ao herdeiro ALIPIQ CARDOZO.= Sua legítima na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe, Haverá - sem seu pagamento: uma parte nas terras do sitio "Santa Cruz", situado neste município na imprtância de cinquenta e quatro mil réis (54\$000) que sahe; uma quinta parte na canoa, avaliada por trinta mil réis, - seis mil réis (6\$000) que sahe. Somma este pagamento a importância de sessenta mil réis que sahe (60\$000). ++++++

PAGAMENTO á herdeira MARIA MAGDALENA CARDOZO.- Sua legítima na importância de sessenta mil réis que sahe (60\$000). Haverá em seu pagamento uma parte nas terras do sitio "Santa Cruz", situado neste município, na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. ++++++

PAGAMENTO á herdeira DELPHINA CARDOZO.- Sua legítima na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. Haverá em seu pagamento: uma parte nas terras dos sitio "Santa Cruz", situado neste município, na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. ++++++

PAGAMENTO á herdeira menor púber; HONORIA CARDOZO.- Sua legítima na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. Haverá em seu pagamento uma parte no sitio "Santa Cruz", situado neste município, na importância de sessenta mil réis - (60\$000) que sahe. ++++++

PAGAMENTO á menor, digo, á herdeira menor púber; DOMINGAS CARDOZO.- Sua legítima na importância de sessenta mil réis, (60\$000) que sahe.- Haverá em seu pagamento uma parte no sitio "Santa Cruz", digo uma parte de terras no sitio "Santa Cruz", situado neste município, na importância de sessenta mil réis (60\$000) que sahe. ++++++

E por esta fórma houveram elles Juiz inventariante e o administra-

Figura 77. Escritura de compra e venda entre os irmãos João e Alípio Cardoso –folha 1 (acervo do padre João Trinta).

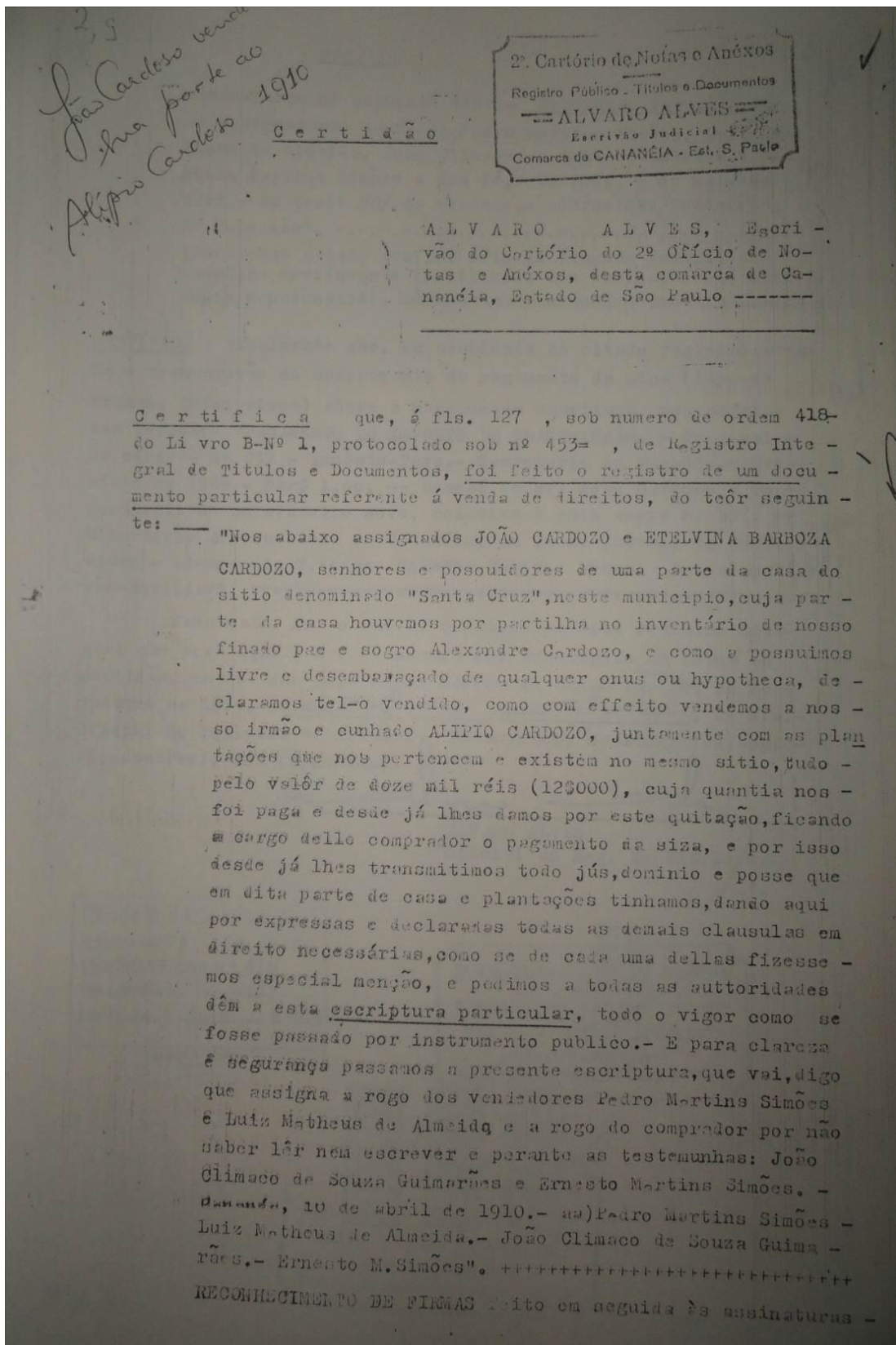


Figura 78. Escritura de compra e venda entre os irmãos João e Alípio Cardoso –folha 2 (acervo do padre João Trinta).

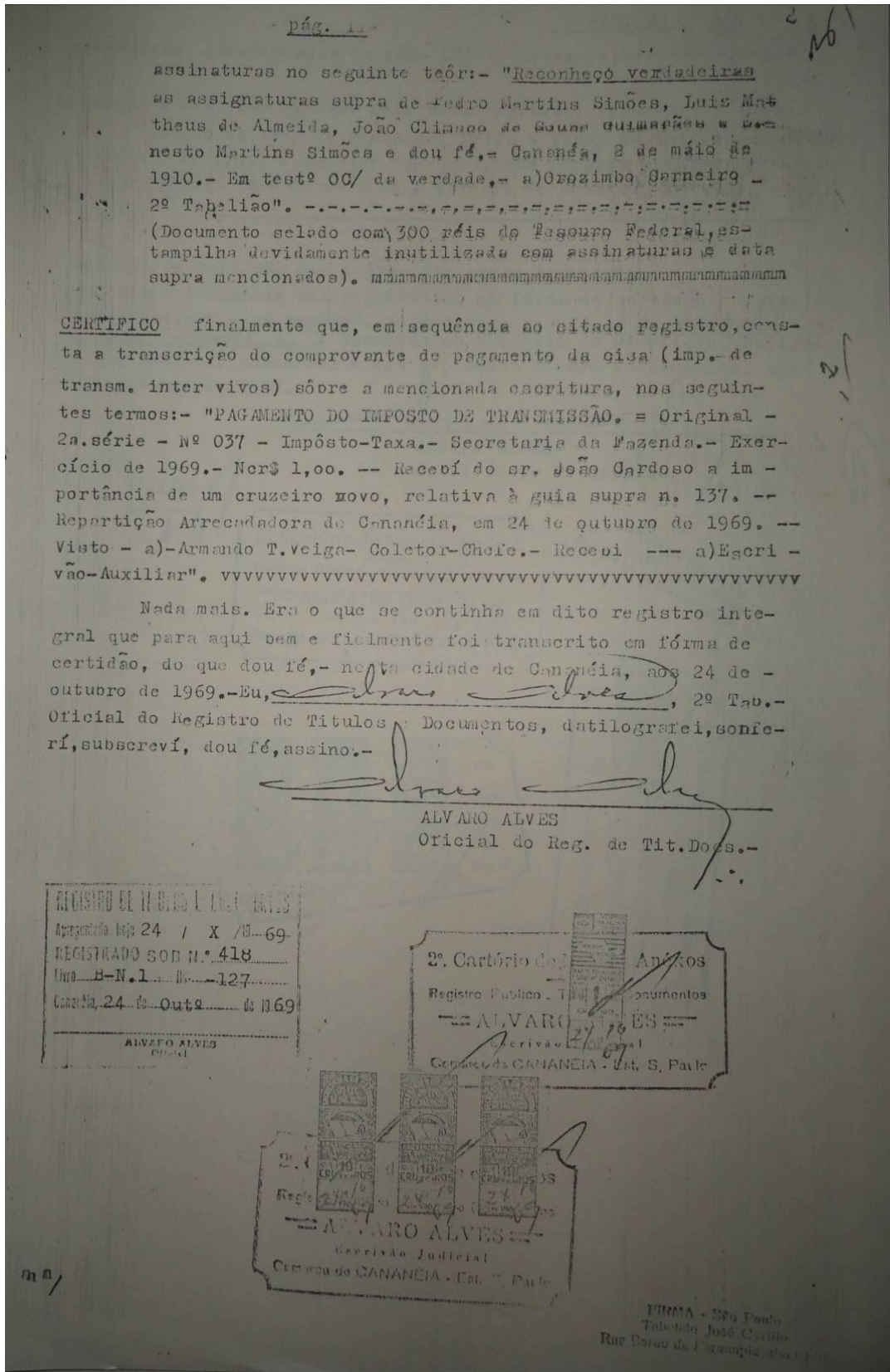


Figura 79. Escritura de compra e venda entre os irmãos João e Alípio Cardoso –folha 3 (acervo do padre João Trinta).

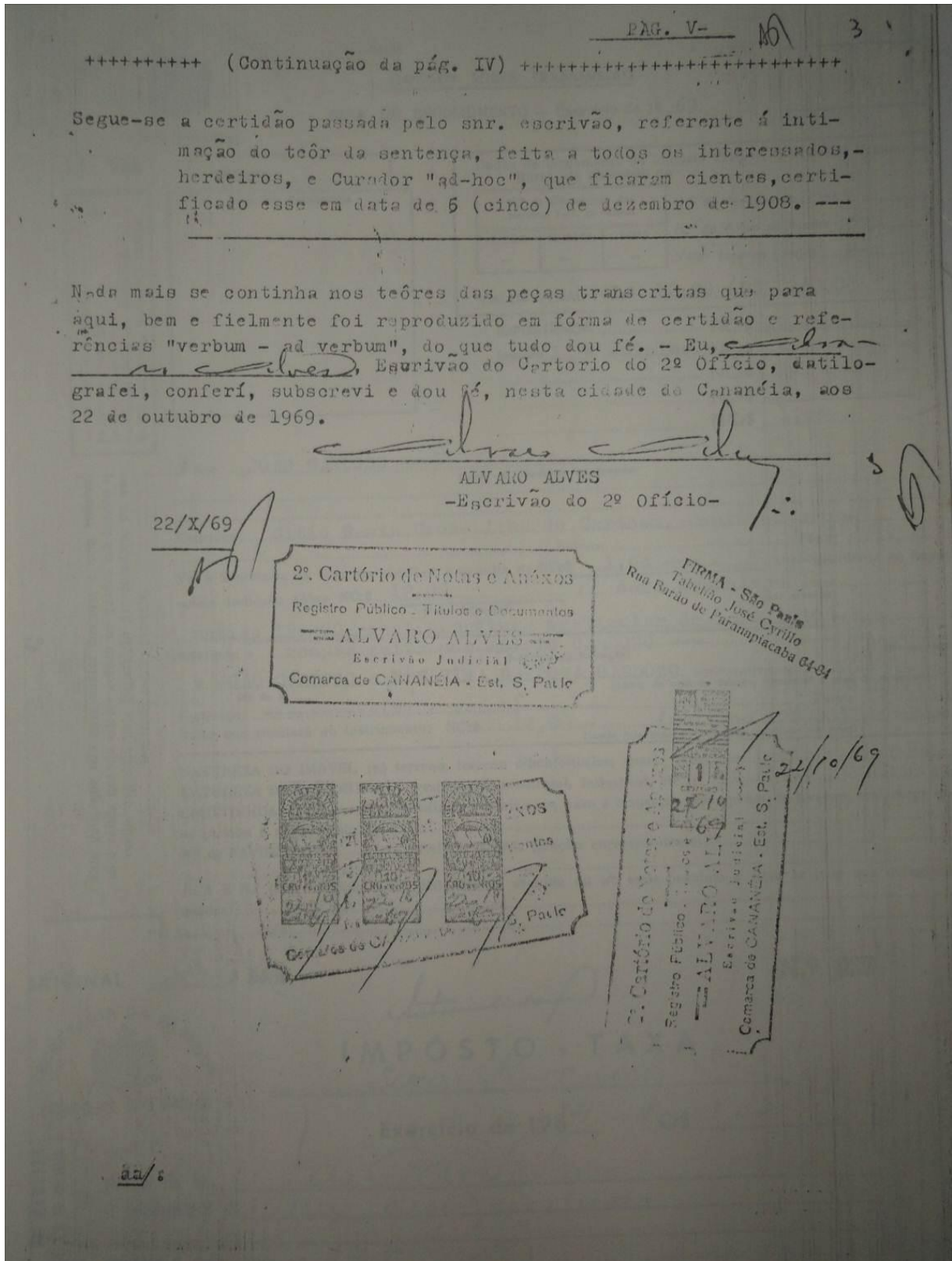


Figura 80. Certidão de nascimento de João Cardoso.

2,5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo
 COMARCA DE Jacupiranga
 MUNICÍPIO DE Cananéia
 DISTRITO DE Cananéia

José Laia Corrêa
 Oficial do Registro Civil

Certidão de Nascimento

CERTIFICO que, ao fs. 174 vº do Livro A 11, sob N.º de Ordem 137, foi lavrado o assento do nascimento de JOÃO CARDOZO,

do sexo masculino, nascido no dia quatorze (14) de setembro de mil novecentos e vinte e cinco (1925),

às 23 horas e 00 minutos, em este município, no lugar denominado Santa Cruz,

filho de Alfino Cardoso,
 e de Dona Maria Cordeiro,
 sendo avós paternos Alexandre Cardoso,
 e Dona Anna Mendes,
 e avós maternos Antonia Cordeiro,
 e Dona Anna Lopes.

El assento foi lavrado em 23 de setembro de 1925 tendo sido declarante o próprio pai,
 e estiveram de testemunhas consonantes do termo.

Observações: João Cardoso casou com Ernestina Rodrigues, que passou a usar o nome de Ernestina Rodrigues Cardoso, conforme consta sob o n.º 625, fls. 68 vº, do livro B-4, deste cartório. Ato realizado em 29/12/51.--

REGISTRO CIVIL E ANEXOS
 Assento e Matrícula de Cananéia;
 Município de Jacupiranga - Estado de São Paulo
JOSÉ LAIA CORRÊA
 Oficial e Tabelião
 Assento - REGISTRO DE OLIVINHO
 n.º 10 - Maio

O referido é verdade e dou fé.
Cananéia 26 de outubro de 1983

Nãdia
 P/ Oficial
 Nãdia de Almeida Angelatti
 Decretada Autorizada

Out. 28/3 6am

Figura 81. Certidão de nascimento de Luiz Carlos Moura (cedida pelo mesmo).

Talão N.º 21 Pag. 101

República dos Estados Unidos do Brasil

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE São Paulo
Município de Cananeia
Comarca de Cananeia
Distrito de Cananeia

NASCIMENTO (N.º 6.941)

Antonio Publico do Valle Oficial do Registro Civil
das pessoas naturais desta Comarca de Cananeia, Estado de São Paulo

Certifico que, a fls. 61 do livro N.º 14 A de registro
de nascimentos, foi lavrado hoje, o assento de " LUIZ CARLOS DE MOURA " .
nascido a 11 de Março de 1958,
às 4 horas e 50 minutos, no prédio N.º Nesta município, Salva Terra
do sexo masculino, de cor branca,
filho de João de Moura
natural deste município e de D. Isabel Alves de Moura
natural deste município
casados em este cantaria
sendo avós paternos
e D. Martim de Moura
e maternos Isabel Eugenia Cordeiro
e D.

Foi declarante o pai
e serviram de testemunhas Afonso Cubas e Raul de Lucilla

Observações:

O referido é verdade e dou fé.

Cananeia, 13 de Março de 1958
O OFICIAL,
Antonio Publico do Valle

Figura 82. Escritura de compra e venda do Sítio Salva Terra – folha 1 (cedida pela família)

Official ¹ ²
Wang

Primeiro traslado da escriptura de Transmissão
 e em nome que outorgam Belmiro de Oliveira
 e Silva e sua mulher D. Joanna de Oliveira e
 Silva, a Joaquin Cardoso, pela quantia de Rs. 50000.

Sabam quantos esta virem, que no Anno de mil
 nove Centos e nove, aos tres dias do mes de Fevereiro
 do dito Anno, nesta Cidade de Cananea, em casa
 de Belmiro de Oliveira e Silva, onde eu Tabel
 fezo a chamada vem, ali perante mim appare
 ceram partes entre si justas e accoradas, a sa
 ber: de uma parte Como outorgantes vende
 idos Belmiro de Oliveira e Silva e sua mu
 lher D. Joanna de Oliveira e Silva, e de outra
 parte Como outorgado Comprador, Joaquin Car
 dazo, todos do município neste Município, uns e ou
 tros meus conhecidos e das duas testemunhas or
 dadas nomadas e assignadas, de que dou fei.
 E logo por elles outorgantes vendedores Belmiro
 de Oliveira e Silva e sua mulher D. Joanna
 de Oliveira e Silva me foi dito, que sendo Sembo
 res, a titulo de Compra que fizeram no inventario
 de extinto Casal de Joaquin Guin Collaco, em
 nome publico do Juizo de Direito e de Orogans
 desta Comarca, e possuidores de metade de um
 Sítio com casa coberta de telhas, na encosta
 do morro do Cardoso, no lugar denominada 'Sal
 va-Terra', a qual sítio confronta em sua totali
 dade pelo lado de Norte com terrenos do Coronel
 Joao Martins Simaes, e pelo lado de Oeste
 com terrenos do Sítio Santa Cruz de Heyan
 do Cardoso em seus herdeiros, e por que pos
 suem livre de vender ou hizerem suas vendas

Figura 83. Escritura de compra e venda do Sítio Salva Terra – folha 2 (cedida pela família)

Como de facto vendido tenha de hoje para
 sempre ao dito autor e comprador Joaquim
 Cardoso, mediante o preço de duzentos e cinco
 mil reis que neste acto receberam em di-
 nhos de contado, de que dão plena e geral
 e satisfacção, de jure e geral queitação de pagar e sa-
 tisfeitos. Transmittem a sua pessoa, toa e
 posse, jus, accão, dominio e serviços activos
 que exerciam em dito propriedade para que
 elle considere seu dono em diante e ao qual tor-
 ra posse desde ja independente de autoridade
 de justiça, e conquanto a não tomar elle se
 constitua possuidor em seu nome. Pelo ad-
 quirante me foi dito, que accitava a presente
 escriptura tal como se contém e declara,
 e me apresentou o conhecimento do em-
 pósito do teor seguinte: Obaco. Numero
 quinze. Estado de São Paulo. Armas do
 Republico. Exercicio de mil nove centos e
 nove. Importo de transmissao Inter-vios.
 Reis tres mil quinhentos e trinta reis. Ho-
 mas quatorze do feiro Caipa feio de bitado
 o Admimistrador Coronel Joaquim José de
 Almeida pelo quantia de tres mil quinhen-
 tos e trinta reis recibidos de Sr. Joaquim
 Cardoso, Importo de seis por cento e addicio-
 nal de du por cento sobre Reis duzentos
 e cinco mil reis, valor por quanto compra
 a Belmira de Oliveira e Silva e sua mu-
 lher, metade do sitio Salva terra neste mu-
 nicipio Com forme geia do primario Tabel-
 lito. Munc. de Rendas do Estado de São
 Paulo, em Canania, mes de Fevereiro de

Figura 84. Escritura de compra e venda do Sítio Salva Terra – folha 3 (cedida pela família).

Official intr. Traujp

de mil nove centos e nove. O Administrador
 Laureindo José de Almeida. Ocuissão João
 Clemente de Sousa Guionarces. Foi pago
 o sello federal de seis centos reis em duas
 estampilhas que a baixo vão colladas e de
 vidamente inutilizadas. De como assim
 fizeram e outorgaram, fez esta escriptu-
 ra que lhes li, acceitaram e assignaram com
 as testemunhas Antonio de Silva Braga
 e Elbanael Laurence Pontes, assignando a
 rogo do outorgante, dig. outorgado Joaquim
 Espirito, Valterio Dias Ferreira por elle não
 saber ler e escrever, perante ome João Gon-
 salves de Traujp, Tabelião que alevou. So-
 bre duas estampilhas federaes de trezcentos reis
 Canario, ties da Provincia de mil nove cen-
 tos e nove. Belmonte de Oliveira e Silva,
 João de Oliveira e Silva. Antonio Dias
 Ferreira, Antonio de Silva Braga. Elbanael
 Laurence Pontes. Das lhadadas no mesmo dia.
 Eu João Gonçalves de Traujp, Tabelião,
 escrevi assigno em publico e raro.

Em test. de quem

João Gonçalves de Traujp

C. Duro
 Gr. 1.400
 S. 8.000
 R. Traujp

Canario

Tabelião

João Gonçalves de Traujp

de 1809

João Gonçalves de Traujp

N.º 86. Pag. 5.º do Protocollo.
 Assignada no dia 4 de Fevereiro
 de 1809, das 6 as 12 horas.
 Official intr. João Gonçalves de Traujp

Registado no Livro de Transcripção
 de Immovis n.º 3 Pag. 14.º t. sob. n.º 57
 Canario, 4 de Fevereiro de 1809
 Official intr. João Gonçalves de Traujp